

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SAN TIAGO DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

JOÃO FERNANDO FINAZZI

Estados Unidos, Forças Armadas e Polícia na construção do Haiti contemporâneo

Doutorado em Relações Internacionais

São Paulo

2022

JOÃO FERNANDO FINAZZI

Estados Unidos, Forças Armadas e Polícia na construção do Haiti contemporâneo

Doutorado em Relações Internacionais

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Conflitos internacionais e violência nas sociedades contemporâneas”.

Orientador: Reginaldo Mattar Nasser

São Paulo

2022

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Finazzi, João Fernando.

F491 Estados Unidos, Forças Armadas e Polícia na construção do
Haiti contemporâneo / João Fernando Finazzi. – São Paulo, 2022.
182 f. : 30 cm.

Orientador: Reginaldo Mattar Nasser.

Tese (Doutorado em Relações Internacionais) –
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em
Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2022.

1. Haiti – Política militar – Séc. XX. 2. Haiti – Forças Armadas –
Séc. XX. 3. Haiti – Relações exteriores – Estados Unidos. I. Título.

CDD 355.03357294

JOÃO FERNANDO FINAZZI

Estados Unidos, Forças Armadas e Polícia na construção do Haiti contemporâneo

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Conflitos internacionais e violência nas sociedades contemporâneas”.

Orientador: Reginaldo Mattar Nasser

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Profa. Dra. Vera da Silva Telles (Universidade de São Paulo)

Prof. Dr. Antonio Jorge Ramalho da Rocha (Universidade de Brasília)

Prof Dr. Tomaz Oliveira Paoliello (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

São Paulo, 15 de agosto de 2022.

À minha mãe, por ter me ensinado a semear e colher

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Número do processo 88887.141289/2017-00, 88887.333701/2019-00, 88887.513314/2020-00 e 88887.634392/2021-00. *This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001. Process number 88887.141289/2017-00, 88887.333701/2019-00, 88887.513314/2020-00 and 88887.634392/2021-00.* As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações aqui expressas são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão das instituições que apoiaram esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

São diversas as pessoas pelas quais devo agradecimentos pela conclusão deste trabalho e incorro certamente em injustiças.

Agradeço à reitoria da PUC-SP pela humana compreensão quanto aos percalços para a realização desta tese. Ao INCT-INEU, pelo apoio material e pelo incentivo, fundamentais ao trabalho acadêmico.

Ao meu orientador e constante fonte de inspiração e admiração intelectual, mestre Reginaldo Nasser, pelas sempre presentes provocações, e pelo apoio e confiança depositados.

A Vera Telles e Hector Saint-Pierre. Agradeço a leitura atenta e os comentários que me fizeram refletir e contribuíram com a realização deste texto.

Aos colegas professores da PUC-SP, com os quais tive o prazer de trabalhar por um breve período, em especial a Elaini e David pela agradável companhia na sala dos professores. A presença de vocês deixou a rotina mais leve. Aos colegas do Grupo de Estudos em Conflitos Internacionais (GECI) pelas profícuas discussões, em especial Bruno Huberman, Rodrigo Amaral, Tomaz Paoliello, Priscila Villela e Paulo Pereira. Também a Diego Araujo, Miguel Borba e Frantz Rousseau.

Ao meus amigos colegas da PUC Minas Poços de Caldas: Klei, Vini, Mari, Péricles, Jéss e Bá. Graças a vocês mantive o sonho vivo.

Aos alunos que tive em São Paulo e em Poços.

Ao Du e à Magu, pela leveza constante do suporte.

Ao meu pai, a Nilda e ao Rick pelos fundamentos, sem os quais este trabalho jamais seria realizado.

RESUMO

O tema da polícia e do policiamento tem despertado atenção crescente nos debates dentro da disciplina de Relações Internacionais desde os anos 1990, destacando aqueles relativos a processos de reforma do setor de segurança. O caso do Haiti tornou-se, para isso, paradigmático, devido a longevidade e recorrência dos esforços internacionais. A literatura sobre estes engajamentos geralmente circunscreve de modo estritamente nacional as dinâmicas políticas haitianas, ou tende a enfatizar o papel de diferentes agências internacionais nas últimas décadas. O presente trabalho busca destacar as dimensões internacionais da política haitiana através da análise da interação entre os Estados Unidos, as Forças Armadas do Haiti e a Polícia Nacional Haitiana entre 1915 e 2000.

Palavras-chave: Haiti; Estados Unidos; Forças Armadas; Polícia; Reforma do Setor de Segurança.

ABSTRACT

The topic of police and policing has attracted increasing attention in debates within the discipline of International Relations since the 1990s, highlighting those related to security sector reform processes. In the literature on security sector reform, Haiti has become a paradigmatic case in reason of the longevity and the recurrence of the international efforts. The literature on these engagements usually circumscribes Haitian political dynamics in a strictly national way, or tends to emphasize the role of different international agencies in recent decades. The present work seeks to highlight the international dimensions of Haitian politics through the analysis of the interaction between the United States, the Haitian Armed Forces and the Haitian National Police between 1915 and 2000.

Keywords: Haiti; United States; Armed Forces; Police; Security Sector Reform.

RESUMEN

El tema de la policía y el mantenimiento del orden ha atraído una atención creciente en los debates dentro de la disciplina de las Relaciones Internacionales desde la década de 1990, destacando aquellos relacionados con los procesos de reforma del sector de la seguridad. El caso de Haití se convirtió, en paradigmático, por la longevidad y recurrencia de los esfuerzos internacionales. La literatura sobre estos compromisos generalmente circunscribe la dinámica política haitiana de una manera estrictamente nacional, o tiende a enfatizar el papel de diferentes agencias internacionales en las últimas décadas. El presente trabajo busca resaltar las dimensiones internacionales de la política haitiana a través del análisis de la interacción entre los Estados Unidos, las Fuerzas Armadas de Haití y la Policía Nacional de Haití entre 1915 y 2000.

Palabras clave: Haití; Estados Unidos; Fuerzas Armadas; Policía; Reforma del Sector de la Seguridad.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CNG	<i>Conseil National de Gouvernement</i>
CSONU	Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
DDR	Desarmamento, Desmobilização e Reintegração
DEA	<i>Drug Enforcement Agency</i>
DHS	<i>Department of Homeland Security</i>
DOD	<i>Department of Defense</i>
DOJ	<i>Department of Justice</i>
DOS	<i>Department of State</i>
EUA	Estados Unidos da América
FADH	<i>Forces Armée d'Haiti</i>
FBI	<i>Federal Bureau of Information</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRAPH	Frente para o Avanço e Progresso do Haiti
ICITAP	<i>International Criminal Investigative Training Assistance Program</i>
INL	<i>Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs</i>
MICIVIH	Missão Civil Internacional no Haiti
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEА	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organização Não-Governamental
OPS	<i>Office of Public Security</i>
PNH	Polícia Nacional do Haiti
RSS	Reforma do Setor de Segurança
SIN	Serviço de Inteligência Nacional
SWAT	<i>Special Weapons And Tactics</i>
UNMIH	<i>United Nations Mission in Haiti</i>
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
USS	<i>United States Ship</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	O ESTUDO DA POLÍCIA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	18
2.1	Polícia e Relações Internacionais.....	20
2.2	Aspectos interestatais, transnacionais e globais da polícia e do policiamento	27
2.2.1	Aspectos interestatais.....	28
2.2.2	Aspectos transnacionais.....	29
2.2.3	Aspectos globais.....	31
2.3	Polícia e política.....	34
3	OS EUA NO HAITI: O IMPÉRIO DO CAPITAL (1891-1934).....	40
3.1	Racismo e o “risco haitiano”.....	43
3.2	O ingresso do capital norte-americano: Wall Street e a disputa internacional pelo controle aduaneiro.....	46
3.2.1	O “plano Farnham”.....	47
3.2.2	O “plano McDonald” e a reforma militar.....	49
3.3	A ocupação de 1915-1934.....	53
3.3.1	A resistência armada e intelectual: a revolta dos <i>cacos</i> e o movimento indigenista.....	56
3.3.2	O relatório McCormick, a revitalização da ocupação e a retirada dos <i>marines</i>	60
4	AS FORÇAS ARMADAS E A POLÍTICA HAITIANA.....	66
4.1	Aspectos gerais da política haitiana.....	66
4.2	O contexto pós-revolucionário: a questão camponesa e o Exército no século XIX.....	71
4.3	A ocupação dos EUA e a <i>Garde d’Haiti</i>.....	81
4.3.1	Aspectos transnacionais.....	86
4.3.2	A crise de 1929 e a disputa pela lealdade da <i>Garde</i>	89
4.4	As Forças Armadas entre a ocupação e o regime Duvalier (1934-1957).....	94
4.5	Os militares saem de cena: a ditadura Duvalier e os <i>tonton macoute</i>.....	107
5	OS EUA E A POLÍCIA NACIONAL HAITIANA (1987-2000).....	116
5.1	Crise e intervenção: o retorno das Forças Armadas do Haiti (1987-1994).....	116
5.1.1	A intervenção internacional de 1994.....	130

5.2	Os EUA e a Reforma do Setor de Segurança.....	131
5.3	A desmobilização das FADH e a criação da PNH.....	142
5.4	A questão das “gangues”	153
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	158
	REFERÊNCIAS.....	164

1 INTRODUÇÃO

Caos, miséria, exotismo, desconhecimento ou insignificância são os adjetivos com os quais constantemente nos deparamos quando o assunto Haiti vem à tona. O país aparenta viver, desde tempos muito antigos, sob o jugo de uma crônica instabilidade social e política, solucionada somente por breves momentos em que se impera ou a violência ditatorial ou a benigna dominação estrangeira. Esta visão, plasmada no imaginário coletivo, quando não submetida à completa indiferença, tende a mobilizar os naturais sentimentos de solidariedade humana frente um sofrimento que se mostra ora inevitável ora de simples solução. Mobilizados em parte por estas razões humanitárias, mas ainda mais por interesses e cálculos estratégicos, os Estados Unidos invadiram o Haiti em três momentos distintos ao longo do século XX e, à trágica ocupação de 1915 a 1934, seguiram as intervenções de 1994 e 2004.

O grande pensador das Relações Internacionais, Fred Halliday, certa vez afirmou que, em toda análise que considere a História, existem duas perspectivas que estarão sempre erradas: aquelas que julgam que a cada grande acontecimento um mundo completamente novo surge, no qual as concepções e fatos passados pouco importam para compreendê-lo; e aquelas que se situam no extremo oposto, que depuram de aspectos novos todos os acontecimentos, enxergando neles nada mais do que a reprodução de antigas ideias e processos.

Este trabalho procura situar-se entre estes dois extremos, no desafio de compreender os processos de transformações e continuidades, reconhecendo a importância dos acontecimentos passados e do seu encadeamento ao longo da história, pois, como diria Marx: “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”.

Em novembro de 2008, a embaixadora dos EUA no Haiti Janet A. Sanderson, se endereçava ao Departamento de Estado após a visita de representante *Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs* (INL), do Departamento de Estado, que ocorreria durante a semana. Em telegrama enviado aos canais diplomáticos de alguns países da coalizão que compunha a Minustah, Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (EUA, Brasil, Canadá, Uruguai, África do Sul), e da própria ONU, Sanderson disse que os representantes do INL tiveram “dias intensos” inspecionando os principais projetos de construção e renovação das polícias e prisões haitianas da capital e seus arredores. Ao longo

da semana, os enviados do Departamento de Estado reuniram-se com representantes das corporações norte-americanas DynCorp e PAE, contratadas para realizar o serviço de reforma, com o vice-comissário de Polícia para o Desenvolvimento da Polícia Nacional do Haiti da Minustah¹, e com o contingente de policiais dos EUA que agiam dentro da estrutura da missão da ONU. Sanderson fez questão de destacar no telegrama o que os representantes do INL ouviram do diretor da Academia da Polícia Nacional Haitiana: “sem a assistência do governo dos EUA, a Academia não existiria” (WIKILEAKS, 2008a, tradução nossa).

A visita ocorreu cerca de dois meses depois de Sanderson escrever defendendo manutenção da missão no Haiti. Em telegrama de setembro daquele ano, Sanderson expunha as razões pelas quais, segundo ela, a Minustah seria uma “ferramenta indispensável para a realização de interesses políticos centrais do governo dos EUA no Haiti”. Em meio a uma crise alimentar que assolava a população haitiana, a explicação da embaixadora esteve longe de mencionar a crescente importância que o país vinha tendo na última década como um dos maiores importadores do arroz norte-americano. Tratou-se, no entanto, de frisar que a “política fundamental do governo dos EUA no Haiti é fazê-lo um estado viável”, e que para isso, assim dizia, a presença da ONU seria necessária para preencher “a lacuna deixada por níveis inadequados de força e capacidade da Polícia Nacional Haitiana (PNH)”, até o momento em que as “instituições jurídicas, políticas e de segurança pudessem manter um nível mínimo de segurança e estabilidade por conta própria” e conter, além do crime, a “reemergência de forças políticas populistas e contrárias à economia de mercado, revertendo o ganho dos últimos dois anos” (WIKILEAKS, 2008b, tradução nossa).

Sanderson tentava dar continuidade ao projeto de estabilização do Haiti, cujo segundo episódio pode ter seu início localizado em 1994, quando os EUA intervieram pela segunda vez ao país para reconduzir ao posto o presidente Jean-Bertrand Aristide, retirado em 1991 por um golpe militar. Em realidade, se no final dos anos 2000 o então secretário-geral da ONU Kofi Annan instava a Assembleia Geral da organização a encerrar a missão da ONU que ocorria no país (THE NEW YORK TIMES, 2000), já em 2004 o posicionamento de Annan era diametralmente oposto àquele, declarando que somente uma intervenção internacional ainda mais intrusiva, profunda e duradoura poderia “salvar” o Haiti, “claramente incapaz de se resolver por si mesmo” (ANNAN, 2004, tradução nossa),

¹ O cargo de *Deputy Police Commissioner for Development* foi criado pela ONU em abril de 2007 para auxiliar na execução do Plano de Reforma da Polícia Nacional Haitiana aprovado pelo governo do Haiti em agosto de 2006.

destacando que era preciso realizar uma profunda reforma da polícia e do judiciário para que o país pudesse ser orientado novamente ao rumo da sua estabilidade.

Os argumentos de Sanderson e Annan ecoavam visões que já estavam presentes no Departamento de Estado dos EUA desde os primeiros anos do século XX. O secretário de Estado Elihu Root, vinculando os investimentos norte-americanos ao aperfeiçoamento da ação policial, afirmou que os parceiros comerciais dos EUA tinham a necessidade de possuir forças policiais profissionais e eficientes, que pudessem “reprimir a desordem subversiva e preservar a paz pública” (HUGGINS, 1998, p. 29). A frase de Root, naquele momento em que os EUA começavam a se projetar internacionalmente, sintetizava a ideia que se fundamentava na noção de que a estabilidade das sociedades em geral era vista como uma condição fundamental para a realização do capital investido, a proteção das propriedades e o cumprimento dos contratos. Trata-se de uma concepção fundamentada naquilo que Reiner (2000) chamou de “fetichismo da polícia”: a ideia de que as sociedades contemporâneas devem necessariamente possuir uma polícia eficiente para a manutenção da ordem social. Contudo, podemos interpretar que Root não queria dizer, necessariamente, que os países deveriam ter uma instituição policial, como entendemos hoje, e sim uma força que pudesse garantir a proteção dos investimentos estrangeiros realizados.

Os planos norte-americanos para o Haiti desde as primeiras décadas do século XX elencavam a ideia da criação de uma polícia nacional “apartidária”, submetida a um comando civil e que pudesse se distanciar e dissociar das Forças Armadas, tidas como responsáveis pela constante instabilidade do país. Se, como buscaremos apresentar, ao longo do período entre 1915 e 1934 esta força se consolidou na forma de uma guarda nacional a partir dos esforços unilaterais dos EUA, a partir de 1994 e 1995 ela se formou enquanto uma polícia civil com apoio de uma ampla coalizão de atores estatais e não-estatais internacionais, sob a liderança norte-americana, em um contexto em que todas as missões de paz elaboradas pelo Conselho de Segurança da ONU desde 1993 até os dias atuais tiveram como um dos seus objetivos fundamentais o treinamento e equipamento da polícia nacional haitiana. Assim, se após as ocupações dos EUA no Caribe do início do século XX a grande potência global deixou para trás exércitos que, apesar de suas diferenças, compartilharam a característica de terem se tornado verdadeiras forças de repressão aos seus contrerrâneos e de contra-insurgências contra movimentos políticos nacionais, o projeto da construção destas polícias não deixou de estar presente nos estrategistas norte-americanos, e fez um significativo retorno nos anos 1990 dentro do contexto de emergência da atuação nas operações de paz.

De fato, a “questão policial” no Haiti adquiriu importância sem precedentes para o *peacebuilding* da ONU, devido não só à exigência frequente do cumprimento de atividades tipicamente tidas como policiais por parte de atores militares, como a execução de rondas policiais, o controle de protestos de massa e o combate ao tráfico de drogas, mas também ao mais fundamental objetivo de se estabelecer uma força policial que pudesse por fim garantir, assim se acredita, a estabilidade política do país (FINAZZI, NASSER, 2021).

A recorrência da instabilidade haitiana e o processo concomitante de operações de paz multilaterais suscitou a emergência de uma série de estudos sobre as causas da instabilidade e da violência política no país. Em termos gerais, a literatura contemporânea sobre o conflito no Haiti tem destacado, com diferentes ênfases, uma incapacidade das elites haitianas de realizarem um “pacto social” de pacificação, uma espécie de “acordo nacional” que pudesse colocar as bases para a convivência pacífica de diferentes grupos de interesse que disputam entre si o poder no país (BURT, 2016; COCKAYNE, 2009; DONAIS, 2005; MOBEKK, 2016; SPRAGUE, 2012). Por outro lado, recentemente, alguns autores passaram a reconhecer os aspectos internacionais das crises do Haiti (BURT, 2016; MOBEKK, 2016), não somente com relação a sua dependência econômica mas também em como a própria múltipla atuação de diversas agências e organizações internacionais, no contexto de 1994 a 2004, principalmente, foi um fator de deterioração do processo de democratização do país e de contenção da instabilidade e da violência.

O Haiti tem sido frequentemente citado como uma espécie de “laboratório” para os estrategistas norte-americanos em termos de intervenções internacionais, em que os esforços desenvolvidos lá eventualmente servem como “lição” para se corrigir erros e aperfeiçoar acertos em outros contextos tidos como similares em que se realizará uma nova intervenção (GERICKE, 2010; GOTO, 2016). Destacamos, em outro trabalho (FINAZZI, NASSER, 2021), a existência de uma lacuna importante na literatura sobre as diversas influências que os EUA exercem e exerceram tanto na política haitiana em termos gerais, quanto em seus atores armados, especificamente as forças militares e policiais. Julgamos que para se compreender as complexas relações entre EUA e o “setor de segurança” haitiano (Forças Armadas e Polícias), é necessário recorrer ao entendimento do longo processo histórico no qual estas relações se estruturaram. Assim, com o presente trabalho, temos como objetivo traçar um recorte analítico que possa nos auxiliar a compreender algumas dinâmicas da história política haitiana, articulando-se ao redor dos principais atores elencados.

O trabalho se debruça com mais atenção sobre dois momentos importantes para a análise dos atores envolvidos – governo dos EUA, Forças Armadas Haitianas e a Polícia Nacional Haitiana –: 1915 a 1934 e 1994 a 2000, mas considera também o longo entreatos no qual se desenvolveu a atuação dos militares na política haitiana ao longo do século XX, 1934 a 1957. Menos uma comparação entre as intervenções militares internacionais que ocorreram sobre o Haiti, o que buscamos chamar a atenção é a continua interação entre os dois primeiros atores e, após a desmobilização das FADH e criação da PNH, entre esta e os EUA. Desse modo, no nosso caso específico, buscamos contribuir com uma análise através da transformação da Polícia e das Forças Armadas do Haiti de uma perspectiva das Relações Internacionais.

No capítulo 2, realizamos uma breve revisão e sistematização da recente literatura em Relações Internacionais que busca compreender e analisar a polícia e o policiamento através de uma ótica que não seja comparativa, mas que se trace as mútuas influências que perpassam as fronteiras territoriais dos Estados. Com isso, buscamos elencar e destacar alguns instrumentais para se trabalhar na análise da polícia e do policiamento a partir das Relações Internacionais, assim como fundamentar o nosso entendimento sobre a polícia e de que forma podemos inserir o seu estudo na área disciplinar.

No capítulo 3, tentamos narrar o processo de crescente estabelecimento da influência dos Estados Unidos no Haiti, que pode ser localizado no início do século XX e que antecede a intervenção de 1915. Apresentamos os dois planos que nos aparentam ser os mais relevantes e que, ao que a pesquisa indicou, traçaram as grandes linhas de atuação dos EUA no Haiti e a sua relação, novamente, com as Forças Armadas e o “papel policial” que se esperava delas. O período de intervenção também é abordado, devido a sua importância fundamental para se compreender as transformações que ocorrem na sociedade haitiana e no Exército haitiano na sua dinâmica com relação à população local e a sua aproximação – que aparenta durar até 1991 – com relação ao governo dos EUA.

No capítulo 4, intentamos apresentar de modo geral, num primeiro momento, alguns temas aparentemente fundamentais sobre a análise da sociedade haitiana e sua caracterização teórica segundo o pensamento marxista haitiano. Em seguida, apresentamos algumas das dinâmicas que nos parecem mais importantes sobre a relação entre o Exército haitiano e a população local, para, em seguida, tentar identificar o impacto das transformações que a intervenção dos EUA teve com relação a esta força. A crise de 1929 no Haiti é tratada com mais atenção devido ao risco percebido pelo governo norte-americano de que pudesse perder

o controle sobre os militares haitianos. A análise foca na correspondência entre o embaixador dos EUA no Haiti e o secretário de Estado. O período posterior à ocupação e a ditadura Duvalier (1934 a 1987) são tratados nos itens seguintes, com breves menções sobre a relação que os sucessivos governos têm com o governo dos EUA e o crescente papel dos militares na política haitiana.

Por fim, o capítulo 5 começa com uma breve exposição do breve retorno dos militares à cena principal da política haitiana, após a queda da ditadura Duvalier. Em seguida, a crise que se inicia com o golpe de 1991 até a intervenção de 1994 é avaliada considerando o momento em que a construção de uma polícia civil sob orientação internacional passa a compor as resoluções e atas de reunião da OEA e da ONU. A posição do governo Clinton é avaliada tendo em vista uma análise parcial dos documentos secretos publicizados e digitalizados em 2020 das atas e reuniões do Conselho de Segurança Nacional.

2 O ESTUDO DA POLÍCIA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

O tema da polícia e do policiamento² são normalmente tidos como assuntos externos às Relações Internacionais. Por vezes, quando encontramos referências ao termo “polícia” nas grande área disciplinar das Relações Internacionais, ele está comumente associado a esforços empregados por uma ou mais das grandes potências para se referir aos Estados tidos como ameaçadores do *status quo* – quando se diz, por exemplo, que os Estados Unidos “agem como polícia internacional” ao enviar tropas militares a países que desafiam sua influência, ou quando se faz menção ao período de vigência do Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe entre 1904 e 1928 que colocou os EUA como garantidor e cobrador das dívidas que os países da América Central tinham com as potências europeias. Outra concepção de polícia e policiamento comumente encontrada também diz respeito à diferenciação teórica entre o “sistema internacional” e o “sistema nacional”. Raymond Aron (1985), ao refletir sobre a especificidade das relações internacionais e buscar encontrar o objeto que a definiria como área do conhecimento com características e metodologias próprias distintas de outras áreas, argumenta que as relações internacionais, entendidas por ele como sinônimo de relações interestatais, se resume na legitimidade e legalidade do recurso à força armada por parte dos atores (Estados):

Em suma, nem pacto Briand-Kellog nem as Nações Unidas puderam até o presente suprimir o traço específico do sistema internacional que os filósofos e juristas dos séculos passados denominavam de ‘estado de natureza’, o qual se opõe ao estado civil (com tribunais e polícia). Na ordem internacional, não há o equivalente a um tribunal; se as Nações Unidas pretendessem submeter uma das grandes potências, essa ação de polícia se transformaria numa grande guerra (ARON, 1985, p. 381).

Assim, por definição, o estudo das questões relativas à polícia e ao policiamento acabou sendo relegado a outras áreas de conhecimento que não as Relações Internacionais, por serem tomadas como objeto de reflexão do âmbito “interno” dos Estados.

² Basicamente, podemos distinguir a *polícia* e o *policiamento* no que diz respeito à diferença entre a instituição policial, por um lado, e a prática do policiamento, por outro. Esta, enquanto um tipo de ação social, pode ser exercida por diversos atores. Adotaremos esta diferenciação ao longo do trabalho.

Nas Ciências Sociais³, os estudos acadêmicos da polícia e do policiamento são relativamente recentes. Principalmente nos Estados Unidos e Reino Unido, as primeiras grandes pesquisas sistemáticas sobre o tema aparentam datar do final dos anos 1950 e início dos 1960, apresentando trajetória própria de desenvolvimento teórico distinto daquela das Relações Internacionais⁴ (REINER, 2015). Por outro lado, de uma forma geral, é possível afirmar que estas abordagens tenderam a priorizar os aspectos comumente associados aos dados “nacionais” ou “particulares” da polícia, circunscritos a uma dada localidade. Em outras palavras, isto significa dizer que as suas dimensões internacionais, em sentido amplo, tem usualmente recebido pouca atenção, embora – como pretendemos demonstrar abaixo – estas dimensões sejam constitutivas da instituição policial e das práticas do policiamento modernos. Com frequência, vimos que a diferenciação metodológica entre o âmbito “interno” dos Estados, objeto de excelência das Ciências Sociais em geral, e o âmbito “externo”, reino das Relações Internacionais, acabaram, por vezes, sendo tomadas como ontologias, e não como o resultado contestado de processos econômicos, sociais e políticos (SCHRADER, 2019, p.15). Quando consideradas as dimensões “internacionais” nos estudos sobre polícia e policiamento, muitas vezes elas são entendidas na medida em que se configuram como objeto ou fonte de comparações. Isto é, ao se comparar os modos de funcionamento, a estrutura institucional e burocrática, as características operacionais, as técnicas de controle e repressão, e os processos históricos específicos de formação e de atuação das corporações policiais e do policiamento em diferentes Estados e Sociedades⁵.

Em nosso entendimento, debruçar-se sobre o estudo da polícia e do policiamento a partir de perspectivas comparativas significa arriscar compartilhar muito daquilo que Wimmer e Schiller (2003) chamam de “nacionalismo metodológico”. Trata-se, segundo os autores, de uma forma de abordagem sobre os fenômenos a partir de uma apreensão “estadocêntrica”, na qual o regime global dos Estados-nação é naturalizado e conceitualmente reproduzido. Compreendemos também que esta forma de compreensão se assenta na própria

³ Para uma referência importante de trabalho de revisão da literatura sobre a história da polícia no Brasil, ver Bretas e Rosenberg (2013).

⁴ Para uma discussão sobre as transformações históricas sobre o significado do conceito de polícia, ver Reiner (2015) e Garriott (2018).

⁵ Nesta categoria, no Brasil, podemos destacar, por exemplo, os estudos traduzidos que compõem a importante coleção “Polícia e Sociedade”, do Núcleo de Estudos da Violência da USP. Analisando a literatura referenciada nesta série, é possível observar que o contexto de marcados distúrbios sociais que caracterizaram os EUA nos anos 1960 e 1970, seguidos de violenta repressão por parte das polícias, foram acompanhados pela produção de trabalhos que tentavam compreender as suas causas e, das perspectiva do policiamento, formular os melhores métodos para a contenção de rebeliões.

emergência do Estado enquanto um elemento crucial de centralização de poder. Giddens (2001) nos lembra que:

As origens das pesquisas sociais empíricas nas ciências sociais estão intimadamente ligadas ao uso das estatísticas oficiais como um índice dos processos de atividade social. O suicídio, de Durkheim, é somente um entre muitos trabalhos do século XIX que se baseia nas análises de tais estatísticas para fundamentar suas conclusões [...] Mas elas não ‘correspondem’ apenas a um dado universo de objetos e eventos sociais, elas são constitutivas disso. O poder administrativo gerado pelo Estado-nação não poderia existir sem a base de informação que são os meios de sua autoregulação reflexiva [...] Devemos reconhecer que um dos aspectos do Estado moderno – e das organizações modernas em geral – é um estudo sistemático e uma utilização de materiais relevantes para a sua própria reprodução (GIDDENS, 2001, p. 201).

Constatar este dado significa compreender parte dos desafios ao entendimento da polícia a partir de uma perspectiva que se propõe enfatizar as suas dimensões internacionais. Em termos de dinâmicas espaciais, o “nacionalismo metodológico” tem significado o domínio de perspectivas que reproduzem uma “armadilha territorial” (AGNEW, 1994): a assunção de que os espaços territoriais dos Estados são unidades fixas de um espaço soberano; de que há uma clara divisão entre o doméstico e o estrangeiro; e de que os Estados “contém” as suas respectivas sociedades.

No entanto, uma crescente literatura sobre a polícia e o policiamento tem buscado destacar os processos que perpassam as sociedades para além das suas dimensões “locais” ou “nacionais”, tentando afastar-se de uma abordagem estritamente comparativa. Na área das Relações Internacionais, no final dos anos 1980, o tema da polícia e do policiamento passou a ser objeto crescente de estudos, a partir de múltiplas perspectivas e abordagens, priorizando a sua inclusão na agenda de Segurança Internacional. Esta ascendente relevância coincidiu com importantes debates e transformações nos entendimentos dominantes sobre segurança nacional e internacional contemporâneas e a emergência de novas percepções de ameaça, notadamente impulsionadas pela intensificação da globalização, pelos processos de transição pós-autoritária e de democratização na América Latina e no Leste Europeu ao final dos anos 1980 e início dos 1990, e pela atuação dos Estados Unidos e aliados desde o período imediato ao final da Guerra Fria (ANDREAS e PRICE, 2001; BUZAN e HANSEN, 2009).

2.1 Polícia e Relações Internacionais

A ampliação da agenda de reconhecimento de direitos humanos fundamentais, a emergência de debates sobre o crime organizado transnacional e a criação de diversos acordos multilaterais e bilaterais visando declaradamente combatê-lo, o crescimento da atuação internacional de policiais e do treinamento policial em contextos de intervenções e operações de paz da ONU, bem como dos chamados processos de reconstrução pós-conflito e de reformas do setor de segurança, são fenômenos que acompanham o observável aumento do interesse sobre o tema da polícia e do policiamento nas Relações Internacionais. Tendo isto em vista, é importante reconhecer que, como nos lembra Carr (1981, p. 6), nas ciências políticas, a divisão entre a investigação dos fatos e o objetivo a que determinada ciência visa cumprir com seu surgimento é inexistente, e este próprio objetivo é, ele mesmo, um dos fatos relevantes da análise.

Mobilizadas pelo alargamento no conceito de segurança e por uma ampliação do enquadramento jurídico internacional relativo à promoção e garantia da democracia, diversas organizações internacionais como ONU, FMI, Banco Mundial, União Européia, União Africana, OEA e OCDE também passaram, ao longo das últimas décadas, a atribuir uma marcada importância ao policiamento e às polícias (BRZOSKA, 2003; KOHL, 2014; SEDRA, 2010).

Esta crescente e relativamente recente atenção ao tema da polícia e do policiamento, contrasta com a longevidade e a importância das mútuas influências entre a polícia e as dinâmicas da política internacional ao longo da história. Liang (1992) demonstrou que a instituição policial moderna, tal como a conhecemos hoje, possui, desde a sua formação, profundos aspectos que perpassam as fronteiras territoriais e administrativas do Estado nacional. Ao traçar a formação da polícia moderna na Europa continental do século XIX, o autor a identificou como o resultado de esforços transnacionalmente concertados pelas elites imperiais (notadamente de França e Império Austríaco) para vigiar, perseguir, reprimir e aprisionar seus oponentes políticos no período posterior ao início da industrialização européia, notadamente com relação aos movimentos revolucionários como a Primavera dos Povos de 1848, a Comuna de Paris de 1871 e a organização da Internacional Comunista.

Na Grã-Bretanha, a experiência de Robert Peel (ex-subsecretário de Estado para a Guerra e as Colônias) na criação da polícia colonial da Irlanda para conter distúrbios sociais foi fundamental para a sua posterior elaboração, em 1829, da polícia civil britânica, na forma da *Metropolitan Police*, a qual posteriormente também serviu como um importante modelo para alguns sistemas policiais nos EUA (GO, 2020, p. 1196; MONKKONEN, 2004, p. 37),

França, e Alemanha (EMSLEY, 1983). Segundo Reiner (2000), a lei britânica de 1856, chamada *County and Borough Act*, que obrigou os condados a estabelecerem novas forças policiais e que manifesta um momento importante da formação da moderna polícia britânica, foi: “(...) motivada, em parte, pelo receio da criminalidade errante, associada ao final da Guerra da Criméia e à perspectiva do retorno de um exército desempregado e desregrado” (REINER, 2004, p. 69). Patrick Colquhoun (1745-1820), amplamente documentado como um dos pioneiros na reforma da polícia londrina e cujas reflexões serviram como referência para Robert Peel, também foi influenciado por contextos, reflexões e experiências distintas a partir de Glasgow, Londres, Dublin, Paris e da então colônia inglesa da Virgínia (LEPORE, 2020; BARRIE, 2008). Brogden (1987) também demonstrou a importância fundamental do imperialismo britânico no processo de transformação e profissionalização tanto da polícia civil inglesa quanto das colônias britânicas, indicando a sua natureza profundamente internacionalizada através das interconexões espaciais propiciadas pelos vínculos sociais e econômicos que constituíam a rede de relações do império britânico.

Deflem (2002; 2009) e Schrader (2019) localizaram e priorizaram em suas análises (mesmo que através de abordagens, temas e enquadramentos teóricos distintos) os elementos transnacionais de um processo crescente de “burocratização” da polícia, entendido como um processo social de constituição da organização policial como um ator social unitário e relevante, dissociado e distinto de outros atores sociais. Deflem (2002; 2009) observou as transformações nas corporações policiais europeias da segunda metade do século XIX em um momento em que passam a buscar se identificar como uma instituição profissional especializada no combate ao crime a partir da adoção de princípios de eficiência técnica e científica na consecução deste objetivo. Para o autor, a cooperação policial internacional que observamos hoje através de práticas e organizações (como Interpol e Europol) se deu em razão desta crescente “burocratização”, a partir da qual as polícias teriam passado a alcançar gradualmente posições de maior independência dos governos de seus Estados.

Schrader (2019), ao pesquisar as polícias dos EUA, indicou que este processo de “burocratização” (entendido pelos próprios policiais norte-americanos como “profissionalização”) teria se concretizado nos Estados Unidos em meados do século XX, e tratou-se de um processo inseparavelmente interligado a experiências internacionais, como as ocupações militares internacionais precedentes e concomitantes realizadas pelos EUA. O autor entende que a “burocratização” transformou fundamentalmente a estrutura organizacional das polícias norte-americanas, passando de uma estrutura na qual eram

submetidas diretamente às dinâmicas, lealdades e “maquinações” políticas locais para uma fundada principalmente na lealdade para com a própria instituição policial, que passou a ser um ator político relativamente independente e auto-interessado, disputando os recursos do governo federal com outros atores da estrutura de governo dos EUA. Ainda de acordo com Schrader (2019), tratou-se de um momento histórico que dotou as polícias de muitas das suas características contemporâneas, como padrões de recrutamento formal, um sistema de ascensão na carreira e uma remuneração estável. Este processo esteve inseparavelmente atrelado à atuação transnacional de policiais, agências de governo dos EUA, acadêmicos, corporações de segurança, universidades e conselheiros de segurança nacional, articulados, naquele contexto histórico, pelo *Office of Public Security* da USAID, durante diversas operações de contra-insurgência dos EUA.

Huggins (1998) destacou o movimento duplo entre a crescente atuação internacional das polícias dos EUA e de formulação e implementação de políticas que visavam criar forças policiais e/ou militares em outros países, e a vinculação à sua ascensão como potência internacional entre os finais do século XIX e a primeira metade do século XX. Huggins (1998) reconheceu que havia uma percepção dominante entre os formuladores da política externa norte-americana naquele período de que uma “boa polícia” seria um instrumento essencial para a estabilidade social nas regiões estrangeiras sob seu controle ou influência, para a repressão da “desordem subversiva” e para a garantia da “segurança para o comércio” na forma de segurança para credores e para propriedades norte-americanas (HUGGINS, 1998, p. 30). Podemos observar, junto com Schrader (2019), a continuidade desta visão entre os *policymakers* dos EUA no contexto da Guerra Fria, na qual a ameaça da “desordem subversiva” se somou às percepções de ameaça decorrentes da União Soviética e da difusão e atuação transnacional dos movimentos comunistas.

Martins (2014) demonstrou que a criação da moderna polícia paulista brasileira também estava indissociavelmente relacionada com as dinâmicas globais ou transnacionais do final do século XIX e início do XX. De acordo com o autor, as elites paulistas, desejosas de adotar um “padrão europeu” para a sociedade brasileira, empenharam-se em importar modelos de segurança pública naquela época tidos como capazes de manter a ordem social frente a irrupção de transformações catalisadas com a aceleração da urbanização, a vinda de grandes levas de imigrantes assalariados e a insipiente industrialização. Martins (2014) associou a transformação das polícias com a existência de certo temor compartilhado entre as elites paulistas e de outros países com relação à instabilidade social e à revolução, neste

momento histórico de grandes mudanças globais. Este temor provocou reações que se traduziram em mudanças na organização das corporações policiais e no tratamento do que hoje chamamos de segurança pública. “A modernização das polícias europeias, norte-americanas e sul-americanas, num mesmo momento histórico, foi uma resposta dos Estados às transformações globais” (MARTINS, 2014, p. 19).

Estes diferentes exemplos indicam a importância que o tema da polícia tem na política internacional, assim como a maneira com que o “internacional” inside sobre a própria polícia. Assim, julgamos que podemos questionar e avançar junto com Aron (2018, p. 6) ao refletirmos ao mesmo tempo sobre a especificidade e as fronteiras disciplinares da área de conhecimento das Relações Internacionais:

O fato de jovens europeus irem passar férias além das fronteiras de seu país interessa ao especialista em relações internacionais? Quando compro numa loja francesa um artigo alemão, quando um importador francês negocia com fabricante de outro país, esses exemplos de intercâmbio econômico pertencem ao campo de estudo das ‘relações internacionais’?

[...] Parece quase tão difícil responder afirmativamente como negativamente [...] Esta é uma dificuldade real, mas me parece que seria errôneo atribuir-lhe uma importância exagerada. Nenhuma disciplina científica tem fronteiras traçadas com exatidão. Não importa muito saber onde começam e terminam as relações internacionais, em que momento as relações interindividuais deixam de ser relações internacionais. O importante é determinar o centro de interesse, a significação própria do fenômeno ou dos comportamentos que constituem o núcleo desse âmbito específico (ARON, 2018, p. 6).

De modo geral, aparenta-nos ser mais adequado seguir a orientação conforme definida por Popper (2006, p. 98), de que “[...] uma assim chamada disciplina científica é apenas um conglomerado delimitado e construído de problemas e tentativas de solução. O que realmente há são os problemas e as tradições científicas”.

A breve discussão da literatura realizada acima nos indica o que aparenta ser um importante aspecto constitutivo das interações entre as relações internacionais, a política internacional, a polícia e o policiamento ao longo de diversos processos históricos, caracterizando o tema como relevante para a investigação científica.

Conforme Deflem (2009), o entendimento sobre a polícia e o policiamento é múltiplo, e se altera a partir de transformações mais gerais na esfera da cultura. Para apresentar as principais visões sobre o conceito de polícia, de uma forma geral, optamos por inicialmente citar a breve sistematização feita por Comaroff (2018) daquelas que seriam as maiores influências teóricas que têm fundamentado as reflexões sobre a polícia e o policiamento a

partir de uma perspectiva identificada pelo autor como da Antropologia contemporânea. Em seguida, a definição das perspectivas de estudo sobre a polícia britânica realizada por Reiner (2000), um dos mais notórios pesquisadores da polícia, pode nos servir, também, como um mapa de algumas orientações gerais para iniciar o estudo da polícia haitiana, atentos, contudo, às suas marcadas especificidades. Por fim, nesta seção, buscaremos apresentar alguns dos estudos que reconhecem a sobreposição entre diferentes aspectos internacionais e locais ao longo da história da atuação das polícias, atentando-nos à diferenciação em termos de ênfase a alguns elementos que podemos reconhecer ao qualificar estes diferentes trabalhos.

A sistematização feita por Comaroff (2018) indica quatro grandes autores que influenciaram os estudos sobre polícia e policiamento de uma forma geral: Max Weber, Walter Benjamin, Karl Marx e Michel Foucault. A primeira perspectiva é brevemente apresentada como derivada de uma visão ortodoxa do trabalho de Weber, segundo a qual, de acordo com Comaroff (2018), “[...] atribui ao Estado o monopólio dos meios de coerção legítima, investido na polícia para questões da lei; e nas Forças Armadas para assuntos de guerra” (COMAROFF, 2018, p. 13). A segunda influência, segundo esta sistematização, tem como fundamento principal as reflexões de Benjamin sobre a violência, em geral, e a violência policial, em particular, especificamente ao enfatizar as divisões (ou ausência delas) entre a violência que visa a manutenção da lei e aquela que cria a lei. A terceira perspectiva, marxista, fundamenta-se na integração entre o surgimento do policiamento moderno e os conflitos e relações de classe e propriedade, localizando o seu surgimento no processo de formação do Estado moderno e da privatização crescente da propriedade. Segundo esta perspectiva, conforme nos apresenta esta sistematização, “[...] o policiamento tornou-se uma função cada vez mais considerada do [...] governo, da e pela esfera *pública*” (COMAROFF, 2018, p. 16, grifo no original). Por fim, a perspectiva foucaultiana, para o autor, significa lidar com o policiamento, para além da instituição policial *per se* (“a polícia”), caracterizando-o como difuso e imiscuído por toda a parte na ordem social e institucional, e priorizando também os processos de construção e regulação de populações, inclusive através da criação de uma “geografia policial” que mapeia os “[...] eixos de jurisdição soberana, vigilância, segurança, perigo, descartabilidade, exclusão [...]” (COMAROFF, 2018, p. 17).

Robert Reiner (2000), um dos mais notórios estudiosos da polícia, ao analisar a formação da instituição policial moderna no Reino Unido a partir de uma perspectiva da Sociologia Histórica, divide a literatura entre estudos ortodoxos, estudos revisionistas e estudos “de síntese”. De modo geral, os primeiros, dominantes até a década de 1970, viam a instituição

policial como um desenvolvimento inevitável e benéfico em direção ao progresso e ao bem-estar geral da Sociedade; uma resposta necessária a ameaças aterradoras à ordem social e à vida civilizada que teriam surgido com as revoluções industrial e urbana. Já os segundos estudos, revisionistas, foram construídos em grande medida como resposta aos estudos ortodoxos, e passaram a fundamentar-se a partir de uma visão marxista profundamente crítica da instituição policial, entendida como um mero instrumento de manutenção do predomínio de uma classe dominante contra os interesses e oposições de vários setores da classe trabalhadora. Estes estudos, segundo o autor, irão descartar como “falsa consciência” as posições de simpatia e aceitação com relação à polícia que passaram a ocorrer entre a classe operária inglesa:

[...] em muitos aspectos, a visão revisionista foi apenas uma simples inversão da abordagem tradicional [...] Assim, como os historiadores ortodoxos que, quando as encontraram, descartaram as evidências de hostilidades e oposição à polícia como sendo maledicências ou erros, também os revisionistas, quando se confrontaram com períodos ou bolsões de aceitação do policiamento pelos trabalhadores, encararam isto como manipulação [...]” (REINER, 2000, p. 62).

Por fim, os estudos “de síntese”, mais contemporâneos e com os quais o autor se identifica, seriam contestações contemporâneas às duas abordagens precedentes, evidenciando contradições e complexidades na formação e na atuação da instituição policial inglesa.

Contudo, o que chama a atenção é que, aparentemente, em ambas estas sistematizações de estudos sobre a polícia e o policiamento, os seus aspectos internacionais não recebem a devida atenção que julgamos necessária; seja para a sua formulação teórica, seja para a análise específica do processo de formação da polícia moderna britânica, como no exemplo citado. Um autor que identificou a exclusão do aspecto internacional, na sua forma colonial, nas grandes interpretações sociológicas sobre a formação da moderna polícia britânica e das suas colônias foi Brogden (1987), que chamou a atenção especificamente para esta lacuna na literatura e para a profunda interrelação entre a conquista colonial britânica e as circunstâncias imperiais e a existência de um processo relativamente unificado e transnacional de profissionalização das polícias nestes diversos espaços. De acordo com Brogden (1987), as semelhanças entre a polícia colonial e a metropolitana diziam respeito a aspectos relativos à forma organizacional (como modos de recrutamento) e operacional (estilos de policiamento e compromisso normativo com a função preventiva), e também na justificativa amplamente declarada para a sua existência, como a contenção de distúrbios

sociais. Por fim, outros estudos mais recentes têm destacado as interrelações entre o colonialismo e o imperialismo e a emergência da polícia moderna, enfatizando a atuação do império britânico na Irlanda (BROGDEN, 1987) e na Escócia (BARRIE, 2008), e dos EUA entre o final do século XIX e início do XX (GILL, 2004; GO, 2020; HUGGINS, 1998; KUZMAROV, 2009; KUZMAROV, 2012; SCHRADER, 2019).

Nos contextos coloniais, as forças policiais foram estabelecidas inicialmente para pacificar a população e reprimir revoltas, visando assegurar a administração ordeira do domínio colonial (MARENIN, 1982). No caso do Haiti do século XIX, consolidada a Revolução e alcançada as Forças Armadas a condição de instituição fundamental do *ethos* social haitiano, o próprio Exército tornou-se na “força policial”, responsável não só pelos constantes golpes de Estado que caracterizam a conturbada história política do país mas também pela tentativa de garantir certa ordem interna. À especificidade da história do Haiti, único caso da modernidade em que uma revolução de escravos é bem sucedida em abolir a escravidão e dar origem a um Estado-nação em 1804, e o seu excepcionalismo, enquanto mito nacional constantemente revisitado (FATTON, 2021), soma-se o choque da ocupação norte-americana dos EUA de 1915 a 1934 e a importância que o tema da polícia passou a ter para as intervenções internacionais que ocorreram no país a partir de 1994 e quando, em 1995, pela primeira vez na sua história, se estabelece uma polícia nacional independente do Exército.

Como pretendemos demonstrar ao longo deste trabalho, a criação da moderna polícia haitiana (*Police Nationale d’Haiti*, PNH) foi o resultado do encontro entre a fundamental relação com os EUA, o processo político nacional, no qual se destaca a atuação das Forças Armadas do Haiti, e as dinâmicas relativas ao momento histórico dos anos 1990.

2.2 Aspectos interestatais, transnacionais e globais da polícia e do policiamento

Para o presente estudo, propomos analisar parte da emergente literatura sobre a polícia e o policiamento que se articulam com as Relações Internacionais a partir da revisão da bibliografia de algumas das suas mais importantes referências, buscando identificar e esquematizar as suas principais linhagens metodológicas. Para esta revisão, buscamos esquematizar a forma com que estes estudos interpretam e qualificam os âmbitos “nacional” e “não-nacional”, bem como as suas interações, no que tange a polícia e o policiamento. A partir deste critério, seguimos a definição de Halliday (2007, p. 15) sobre quais são os objetos

fundamentais de estudo das Relações Internacionais: as relações entre os Estados, as relações transnacionais e as operações do sistema como um todo, dentro do qual os Estados e as sociedades são os seus principais componentes.

Tendo isto em vista, localizamos e dividimos três grandes grupos que destacam, respectivamente, os aspectos interestatais, transnacionais e globais da polícia e do policiamento. As diferenças entre eles representam preocupações distintas que os autores tiveram no momento da sua elaboração. Assim, esta classificação não pretende limitar o escopo interpretativo dos trabalhos, já que acreditamos ser possível mobilizar inúmeros elementos para sistematizar os escritos, que dificilmente compõem, sem tensão, grupos claramente homogêneos. No entanto, ao se buscar priorizar o modo como interpretam as dinâmicas que vão além de uma dada sociedade, julgamos que a classificação proposta tem o potencial de auxiliar a atual pesquisa.

A escolha destes estudos foi feita a partir da quantidade e frequência de citações que aparecem em revistas, livros e teses do meio acadêmico. Decidimos também por priorizar as referências mais comuns usadas atualmente em trabalhos no Brasil e excluir as obras que fazem parte de estudos exclusivamente “nacionais” e comparativos.

2.2.1 Aspectos interestatais

Uma interpretação importante que se destaca ao analisarmos a forma como os estudos selecionados observam os processos que perpassam uma dada sociedade é aquela preocupada com as decisões governamentais em nível de política externa e o modo como os Estados se inserem na política internacional no que tange a atuação policial. Estes trabalhos, aqui qualificados como aqueles que priorizam os aspectos “interestatais”, dividem entre si uma ênfase na descrição dos esforços internacionais de treinamento policial e de exportação de tecnologias e novos métodos de vigilância, investigação e repressão a partir de uma ótica que os insere como um dos elementos estratégicos da dinâmica de alianças e/ou conflito entre os Estados nas relações internacionais, num contexto de disputa por poder, influência e territórios. Esta preocupação levou a um interesse relevante com destaque à atuação dos Estados Unidos ao longo do século XX, seja por entusiastas do papel dos EUA no mundo (como ANDREAS e NADELMANN, 2006; NADELMANN, 1993) ou críticos (MENJÍVAR e RODRÍGUEZ, 2005; KUZMAROV, 2009; KUZMAROV, 2012).

Ao priorizar a atuação dos Estados a partir das suas políticas externas, esta perspectiva tem apresentado convencionalmente, conforme Marenin (2005), tanto a descrição e a análise de instituições que foram criadas no contexto de projetos políticos regionais, como Interpol e Europol (ANDERSON, 1997; HABERFELD e MCDONALD, 2005; KOENIG e DAS, 2001), quanto a avaliação dos esforços de cooperação entre as forças policiais no combate às mais diversas formas do crime internacional (CEPIK e BORBA, 2011), além de perspectivas jurídicas sobre a cooperação policial internacional (KLOSEK, 1999).

Assim, as perspectivas aqui agrupadas ao redor de uma abordagem qualificada como “interestatal” da polícia e do policiamento focam na atuação no sentido da exportação deliberada de formas de conduta relacionadas ao delito, tanto do ponto de vista das teorias jurídicas e penais, quanto do exercício concreto de treinamento, envio de equipamento e armamento e de prisões em territórios de outros Estados, a partir de uma análise da inserção internacional dos Estados e das suas disputas.

2.2.2 Aspectos transnacionais

Diferentemente dos estudos que enfatizam os aspectos “interestatais”, aqueles que focam no “transnacional”, conforme propomos, estão menos preocupados com a atuação dos Estados em termos de política externa. Embora continuem atribuindo significativa relevância para as decisões que os governos tomam, o enfoque maior destas abordagens se situa sobre os processos sociais de intercâmbio entre diferentes atores que perpassam as sociedades, aproximando-se de interpretações sociológicas, históricas, e do estudo de regimes internacionais.

Segundo Iriye e Saunier (2009) a história transnacional compreende que o mundo moderno deve ser entendido não somente como a soma das histórias nacionais, ou como uma sucessão de acontecimentos das relações entre os Estados, mas também como uma história das conexões e circulações entre pessoas, bens e ideias. Compartilhando esta perspectiva no que tange a polícia e o policiamento, podemos destacar alguns trabalhos recentes, como Galeano (2016a; 2016b), Ferrari e Galeano (2016), Rodriguez (2004), Ferrari (2013); Albornoz e Galeano (2017, 2019), que versam sobre a interação entre as corporações policiais de Argentina e Brasil no início do século XX a partir da análise de percepções compartilhadas sobre a prática e as técnicas de policiamento, sobre o papel da polícia na sociedade, sobre o crime e sobre diferentes ameaças.

De certa forma, os trabalhos desta seção dividem entre si uma preocupação com aquilo que Marenin (2005) caracteriza como sendo os “regimes transnacionais de policiamento”, entendido como um espaço de compartilhamento de noções sobre a “boa” governança, o “bom” policiamento, e o “policiamento democrático”, bem como os mecanismos através dos quais há a difusão destas ideias, seja por meio da persuassão, convencimento ou imposição. Os regimes transnacionais de policiamento:

[...] incorporam as normas que definem o policiamento democrático, as práticas que devem ser feitas ou evitadas e as políticas que irão trabalhar para alterar os sistemas de policiamento em direção a um regime de normas preferencial (MARENIN, 2005, p. 107, tradução nossa).

É tendo isto em vista que alguns temas variados passaram a ser interpretados a partir do que podemos chamar de uma “ótica transnacional” da polícia e do policiamento, como a circulação e aperfeiçoamento de práticas de controle social e técnicas de policiamento dos EUA nas suas ocupações (MCCOY, 2009; SCHRADER, 2019); a forma com que a expansão imperial dos EUA do final do século XIX e início do XX impactou profundas transformações internas nas polícias norte-americanas (GO, 2020; SCHRADER, 2019) e como a sua continuidade auxiliou a estruturar as forças violentas e repressivas da América Latina (HUGGINS, 1998; GILL, 2004) e dos próprios EUA (SEIGEL, 2015); a difusão dos modelos e estilos de policiamento empregados pelo império britânico (EMSLEY, 2014); a interação institucional entre os aparatos de repressão na América Latina durante o contexto das ditaduras do século XX, notadamente sobre o Plano Condor (MARMONTEL, 2014; MCSHERRY, 2005; GAUDICHAUD, 2003; CUYA, 1993).

De modo semelhante, por se tratar da análise de esforços coordenados de repressão internacional, destaca-se o trabalho de Liang (1992), sobre a importância da polícia na formulação da política externa e da diplomacia europeia durante os processos de formação dos Estados ao longo dos séculos XVIII e XIX, notadamente frente movimentos revolucionários como a Primavera dos Povos (1848), a Comuna de Paris (1871) e a organização da Internacional Comunista. O objetivo do autor é fazer uma avaliação da polícia como um fator das relações entre Estados. A polícia moderna europeia é analisada considerando que:

[...] toda a Europa passou por um processo complicado de mudança que necessitou um monitoramento constante e elaborado, e ajustamentos sem fim tanto dentro de Estados soberanos particulares quanto nas suas relações uns com os outros – ou seja, que urgiu por um sistema policial que cubrisse todo o continente e que fosse responsável às necessidades locais e às

mudanças estratégicas da balança de poder internacional (LIANG, 1992, p. 3, tradução nossa).

Isso significa que, para o autor, as polícias modernas na Europa se tornaram indispensáveis para o funcionamento do sistema internacional de Estados, tanto quanto os exércitos regulares, as marinhas e as missões diplomáticas, uma vez que: “Nenhum tratado internacional poderia ser concluído a não ser que todas as partes signatárias estivessem razoavelmente seguras internamente [...]” (LIANG, 1992, p. 8, tradução nossa).

A título de exemplo, convém indicar a reação das potências europeias, em termos de polícia e policiamento frente a Comuna de Paris de 1871, destacada por Liang (1992):

A Bélgica em 1871 rapidamente restaurou uma lei exigindo que todos os viajantes vindos da França carregassem passaportes válidos. Trabalhadores estrangeiros em hotéis e tabernas também foram colocadas sob controle próximo pela polícia de estrangeiros. A polícia real italiana em 1872 expressou o desejo de trocar informação com a Suíça sobre o movimento de agentes da internacional [...] Budapeste colocou sob julgamento e executou um comunista de nacionalidade húngara [...] Rússia enviou o príncipe Gorchakov para a Suíça em 1872 para perguntar como Berna iria responder a um convite para se aliar às grandes potências num esforço coletivo contra a Internacional Socialista. Espanha tomou uma posição ainda mais forte do que a Rússia na necessidade de cooperação policial internacional contra o socialismo [...] O único país que tomou uma atitude moderada – até mesmo benigna – à ameaça do socialismo internacional parece ter sido a Inglaterra (LIANG, 1992, p. 87-88, tradução nossa).

Portanto, buscamos destacar que, segundo esta perspectiva, realçam-se os aspectos transnacionais dos engajamentos policiais. No caso exemplificado acima, uma atuação conjunta frente processos revolucionários e de revolta que perpassaram uma dada localidade, atravessaram as fronteiras territoriais dos Estados e se estenderam através de uma trama transnacional.

2.2.3 Aspectos globais

Podemos dizer que os estudos que por sua vez priorizam os aspectos globais da polícia e do policiamento, têm um entendimento compartilhado de que sejam, atualmente, co-constituídas nos e pelos vários palcos globais em que ocorrem os diversos encontros entre, de um lado, os esforços de policiamento e de construção de uma ordem social e, de outro, suas resistências. Estas práticas, embora submetidas num primeiro momento às decisões dos governos, perpassariam a elaboração e a execução da ação estatal compreendida no âmbito da política externa e das políticas de segurança pública, notadamente devido ao papel exercido pelos atores não-estatais na sua formulação, transmissão e execução. A partir desse ponto de

vista, existem certos “centros difusores” de métodos e tecnologias de vigilância, controle e repressão para a periferia global por meio da atuação das grandes potências, aprofundado num contexto de intensificação de circuitos de trocas de informação, mercadorias e de fluxo de pessoas (GREENER, 2009). Eles possuem importância fundamental, mas, agora, compreendidos como elementos de concentração, como “nós”, destes encadeamentos globais de bens, ideias, serviços e pessoas ao redor do policiamento (HÖNKE e MÜLLER, 2016).

Desse modo, o foco desta forma de abordagem deixa de ser o Estado-nação entendido como uma unidade fechada pertencente a um sistema internacional e passa a ser os fluxos globais e as mútuas influências entre os diversos palcos que os diferentes atores sociais que executam as práticas de policiamento *in loco* exercem uns sobre os outros, atribuindo para isso uma ideia de totalidade global.

Observa-se que uma quantidade relevante dos estudos aqui classificados como “globais” compartilham o fato de terem no pensamento de Michel Foucault sua principal referência para entender a polícia e o policiamento, exigindo uma explicação específica para esta forma de abordagem.

Os estudos das relações internacionais que buscam seguir uma tradição Foucaultiana para se entender a polícia e o policiamento são muito distintos entre si e apresentam intenso debate interno. No entanto, ainda assim nos parece ser possível encontrar alguns traços gerais que tornam estes trabalhos pertencentes a uma categoria específica, em termos de método de análise. Uma das principais especificidades desta forma de abordagem é no entendimento que se tem do conceito de Polícia. Estudos como Bachmann et al. (2014); Ryan (2013); Neocleous (2000; 2014a; 2014b), destacam uma perspectiva na qual o termo “polícia” não indica somente a corporação policial, a sua atuação e as técnicas, saberes, métodos, equipamentos e ações repressivas que ela executa e cultiva, a partir de uma conceituação jurídica ou formal sobre o ator social. De modo distinto, “polícia” é aqui entendida amplamente como uma prática e uma racionalidade. Em grande medida, diz respeito àquilo que Foucault (2008) identifica no processo de formação dos Estados europeus modernos como sendo parte de um conjunto de tecnologias de governo, característicos do que seria uma nova arte moderna de governar segundo uma “razão de Estado”:

A partir do século XVII, vai-se começar a chamar de ‘polícia’ o conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo ao mesmo tempo a boa ordem desse Estado. Em outras palavras, a polícia vai ser o cálculo e a técnica que possibilitarão estabelecer uma relação móvel, mas apesar de tudo estável e controlável, entre a ordem

interna do Estado e o crescimento de suas forças. (FOUCAULT, 2008, p. 421).

Autores que compartilham esta forma de abordagem (como BACHMANN et al., 2014; NEOCLEOUS, 2000, 2014a, 2014b; RYAN, 2013) costumam trabalhar mais com a ideia de poder policial, de policiamento, e com a noção mais ampla estudada por Foucault de *Polizeiwissenschaft* (ciência da polícia, na tradução literal), ciência estudada nas universidades alemãs do século XVII e XVIII que teria como finalidade o aperfeiçoamento da sociedade, por meio da ação do Estado, em direção ao bem, ao progresso, à ordem e à harmonia (CAYGILL, 2001). Estes autores tendem a priorizar aquilo que seria tido como uma função produtiva do policiamento enquanto tecnologia de governo, no sentido de apontar os modos pelos quais ela serviria para estabelecer, manter, controlar e administrar determinada ordem social em direção à realização de determinado fim. O entendimento compartilhado por esta linha pode ser sintetizado por Mark Neocleous (2014a):

‘polícia’ tem que ser compreendida menos em termos da instituição chamada a polícia e mais em termos de um amplo espectro de poderes por meio dos quais a ordem social é fabricada e sujeitos são constituídos – o poder policial –, exercido por uma gama de agências de policiamento situadas por toda a parte [throughout] do Estado e das instituições para administrar a sociedade civil (NEOCLEOUS, 2014a, p. 11, tradução nossa, grifo no original).

Desse modo, estes estudos não partem de uma separação *a priori* entre polícia e outras instituições, como as Forças Armadas. Pelo contrário, a abordagem por meio da ação de policiamento permitiu fundamentar críticas especificamente sobre o fenômeno que se entende de “militarização” das polícias e “policialização” dos militares⁶, visando compreender inúmeras práticas exercidas por várias instituições e atores ao redor do globo, incluindo também empresas privadas de segurança, corporações e ONGs. Nesta perspectiva, a distinção entre guerra e polícia é irrelevante (NEOCLEOUS, 2014b, p. 175). Segundo Orford (2014):

O amplo trabalho de policiamento é agora exercido por uma variedade de instituições e atores dentro e além do Estado administrador, que intervém para proteger populações e assegurar o bem-estar. Policiamento descreve bem o trabalho exercido por uma ampla gama de especialistas internacionais nos campos de intervenções humanitárias, militares, de desenvolvimento e monetárias na África, Ásia, Oriente Médio e Europa Oriental (ORFORD, 2014, p. xix, tradução nossa).

⁶ Para uma discussão mais aprofundada sobre este debate, ver Pereira e Vilella (2019).

Assim, o policiamento, enquanto prática, pode ser exercido por diversos atores e não somente a própria instituição policial, como outros órgãos do Estado, exércitos, profissionais e empresas de segurança privada, cidadãos voluntários, corporações de vigias, e empregados de outras empresas, como parte de sua função principal. Em nosso entendimento, compreendemos, de acordo com Reiner (2000), que, adotar o conceito de policiamento ou de polícia segundo esta perspectiva pode torná-lo “amorfo”, pois destitui a ideia de policiamento da sua especificidade enquanto um aspecto particular dos processos de controle social, e possibilita a inclusão de amplos aspectos da formação de uma cultura e da socialização dos indivíduos, eventualmente abrangendo a totalidade da sociedade (REINER, 2000). Assim, na próxima sessão, iremos desenvolver o conceito de polícia que adotaremos no presente trabalho bem como suas relações com a política.

2.3 Polícia e Política

A visão da polícia como um ator fundamentalmente político é fato comum reconhecido pela literatura (REINER, 2000). Mesmo quando não possui objetivos declaradamente políticos (como possuem as polícias políticas e os serviços secretos), a dimensão de poder da polícia se assenta em ser ela o agente que representa o Estado no processo, em disputa, de monopolização do uso legitimado da força nos limites de determinado território (REINER, 2000; WEBER, 2010). A ela é atribuída a possibilidade do uso da violência para a aplicação dos conceitos dominantes de ordem pública e para a manutenção de determinada ordem social (REINER, 2000).

A nosso ver, a desigualdade na distribuição de riqueza, prestígio e poder nas sociedades acomete a ideia de imparcialidade política da polícia no que tange seu papel de “aplicação da lei” (*law enforcement*), uma vez que: “Numa sociedade que é dividida em classes, etnias, gênero e outras dimensões de desigualdade, o impacto das leis, mesmo quando formuladas e aplicadas de forma imparcial e universal, vai reproduzir tais divisões” (REINER, 2000: 29). Desse modo, em nossa perspectiva, o papel político da polícia apresenta-se como relativamente evidente ao se reconhecer que “[...] por trás de cada lei promulgada, se encontram os interesses socialmente articulados e as *weltanschauungen* de um grupo social específico.” (MANHEIM, 1976, p. 144). Ou seja, compreendemos que:

[...] não existe um bem comum univocamente determinado a respeito do qual todos os homens concordem ou possam ser levados a concordar por força de uma argumentação racional. Isso se deve não ao fato de alguns quererem coisas diferentes do bem comum, mas principalmente ao fato

muito mais fundamental de que, para os diversos indivíduos e grupos, o bem comum está fadado a significar coisas diversas. Esse fato [...] introduz frinchas em questões de princípio que não se podem reconciliar mediante uma argumentação racional, porque os valores supremos – as nossas concepções do que devem ser a vida e a sociedade – estão fora do alcance da mera lógica (SCHUMPETER, 2016, p. 341).

De acordo com Foucault (2008), ao longo dos séculos XVII e XVIII, a polícia passou a ser entendida como uma tecnologia de governo que tem como referência a “ordem interna” do Estado, mas que está, ao mesmo tempo, indissociavelmente relacionada a outras duas tecnologias emergentes de governo: o equilíbrio de poder entre os Estados por instrumentação diplomática e a organização de um exército profissional (FOUCAULT, 2008):

Só se pode efetivamente manter a balança e o equilíbrio na Europa na medida em que cada um dos Estados tenha uma boa polícia que lhe permita fazer suas próprias forças crescerem. E, se o desenvolvimento não for relativamente paralelo entre cada uma dessas polícias, vamos ter fatores de desequilíbrio. Cada Estado, para não ver a relação de forças se inverter em seu desfavor, deve ter uma boa polícia (FOUCAULT, 2008, p. 423).

De forma geral, podemos dizer que as polícias modernas na Europa continental tornaram-se indispensáveis para o funcionamento do sistema internacional de Estados, tanto quanto o diplomata e o soldado:

[...] toda a Europa passou por um processo complicado de mudança que necessitou um monitoramento constante e elaborado, e ajustamentos sem fim tanto dentro de Estados soberanos particulares quanto nas suas relações uns com os outros – ou seja, que urgiu por um sistema policial que cubrisse todo o continente e que fosse responsável às necessidades locais e às mudanças estratégicas da balança de poder internacional (LIANG, 1992, p. 3, tradução nossa).

Assim: “Nenhum tratado internacional poderia ser concluído a não ser que todas as partes signatárias estivessem razoavelmente seguras internamente [...]” (LIANG, 1992, p. 8, tradução nossa).

Por outro lado, segundo Robinson e Scaglione (1987), a função da polícia moderna, entendida como uma organização especializada de controle social, é constitutiva do próprio Estado moderno, e sua emergência está atrelada a um processo social mais amplo de especialização econômica e acesso diferenciado a recursos, em que sociedades divididas fundamentalmente em laços de parentesco e afinidade tornam-se sociedades divididas entre classes dominantes e classes subordinadas com interesses antagônicos. A emergência de agências policiais especializadas ocorre a partir de um processo de conversão dos

mecanismos de controle social, em que estes mecanismos deixam de ser uma parte integrada da estrutura comunitária e são crescentemente concentrados em agentes de uma classe dominante emergente. Desse modo, a instituição policial é criada pela classe dominante emergente como instrumento de preservação do seu controle sobre o acesso a recursos básicos, sobre o aparato político governando esse acesso e sobre a força de trabalho necessária para prover o excedente de produção com o qual a classe dominante garante a sua sobrevivência.

No caso do Haiti, esta “função policial”, como vemos, foi exercida pelo Exército, fragmentado em diversas facções personalistas, até a criação da PNH em 1995 por Estados Unidos e aliados, com alterações significativas na sua forma, notadamente a partir da criação da *Garde d’Haiti* pelos EUA durante a ocupação de 1915 a 1934. A partir da ocupação, a função policial foi exercida de modo ainda mais violento pela *Garde*, que se tornou o braço armado centralizado dos EUA no país em aliança com as elites locais (CASTOR, 1988; TROUILLOT, 1990, p. 105;).

Por outro lado, o reconhecimento daquelas características gerais da polícia não implica *necessariamente*, em nosso entendimento, na assunção de que os laços de parentesco e afinidade da convivência comunitária deixam de ter importância para a polícia, ou que ela seja um ator meramente instrumental e subordinado das elites e classes dominantes. Ao analisar a atuação da polícia nos contextos de grandes greves e conflitos industriais na segunda metade do século XIX nos EUA, Johnson (1976) indicou que em várias situações as relações comunitárias dos membros das polícias e as lealdades e solidariedades a determinados grupos sociais foram importantes elementos que mobilizaram resistências frente seu controle formal por parte da alta burguesia, as quais recorreram a forças privadas de segurança, mudanças organizacionais internas, polícias estaduais (e não locais) ou tropas federais. Observações semelhantes feitas a partir de outros contextos são compartilhadas por diferentes autores (FREDERIC, 2008; MARENIN, 1982; REINER, 2000; ROBINSON e SCAGLION, 1987). Como Frederic (2008, p. 74, tradução nossa) demonstrou ao analisar a atuação cotidiana dos agentes policiais de Buenos Aires nos anos 1990 e 2000: “[...] é a relação com os outros [atores sociais], e não o isolamento [...] o que molda o ofício.”

Considerando o Haiti, o período posterior à ocupação dos EUA que se encerra em 1934 até a ascensão de Duvalier em 1957 vai levar a uma atuação cada vez mais “autônoma” do Exército haitiano na sua “função policial” com relação às elites nacionais, mas uma

“autonomia” que foi constantemente negociada com os EUA na busca pelo reconhecimento e aprovação do governo norte-americano das decisões tomadas pelas Forças Armadas.

Conforme definição de Robinson e Scaglione (1987, p. 114, tradução nossa): “[...] a polícia é, ao mesmo tempo, o agente tanto das pessoas que ela policia quanto da classe dominante, controlando aquelas pessoas para o interesse dessa”. Nesse sentido, a polícia também exerce funções relativas a aspectos mais gerais da ordem social que não implicam necessariamente na defesa dos interesses da classe dominante (MARENIN, 1982; ROBINSON e SCAGLIONE, 1987). Em nossa perspectiva, não é menos importante definir se a polícia é uma “classe contraditória” (MARENIN, 1982) ou exerce uma função a partir de demandas contraditórias (ROBINSON e SCAGLIONE, 1987). Mais fundamental para a presente tese é o próprio reconhecimento desta sua característica ambígua e complexa como ponto de partida.

A constatação dessa característica da polícia, como um ator que exerce uma manutenção do domínio de classe, mas que carrega, em si, ambiguidades, contradições e complexidades na manutenção cotidiana deste domínio a partir das suas ações, foi compreendida por alguns autores a partir de uma ideia de “autonomia relativa” (MARENIN, 1982; REINER, 2000). A noção de “autonomia relativa” da polícia com relação a forças econômicas, políticas e sociais situa-se na sua caracterização, resultante de um processo histórico, que passa a defini-la como i) uma instituição leal a si mesma, cuja lealdade passa a se sobrepor em intensidade às outras, que não deixam de existir (ao “grupo”, ao “bairro”, ao “clã”, ao sindicato, ao partido, etc.); ii) um ator político que se posiciona de modo auto-interessado em disputas por recursos limitados com outras organizações da burocracia do Estado (como militares, magistratura, etc.); iii) um campo que congrega um tipo de saber e de conhecimento técnico e supostamente neutro sobre práticas de controle da criminalidade e de garantia e manutenção da ordem pública (DEFLEM, 2002; REINER, 2000; ROBINSON e SCAGLIONE, 1987; SCHRADER, 2019).

Para este trabalho, contudo, optamos por utilizar, de acordo com Frederic (2008, p. 78), o conceito de “profissionalização” (entendido de modo não-teleológico), pois ele nos permite evitar a tendência de avaliar as condições reais das polícias em termos de graus ou níveis de dependência profissional. Por outro lado, ele nos permite avançar a partir do reconhecimento de tensões existentes entre diferentes tendências ou forças que atuam na corporação: em direção ao governo civil da polícia, à autodeterminação policial ou à “autonomia relativa”, ao controle judicial do trabalho policial.

Propomos que, com o uso do conceito de “profissionalização”, pensar as diferentes tendências ou forças que atuam sobre a corporação policial envolve colocar a própria polícia em relação com as dinâmicas da política internacional e as relações internacionais em geral, considerando, simultaneamente, dentre as forças ou tendências, aqueles aspectos interestatais, transnacionais e globais, conforme discutidos acima. Se, em nossa perspectiva, o conceito de “regimes transnacionais de policiamento” pode nos ajudar a avançar na consideração dos aspectos transnacionais destas forças, por outro lado, também nos parece ser importante reconhecer, para o nosso caso específico, aquelas tendências ou forças que incidem sobre a polícia em contextos de ocupação militar internacional. Para isso, podemos fazer referência a Schmitt (2009):

[...] o funcionário da polícia em especial cai num ponto de interseção de exigências a ele perigosas e contraditórias: a potência ocupante exige-lhe obediência na manutenção da segurança e da ordem perturbada justamente pelo partisan; o próprio Estado nacional exige-lhe fidelidade e após a guerra lhe pedirá um acerto de contas; a população, da qual faz parte, espera uma lealdade e uma solidariedade que podem conduzir, com referência à atividade do funcionário de polícia, a consequências práticas totalmente opostas se este não se decidir, ele mesmo, se converter em partisan; e, por fim, tanto o partisan quanto aquele que o combate irão empurrá-lo rapidamente para dentro do círculo vicioso de suas represálias e anti-represálias. (SCHMITT, 2009, p. 175).

Nesse sentido, propomos também interpretar como forças que incidem sobre as polícias as “exigências da potência ocupante” (em nossa perspectiva, da coalizão liderada pela potência ocupante), bem como as suas resistências, representadas, no pensamento de Schmitt, pela figura do *partisan*. Com isso, queremos dizer que o funcionário da polícia, nestes contextos, é “cobrado duplamente”, e por forças de sentido diametralmente opostas: o ocupante e o *partisan*; a potência estrangeira e a população da qual faz parte. Julgamos que o fato da ocupação ser multilateral ou não, e autorizada ou não pelo Direito Internacional ou pelo Conselho de Segurança da ONU não nos aparenta alterar fundamentalmente a natureza da argumentação, pois lideranças políticas e atores importantes dos movimentos contrários às intervenções internacionais no Haiti, como Charlemagne Peralte e Guy Philippe, viam e agiam (se supormos que realmente acreditavam naquilo que diziam) como se as intervenções internacionais no país fossem, de fato, ações de uma ocupação militar estrangeira.

3 OS EUA NO HAITI: O IMPÉRIO DO CAPITAL (1891-1934)

Ao final do século XIX, os interesses econômicos dos EUA no Haiti não eram significativos. A título de comparação, em 1913 os investimentos dos EUA no Haiti totalizavam somente US\$ 4 milhões, frente as cifras muito maiores dos investimentos de US\$ 200 milhões em Cuba ou, ainda US\$ 800 milhões no México (SCHMIDT, 1995, p. 54). As preocupações econômicas que os EUA tinham com relação ao Haiti estavam submetidas, em primeiro lugar, à necessidade estratégica de afastar as influências europeias e consolidar o seu controle sobre o Caribe e o acesso ao Canal do Panamá. Contudo, este fato não significou que as corporações e as finanças norte-americanas não tivessem interesse em expandir para o país seus negócios, cientes, inclusive, desta importância estratégica específica que o governo norte-americano atribuía ao Haiti.

Desde 1862, quando os EUA reconhecem diplomaticamente o Haiti, o Departamento de Estado promoveu ativamente a venda de produtos norte-americanos, diversificando a pauta e negociando as condições comerciais discriminatórias que vigoravam frente o tratamento atribuído a seus rivais franceses e alemães (SCHMIDT, 1995). Com o término da Guerra Civil, os EUA passaram por um período de intenso desenvolvimento econômico. Até a virada do século, a produção de carvão cresceu 800%, a de trilhos de aço 532%, as linhas férreas 567% e a produção de trigo 256%, além da duplicação da sua população com a contribuição da migração (KISSINGER, 2012, p. 20). Este intenso desenvolvimento levou a uma preocupação significativa com o excedente de capital e a superprodução agrícola e industrial, levando a uma continuidade do expansionismo e dos limites do seu mercado, percorrendo uma “solução geográfica a um problema econômico” (SMITH, 2003, p. 115) e também pelo uso do Estado por parte do capital, que se expressou numa postura ativista do Estado na promoção da expansão global do comércio, dos mercados e dos investimentos, da qual a política de portas abertas inaugurada na China por volta dos anos 1900 é seu maior exemplo (SCHMIDT, 1995):

Com a guerra de 1898 e a conquista do Canal em 1903 [...] o processo expansionista não se detém, apenas muda de sentido, pois o que fora um movimento imperial inspirado na observação do Espaço [...] transforma-se em um movimento em que o capital se ampara no Estado para realizar seus objetivos, sempre apresentados como coincidentes com a estratégia global-norte-americana, *especialmente nas Antilhas*. A intervenção de 1898 e o estabelecimento da Pax Americana abriram o caminho à penetração maciça do capital norte-americano no Mare Nostrum [Caribe] e no governo Taft (1909-1912), êle já estava em condições de *disputar a praça aos capitais europeus aplicados nas Antilhas e na América Central*, contando para isso

com o apoio de setores dominantes nacionais (FERREIRA, 1971, p. 129, grifo nosso).

Para o Haiti, já no início dos anos 1890, o comércio com os EUA representava 2/3 das importações haitianas, medidas em termos de valor e de peso (TROUILLOT, 1990, p. 54). A importância da França para a economia haitiana se situava fundamentalmente na sua condição de principal destino das exportações, principalmente do café, até o início da Primeira Guerra Mundial em 1914 (SCHMIDT, 1995).

Este expansionismo norte-americano do final do século XIX e início do XX se encontrou, no Caribe, com outras forças imperiais europeias. No Haiti em específico, configurou-se um cenário de crescentes disputas interimperiais pelo acesso ao mercado local e o domínio de territórios, recursos e população, com a busca pelo estabelecimento de investimentos e influência⁷. A França, antiga metrópole do Haiti, continuava com sua preponderância política e econômica não somente por conta da importância das relações comerciais mas também devido aos termos do acordo de reconhecimento diplomático de 1825, que deu início a uma importante dívida internacional do Haiti, e devido à criação, sob controle de capitais franceses, do *Banque Nationale de la République d'Haiti* em 1880 – maior instituição financeira do país, banco comercial e depositário do tesouro nacional, com o poder de emitir papel-moeda. Por outro lado, os investimentos e influência alemães vinham se aprofundando no país, como com a compra da companhia de bondes de Porto Príncipe, e o aumento da participação no transporte marítimo e o financiamento de campanhas políticas locais. Naquele momento, os capitais dos Estados Unidos também passaram rapidamente a rivalizar a preponderância europeia. A crescente competição econômica interimperial no país acompanhou o aumento da significância das relações internacionais com a política local, na medida em que aprofundava a importância dos favorecimentos, das alianças, ou das hostilidades de uma potência estrangeira com relação a determinado aspirante político haitiano (LAGUERRE, 1993, p. 58; PLUMMER, 1984, p. 130):

O avanço estrangeiro no Haiti era parte de uma luta global por mercados e influência política entre as grandes potências no início do século XX. A França utilizou as ligações de linguagem e cultura para manter uma posição estável para si no mercado haitiano e para cultivar francófilos por propósitos políticos [...] A auto promoção da Alemanha se baseou significativamente na eficiência de seus empreendimentos e na alta qualidade da sua manufatura. A Bretanha ligou o seu comércio caribenho a exportações

⁷ Sobre as disputas interimperiais, a sua relação com as elites comerciais estrangeiras, e o domínio estrangeiro do comércio internacional no Haiti no início do século XX, ver Plummer (1984).

têxteis tradicionais, e utilizou extensivamente as frotas alemãs (PLUMMER, 1984, p. 131, tradução nossa).

O início do ingresso do capital norte-americano no Haiti se deu no momento posterior à vitória na guerra contra a Espanha, em 1898, com a formação de companhias para o aperfeiçoamento do abastecimento de água e a exportação de lenha. No ano seguinte, a *Haitian Exploration Co.*, baseada em Nova Iorque, adquiriu a licença para a exploração do cobre. Em 1905, companhias norte-americanas conseguiram concessões para a construção de uma ferrovia que seria construída ligando Gonaïves a Hinche e, em 1910, a proibição constitucional haitiana da posse de terras por estrangeiros, apesar de formalmente mantida, foi parcialmente contornada quando o magnata norte-americano James P. McDonald conseguiu o direito da exploração das terras ao redor da linha férrea que seria construída ligando Porto Príncipe a Cabo Haitiano (MICHEL, 2009; NICHOLLS, 1985, p. 111). Em 1909, os bancos *Speyer and Co.* e *National City Bank of New York* compraram e passaram a controlar a *Central Railroad of Haiti, holding* formada inicialmente entre 1899 e 1906 com capital alemão e germano-americano (HUDSON, 2017, p. 89).

A vitória dos EUA na “disputa da praça aos capitais europeus” (FERREIRA, 1971, p. 129) aplicados no Haiti se consolidou quando o *Speyer and Co.* e o *City* (dentre outros bancos germano-americanos menores) conseguiram, com a atuação do secretário de Estado de Taft, Philander Chase Knox, participação num acordo com bancos franceses e alemães em 1910, garantindo parte do controle do *Banque Nationale*. De acordo com Manigat (1967), tratou-se do momento fundamental de passagem da preponderância política francesa para a estadunidense no Haiti. Portanto, é importante destacar, ela precede a intervenção de 1915, que da início à longa ocupação de 19 anos. Knox e a “diplomacia do dólar” de Taft davam seguimento ao Corolário de Theodore Roosevelt (1904) à Doutrina Monroe, que estabelecia os EUA não só como espécie de “polícia internacional” e garantidor dos pagamentos das dívidas internacionais dos países do hemisfério ocidental, mas também encorajava as corporações financeiras norte-americanas a substituir as europeias no papel de credoras. A implementação do Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe em 1905 na relação dos EUA com a República Dominicana consolidou o controle da alfândega do país pelos Estados Unidos, que assumiram a responsabilidade pelo pagamento das dívidas dominicanas (MORISON e COMMAGER, 1950, p. 519) e, posteriormente, em 1914, serviu como modelo para os planos de Woodrow Wilson com relação ao Haiti. No entanto, o acordo foi, naquele momento, negado pelos haitianos, preocupados com o controle que os EUA teriam sobre o país ao

estabelecer o domínio completo sobre as importações e exportações da ilha (SCHMIDT, 1995, p. 50).

3.1 Racismo e o “risco haitiano”

O término da Guerra Civil norte-americana e o maior peso que as questões estratégicas passaram a ter na política externa dos EUA para o Haiti não descartaram por completo as avaliações racistas que relacionavam a instabilidade do sistema político haitiano com a cor da pele dos seus nacionais⁸. Pelo contrário as visões racistas e geopolíticas reforçavam-se mutuamente. A ideia da suposta inferioridade do negro na sua capacidade de auto-governo pleno⁹ alimentou percepções de ameaça que nutriram setores militares e políticos norte-americanos nas suas considerações sobre a defesa de Cuba e Haiti (canal de Barlavento) contra intervenções europeias; e, consequentemente, do Caribe e do acesso ao Canal do Panamá (RILEY, 2016).

As recorrentes crises políticas e instabilidades do Haiti do século XIX foram tidas como manifestações da inferioridade das massas negras na sua capacidade de auto-governo pleno, e, ao mesmo tempo, como problemáticas para a manutenção do controle dos EUA, uma vez que poderiam se consolidar como oportunidades para que as potências europeias aumentassem sua influência ou até mesmo estabelecessem alguma forma de domínio sobre o Haiti, a ilha de Hispaniola e o Caribe, notadamente ao se considerar os jogos políticos de alianças internacionais das frações da elite haitiana e dominicana. Nas primeiras décadas do século XX, esta visão era compartilhada por lideranças como o senador estadual e ex-governador da Virginia Ocidental William A. MacCorkle, o contra-almirante Colby M. Chester, o Almirante William B. Caperton (comandante das forças navais que intervieram no Haiti em 1915), o secretário da marinha de Woodrow Wilson, Josephus Daniels, o secretário de Estado de Wilson, Robert Lansing, e o próprio presidente Wilson, e ajudou a fundamentar, em setores da sociedade norte-americana, mesmo que parcialmente, a legitimidade da ocupação de 1915-34 (RILEY, 2016; SCHMIDT, 1995, p. 58-9 e 63; SOMMERS, 2015). Conforme avaliou Jacobson (2000):

⁸ Para um estudo aprofundado sobre as visões dos EUA sobre o Haiti e do Haiti sobre os EUA, a partir da literatura ficcional, ver Dash (1988).

⁹ Os trabalhos de grandes intelectuais haitianos do século XIX, como Pompée Valentin (barão de Vastey), Jacques Nicolas Léger e Antenor Firmin, se desenvolveu no sentido da mobilização de esforços consideráveis para responder a estas acusações internacionais de inferioridade do negro e do haitiano.

Ao longo do período entre o final do século XVIII e todo o século XIX, a linguagem da supremacia tecnológica (contra o ‘atraso’ primitivo) juntou as linguagens da supremacia cristã e racial no léxico Euro-americano de hierarquias humanas (...) A tecnologia se tornou crescentemente a medida mais dramática tanto do valor relativo das sociedades diversas quanto do seu poder relativo (JACOBSON, 2000, p. 53, tradução nossa).

O ex-governador da Virgínia Ocidental William A. MacCorkle, por exemplo, em texto de 1915, às vésperas do início da ocupação, buscou argumentar que a recorrente instabilidade política do Haiti, os “hábitos sociais da população”, desde a Revolução até aquele momento, e o aumento da atuação de França e Alemanha no país, colocavam em risco a paz e a segurança dos Estados Unidos na região do Canal. Com isso, MacCorkle tentava fundamentar a utilização da Doutrina Monroe como justificativa para a realização de uma intervenção armada e preventiva no Haiti:

Será uma necessidade absoluta que os postos avançados do Canal estejam nas mãos de governos fortes e estáveis, e não se pode admitir que os portos necessários para este comércio e as ilhas pelas quais ele irá passar (...) estejam repletos de revoluções e perigos a este comércio (MACCORKLE, 1915, p. 45, tradução nossa).

Para MacCorkle, os motivos das recorrentes crises das instituições republicanas no Haiti se encontravam na própria dinâmica social e nos hábitos haitianos, vistos, por ele, através de uma perspectiva sempre presente de temor, caos, incivilidade, degeneração e violência, contrastando tanto com o que teria sido a “pérola das Antilhas” do período colonial quanto com o “nível civilizacional” dos EUA. Esta “ingovernabilidade”, portanto, segundo ele, colocaria em risco não só os “estrangeiros e corporações que tentavam se afirmar no país” (MACCORKLE, 1915, p. 45), mas, fundamentalmente, o próprio governo dos EUA:

(...) a questão para consideração pelo povo americano é se este comércio [da rota que leva ao Canal] deve ou não ser frequentemente colocado sob controle de um governo continuamente engajado em guerra interna, revolução, e insurreição, e afundado em degeneração religiosa e governamental (Ibidem, p. 38, tradução nossa).

O “caos” interno ao Haiti seria, assim, visto como uma oportunidade para que as potências Europeias, “famintas por terras” (p. 79), estabelecessem o domínio sobre o país.

(...) Cedo ou tarde o governo irresponsável da República do Haiti irá cometer o ato que irá nos envolver sob a primeira cláusula e aplicação original da Doutrina Monroe. Se não fosse pela Doutrina Monroe, apoiada pelas mãos fortes deste governo, esta ilha estaria, hoje, sob o controle de uma nação europeia (Ibidem, p. 61, tradução nossa).

Para MacCorkle, os Estados Unidos, portanto, teriam a obrigação de decidir entre deixar o Haiti sob a premente possibilidade de passá-la ao controle europeu, ou intervir preventivamente, para, em nome da própria segurança da rota marítima entendida como elemento crucial da segurança nacional, transformar as condições sociais e políticas da ilha, incapaz de fazê-lo por si própria:

É vital para os Estados Unidos determinar se as condições desta ilha, tão importante para nós, irão ultimamente levar à interferência por parte das nações europeias ou nos compelir, para preservar a paz e a segurança do nosso país, a prover, por alguns meios, que a sua presente condição se altere (...) (Ibidem, 1915, p. 38-9, tradução nossa).

Por fim, segundo MacCorkle, para garantir a segurança das rotas comerciais que atravessam o Canal do Panamá e, conseqüentemente, a segurança dos EUA, seria necessário transformar profundamente, não as instituições do Estado Haitiano, mas sim a sociedade haitiana como um todo:

Nós não podemos dizer: ‘deixem eles em paz; suas condições irão melhorar por si mesmas’, pois não há nada que mostre alguma esperança de melhora. Esta condição degradada não é o resultado de circunstâncias, que foram realmente infelizes, mas de um crescimento da natureza e do espírito inerentes do povo, fundamentos que não podem ser alterados pelas poucas formas de civilização adotadas por ele. As provas, tão abundantes, mostram que eles não estão ajustados para o auto-governo; e que as suas condições, se deixadas por eles mesmos, irão se tornar piores do que atualmente. Pelo controle de uma mão forte de um governo civilizado eles podem se tornar capazes de emergir da condição de anarquia e desespero que ronda a assim chamada república; mas eles nunca serão capazes de, por eles mesmos, ascender da profunda lama na qual eles têm se debatido por mais de um século (Ibidem, p. 87-88, tradução nossa).

Entendemos que, com isso, o atraso tecnológico e de técnicas de produção agrícola do Haiti com relação aos países centrais do capitalismo, além das instabilidades políticas do país, foram vistos como manifestações de uma suposta inferioridade do negro, interpretada a partir de uma perspectiva que associava a cor da pele com o comportamento político, econômico e social. Assim, em nossa perspectiva, duas visões dominantes sobrepostas sobre o Haiti se expressavam nos EUA neste momento: na sua especificidade, era uma república negra nascida a partir de uma revolução anti-escravista, tida como ameaça e vista com desconfiança principalmente pelos estados do Sul, que mantinham, nos seus territórios, limitada a aquisição plena de direitos civis dos negros. Somando-se a isso, o Haiti submetia-se, também, à visão mais ampla de inferioridade social e política projetada sobre os outros Estados do hemisfério ocidental como um todo (NASSER, 2010, p. 31).

3.2 O ingresso do capital norte-americano: *Wall Street* e a disputa internacional pelo controle aduaneiro

No Haiti, o contexto de crescente disputas interimperiais pelo controle do país foi acompanhado de um processo de crescente instabilidade (PLUMMER, 1984). O governo de Cincinnatus Leconte (1911-1912), que chegou ao poder através de um golpe contra Antoine Simon (1908-1911), apoiado por mercadores alemães instalados no Haiti, mostrou-se especialmente importante para a ampliação dos interesses do capital alemão e americano. Leconte realizou uma série de concessões e empréstimos oficiais que auxiliaram as finanças e os mercadores internacionais instalados no país que possuíam vínculos com estas potências (HUDSON, 2017, p. 93-94). Já em 1912:

Em termos do total de investimentos externos no Haiti, o banco [*City Bank*] tinha ganhado uma enorme presença nos assuntos econômicos haitianos e emergiu como um competidor frente a longa presença mercantil alemã e francesa que tinha dominado a economia haitiana. Ao mesmo tempo, a pegada econômica do *City Bank* o posicionou no sentido de realizar maiores demandas tanto para o governo haitiano quanto para o Departamento de Estado dos EUA, e levou rapidamente o banco ao controle virtual das finanças do Haiti (HUDSON, 2017, p. 94, tradução nossa, destaque nosso).

Para o *City Bank*, a sua expansão no Caribe compunha uma ampla estratégia de crescimento, atualização, aperfeiçoamento, internacionalização e diversificação das suas operações (estratégia esta também acompanhada por boa parte de *Wall Street* em seu avanço internacional neste período¹⁰), e sua política para o Haiti também reproduziu, de forma geral, os estereótipos e aceções racistas já presentes em parte da sociedade estadunidense sobre a suposta inferioridade do negro (HUDSON, 2017).

Dentre os estratagemas usados pelos EUA entre 1910 e 1915 para pressionar o governo haitiano e facilitar o estabelecimento do controle de corporações norte-americanas de toda a aduana do país, o *Banque Nationale*, sob controle do capital norte-americano e francês e o apoio do Departamento de Estado dos EUA, teve papel fundamental. À volatilidade e fragilidade dos governos no Haiti, e à intensificação da crise política do período, somam-se a execução de uma série de medidas, por parte do *Banque Nationale* que

¹⁰ A partir de 1904, o *City Bank*, em conjunto com outros bancos dos EUA, passou a participar em títulos, empréstimos e financiamentos em Cuba, México, Bolívia e Panamá (HUDSON, 2017).

contrariaram e prejudicaram economicamente determinado governo de turno, como o envio de recursos a insurgências de oposição, e a suspensão de 10 milhões de francos que seriam usados para uma reforma monetária, concomitantemente a uma posição de constante denúncia pública da instabilidade política e das ameaças a “propriedades e vidas americanas” (HUDSON, 2017, p. 97-102; SCHMIDT, 1995, p. 52).

3.2.1 O “plano Farnham”

Para as elites haitianas, o domínio dos EUA sobre as suas alfândegas, principal fonte de receitas do Estado, representava o controle total norte-americano dos recursos governamentais, desde a arrecadação até as despesas, que passavam pelo *Banque Nationale*, sob controle do capital norte-americano, francês e alemão. Além disso, com a tomada da administração da aduana dominicana desde 1905, o domínio dos EUA sobre a alfândega haitiana também significaria o controle completo sobre todas as importações e exportações da ilha. Assim, mesmo com a recorrência e a intensificação dos conflitos internos entre as diferentes facções da elite do Haiti naquele contexto, não ceder ao controle aduaneiro estrangeiro era, segundo Schmidt (1995, p. 50), uma posição compartilhada pelos diferentes grupos em disputa, e foi uma das razões pelas quais o governo haitiano recusou, em 1914, firmar um acordo com os EUA nos moldes daquele que tinha sido feito com a República Dominicana em 1905, e que só será realizado no Haiti após o desembarque dos *marines* já em 1915.

Apesar de condenar a “diplomacia do dólar” e as diversas intervenções internacionais realizadas por seus predecessores (NASSER, 2006, p. 11), o presidente Woodrow Wilson e seus secretários de Estado William Jennings Bryan (1913-1915) e Robert Lansing (1915-1920) viam o controle financeiro estrangeiro dos países do Caribe como ameaça tão perigosa quanto o franco controle político e militar por parte destes governos (SCHMIDT, 1995: 59), e, no período que precede a intervenção de 1915, continuaram com a política para o Caribe, em geral, e para o Haiti, em particular, de Roosevelt e Taft (MORISON e COMMAGER, 1950, p. 23).

O governo Wilson continuou a política caribenha de buscar dominar e estabilizar a área, e foi ainda mais ativo do que as administrações passadas em exercer a força militar e a pressão diplomática para alcançar estes fins (SCHMIDT, 1995, p. 46).

Durante seu governo, o vice-presidente do *City Bank* e do *Banque Nationale* e que posteriormente, em 1920, irá assumir a presidência da *National Railroad of Haiti*, Rogerl L. Farnham, tornou-se o principal conselheiro sobre o Haiti do secretário de Estado Bryan. Com o objetivo de estabilizar as condições sociais e econômicas instáveis do país, e, ao mesmo tempo, estabelecer o controle daqueles bancos sobre a aduana haitiana, Farnham teve, de acordo com Schmidt (1995, p. 50-53) e Logan (1972), um papel fundamental na decisão da invasão por parte de Wilson, ao insuflar em seus relatórios para o governo dos EUA as ameaças alemãs e as instabilidades políticas, conseguindo mobilizar, também, posicionamentos mais favoráveis à intervenção por parte de corporações norte-americanas com interesses no Haiti, como a *United Fruit Company*. Em janeiro de 1914, após solicitação do secretário Bryan para que elaborasse uma solução de longo prazo para as condições políticas e econômicas do Haiti, Farnham enviou seu plano, fundamentando-o a partir de uma intervenção militar:

[...] Farnham argumentou que o desenvolvimento econômico da república era impedido pelos “quase contínuos distúrbios revolucionários que são impostos ao país por um número relativamente pequeno de aspirantes políticos.” Estes aspirantes, Farnham continuou, aliciavam seus seguidores com promessas de “grandes pagamentos e ganho do butim” em troca do apoio para a derrubada do governo de turno. Frequentemente, estes movimentos eram financiados por mercadores estrangeiros, os quais eram recompensados com fundos do tesouro haitiano, ou, se este estivesse vazio, “como é o caso em alguns momentos”, com a concessão de privilégios na exportação de café, cacau e algodão, se a revolução fosse bem-sucedida. A maioria dos haitianos tinha pouco interesse nestes movimentos revolucionários [...] As condições no Haiti, Farnham concluiu, permaneceriam imperturbadas “até o momento em que um poder forte, vindo de fora, interviesse” (HUDSON, 2013, p. 102).

Hudson (2013) argumenta que os fundamentos de Farnham para elaborar o seu plano de ação de longo prazo para o Haiti baseavam-se em concepções racistas sobre o que foi tido como as causas do “atraso” da sociedade haitiana, tendo como referência a sociedade norte-americana. Assim como escreveu William A. MacCorkle em 1915, as condições sociais no Haiti, para Farnham, permaneceriam imutáveis caso uma grande potência, que deveria ser os EUA, não agisse no sentido de auxiliar e promover os haitianos a uma nova forma de vida. Hudson (2013) assim avalia o “plano Farnham”:

[...] com o seu modelo paternalístico de um intervencionismo benevolente e tutela financeira baseada na crença da inabilidade inerente do povo haitiano de governar-se a si mesmo, o plano de Farnham emergiu de um discurso mais amplo do capitalismo racial do início do século XX. Para Farnham, a identidade racial dos haitianos não poderia ser separada das suas tendências econômicas. Diferenças raciais explicavam deficiências

econômicas, enquanto aptidões econômicas foram calibradas ao longo de uma hierarquia de cor [...] Durante seu testemunho ao Congresso em 1922, Farnham aprofundou a explicação da sua hierarquia supremacista branca [...] “De fato, eles [os haitianos] não são nada mais do que grandes crianças, ignorantes de todos os métodos agrícolas, eles não sabem nada sobre maquinaria” (HUDSON, 2013, p. 102).

Nos momentos posteriores que se seguiram ao envio do texto de Farnham, o seu “plano” teve o apoio oficial do Departamento de Estado de Bryan. Por meio de um memorando, Bryan se aliou a Farnham e indicou que o conflito político interno do Haiti seria uma oportunidade para os EUA realizarem três grandes objetivos no país: o controle do Môle-Saint-Nicholas, a defesa dos interesses financeiros de cidadãos norte-americanos contra o governo haitiano, e a revisão do artigo 4 da Constituição Haitiana, que proibia a posse de terra por estrangeiros e era visto por corporações interessadas como um obstáculo para a realização de investimentos no país (HUDSON, 2013, p. 101). Às vésperas da intervenção, ao ser confrontado com uma oferta pelo governo haitiano de concessões em direitos de mineração e favorecimentos comerciais, Bryan recusou a proposta, argumentando que os investimentos norte-americanos no Haiti ocorreriam somente na medida em que fossem garantidas a ordem e a estabilidade do país (SCHMIDT, 1995, p. 55).

Em agosto de 1915, já após o envio das tropas dos EUA ao Haiti, Robert Lansing, secretário de Estado de Wilson manifestou preocupação com a justificativa pública que seria usada a respeito da invasão e ocupação do Haiti. Em carta a Wilson de 3 de agosto, Lansing argumentou que os EUA não teriam o pretexto da represália, como tiveram em Vera Cruz, no México em 1914, e que, por isso, deveriam trabalhar com a exposição de outra explicação: “A mim me parece que somente uma razão pode ser dada por termos feito isso [tomar o governo de Porto Príncipe e a administração do país], e é a do dever humano em fornecer os meios para aliviar a situação de fome” (LINK, 2017, p. 69, tradução nossa). Lansing vinha de um encontro, no mesmo dia, com o comissário Paul Fuller (enviado do departamento de Estado ao Haiti), Roger Farnham e Maurice Casenave (presidente do conselho de diretores do *Banque Nationale* e tido por Lansing como representante dos interesses franceses no Haiti).

3.2.2 O “plano McDonald” e a reforma militar

Na primeira metade do século XX, os EUA buscaram atuar nas crescentes esferas de influência que se formavam a partir da sua expansão imperial atrelando a segurança para o

seu comércio internacional com estes países com a garantia da estabilidade econômica e política nestas regiões. A ideia da repressão da desordem subversiva e preservação da paz pública atravessava posições políticas expressas por lideranças como o secretário de Estado Elihu Root, em 1905 e o presidente Woodrow Wilson entre 1914 e 1917. Uma das formas de atuação para esta finalidade foi o estabelecimento de forças que exerciam funções policiais mas que eram militares na sua estrutura e tecnologia (HUGGINS, 1998).

O argumento, quando não se fundamentava em uma rigidez social e na impossibilidade da transformação fundamentada no racismo de uma natureza biológica imutável e de inferioridade da raça, por vezes mobilizou a articulação entre a garantia da estabilidade social e política e a atuação de uma “boa polícia”. As novas forças policiais, nesta perspectiva, deveriam ser profissionais e “apolíticas”, submetidas a oficiais norte-americanos e financiada pelos Estados Unidos. Estas forças acabariam com a desordem e reduziriam a agitação política criada pelas lutas entre as Forças Armadas rivais, criando as bases para o processo de superação e de libertação das massas do jugo da tirania. Com estes esforços, na prática, o governo dos EUA veio a sobrepor um processo centralizado a uma dinâmica que ocorria na relação entre as elites locais e nacionais nos contextos em que ocorreram as intervenções (HUGGINS, 1998, p. 30).

A ideia da desmobilização das forças armadas haitianas e criação de uma polícia submetida a uma autoridade civil como meio para realizar o objetivo do governo dos EUA de por um término às instabilidades políticas do país e aos frequentes golpes de Estado tem origens, ao que se pôde apurar, no plano elaborado pelo magnata das ferrovias James P. McDonald, durante os momentos iniciais da intervenção de 1915.

No dia 2 de agosto daquele ano, a pedido de Lansing para que colocasse em carta a sua visão de solução para o problema da instabilidade do país, McDonald enviou uma carta ao secretário de Estado dos EUA na qual expunha seu plano. Basicamente, o “plano McDonald” fundamentava-se nos seguintes tópicos:

- a) eleição de um presidente provisório simpático aos EUA (a partir de uma lista fornecida pelo próprio McDonald), com quem pudessem realizar um tratado nos moldes daquele realizado com Cuba em 1903 (Emenda Platt) e com a República Dominicana em 1907 (controle aduaneiro);
- b) transformação da política macroeconômica do Haiti e realização de empréstimos para o pagamento de dívidas internacionais próximas do vencimento;

- c) uso das forças armadas dos EUA para manter a ordem e a tranquilidade;
- d) desarmamento e desmobilização do sistema militar haitiano, colocando-o sob uma liderança civil apoiada por uma polícia rural ou uma polícia urbana [*constabulary*] (LINK, 2017, p. 66).

Em sua carta, McDonald expressou certo desprezo pelas forças armadas haitianas, tidas por ele como “infectadas pela doença revolucionária”. Assim, em seu plano, o desarmamento e desmobilização dos militares constituía uma etapa essencial do processo de estabilização:

Eu estou confiante que a presente classe dos assim chamados ‘generais’ no Haiti ficará satisfeita de ser enviada a estas guardas rurais e colocada numa posição onde eles receberão um salário regular para os seus serviços. Isto iria longe no sentido de colocar um término à doença revolucionária com a qual o país está infectado (LINK, 2017, p. 66, tradução nossa)

No mesmo texto, o magnata das ferrovias também viu uma oportunidade de defender seus negócios no Haiti, e concluiu seu plano tentando demonstrar que sua atuação no país também serviria para alcançar os fins de estabilização almejados pelo governo dos EUA, sob argumento de que:

A coisa mais importante do que qualquer outra para aliviar a condição presente no Haiti é prover emprego para seu povo [...] Assim que o Governo dos Estados Unidos tomar a ação afirmativa que irá aliviar as condições deploráveis agora prevalecentes no Haiti e proteger os investimentos de capital, eu espero iniciar imediatamente o trabalho para completar a construção da *National Railroad of Haiti* [...] (LINK, 2017: 67, tradução nossa)

Em nossa interpretação, McDonald buscou apresentar-se como um agente dos supostamente coincidentes objetivos corporativos e do governo dos EUA no Haiti, uma espécie de “missionário empresarial” do processo de estabilização. Assim seguiu McDonald em sua carta:

Nesta construção, eu espero dar 25.000 a 50.0000 empregos para os trabalhadores haitianos e eu também almejo criar o interesse dos nativos que vivem ao longo da linha da estrada em vários empreendimentos [...] por meio dos quais os nativos terão um mercado à vista [*cash market*] para todos seus produtos [...] (LINK, 2017, p. 67, tradução nossa).

Por outro lado, a supressão do discurso racista com relação aos haitianos (como vimos, amplamente presente dentre as elites políticas, econômicas e militares dos EUA do período), assim como o intuito de realizar uma estabilização através das iniciativas de

promoção do desenvolvimento do capitalismo no país e a reforma do setor militar e policial aparenta-nos ser um importante indicativo de um processo de transformação das razões que posteriormente fundamentarão os argumentos em prol dos empreendimentos norte-americanos no Haiti. Como nos lembra Latham (2011):

Enquanto teorias baseadas em afirmativas de uma diferença racial inerente gradualmente perderam apoio entre cientistas sociais e intelectuais, a prática de ranquear culturas ao longo de uma escala linear ou evolutiva se manteve. Este facto teve implicações importantes para o pensamento americano sobre a modernização. Uma vez que os limites inerentes associados à rigidez fixa de uma biologia e de um destino racial fixo foram substituídos por uma compreensão fundamentada na maleabilidade da cultura, a ideia de transformar as sociedades estrangeiras ganhou maior credibilidade (LATHAM, 2011, p. 22, tradução nossa).

De forma geral, o plano McDonald também antecede a política da “boa vizinhança” dos anos 1930 na relação dos EUA com o Caribe e a América Latina em geral, com a qual os EUA pretendiam, segundo Pérez (1982, p. 183-184), ao observar a falência na criação das condições de estabilidade por parte das intervenções estrangeiras dos EUA das primeiras décadas do século XX, criá-las através da formação e do uso de forças armadas nacionais subservientes que pudessem evitar a “necessidade” da recorrência das intervenções.

Se a invasão e ocupação dos EUA no Haiti, que se estendeu de 1915 a 1934, foi também mobilizada pelos interesses econômicos mais imediatos de bancos e corporações norte-americanas, como podemos depreender da atuação de Roger Farnham e James P. McDonald, ela estava, concomitantemente, submetida aos interesses estratégicos e geopolíticos dos EUA no Caribe, notadamente ao visar conter os interesses estrangeiros, principalmente da Alemanha. Em perspectiva ampla, ela envolveu a expansão norte-americana no Caribe a partir da vitória contra a Espanha em 1898, as necessidades estratégicas de assegurar o acesso ao Canal do Panamá, e a ascensão do “wilsonismo” enquanto divisor de águas ao articular a política externa norte-americana com a promoção da democracia na América Latina (NASSER, 2006). No quadro da 1ª Guerra Mundial, as invasões da ilha de São Domingos (Haiti em 1915 e República Dominicana em 1916) e a compra das Antilhas Dinamarquesas em 1916 após ultimato, foram também, de acordo com Schmidt (1995), o resultado de considerações de vulnerabilidades estratégicas a ataques alemães somadas às dificuldades de consolidação do controle norte-americano sobre a política local, notadamente no caso do Haiti¹¹. Como resumiu Plummer (1984, p. 137), os

¹¹ Em 1914, o chanceler haitiano, ao sugerir um acordo com os EUA sobre o controle da aduana, foi denunciado e quase violentado fisicamente no Senado (SCHMIDT, 1995, p. 61).

EUA não estavam interessados em realizar mais alterações no Haiti do que suas próprias necessidades ditavam, e o subdesenvolvimento e dependência do país não os incomodava, somente na medida em que estes problemas pudessem ser usados pelos Estados rivais.

Da perspectiva da relação entre as grandes potências, a ocupação de 1915 foi negociada diplomaticamente entre os Estados que ora disputavam a influência sobre o Haiti nos anos imediatamente precedentes: EUA, França e Alemanha. A narrativa apresentada por Schmidt (1995) sobre as tratativas diplomáticas no momento que antecede a ocupação nos permite compreender a real extensão da posição subordinada que o Haiti ocupava na política destas grandes potências:

O comissário Paul Fuller reportou, em junho de 1915, que nenhum político haitiano poderia permitir-se a assinar um acordo [de criação da aduana sob controle dos EUA], porque ele seria acusado de vender o país para os Estados Unidos, e que a intervenção armada seria a única forma de dar prosseguimento à política americana. Possíveis complicações que poderiam resultar com a Alemanha e a França por conta de ação unilateral foram suavizadas de modo bem-sucedido, provavelmente porque nenhum país queria alienar os Estados Unidos naquele momento da guerra na Europa. O encarregado alemão em Washington assegurou ao departamento [dos EUA] que a Alemanha entendia que os Estados Unidos não poderiam concordar com uma participação da Alemanha na alfândega [haitiana] por razões políticas internas, e que o Escritório Imperial de Relações Exteriores persistia na sua reivindicação somente por conta da opinião pública na Alemanha. No momento da intervenção, os franceses expressaram a aprovação e a esperança de que os Estados Unidos seriam “enérgicos” na sua reforma do Haiti. No desenvolvimento da política de intervenção, pouca consideração foi dada aos direitos dos haitianos (SCHMIDT, 1995, p. 62, tradução nossa).

Se, 45 anos antes, as intenções de anexação de São Domingos do presidente Andrew Johnson e de seu secretário de Estado William H. Seward foram negadas pelo Congresso norte-americano, agora, neste novo contexto, Woodrow Wilson iniciava não a inclusão na Federação de um novo Estado economicamente enfraquecido mas a trágica imposição da ocupação estrangeira.

3.3 A ocupação de 1915-1934

Sob a alçada legal do Tratado Americano-Haitiano de 1915, os EUA reivindicaram o direito de intervir no país quando julgassem necessário; criaram a gendarmeria do Haiti e, posteriormente a *Garde d’Haiti*, formadas por norte-americanos e haitianos e controlada pelos *marines*; fundaram uma nova escola de cadetes; estabeleceram o controle sobre a

alfândega, as finanças nacionais e de todos os ministérios (com exceção da Justiça e da Educação); e reescreveram a Constituição em 1918, permitindo a posse de terras por estrangeiros (proibida desde a independência) (ROBINSON, 1996, p. 265). Durante a ocupação, os *marines* tiveram também a função de garantir a proteção do presidente haitiano¹² e de cidadãos nore-americanos (BALCH, 1926, p. 130). Os EUA também instituíram desde maio de 1921 uma lei marcial de censura, submetendo a um tribunal militar qualquer um que escrevesse artigos ou proferisse discursos tidos como “de natureza incendiária”, que pudessem levar a uma “agitação” contra as forças dos EUA no Haiti, ou que fossem meramente críticos aos EUA ou ao governo haitiano (RUSSEL, 1921).

A imposição da nova Constituição de 1918 teve como um dos seus principais objetivos alterar a cláusula que proibia a posse estrangeira da terra no Haiti, que vigorava desde a independência haitiana da França em 1804 (SCHMIDT, 1995, p. 96-7).

De acordo com Laguerre (1993, p. 66), os EUA tinham três grandes objetivos com a ocupação: fortalecer os seus interesses econômicos, desenvolvendo novos investimentos e garantindo o controle e a dependência do Haiti aos EUA; prevenir o estabelecimento de significativas influências políticas, econômicas e culturais de França e Alemanha, assegurando o controle norte-americano do Caribe e da rota do Canal do Panamá; e desenvolver a infraestrutura do Haiti e reorganizar algumas das suas instituições, como o Exército – ações tidas como meios necessários, para o objetivo de garantir a estabilidade do Haiti.

Ao seu término, em 1934, pode-se dizer que a ocupação alcançou aqueles dois primeiros objetivos: ela fundamentou e aprofundou a dependência da economia haitiana aos EUA, afastou a crescente influência alemã e diminuiu os laços do Haiti com a França, estabelecendo-o de vez dentro da sua zona de influência. Com o apoio do Departamento de Estado, o *City Bank* avançou sobre o *Banque Nationale*, comprando as restantes posições alemãs em 1916 e francesas em 1917 e estabelecendo seu controle completo em 1922. O eixo anterior de disputas entre o capital dos EUA e o dos países europeus diminuiu em importância com relação às disputas internas à própria América do Norte e aos Estados Unidos, com a liderança do *City Bank* e a participação de outras instituições financeiras,

¹² No contexto de 1994 a 2004, este papel foi exercido por empresas privadas de segurança, como MVM Inc. e Steele Foundation (DEMOCRACY NOW, 2004a; GIRARD, 2004).

como a *American Foreign Banking Corporation*, e o *Royal Bank of Canada*, que se estabeleceu no Haiti em 1919 (HUDSON, 2013, p. 105-6).

Buscando justificar-se, por um lado, na Doutrina Monroe e na proteção do Canal do Panamá, e, por outro lado, nos discursos públicos da Casa Branca e do Departamento de Estado de solidariedade, altruísmo e auxílio ao Haiti, principalmente para conter situações de fome no país, a política almejada pelo governo dos EUA durante a ocupação, no que se refere ao objetivo da estabilização do Haiti se fundamentou, tanto na busca da reforma das instituições, como as Forças Armadas, quanto, segundo Nicholls (1985, p. 29), na busca pela formação de uma classe média urbana, vista pelo governo dos EUA e por frações progressistas da elite haitiana como a base social necessária tanto para a estabilização do país quanto para o estabelecimento da democracia, do liberalismo e da modernidade:

Foi de fato uma política da administração dos EUA durante os anos 1920 o encorajamento ao desenvolvimento de tal classe média, sob a estranha impressão de que tal classe iria prover uma base para o liberalismo, democracia e o que mais tarde veio a se chamar ‘modernização’ (NICHOLLS, 1985, p. 29, tradução nossa).

Sob este objetivo, a ocupação tentou inicialmente realizar, de certa forma, aquilo que parte dos governantes haitianos também vinham buscando concretizar ao longo do século XIX e início do XX: o restabelecimento de grandes latifúndios agrícolas para abastecer o mercado externo e, com isso, garantir o excedente para a manutenção da burocracia do Estado, do Exército e das suas altas posições na escala social. O meio utilizado pelo militar norte-americano foi o domínio pela força das armas de parte das elites urbanas e das massas camponesas, buscando submetê-las ao trabalho forçado na construção de estradas e nas fazendas de *plantation* – agora, controladas pela *Haitian American Sugar Company*, financiadas pelo investidor norte-americano¹³ e cultivadas com a ajuda das avançadas técnicas agrícolas desenvolvidas nos EUA (CASIMIR, 2012):

O estabelecimento de uma agricultura de *plantation* dominada por estrangeiros necessitou da destruição do sistema existente de posse da terra em minifúndios, com sua miríade de camponeses proprietários, e implicou na conversão destes camponeses em peões do latifúndio (SCHMIDT, 1995, p. 11, tradução nossa).

¹³ A *Haitian American Sugar Company* se estabeleceu no Haiti em 1912, onde ficou até 1987. A única ferrovia existente no país ligava o moinho de açúcar da companhia ao porto de Porto Príncipe e era controlada por investidores norte-americanos, notadamente o *National City Bank of New York*.

Os resultados desta política, no entanto, não levaram o Haiti a uma significativa abertura para a extensa exploração comercial internacional da economia de *plantation*. Os investidores internacionais mantiveram-se relutantes em investir seu capital no Haiti e financiar grandes empreendimentos agrícolas e de manufatura. Dentre as razões, destacam-se as avaliações sobre as condições de infraestrutura, sobre o complexo sistema de posse da terra, e sobre as hostilidades presentes contra a penetração e o domínio das corporações estrangeiras. A ausência de investimentos externos dificultou o desenvolvimento de uma burguesia industrial no país e favoreceu a manutenção do domínio das antigas elites mercadoras, responsáveis pela importação dos principais bens de consumo do país (PLUMMER, 1984, p. 136). Sobre este ponto, Trouillot (1990, p. 146) avalia que a ocupação dos EUA permitiu garantir que estas elites tradicionais se assegurassem do controle político do país mesmo sem que elas precisassem lutar por esta posição e estabelecessem a sua hegemonia. Nesse sentido, a instabilidade do Haiti do período precedente do final do século XIX até a ocupação iria se manifestar novamente no contexto posterior a 1934.

3.3.1 A resistência armada e intelectual: a revolta dos *cacos* e o movimento indigenista

Para os militares *blancs* norte-americanos, em quantidade significativas originários dos Estados do Sul dos EUA, carregando fortes preconceitos raciais, e indiferentes à história e às especificidades políticas que prevaleceram no Haiti durante os séculos passados, todos os haitianos eram, na sua inferioridade, igualmente “*niggers*”, que deveriam se submeter ao projeto civilizacional e de tutela estadunidense, fundamentado na eficiência técnica e na racionalização das instituições, o qual iria lhes permitir adquirir a capacidade de auto-governo pleno que, até então, em sua perspectiva, faltava-lhes¹⁴ (HUGGINS, 1998, p. 33; RENDA, 2001; SCHMIDT, 1995, p. 79-89). Nos primeiros anos da ocupação, o fuzileiro naval Smedley D. Butler, primeiro comandante da gendarmeria do Haiti, percebeu que a difícil locomoção entre as principais cidades do país, devido à escassez de estradas e às suas condições precárias, prejudicava a passagem dos veículos e as operações militares de pacificação nas regiões rurais. Para tentar solucionar este problema, Butler colocou em prática uma antiga lei haitiana de 1864 que forçava os camponeses a auxiliar na construção de estradas, sistema conhecido como *corvée*. Este sistema de trabalhos forçados resultou na

¹⁴ Para uma breve exposição da visão racista e de superioridade branca sobre o haitiano a partir de relatos de algumas lideranças dos *marines* que ajudaram a compor a gendarmeria, ver Kuzmarov (2012, p. 37-43).

construção de grandes redes de estradas no país, incluindo a rodovia entre Porto Príncipe e Cabo Haitiano, mas aprofundou, junto com as vastas violências e abusos cometidos pelos militares norte-americanos e pela gendarmeria do Haiti, os ressentimentos e as resistências dos camponeses haitianos (CASTOR, 1988, p. 77; SCHMIDT, 1995, p. 100). O comportamento da gendarmeria levou a um aumento significativo do sentimento anti-americano, notadamente entre os camponeses haitianos, e contribuiu para o surgimento de movimentos de resistência política tanto no campo quanto nas cidades.

Historicamente ligados a diversas revoltas camponesas no Haiti ao longo da segunda metade do século XIX e início do século XX, os *cacos* foram um importante grupo de resistência armada contra a ocupação dos EUA em 1915 e entre 1917 e 1921 (MICHEL, 1996, p. 18 e 42). Os *cacos* eram formados em sua maioria por camponeses pequenos proprietários de terras mais ricos do que a média; eram lideranças que ocasionalmente empregavam trabalhadores assalariados e faziam pequenos empréstimos para seus vizinhos, garantindo-lhes uma relativa posição de poder no meio rural haitiano (NICHOLLS, 1985, p. 30). Antes da ocupação, os *cacos* eram grupos que usualmente se reivindicavam como revolucionários mas eram fragmentados no sentido de possuírem vínculos de lealdade, alianças e apoio social somente em regiões próximas de onde estavam estabelecidos, e que lutavam, em alguns casos com sucesso, a partir da força das armas, pelos seus próprio candidatos presidenciais. Com a ocupação, a luta dos *cacos* tomou uma forma nacionalista e anti-imperialista, superando estas históricas hostilidades e fragmentações internas entre si e dando lugar a uma união frente o inimigo estrangeiro (LAGUERRE, 1993, p. 70).

Liderados por Charlemagne Peralte, ex-oficial do antigo exército haitiano desmobilizado pelos EUA no início da ocupação, os *cacos* empregaram táticas de guerrilha rural e urbana no interior do país, notadamente no Planalto Central, próximos de Hinche, e nas regiões ao redor e dentro de Porto Príncipe, colaborando com alguns simpatizantes nacionais e internacionais nos EUA, Inglaterra e França, e também com os *gavilleros*, a guerrilha dominicana de resistência à ocupação da República Dominicana pelos EUA (MICHEL, 1996, p. 26). Em 1919, Peralte tinha conseguido formar um exército de cerca de cinco mil homens nas regiões norte e central do país, que se mostrou superior do ponto de vista militar à gendarmeria, incapaz de reprimir o movimento pela força das armas (HUGGINS, 1998, p. 34).

No lugar da gendarmeria haitiana, os *marines* intervieram diretamente nas missões de contra-insurgência. O haitiano Jean Conzé e o estadunidense Herman Heneken, capitão da

Marinha dos EUA, foram responsáveis pela morte de Péralte em 1919, e receberam a Medalha de Honra e Mérito do Haiti e Medalha de Honra do Congresso dos Estados Unidos, respectivamente. Com a morte de Péralte e a posterior supressão da revolta dos *cacos* em 1920, mais significativo movimento armado de oposição à ocupação e tida pelo governo dos EUA como “banditismo revolucionário”, ambos tornaram-se, desde então, até os dias de hoje, importantes símbolos históricos para os movimentos nacionalistas e anti-imperialistas haitianos (ANDRADE, 2019, p. 123).

A consolidação da vitória militar dos EUA sobre a resistência armada camponesa marcou o abandono definitivo da luta armada contrária à ocupação e contrária aos empreendimentos dos EUA no Haiti: o estabelecimento da grande propriedade agrícola sob controle do capital norte-americano. A derrota da guerrilha no interior retirou o camponês da cena política que, ocupou ao longo do século XIX e início do XX, e concretizou o desarmamento destes camponeses, centralizando a vida econômica, política e cultural na capital (CHENET, 2011, p. 122; NICHOLLS, 1986, p. 1243).

Do ponto vista intelectual, é durante a ocupação que, no Haiti, parte da “cidade” vai descobrir o “campo” e o camponês. De acordo com Casimir (2012), as mobilizações políticas e intelectuais que surgem nas cidades como reação à ocupação norte-americana e a guerrilha dos *cacos* no interior vai provocar, pela primeira vez no Haiti do século XX, o “encontro” entre os segmentos sociais camponeses e urbanos, ou a “articulação” entre a sociedade civil e o Estado. Registra-se o desenvolvimento crescente de processos de reinvenção da identidade nacional entre as classes cultas das maiores cidades haitianas, mobilizando uma superação, mesmo que instável, de hostilidades históricas internas, frente o inimigo comum estrangeiro, assim como no meio rural com relação aos *cacos* (QUINN e SUTTON, 2013, p. 9). Até então, de modo geral, as ideias prevaletentes nos círculos intelectuais de maior expressão social e política eram notadamente francófilas, depreciando, reprimindo e condenando aquilo que de alguma forma se relacionava com as heranças africanas, o camponês, o creole e o vodu, tendo-os como elementos atrasados, retrógrados e supersticiosos da sociedade (CASIMIR, 2012; DÉUS, 2020; SCHMIDT, 1995).

A reação dos intelectuais do Haiti comprometidos com a resistência à ocupação, cuja maior expressão se encontra no pensamento de Jean Price-Mars foi acompanhada de esforços no sentido da tentativa de reformulação de uma identidade nacional que abarcasse a totalidade da sociedade haitiana, levando, por sua vez, a reconhecer e valorizar estes aspectos anteriormente excluídos pela elite letrada urbana (DÉUS, 2020). Assim, jovens intelectuais

da chamada “geração da ocupação” passaram a renunciar à orientação francesa e branca e a valorizar as heranças culturais negras e africanas, afirmando uma nova consciência étnica negra que, por sua vez, constituiu-se num fator contínuo na vida política e cultural haitiana ao longo do século XX, com importância significativa no movimento que levou ao estabelecimento da ditadura Duvalier no final dos anos 1950 (SCHMIDT, 1995, p. 23; SMITH, 2009). As mobilizações que caracterizaram estes anos de ocupação norte-americana provocaram o nascimento do importante movimento cultural *indigenista*, cujas influências se fazem presentes no posterior movimento internacional da *negritude* e que caracterizaram boa parte da cultura haitiana ao longo dos anos posteriores, notadamente a partir da leitura elaborada pelo *noirismo* do movimento dos *Griots*, liderados por François Duvalier e Lorimer Denis. Conforme definiu Cadet (2020):

O indigenismo permanece uma das primeiras tentativas coletivas de corrigir as derivas de um Ocidente que crê ser o centro do mundo. Esta crítica do Ocidente se inscreve na vasta radicalização do nacionalismo erguida contra o imperialismo americano. O “imperialismo cultural” foi pego desprevenido durante esta ocupação. A verdadeira campanha crítica contra as produções ocidentais vai alcançar seu paroxismo nos anos 1960-70, seguida às múltiplas descolonizações em África (CADET, 2020, p. 156, tradução nossa).

Por outro lado, o apoio à continuidade da ocupação manifestou-se nos segmentos sociais haitianos simpáticos, por interesse ou ideologia, à causa “civilizadora” que então julgava possuir o militar norte-americano. Assim, registra-se o apoio de outra parte da elite haitiana, notadamente aquela que manteve uma posição de depreciação, em termos valorativos, daquelas heranças africanas que se manifestavam na sociedade, principalmente no meio rural. Para uma fração da classe dominante, a ocupação era uma forma de consolidar o afastamento dos camponeses das fontes de poder, incrementando a validade daqueles indicadores de *status* como cor de pele clara, idioma francês, residência urbana e catolicismo, como elementos de superioridade social (CASIMIR, 2012): “Cada pretendido grupo ‘racial’ se empenha em provar que é o mais apto para a missão civilizadora que assume em nome do Ocidente” (CASIMIR, 2012, p. 20, tradução nossa).

A derrota dos *cacos* em 1920 arrefeceu aquele contato e articulação entre a cidade e o campo que se manifestava na resistência concomitantemente intelectual e camponesa armada. E parte das elites alinhadas com a ocupação passou a disputar entre si quais seriam aqueles mais capazes de realizar o projeto “civilizador” defendido pelos EUA para o país:

Se, durante o século XIX, os camponeses têm uma participação apoiada nas

tarefas políticas e pressionam em direção a um desenvolvimento endógeno autopropulsado, depois da derrota dos “cacos”, toda a oposição política se faz nas cidades, dentro de marcos fixados pelo exterior e pelos herdeiros dos libertos, tanto da velha como da nova geração (CASIMIR, 2012, p. 19).

Assim, mesmo que a “cidade” tenha descoberto o campo e o camponês, ela, neste momento posterior, passou a centralizar em si a resistência política, e se consumou uma desarticulação e isolamento entre a sociedade civil camponesa e a urbana, ao mesmo tempo em que as cidades e o Estado intensificaram a sua integração com o sistema global através dos meios de comunicação.

3.3.2 O relatório McCormick e a revitalização da ocupação

Após o término da 1ª Guerra Mundial, a ocupação do Haiti passou a ter uma maior importância para os movimentos negros dos EUA, que passaram a protestar pelo seu encerramento e tiveram importante participação na mudança de atitude no sentido da moderação da atuação do governo norte-americano e da violência dos *marines* no país (PLUMMER, 1982). Em meio a uma série de pressões nos EUA por parte da *National Association for The Advancement of Colored People* e de antigos membros da Liga Anti-Imperialista, o senador de Illinois Joseph M. McCormick presidiu e apresentou em 1922 um relatório para o Congresso dos EUA sobre a ocupação do Haiti, que, após a pacificação da insurgência dos *cacos*, levou a uma nova estratégia para o país, fundamentada na promoção da riqueza e da educação (KUZMAROV, 2012, p. 44; MILLSPAUGH, 1931).

Mesmo com algumas críticas pontuais às violências cometidas pelos soldados norte-americanos, o relatório apresentado foi favorável não só à manutenção da ocupação, como à sua extensão. Sob a ocupação, segundo o texto, pela primeira vez, em gerações, os camponeses haitianos poderiam frequentar as cidades sem medo de serem “arrastados” para as “mal pagas forças [militares] da República ou de pretendentes revolucionários”; a ocupação teria garantido a defesa da propriedade privada destes camponeses contra roubos e pilhagens; a alfândega haitiana estava sob o controle “eficiente e honesto” dos EUA; as cidades estavam limpas e bem iluminadas; e a moeda, estabilizada. “Em suma, sob o tratado [ocupação], a paz da República, a solvência do seu governo e a segurança do seu povo foram estabelecidas pela primeira vez em muitos anos”. A “aceitação” da ocupação e o aumento da paz e prosperidade no Haiti no contexto posterior à derrota dos *cacos* foi compreendida,

segundo o relatório, “[...] no fato de que existem, entre dois milhões e meio de pessoas, somente 2.500 gendarmes e menos de 2.500 marines” (EUA, 1922a, p. 23, tradução nossa)¹⁵.

Assim como expressou o magnata norte-americano das ferrovias no seu “plano McDonald” em 1915, avaliado acima, o relatório McCormick de 1922 também diferia das interpretações explicitamente racistas presentes no governo dos EUA durante os anos precedentes, notadamente naqueles que imediatamente anteriores à intervenção. No texto, a instabilidade política e a pobreza econômica no Haiti não eram causadas por uma suposta incapacidade inerente do negro haitiano e sua religião, o vodu, mas na ausência de classes letradas dentre os ex-escravos que passaram a governar o país após a Revolução de 1804, as quais poderiam ter liderado o Haiti no sentido da prosperidade econômica e estabilidade social e política. De acordo com o relatório apresentado ao Congresso dos EUA (UNITED STATES, 1922), a ausência, no Haiti, de pessoas dotadas de conhecimentos relativos à administração pública e à agricultura, como administradores, agrônomos, engenheiros e educadores, impossibilitou o desenvolvimento dos recursos agrícolas e a manutenção da ordem civil no país. Além disso, as dificuldades de comunicações devido às condições das estradas e ferrovias foram tidas também como um dos elementos que atrasaram o desenvolvimento da agricultura, da indústria e do comércio no Haiti, levando ao empobrecimento e analfabetismo da população. O Haiti também foi apresentado como um país que estava longe da realização do seu real potencial econômico, se comparado com Cuba e Porto Rico.

Uma ideia que vemos constantemente presente no texto é a de que o desenvolvimento da economia, a partir do trabalho de uma classe de profissionais técnicos habilitados e capacitados, aliada à repressão da “desordem revolucionária”, seria um pré-requisito para acabar com a “anarquia crônica” do Haiti. De acordo com o relatório:

Obviamente, com a continuidade da paz e da ordem, da construção de estradas e trilhos, e com instrução em agricultura, a riqueza, o comércio, e as receitas do Haiti irão aumentar significativamente. O comitê entende que tal aumento na riqueza, comércio e receitas é necessário para o progresso

¹⁵ No contexto da Minustah, de modo inverso, uma proporção entre polícia e população tida como baixa foi um dos argumentos pelos quais os entusiastas da intervenção buscaram justificar a necessidade da sua continuidade. Em relatório de 2017, por exemplo, uma missão do governo francês afirmou que, mesmo que a PNH fosse “uma das instituições mais sólidas do país”, ela não teria as capacidades tidas como suficientes de efetuar sua função, uma vez que apresentava 1,3 policiais por mil habitantes, frente o padrão internacional de 2,2 para cada mil (OFPRA, 2017, p. 33, tradução nossa).

social e político do povo haitiano (UNITED STATES, 1922, p. 24, tradução nossa).

Em sua conclusão, o relatório aponta que, para auxiliar no progresso do Haiti, os EUA deveriam ampliar o alcance do tratado Haitiano-Americano de 1915, e enviar conselheiros naquelas áreas de conhecimento que apresentavam carência de profissionais qualificados. Assim, em nossa perspectiva, podemos compreender que uma linguagem de promoção do progresso social e econômico passou a ser articulada como uma estratégia para a promoção da estabilização e, conseqüentemente, da consecução dos objetivos políticos dos EUA de manter afastadas as possibilidades de influência das potências europeias na região próxima do canal do Panamá. Nesse sentido “salvar” o Haiti através de certo tipo de “engenharia social” significava, ao mesmo tempo, garantir a segurança de uma das principais rotas comerciais dos EUA.

Em nossa perspectiva, é tendo isto em vista que se deve também interpretar a avaliação que Arthur C. Millspaugh (1931) fez do Haiti. Como cientista político, conselheiro do DOS e enviado norte-americano para reformar as instituições econômicas do Haiti entre 1927 e 1929, Millspaugh avaliou que os esforços empreendidos pelos EUA no Haiti, a desigualdade de poder e a relação de dependência com o país norte-americano colocavam-no na posição peculiar de um verdadeiro laboratório do império. Depois do início da ocupação em 1915, disse Millspaugh,

(...) mas mais particularmente desde 1922, o Haiti tem estado numa relação peculiarmente íntima e quase-dependente com os Estados Unidos; e o país se constituiu de fato num laboratório único para um paternalismo social, econômico, político e administrativo” (MILLSPAUGH, 1931, p. 2).

Em artigo de 1929 publicado na *Foreign Affairs*, Millspaugh narrou aqueles que seriam, a seu ver, os dilemas sobre como lidar com a chamada “questão haitiana”, discorrendo sobre as melhores formas de realizar o objetivo que o governo estadunidense tinha estabelecido para o Haiti: garantir, no longo prazo, a estabilidade política, a independência e a capacidade de auto-governo plena. Naquele momento, diz Millspaugh, a política dos EUA se fundamentava na garantia de que a retirada de tropas não levaria a uma recorrência da instabilidade política que caracterizou a história do país. Millspaugh reconhece o caráter “aldeão” do camponês haitiano, vendo-o com certa complascência missionária e paternalista, afirma que as suas

[...] necessidades primárias de moradia, vestuário e até alimentos são satisfeitas no clima do Haiti sem muito esforço humano. Os camponeses, vivendo vidas que para nós nos parecem indolentes e preguiçosas, são

invejosamente relaxados e contentes” (MILLSPAUGH, 1929, p. 5, tradução nossa).

No entanto, esta condição, de acordo com o autor, é contraproducente para a garantia de um Estado que pudesse manter a estabilidade política e social – necessárias para os negócios e para conter a influência das potências europeias: “[...] se é para que eles sejam cidadãos de uma nação independente que se auto-governa, eles devem adquirir [...] um novo conjunto de desejos e necessidades” (MILLSPAUGH, 1929, p. 6, tradução nossa).

A existência de vasto analfabetismo na população haitiana, que chegava a cerca de 90% na época da ocupação, assim como a miséria das massas camponesas foi elemento mobilizado pelas elites, pelo presidente Borno e pelo próprio Millspaugh (1931, p. 109), para buscar justificar a manutenção da ocupação, a contrariedade do voto universal e o desenvolvimento do projeto “modernizante” que os EUA almejavam desenvolver no Haiti. Estes “modernizadores”, dos quais Millspaugh e McDonald são, em nossa perspectiva, importantes representantes no caso do Haiti, viam as sociedades em que intervinham como fundamentalmente maleáveis e, como liberais, acreditavam na ideia de que poderiam solucionar profundos problemas sociais e econômicos herdados das complexas dinâmicas dos processos de independência e da inserção econômicas destes países no mundo através da imposição estrangeira de técnicas científicas avançadas (LATHAM, 2011, P. 61) e do aprofundamento de dinâmicas do capitalismo.

O papel que se atribuía às Forças Armadas era fundamentalmente o de garantir a ordem interna tida como necessária para a realização das reformas que iriam fundamentar a garantia da implementação daquele projeto. Assim, se o relatório McCormick indicou uma mudança de postura dos EUA, a partir da supressão da revolta dos *cacos* e de pressões dos movimentos negros norte-americanos e haitianos, ela manteve sua atuação inicial no que tange à formação da gendarmeria do Haiti. Conforme citado acima, o período de 1922 a 1928 corresponde à consolidação da gendarmeria, uma vez afastado o risco mais eminente da revolta armada no campo (LAGUERRE, 1993).

3.3.3 A retirada dos *marines*

Em 1929, uma série de revoltas que se iniciaram entre os estudantes da escola de medicina de Damian tornou-se um dos momentos fundamentais para o início do fim da ocupação dos EUA no Haiti. Em termos gerais, a retirada, que aconteceu em 1934 foi mobilizada pelas crescentes críticas nos EUA contrárias à ocupação, principalmente dos

movimentos negros. A ocupação, que estava planejada para ir até 1936, se encerrou após uma ampla série de revoltas de 1929 que tiveram como efeito aprofundar o desgaste da manutenção do domínio direto dos EUA sobre o país e durante as quais a lealdade da *Garde*, com relação às forças de ocupação, foi posta à prova, conforme pretendemos abordar no próximo capítulo.

Nos EUA, em termos gerais, o início da presidência de Hoover foi marcada pela já presente percepção crescente da exaustão e do cansaço com relação à manutenção da ocupação do Haiti e de outros empreendimentos imperiais que tinham sido colocados em prática desde os finais do século XIX e início do século XX. No contexto dos profundos impactos do *crash* da bolsa de 1929 e da crise econômica que se seguiu, o insucesso das experiências de ocupação da República Dominicana, Cuba, Panamá, Nicarágua e Filipinas no sentido da promoção da democracia e da estabilidade política se somaram ao grave quadro de constrangimento econômico daquele momento, dificultando a própria justificativa da continuidade dos engajamentos, como no Haiti. Em 1929, a Comissão Forbes criada pelo presidente Hoover também constatou um amplo e difundido rechaço da sociedade haitiana ao presidente alinhado à ocupação, Louis Borno e também aos EUA, acelerando as posições pelo encerramento do empreendimento. Além disso, para as relações com os países e os povos da América Latina, a expansão imperial daquele momento também trouxe visões negativas e resistências entre estes países frente aos EUA, levando a uma reorientação que já tinha começado a ser imprimida no governo Hoover e que tomou contornos mais claros com a política da Boa Vizinhança estabelecida por Franklin Roosevelt em 1933 (SPECTOR, 1966).

Para o Haiti, além da realização de alguns projetos de construção de infraestrutura, a ocupação criou e aprofundou outros elementos que são fundamentais para se compreender as dinâmicas políticas do período posterior, como a chegada de François Duvalier ao poder e a própria continuidade da supremacia das Forças Armadas na sociedade haitiana. Além do fortalecimento das posições de poder da burguesia mulata urbana, centrada em Porto Príncipe, que tinha se alinhado com a ocupação, os EUA também estabeleceram a prática da manipulação de plebiscitos como ferramenta de governança política, com a importante interferência das Forças Armadas. O plebiscito manipulado de 1918 para a imposição da Constituição tornou-se referência enquanto mecanismo de controle por parte das elites nacionais e, ao menos os governos de Louis Borno em 1928, Sténio Vincent em 1935, François Duvalier em 1964 e em 1971 e Jean-Claude Duvalier em 1985 fabricaram, com o

auxílio das Forças Armadas, a maioria dos votos necessários para assegurar uma sucessão ao poder ou uma reorganização da dinâmica política institucional (CHENET, 2011, p. 219).

Apesar do presidente do Haiti, Sténio Vincent, ter se endereçado à população em 1934 referindo-se a uma segunda independência do país, a retirada dos *marines* naquele momento não marcou uma ruptura com as estruturas de domínio que foram construídas ao longo dos anos precedentes. Pelo contrário. Mesmo que os ideais nacionalistas haitianos estivessem em ascensão desde o protesto de 1929, a fração da burguesia mulata urbana próxima aos EUA só passaria a ser ameaçada a partir da revolução de 1946, com a chegada de Dumarsais Estimé à presidência. A própria manutenção do governo Vincent, que tinha sido eleito no contexto da ocupação em 1930 e que só deixou o poder em 1941, atravessando o período do encerramento da ocupação, é importante manifestação destas continuidades (SCHMIDT, 1995; SMITH, 2009; TROUILLOT, 1990). Vincent se alinhou aos crescentes temores do governo dos EUA das influências marxistas e comunistas ao redor do globo, e a segunda metade da sua presidência foi caracterizada por um crescente nacionalismo e perseguição e repressão dos movimentos comunistas haitianos, mesmo que não fossem uma força política significativa (SMITH, 2009, p. 18-23). Na República Dominicana, apesar dos militares norte-americanos também terem se retirado em 1924, o governo dos EUA manteve o controle sobre as receitas aduaneiras do país até 1941, estabelecendo boas relações com a ditadura Trujillo.

Os *marines* se retiraram do Haiti em 1934, mas deixaram para trás uma “herança maldita”. Mesmo que nos planejamentos iniciais do governo dos EUA, como procuramos demonstrar, almejava-se a formação de uma força policial civil que pudesse encerrar o histórico de instabilidade política do Haiti, a força criada pelos norte-americanos, que tornou-se responsável pela “função policial”, teve seu “batismo” durante a ocupação, combatendo contra seus próprios compatriotas e, diferentemente do antigo Exército, nunca lutou uma guerra internacional. Tendo isto em vista, no próximo capítulo, buscaremos analisar a atuação do Exército na política haitiana à luz de alguns aspectos gerais da formação social do Haiti.

4 AS FORÇAS ARMADAS E A POLÍTICA HAITIANA

O papel atribuído ao Exército haitiano pelos EUA e pela elite nacional que se alia à força de ocupação o mantém enquanto instituição tida como fundamental para a garantia da ordem interna necessária à manutenção da propriedade e o cumprimento dos contratos – algo próximo daquilo que apresentamos como “função policial”. O professor de Princeton e diplomata Dana Gardner Munro, que entre 1920 e 1932 serviu em Nicarágua, Haiti e Chile, defendeu que um dos objetivos principais da política externa dos EUA para o Caribe naquele contexto era o estabelecimento de polícias não-partidárias. Nesse sentido, podemos compreender que manifestava a ideia de que as disputas partidárias que atravessavam as instituições armadas destes países eram uma das causas para a contínua instabilidade política que, assim interpretamos, era vista como prejudicial à rotina dos negócios, notadamente a realização do capital norte-americano investido nestas localidades. Gardner Munro e os estrategistas norte-americanos pensavam que uma força disciplinada e treinada pelos EUA acabaria com a opressão local e a desordem, e seria um meio importante em direção ao progresso econômico e a administração ordeira das finanças (KUZMAROV, 2012, p. 38).

Este projeto de transformação dos grupos armados nacionais se encontrou, no Haiti, com as especificidades do seu processo social nacional, e a forma com que as Forças Armadas, ao longo de pouco mais de um século, estabeleceram as suas relações com as dinâmicas políticas do país. Nesta seção, trabalharemos os precedentes e os impactos que este encontro entre os intentos de intervenção e as dinâmicas locais tiveram para a política haitiana.

4.1 Aspectos teóricos da economia e sociedade haitianas

Diversos estudiosos sobre o Haiti têm destacado em suas análises sobre o país a permanência de uma profunda desigualdade e, em algumas perspectivas, uma divisão ou ruptura entre as elites e as massas populares, que se manteve ao longo da sua história. Esta divisão pode ser traduzida na disposição entre uma ínfima fração que compõe a elite nacional e as grandes massas, primeiramente camponesas, e, após os anos 1980, fundamentalmente urbana. Há um reconhecimento também da ausência de classes intermediárias significativas, mesmo que, com a ocupação dos EUA de 1915 a 1934 e os processos posteriores, tenha-se estabelecido (inclusive como um dos objetivos do esforço de ocupação) certa “classe média”. De toda forma, esta característica marcante da sociedade haitiana, que percorre a colônia de

Saint-Domingue, atravessa a Revolução e o século XIX e se mantém até os dias de hoje foi tratada a partir de conceitos como antagonismo (CASIMIR, 2012), cisão (SCHMIDT, 1995), desassociação (ROBINSON, 1996), e ruptura (TROUILLOT, 1990). Esta desigualdade de poder e de condições entre os dois principais grupamentos sociais no Haiti é tão significativa que levaram a que o sociólogo de Yale, James G. Leyburn, em seu famoso estudo *The Haitian People* (1941) descrevesse esta realidade em termos de um sistema de “castas” (LEYBURN, 1941). Mesmo que seja um conceito considerado atualmente pela literatura como inadequado (NICHOLLS, 1990, p. 81; PRICE-MARS, 1942; SCHMIDT, 1995, p. 21), ele indica, de toda forma, a profundidade e a relevância da divisão social no país.

Dentro da tradição marxista haitiana, a qualificação teórica da economia política do país, para além da sua fundante desigualdade, passa fundamentalmente pela forma de inserção do Haiti na economia global, pelo colonialismo e pelo desenvolvimento do seu capitalismo, além da sempre presente preocupação com os aspectos estruturais e estruturantes do racismo como elemento de diferenciação e de hierarquização social (CADET, 2020, p.8). Foram estes os temas, evidentemente relativos à especificidade histórica haitiana, que balizaram a forma com que se realizou a apropriação do pensamento de Marx no país. A sua sem dúvida fascinante história, no entanto, trouxe inúmeros problemas para o pensamento social haitiano em geral, conforme Trouillot (2020) nos ensina, ao fundar a ideia de um particularismo extremo que muitas vezes reivindicou uma realidade *sui generis* tamanha que necessitaria da elaboração de conceitos e categorias analíticas completamente novas e diferentes de quaisquer outras para se estudar a realidade do país – fato que, em nossa perspectiva, pode nos ajudar a compreender parte da ideologia do *noirismo* levada a cabo pelo movimento dos *griots* que irá fundamentar a ditadura Duvalier que se estabelece entre 1957 e 1987.

Muito longe do objetivo da presente tese buscar reconstruir os temas e a história do pensamento social haitiano. Contudo, podemos destacar que as origens do marxismo no Haiti são atribuídas, de modo aparentemente consensual, aos escritos dos pensadores Jacques Roumain e Étienne Charlier nos momentos finais da ocupação dos EUA e com a criação do Partido Comunista Haitiano criado em 1934 (CADET, 2020; SMITH, 2009, p. 19). A geração que se segue irá retomar a preocupação com a condição do negro e com os efeitos e fundamentos do racismo nos contextos pós-coloniais, e revalorizar um diálogo com os movimentos internacionais da *négritude* e do dependentismo que ocorrem simultaneamente. Além daqueles escritores, outros autores como Jacques Stephen Alexis, René Depestre,

Gérard Pierre-Charles, Yves Montas e Michel Hector são tidos por Cadet (2020) como grandes referências do pensamento marxista haitiano no contexto pós-1946. De uma forma geral, para estes autores, a sociedade haitiana seria de um tipo “semi-feudal-semi-colonial”, devido em grande parte ao desenvolvimento desigual e incompleto do capitalismo. Esta caracterização identifica a presença de elementos contraditórios que caracterizam estes tipos de sociedade, como aspectos pré-capitalistas, tais quais a manutenção e reprodução de uma poderosa classe mercantil, o subdesenvolvimento da burguesia industrial, e a inserção concomitante do capital financeiro globalizado no país (CADET, 2020).

A natureza “semi-feudal-semi-colonial” da sociedade haitiana se manifesta em formas sempre presentes de contradições entre tipos de regimes de propriedades e de meios de produção distintos que se sobrepõem: o capitalismo mercantil, a grande propriedade comunal pré-capitalista, a propriedade fundiária capitalista, o capitalismo industrial e o capitalismo financeiro. Ou seja, “O Haiti está nas margens do capitalismo. Sua natureza permanece pré-capitalista, com uma mistura singular de modos de produção” (CADET, 2020, p. 186, tradução nossa). Nesta perspectiva, a co-existência de diferentes modos de produção está submetida ao domínio e à predominância de aspectos “feudais”, que se inserem numa dinâmica colonial que tem como força motriz de desenvolvimento o capitalismo internacional.

Em termos gerais, estes pensadores destacam que, com o término da Revolução Haitiana em 1804, a consolidação do fim da escravidão e da independência política, a economia do país deixou de se desenvolver, estagnando-se no sentido do progresso técnico e organizacional, levando a um quadro de atraso na agricultura e de falência de qualquer projeto de industrialização. Assim, o capitalismo nunca chegou a se desenvolver plenamente no Haiti, no sentido da superação das formas sociais precedentes¹⁶. De acordo com esta linha de interpretação, o capitalismo no Haiti se desenvolveu fundamentalmente a partir dos efeitos do capitalismo internacional, notadamente desde a ocupação de 1915, a qual aprofundou a inserção do país na condição de subordinado às potências globais imperialistas, principalmente aos EUA. Nesta perspectiva, o centro do desenvolvimento do capitalismo

¹⁶ Aqui julgamos haver uma semelhança significativa com outros contextos periféricos. Chico de Oliveira destacou, por exemplo, que uma das características das sociedades pós-coloniais é que nestas os aspectos positivos do capitalismo (em termos de um desenvolvimento da luta de classes que pudesse galgar avanços reais para as classes trabalhadoras) não chegaram a se desenvolver plenamente, como teria se desenvolvido nos países centrais (OLIVEIRA: 2003, p. 105-112; RODA VIVA, 2012)

haitiano estaria completamente deslocado do próprio país, localizando-se nos grandes centros do capitalismo mundial. Neste sentido, a reprodução do capitalismo no Haiti torna-se mais um produto direto da sua profunda subordinação às grandes potências, e menos o resultado originário de dinâmicas propriamente internas às relações sociais e condições materiais de produção haitianas (CADET, 2020, p. 31).

Além da profunda desigualdade e antagonismos da sociedade haitiana, e da estrutura da sua economia política (caracterizada como “semi-feudal-semi-colonial” pelos autores marxistas brevemente apresentados), outro importante tema no estudo da sociologia política haitiana diz respeito ao papel que a “questão de cor” exerceu ao longo dos movimentos políticos, sociais e culturais do Haiti. Alguns estudos clássicos e contemporâneos (DUPUY, 2013; DUVALIER e DENIS, 1965; JAMES, 2010; LABELLE, 1987; LEYBURN, 1941; LUNDAHL, 1992; NICHOLLS, 1985; QUINN e SUTTON, 2013; TROUILLOT, 1990) debruçaram-se sobre a relevância do tema da cor, ou da instrumentalização política da cor, como elemento agregador e/ou desagregador da sociedade haitiana ao longo da sua história. A instrumentalização política das diferenças de cor por parte das elites em seus processos de mobilização social urbano e rural, na busca pela concretização de seus projetos de poder, foi reconhecida por estes autores. Este dado serve de alerta para que os pesquisadores sinceramente interessados na compreensão das dinâmicas da vida humana no Haiti se atentem ao fato de que, no Caribe, as categorias relativas à “questão de cor”, quando consideradas nas análises, devem sempre estar associadas a outras categorias sociais (NICHOLLS, 1985; TROUILLOT, 1990, p. 110).

Nesse sentido, por exemplo, Nicholls (1985), ao analisar as revoltas do Haiti durante o século XIX, destacou que, mesmo quando mobilizamos as variáveis em termos de cor, elas são usualmente subsidiárias de outras variáveis, tidas pelo autor como mais importantes, em termos de classe, e aparecem como importante instrumento de mobilização e de legitimação políticos para determinado projeto de poder ou de defesa de interesses econômicos. Conforme nos alerta Ferreira (1971, p. 10), “pouco importa se simples ideologia para mascarar interesses sociais contrariados; os povos a viveram sempre não como mito, mas como realidade”. De todo modo, é preciso reconhecer que sempre houve no Haiti uma coincidência mais ou menos geral entre as variáveis de classe e cor: os negros eram normalmente camponeses e proprietários de terra do interior e os mulatos compunham boa

parte das classes urbanas da capital¹⁷. Por outro lado, em nossa perspectiva, esta interseccionalidade pode ser sintetizada na afirmação de que “(...) a cor normalmente se torna significativa na política caribenha somente quando é reforçada por outros fatores, reais ou imaginados” (NICHOLLS, 1985, p. 183).

Em termos gerais, as ideologias mulata e negra tiveram a função de dotar os grupos sociais de referências culturais com as quais eles podem negociar suas relações com outros grupos e entre si, buscando justificar suas posições de dominação, ou de busca por poder, e de privilégios na sociedade (DUPUY, 2013). Neste trabalho, quando usado, tomamos o conceito de “mulato” como equivalente a *milat* na língua crioula, da mesma forma que Smith (2009), tratando-o como categoria que diz respeito predominantemente à elite haitiana de pele clara. Dessa forma, convém destacar a seguinte ressalva sobre a diferenciação do conceito e sua utilização adequada para a realidade social haitiana:

O uso comum da palavra “mulato” ou “*mulâtre*”, a qual se refere a alguém de ancestralidade mista branca e negra é frequentemente desapropriado no caso haitiano onde existem várias categorias atribuídas às pessoas de pele clara (por exemplo, *griffe*, *grimelle*, *grimault*, *brun*, *marabou*, *clair*). Além disso, há uma forte correlação entre cor, classe e cultura no Haiti que impacta significativamente o modo pelo qual as pessoas de diferentes traços fenotípicos são percebidas. Referências a uma pessoa de pele clara como “mulato” no Haiti reconhece um fenótipo mas não necessariamente se refere ao status social. Em crioulo, entretanto, o termo *milat* contém referências a classe e não somente à cor, como exemplificado pela citação frequentemente usada acreditada ao líder militar do século dezenove Jean-Jacques Acau, “*Neg rich se milat, milat pòv se neg*” (o negro rico é um *milat*, o *milat* pobre é negro). Considerando estas diferenças, *milat*, embora imperfeita, é uma definição mais abrangente de alguém que é tanto de pele mais clara quanto de certa classe social (SMITH, 2009, p. 198).

Assim, neste trabalho, optamos por priorizar aspectos mais gerais da relação entre as elites haitianas, as massas e a política internacional, trilhando um caminho percorrido também por pesquisadores como Dupuy (2013) e Lundahl (2011).

Aos aspectos de cor, “elitismo”, e “semi-feudalismo-semi-colonialismo”, há que se somar a outras duas constantes que se tornam variáveis fundamentais para o estudo do Haiti: a intervenção estrangeira dos EUA e da Europa (considerando as suas razões e seus efeitos) e a relação entre governos autoritários e revolta social. Estas intervenções estrangeiras teriam como um dos seus principais efeitos a superação das hostilidades históricas, fortalecendo, mesmo que temporariamente, o sentimento de identidade comum e pertencimento

¹⁷ Julgamos que este dado também nos ajuda a compreender o fenômeno do duvalierismo. Cf. nota 13.

nacionalista¹⁸ (QUINN, SUTTON, 2013). Por fim, e de modo mais relevante para nossa tese, é o papel relevante que devemos atribuir ao Exército, como principal ator social no que diz respeito ao exercício da violência (LAGUERRE, 1993).

4.2 O contexto pós-revolucionário: a questão camponesa e o Exército no século XIX

A Revolução Haitiana foi antes abolicionista e republicana do que nacionalista em vistas da libertação nacional do Haiti. Às disputas entre monarquistas e republicanos presente no processo interno da Revolução Francesa, soma-se, para os então habitantes de *Saint Domingue*, a questão da escravidão e da emancipação do negro. Os colonistas, ciosos de suas posições escravocratas, moveram-se entre a adesão à República e à Coroa, a depender do jogo de forças do processo revolucionário. A isso, soma-se a guerra da França com a Espanha e o Reino Unido, os quais também intervieram nas disputas que ocorriam na ilha e com os quais o exército negro revolucionário também se posicionou, ora aliando-se aos espanhóis, ora opõe a eles e aos britânicos. Para aqueles negros, em sua maioria africanos analfabetos e para quem o francês era uma língua estrangeira, a liberdade e a igualdade só seriam concretizadas, de fato, com a abolição da escravidão.

A Revolução Haitiana, mesmo que tenha estabelecido um novo Estado independente e realizado a abolição da escravidão, manteve certa “cisão” entre a elite e a grande massa da população. O processo revolucionário alçou como elite tanto a antiga classe, já com poder crescente, dos *affranchis* (mulatos de ascendência mista branca e negra que ocupavam principalmente as terras da província ocidental e também possuíam escravos), e os oficiais do Exército revolucionário, composto por negros ex-escravizados e mulatos, de onde saíram os primeiros governantes haitianos (LUNDHAL, 2011, p. 6). Durante o processo revolucionário, entre 1791 e 1803, o sistema de *plantation* foi arrasado, tanto pela destruição dos bens de capital necessários ao processo produtivo do açúcar e do café, que fundamentavam a economia da colônia, quanto pela diminuição da mão-de-obra e da própria abolição da escravidão, base, principalmente, dos largos cultivos de cana-de-açúcar. As terras foram tomada dos antigos colonialistas brancos, cuja posse por estrangeiros tornou-se proibida desde a Constituição de 1805. A proibição da posse estrangeira da terra só irá se alterar na

¹⁸ Se isto aparenta ser uma característica fundamental para os períodos precedentes, principalmente considerando a ocupação de 1915 a 1934, a intervenção de 1994 aparenta distoar deste padrão. Ver Pouligny-Morgant (1998) e Rocha (2010).

Constituição de 1918, elaborada durante a ocupação dos EUA de 1915 a 1934 (DUBOIS et al., 2013; LUNDHAL, 2011).

Nos períodos iniciais do Estado independente, a cisão entre a elite e as massas populares assumiu, em termos gerais, a forma da divisão entre uma pequena camada da elite urbanizada e a massa da população camponesa, dispersa no interior. As linhas de separação entre estes grupos se situavam, além da posição que ocupavam na esfera da produção econômica e da distribuição na ocupação do espaço, também em aspectos mais gerais da vida cotidiana e dos hábitos sociais atrelados à colonização francesa, como na língua falada (crioulo/francês), nível de educação formal (restringido à ínfima elite), e religião (vodu/catolicismo) (SCHMIDT, 1995).

Com a ruína das grandes fazendas, fundamento da riqueza das antigas classes altas, estas novas e velhas elites negras e mulatas, vendo no comércio mercantil e, principalmente, na burocracia do Estado e no Exército, a sua principal fonte de prestígio, poder e riqueza, buscaram manter as suas altas posições sociais através da ação do Estado na extração de tributos dos camponeses (quando estes não se encontravam profundamente isolados das dinâmicas dos principais centros urbanos, como *Le Cap*, ao norte, e Porto Príncipe, na província ocidental), no domínio das alfândegas e no comércio internacional nas regiões portuárias (CASIMIR, 2012; GERLUS, 1996; LUNDAHL, 2011; ROBINSON, 1996; TROUILLOT, 1990). A elite dirigente do novo Estado continuou a antiga prática colonial de distribuição da terra em troca de apoio político, seja como tesouro para o pagamento de funcionários, seja para a arregimentação de frações do Exército ao redor do governo de turno (CASIMIR, 2012). À tentativa de restabelecimento do trabalho forçado nas grandes fazendas levadas a cabo pela elite militar, com relevante expressão no Código Rural de 1826 de Boyer¹⁹, opôs-se a resistência dos camponeses libertos (CASIMIR, 2012; ROBINSON, 1996; TROUILLOT, 1990).

A parte do Exército responsável pelo policiamento rural teve o papel de perseguir trabalhadores que se ausentavam do trabalho forçado nas fazendas e que não se alistavam no Exército, enviando-os de volta às fazendas de plantation. Esta atuação estava diretamente ligada com os esforços da guerra de libertação nacional, no qual as fazendas foram

¹⁹ Dentre outras providências, o código dava amplos poderes aos juízes de paz, os quais deveriam dar anuência para o trabalhador que quisesse deixar o campo e se dirigir à cidade ou estabelecer algum comércio que não fosse relacionado à agricultura. Também estabelecia a prisão para aqueles não fossem arrendatários, não estivessem contratados por proprietários, ou fossem encontrados descansando ou ociosos durante dia e horário de trabalho (BAUR, 1947).

administradas por comandantes militares e cuja exploração do trabalhador, com exceção do seu direito a um quarto da produção daquela unidade produtiva, foi similar a um regime de servidão (FERRERO, 2021).

A concepção de cidadão em conjunto com outros que se elabora no transcurso das lutas abolicionistas e independentistas não consegue se sobrepor aos interesses de classes das elites dirigentes, que optaram por manter a sua posição nos “postos de comando estratégicos da estrutura social” (MILLS, 1981, p. 12) através da extração do excedente produzido pelo campones por meio da reintrodução do trabalho forçado (CASIMIR, 2012, p. 7). Daquele momento em diante, a sociedade haitiana como um todo não consegue formular uma ideia de “comunidade imaginária” (ANDERSON, 2008) que atravessasse todo o território nacional e formulasse um projeto de futuro comum (ROCHA, 2010, p. 220). David Nicholls considera que uma das especificidades sociais dos países do Caribe é a existência de um pluralismo político sem que haja o compartilhamento de um mesmo fundamento comum de ideias e valores por aparte dos agrupamentos sociais. Pelo contrário, haveria segmentos distintos separados entre si por muitos fatores sociais e culturais; estes agrupamentos encerram as fronteiras da convivência diária “total” dos indivíduos, que encontram outros membros somente no Mercado e todo o Estado se mantém unido pela força (QUINN, SUTTON, 2013, p. 3).

Ao longo da sua história, por vezes os haitianos preferiram se alinhar com forças estrangeiras a permitir que facções rivais tomassem o poder. Após a consolidação da Revolução, a união dos haitianos ao redor da mesma categoria de pertencimento comum acontece somente nos momentos finais da ocupação norte-americana de 1915 a 1934 (SUTTON e QUINN, 2013, p. 10), e mesmo assim com resistências – como veremos, o Exército, embora disputado entre as forças ocupantes e as forças nacionais, mantém sua lealdade aos Estados Unidos.

Casimir (2012) destaca que a especificidade da formação do Haiti, comparada a outros contextos coloniais, reside no fato de que a inculcação da visão de mundo predominante entre os franceses na extensão da população cativa e de parte das lideranças revolucionárias que ascendem ao poder foi marcadamente superficial, e o período colonial relativamente breve. Após o Tratado de Ryswick de 1697, quando a Espanha reconheceu a posse da França no terço ocidental da Ilha de São Domingos, o rápido desenvolvimento econômico da colônia ocorreria somente na segunda metade do século XVIII, com grande parte da população escravizada desembarcando depois de 1740. As limitações do Espaço (a

densa floresta, e as várias cadeias de montanhas), o reduzido período de vida útil dos escravos, a alta mortalidade, a ausência de núcleos familiares, o ritmo de rotação da força de trabalho, o coeficiente crescente de cativos por donos, e, principalmente, o relativo pouco tempo entre a ocupação do leste da Ilha (que se intensifica notadamente por volta de 1765²⁰) e a Revolução (cujo término é situado em 1804), levaram a que a França jamais chegasse a “fabricar o trabalhador colonial e a converter os cativos em ‘negros’, seus ‘negros’ [...] administra a colônia sem apagar a eficácia das culturas vigentes, ou seja, a visão de mundo peculiar que caracteriza os recém-chegados” (CASIMIR, 2012, p. 3-4). Dessa forma, o compartilhamento do espaço de convivência e a luta comum contra o colono branco e contra a instituição da escravidão constituiu – mais do que a cor da pele, traços fenotípicos, ou a classe social – as formas de identificação social e de solidariedade das massas negras durante o processo revolucionário (CASIMIR, 2012).

A história de Victoria Montou pode ser ilustrativa da afirmação acima. Segundo Dos Santos (2022):

Victoria Montou entrou para a história como uma das heroínas da Revolução do Haiti (1781-1804). Nascida no Reino do Daomé (atual Benin), na década de 1730, Victoria “Abdara Toya” Montou chegou a ser uma soldada do reino antes de ser escravizada e levada para trabalhar na ilha de Saint-Domingue, colonizada pelos franceses. Lá, na condição de propriedade de Henri Duclos, ela não só teve sua força de trabalho explorada (como tantos outros), mas também atuou na resistência escrava da ilha. Foi parteira, curandeira e chegou a organizar algumas insurreições de escravizados antes de 1791. Durante seu período de escravidão, Toya ficou muito próxima de Jean Jacques Dessalines (um dos maiores líderes da revolução), criando com ele uma relação de tia e sobrinho. Essa relação foi fundamental para a formação de Jean Jacques, e a ampliação de seus saberes de origem africana. Quando a Revolução do Haiti eclodiu em agosto de 1791, ela atuou de diferentes formas, sendo uma importante guerreira. Toya chegou, inclusive, a liderar um dos exércitos revolucionários; uma atuação que chamou a atenção de um médico que registrou seus feitos. Com a vitória negra e a proclamação da independência do Haiti em 1804, seu sobrinho Jean Jaques Dessalines se tornou a maior liderança da recém-proclamada república, e fez dessa sua “segunda mãe” uma Duquesa Imperial. Victoria Montou morreu no dia 12 de junho de 1805, por conta de uma doença, e até hoje é considerada um símbolo de resistência no Haiti (DOS SANTOS, 2022).

²⁰ “Entre 1783 e 1789, a produção praticamente dobrou. Entre 1764 e 1771, a média de importação de escravos variava entre dez e quinze mil. Em 1786, era de 27 mil e, de 1787 em diante, a colônia passaria a adquirir mais de quarenta mil escravos por ano [...] Do meio milhão de escravos na colônia em 1789, mais de dois terços haviam nascido na África” (JAMES, 2010).

Apesar das disputas internas à elite haitiana, as primeiras lideranças políticas pós-revolucionárias, compartilhavam o empenho de organizar a economia na forma de monocultura nas largas fazendas de *plantation*, destinadas a gerar o excedente de capital com o abastecimento do mercado externo, principalmente de cana-de-açúcar e de café. Para tanto, uma série de mecanismos de trabalho forçado foram criados e aperfeiçoados ao longo da primeira metade do século XIX, mesmo com a abolição formal da escravidão (FERRERO, 2021). No entanto, este objetivo fracassou, e as elites dirigentes não conseguiram criar a mão-de-obra necessária para abastecer esta política econômica, sobretudo pela resistência e relutância dos camponeses em aceitar o trabalho assalariado nas grandes fazendas e retornar ao *plantation* (CASIMIR, 2012; TROUILLOT, 1990).

O uso da terra pela elite não impediu o surgimento de um sistema em que, abolida a escravidão e adquirida a independência nacional, parte dos trabalhadores abandonaram as grandes fazendas de *plantation* e os antes largo cultivos tornaram-se, em alguns casos, pequenas propriedades familiares distribuídas entre os haitianos, que passaram a cultivar uma variedade de vegetais e frutas para consumo próprio. A relação que o camponês haitiano estabeleceu com a terra – já desde os períodos coloniais, em que ao escravizado era-lhe permitido cultivar uma pequena área para sua subsistência – perpassava aspectos de suas instituições religiosas (SAMSÓNOV, 2020, p. 77-79) e a alçava a símbolo fundamental da sua dignidade como homem livre a partir do processo revolucionário (STREIT, 1928, p. 619).

De fato, além da realidade da revolução vitoriosa de cativos negros, uma das outras principais diferenças que caracterizam a estrutura da formação social haitiana com relação às outras sociedades das Grandes Antilhas no Caribe foi o fato de que se constituiu, ainda no início do século XIX, uma ampla classe camponesa detentora de propriedades agrícolas de subsistência (NICHOLLS, 1985, p. 169).

Registra-se, também, um marcado êxodo urbano em direção ao campo, enquanto grande parte da população, incluindo os baixos escalões do Exército, passaram a consolidar gradualmente a apropriação do território e formar uma agricultura “aldeã” de subsistência (CASIMIR, 2012; LUNDAHL, 2011; ROBINSON, 1996; SCHMIDT, 1995; TROUILLOT, 1990).

O Estado assiste impotente à transformação da colônia de exploração em uma colônia de povoamento durante a primeira metade do século [XIX]. Trata-se de um aprofundamento do processo de independência, que vem se materializando com um radicalismo que a elite trata de se esquivar a todo custo, já que é prejudicial a seus interesses econômicos. Vê-se obrigada a

buscar amparo no comércio e na administração pública (CASIMIR, 2012, p. 15).

Os camponeses, assentados nestas pequenas unidades parcelares de cultivo, estabeleciam, para além do núcleo familiar, pouca ou nenhuma relação social entre si, que não somente por um complexo sistema de mercado (SCHMIDT, 1995). As propriedades, por sua vez, também tornaram-se cada vez menores e mais sub-divididas, a partir do aumento dos membros das famílias (ROBINSON, 1996). De certa forma, podemos compreender este contexto a partir da leitura que Marx (2011) realiza da França de meados do século XIX:

Os camponeses parceiros constituem uma gigantesca massa, cujos membros vivem na mesma situação, mas não estabelecem relações diversificadas entre si. O seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de levá-los a um intercâmbio recíproco. O isolamento é favorecido pelos péssimos meios de comunicação franceses e pela pobreza dos camponeses. A sua unidade de produção, a parcela, não permite nenhuma divisão de trabalho no seu cultivo, nenhuma aplicação da ciência, portanto, nenhuma multiplicidade no seu desenvolvimento, nenhuma diversidade de talentos, nenhuma profusão de condições sociais. Cada família camponesa é praticamente autosuficiente, produzindo diretamente a maior parte do que consome e obtendo, assim, os seus meios de subsistência mais da troca com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade [...] Milhões de família existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma. Por conseguinte, são incapazes de fazer valer os interesses da sua classe no seu próprio nome, seja por meio de um Parlamento, seja por meio de uma convenção. Eles não são capazes de representar a si mesmos, necessitando, portanto, ser representados. O seu representante precisa entrar em cena ao mesmo tempo como o seu senhor, como uma autoridade acima deles, como um poder governamental irrestrito, que os proteja das demais classes e lhes mande chuva e sol lá de cima. A expressão última da influência política dos camponeses parceiros consiste, portanto, no fato de o Poder Executivo submeter a sociedade a si próprio (MARX, 2011, p. 142-143).

Se para as massas libertas a posse da terra se constitui em meio para a realização das formas de vida pré-capitalistas associadas ao *ethos* que carregavam de suas vidas pregressas em África, devido ao baixo período de convivência na colônia (Casimir, 2012), tornando-as alheias ao processo político que desenrolava nas regiões urbanas, para as novas classes altas que ascendem no processo revolucionário quanto aquelas já em posição de relevo no momento anterior, a terra se apresenta como elemento de troca em relações clientelistas na busca pela estabilidade das suas posições políticas.

Nesse sentido, a partir do que podemos extrair do exposto acima, as condições de produção, nas quais passam a estar imersas a grande massa camponesa, dispersa e desagregada nas pequenas propriedades rurais de subsistência que se distribuíam no interior do Haiti, impediam que ela se compusesse como uma classe que representa a si mesma na esfera política e age tendo em vista seus próprios interesses de classe. Em nosso entendimento, estas condições da vida do camponês parceleiro expostas por Marx (ao observar a realidade francesa), e a cisão entre esta população camponesa dispersa e a elite haitiana urbana nos ajudam a compreender porque o Exército é a única instituição de Estado que faz a passagem do sistema político colonial ao nacional, e porque, até a primeira ocupação norte-americana entre 1915 e 1934, são indistintas as fronteiras sociais entre a vida militar, a vida civil e o governo (CASIMIR, 2012; LAGUERRE, 1993).

Devido às barreiras à institucionalização de uma participação política crescente, as massas camponesas fazem valer sua presença intensificando o uso das baionetas, o qual deixa desamparadas as facções litigantes, tornando-as mais vulneráveis e satisfaz somente às exíguas camarilhas no poder enquanto estão no poder (CASIMIR, 2012, p. 16).

Este aspecto “semi-feudal” (CASIMIR, 2021) e a prática de promover civis para cargos militares como forma de manter relações clientelistas e de compadrio, de modo a garantir privilégios políticos e econômicos para aqueles leais aos oficiais superiores, foram entendidos por Laguerre (1993) como um elemento que ajudou a paralisar o desenvolvimento da sociedade civil do século XIX, no sentido da formação de instituições autônomas fortes que pudessem contrabalancear o poder militar. O Exército e os grupos armados arregimentados pelos seus generais, e mais ainda, o *ethos* militar fundamentado na obediência e na hierarquia que compunha a sociedade haitiana daquele período, mantiveram-se como as principais instituições da sociedade haitiana por todo o século XIX e boa parte do século XX, e centralizam parte significativa da dinâmica econômica, social e política do país (SAMSÓNOV, 2020, p. 56). Seja como instrumento para extrair o excedente dos camponeses, como meio de ascensão social e símbolo de *status* ou como forma de garantir o acesso ao poder.

Tendo isto em vista, não nos aparenta ser exagero dizer que ao longo do século XIX o que prevaleceu no Haiti foi não uma pluralidade de atores armados, mas uma pluralidade de facções de um mesmo ator armado: o Exército, cujas lideranças, em frequentes disputas, atuaram constantemente em conjunto com milícias camponesas arregimentadas em regiões próximas das localidades de maior influência destes chefes militares. Quase nenhum desafio

aos governos militar emergiu da sociedade civil, mas sim de coalizões de facções militares (LAGUERRE, 1993, p. 33-39). Como tentamos brevemente demonstrar acima, as dinâmicas do processo revolucionário, da guerra pela independência, da afirmação da sua sociedade frente às frequentes incursões estrangeiras e das disputas internas pelo poder fundamentaram a supremacia do Exército enquanto instituição permanente durante praticamente todo o período posterior à Revolução. A instituição e o *ethos* militar atravessaram de cima a baixo a estrutura da sociedade haitiana, marcada, desde momentos anteriores ao seu nascimento enquanto Estado independente, pela formação de uma “consciência nacional” fundamentada e presente apenas no pilar das Forças Armadas:

[...] a estratégia do partido de Louverture necessitou de um exército formidável cuja principal tarefa era impor e manter a liberdade incondicional em São Domingos. Mesmo antes da independência, os escravos rebeldes viam a si mesmos em primeiro e mais importante lugar como um povo unido através de uma organização de tipo militar. A consciência da nação veio por meio desta organização. O exército, portanto, exerceu um papel unificador crucial na formação da nação como uma comunidade auto consciente lutando por uma nova ordem política. Mas o militarismo que primeiramente garantiu a liberdade a independência (...) também ajudou a reforçar o Estado [...] Do tempo do regime de Louverture até a ocupação dos EUA em 1915, todos os estratos da sociedade haitiana (com exceção dos mercadores) estava representado no exército [...] portanto, o exército teve um papel coesivo e redistributivo, mas ao mesmo tempo, o militarismo que ele impôs no país reforçou a separação do Estado e da nação [...] (TROUILLOT, 1990, p. 87-8, tradução nossa).

Ao longo do século XIX, entre o período Revolucionário (1789-1803) e a ocupação dos EUA (1915-34), a sucessão de golpes militares e revoltas armadas que marcam a história política haitiana compartilharam entre si, naquele momento, padrões e características em comum, fundamentados na atuação das frações em disputas internas ao Exército. Em termos gerais, eram movimentos que se iniciavam no contexto rural camponês ou de pequenas cidades e vilas no interior do país, sob a liderança de chefes políticos locais, proprietários de terras e oficiais do Exército regular descontentes com os rumos da política nacional. Estas lideranças político-militares arregimentavam pequenos grupos armados próximos às suas esferas de influência regional, e muitas vezes de modo bem sucedido, marchavam até Porto Príncipe e estabeleciam o fim de um antigo governo e o início de um novo (TROUILLOT, 1990, p. 95).

As dinâmicas espaciais destas revoltas deitavam raízes no processo de colonização da ilha e na dinâmica da própria Revolução Haitiana. A fragmentação territorial do Haiti em

regiões sob domínio de lideranças militares²¹ locais remontava ao processo revolucionário e às relações que se estabeleceram entre as condições geográficas e a forma com que o cultivo colonial sob o jugo francês ocorreu no leste da Hispaniola, submetido em grande medida às dificuldades de conexões internas devido às cadeias montanhosas e à densa floresta tropical (JAMES, 2010; NICHOLLS, 1985; TROUILLOT, 1990). Ao classificar a dinâmica espacial do Haiti do século XIX, Anglade (1982, p. 43-6), destaca o primado das *províncias* como unidade de análise fundamental de um espaço fragmentado que se origina a partir do período colonial, o que significa uma ênfase nesta dinâmica regionalizada do território durante o período, em oposição ao nível do *país*, em referência a um espaço centralizado, no século XX, e do sistema de *plantation*, do século XVIII. É tendo isto em vista que podemos melhor compreender o fato de que, ao longo do século XIX, as divisões dos generais do Exército no período refletiam, além de conflitos de poder internos à instituição, também a oposição entre grupos espacialmente diferenciados de elites compostas por donos de terra e ricos camponeses (TROUILLOT, 1990, p. 95).

Tendo isto em vista, Laguerre (1993) sumarizou a dinâmica do século XIX entre as insurgências armadas, as instabilidades políticas e a fragmentação regional nos seguintes dizeres:

Manter o quartel-general do governo central em Porto Príncipe, a capital do Haiti, ao invés da região onde o presidente era o líder militar significava enfraquecer a sua posição e deixar o seu governo vulnerável (ou aumentar o seu grau de vulnerabilidade). Os generais que serviram [durante a Revolução] como comandantes de batalhões na região de Porto Príncipe, como por exemplo os generais Alexandre Pétion (1807-18) e Jean Pierre Boyer (1818-43) não tiveram que confrontar este problema. Aqueles de outras partes da república administraram o problema de duas formas, como uma estratégia de se manter na presidência. Uma solução foi mover o quartel-general do governo de Porto Príncipe para o departamento onde o presidente tinha a sua força. Por exemplo, o emperador Jean-Jacques Dessalines, primeiro governante do Haiti (1804-6), moveu o assento do governo para a cidade de Marchand, o rei Henri Christophe (1806-1820), que o sucedeu, estabeleceu a capital em Milot, e o presidente Jean-Louis Pierrot (1845-6), trouxe o assento do governo a Cabo Haitiano. Na ausência de um partido político e uma base popular de apoio, outra solução buscada pelos generais-presidentes para fortalecer seus regimes foi desenvolver um exército alternativo – uma milícia – e uma rede de espiões. O presidente e depois imperador Faustin Souluque (1847-59) usou os infames e temidos

²¹ James (2010, p. 68), em seu estudo clássico sobre a Revolução Haitiana também destaca as divisões do Haiti revolucionário entre as regiões Norte, Centro e Sul, e a forma com que estes traços ajudam a compreender a dinâmica revolucionária e de formação do Estado pós-colonial.

zinglins (milicianos) para este propósito (LAGUERRE, 1993, p. 34, tradução nossa).

Três importantes revoltas no país durante o período foram analisadas por Nicholls (1985, p. 167 e seguintes): a insurreição de Goman, em Grand-Anse, entre 1807 e 1819; a revolta dos *piquets*, que se inicia na mesma região em 1843; e a revolta dos *cacos*, a partir de meados de 1860, na região norte. Na sua análise, Nicholls (1985) destacou que os discursos das lideranças usualmente faziam referências a busca por transformações revolucionárias, e, por vezes, instrumentalizavam também a “questão de cor” como uma importante ferramenta política para angariar apoio social e mobilizar os camponeses. No entanto, assim como também constatou Trouillot (1990, p. 95), estas insurgências raramente lutavam para realizar transformações estruturais que pudessem alterar a condição da massa camponesa empobrecida. Pelo contrário, para além das disputas de poder entre lideranças militares, o objetivo mais aparentes daqueles que ingressavam as fileiras de uma revolta eram usualmente conservadores ou, em certa medida, reformistas: estavam preocupados fundamentalmente com a manutenção dos direitos de propriedade adquiridos, com a resistência às taxações governamentais e com o estabelecimento de limites ao poder dos especuladores e agiotas urbanos. Nestes movimentos, as oportunidades de pilhagens e saques, que eram habituais, também mobilizavam boa parte dos camponeses. Outro fator importante destacado por Nicholls (1985, p. 178) é que a área de atuação destes camponeses que se enfileiravam com tal ou qual revolta liderada por um notório militar era limitada pela proximidade de suas propriedades rurais. Desta forma, isto significa que a capacidade de influência destes movimentos refletia também as dinâmicas territoriais fragmentárias identificadas acima.

Ao longo do século XIX, mercadores dos centros urbanos locais, principalmente das cidades costeiras próximas, frequentemente davam apoio a estes movimentos na forma de recursos. As conexões comerciais internacionais destes mercadores os colocava em contato com representantes de governos (principalmente França, Reino Unido, Alemanha e EUA) e outros mercadores estrangeiros, os quais também buscaram se posicionar nestas insurgências internas haitianas, sustentando o governo de ocasião ou alguma(s) das oposições armadas com recursos e apoio logístico. Entre 1861 e 1870, por exemplo, durante um contexto de aumento e intensificação destas insurgências e dos conflitos armados internos, as frações em disputa buscaram obter apoios internacionais às suas campanhas. Em 1865, o general Sylvain Salnave liderou um levante em Cabo Haitiano, na região Norte do país, com o apoio de EUA e de grupos da República Dominicana contra o governo de Nicolas Geffrard, 1859 a 1867,

que conseguiu, em um primeiro momento, reprimir a insurgência contando com o apoio da Grã-Bretanha (NICHOLLS, 1989, p. 177). Salnave teve sucesso e tornou-se presidente entre 1867 e 1869, mas a instabilidade no meio rural seguiu aumentando, e logo naquele ano de 1867, a “primeira” revolta dos *cacos* teve início na região norte do país. Os *cacos* eram formados fundamentalmente por uma classe média camponeses cujas terras sob sua posse eram de tamanhos pequenos e médios para a realidade haitiana, e que passaram à luta armada sob a liderança de chefes locais e gerais dissidentes do Exército regular. Muitas destas lideranças eram antigos rivais de Salnave, que viam sua ascensão como uma ameaça às suas posições estabelecidas em 1865 (NICHOLLS, 1985, p. 178; TROUILLOT, 1990, p. 97).

General negro Faustin Soulouque foi eleito em 1847. Uma das suas primeiras atitudes foi trocar vários oficiais mulatos por negros e formar um grupo paramilitar e de polícia secreta chamado *zinglins*²², sob comando de Maximilien Augustin. Os *zinglins* eram recrutados entre os sub-proletariados urbanos e temidos pela burguesia tanto negra quanto mulata (NICHOLLS, 1989, p. 176). Em 1849, se proclama imperador do Haiti e se mantém de modo relativamente calmo até 1859, quando General Fabre Nicolas Geffrard o retira por um golpe de Estado.

Geffrard era mais reconhecido como alinhado aos interesses da burguesia mulata, mas enquanto a maioria dos seus ministros fossem mulatos, muitos negros mantiveram suas posições sob seu governo, notadamente no comando do Exército. Reprimiu tentativas de golpes no sul em 1862 e 1865. Mais sério foi o levante liderado pelo general Silvain Salnave em Cap Haitien em 1865, com o apoio de políticos negros e escritores, como Desmevar Delorme. Este levante, teve apoio dos EUA e de grupos da República Dominicana, mas foi reprimido por Geffrard com o apoio da Grã-Bretanha. Salnave continuou a insurgência que foi bem sucedida em 1867 (NICHOLLS, 1989, p. 177).

4.3 A ocupação dos EUA e a *Garde d’Haiti* (1915-1934)

No seu estudo das relações civis-militares no Haiti, Laguerre (1993) divide a ocupação dos EUA em três períodos distintos. O primeiro, entre 1915 e 1922, diz respeito à fase de eliminação do antigo exército e formação da nova gendarmeria. O período coincide

²² No creole, a palavra *zinglin* significa pedaços afiados de vidro. No contexto dos anos 1987 a 1994, grupos paramilitares e milícias do país passaram a ser rotineiramente chamados de *zenglentos*, em referência a estes grupos armados que também inspiraram os *tonton macoutes* do período Duvalier, 1957-1987.

com o momento que vai da resistência armada dos *cacos* até a elaboração do relatório McCormick sobre a ocupação, apresentado ao Congresso norte-americano em 1922 e que, em nossa perspectiva, marcou a expressão de uma nova visão estratégica dos EUA sobre o Haiti. O segundo período, de 1922 a 1928, diz respeito à coordenação das forças de ocupação no Haiti e consolidação da gendarmeria, servindo como polícia e exército. É em 1922 também quando há a criação de algumas escolas militares no Haiti, sob o comando dos EUA, para a formação dos novos membros da gendarmeria (MILLSPAUGH, 1931, p. 112).

Já nos EUA, a segunda metade dos anos 1920, embora marcada por uma menor atenção pública à ocupação, quando comparada ao período imediatamente posterior ao término da Primeira Guerra Mundial, foi também o momento de constante vigilância e atenção por parte de movimentos negros norte-americanos, já com forte posição estabelecida de oposição à ocupação (PLUMMER, 1982). O terceiro período indicado por Laguerre (1993), de 1928 a 1934, foi caracterizado no Haiti pela transição para o comando e operação haitianos da força armada (“haitianização” do exército), com a mudança de nome para *Garde d’Haiti* e o início da saída dos EUA, notadamente após grandes protestos no Haiti em 1929 e a decisão do presidente Hoover de retirar as tropas a partir de relatório da comissão Forbes em 1930, criada pela Câmara e pelo Senado a pedido do presidente (LAGUERRE: 1993, p. 66-67; SPECTOR, 1966). Importante notar que foi em 1930 que os EUA restabeleceram a escola militar, sob auspícios dos *marines*, para treinar os oficiais da nova força armadas a partir de uma estrutura educacional formalizada. Castor (1988, p. 230) localiza o início do período da “haitianização” do exército a partir de 1932, como resultado das pressões do movimento nacionalista haitiano, no contexto posterior aos protestos de 1929 no Haiti, e após o início do governo de Sténio Vincent, 1930-1941.

A gendarmeria, em conjunto com os *marines*, foi responsável pelo policiamento nas cidades e pelas ações de pacificação e contra-insurgência contra a guerrilha dos *cacos* no meio rural. A composição de oficiais haitianos na força em 1917 era somente de 5% e, em 1922, apenas 19%. Mesmo que a etapa da “haitianização” tivesse começado em 1928, segundo Laguerre (1993), em 1929 ainda eram apenas 36%, com a maioria dos postos mais altos ocupados por norte-americanos (MILLSPAUGH, 1931, p. 173). Em 1930, cerca de 60% dos oficiais continuavam sendo norte-americanos (CASTOR, 1988, p. 230). Este fato não passou despercebido de críticas internas aos próprios EUA. Streit (1928) e Millspaugh (1931) chamaram a atenção para a ausência do treinamento de haitianos para exercerem cargos de liderança na administração pública em geral e de oficiais na *Garde*, e, também, para a alta

rotatividade dos enviados norte-americanos para o Haiti, que, em geral, eram transferidos para outro país a cada 3 anos.

No Tratado Americano-Haitiano de 1915, que formalizou a ocupação dos EUA, a preservação da estabilidade social do Haiti, entendida no texto como “paz doméstica”, seria alcançada através da criação de uma nova força armada haitiana, organizada e comandada inicialmente pelos EUA e cuja transição à liderança haitiana seria feita gradualmente.

Ao analisarmos a estratégia dos EUA manifestada no tratado, cuja tramitação se inicia em 16 de setembro de 1915 (BEVANS, 1971, p. 660), podemos concluir que ela refletia com muita proximidade o plano McDonald elaborado em 2 de agosto daquele ano, discutido acima. Segundo o Artigo X do Tratado, que trata especificamente das forças armadas:

O governo haitiano obriga a si mesmo, para a preservação da paz doméstica, a segurança dos indivíduos e a completa observância das provisões deste tratado, a criar, sem atraso, uma polícia (*constabulary*) eficiente, urbana e rural, composta de haitianos nativos. Esta polícia deverá ser organizada e comandada por americanos, apontados pelo presidente do Haiti, a partir de nomeação pelo presidente dos Estados Unidos [...] Estes oficiais serão substituídos por haitianos na medida em que eles, através de exames conduzidos sob a direção de um conselho a ser selecionado pelo comandante oficial americano (...) forem tidos como qualificados para assumir tais deveres [...] (BEVANS, 1971, p. 663, tradução nossa)

Na prática, os EUA extinguiram quase completamente o antigo exército e formaram uma nova estrutura militar a partir de uma gendarmeria, responsável pelas ações de contra-insurgência e policiamento. Os homens que compuseram esta nova força foram recrutados, principalmente, do mesmo meio social camponês do qual também fizeram parte aqueles que se arregimentavam nas revoltas do século XIX. De forma geral, a *Garde* “[...] era um braço visível da intervenção norte-americana, que evidenciava as conexões existentes entre os Estados Unidos e as elites econômica e política dominantes do Haiti” (HUGGINS, 1998, p. 34). Os EUA formaram uma força militar violenta e repressiva que visava estabelecer seu domínio sobre toda a nação e cujas primeiras ações foi lutar contra os patriotas haitianos que se opunham à ocupação norte-americana. “É correto ver a gendarmeria haitiana como os guardas da ordem estabelecida pelos *marines*. Aquela era uma ordem em harmonia com os interesses do capitalismo norte-americano” (LAGUERRE, 1993, p. 70). Com a ocupação, os EUA alteraram a distribuição e o equilíbrio de poder interno da política dos países beneficiários, centralizando-o sob as forças criadas e controladas pelos norte-americanos (HUGGINS, 1998, p. 33).

No contexto rural, os marines transformaram a organização da polícia rural

Foi em 1930, refletindo já a nova estratégia dos EUA para lidar com a ocupação e o intuito de encerrá-la, considerando os protestos de 1929 que se iniciaram com uma greve de estudantes da escola agrícola de Damien e o início da crise econômica daquela década, que os EUA reestabeleceram a escola militar de oficiais, sob os auspícios dos *marines*. A escola militar viria a ser um importante centro de formação de lideranças militares violentas que marcaram a história haitiana nas décadas seguintes, como Paul Magloire, Léon Cantave e Antonio Kébreau. Conforme destacou Trouillot (1990, p. 106-7), não havia dúvidas entre os jovens naquele momento, em 1930, do papel que iria ser exigido deles a partir da escola militar criada pelos EUA para formar a nova força armada. A guerra levada a cabo contra o movimento nacionalista anti-imperial dos *cacos* e o seu desfecho em 1920 com a morte das lideranças Charlemagne Peralte e Benoit Batraville, além da violência, censura e repressão contra os movimentos desarmados no campo e na cidade, como em 1929, não deixaram dúvidas sobre a posição em favor de soluções violentas para complexos problemas políticos, econômicos e sociais. Mesmo assim, “[...] os ocupantes não tiveram problemas em preencher a primeira classe verdadeiramente ‘americana’ na escola militar [...] os *marines* asseguraram que tal gosto [violento] seria sistematicamente cultivado e transmitido para as classes posteriores” (TROUILLOT: 1990, p. 106-7).

O esforço dos EUA de dominar o Haiti alterou significativamente a organização das Forças Armadas, sendo um momento de demarcação entre o seu passado e o presente (LAGUERRE, 1993, p. 63). Durante o século XIX, o exército haitiano era uma instituição fragmentada espacialmente ao redor de diferentes lideranças regionais do território haitiano, as quais exerceram um papel significativo nos golpes e insurgências armadas, inclusive com realização de alianças com governos estrangeiros. A forma forçada de recrutamentos dos camponeses e as ascensões de carreira dentro do exército ocorriam muitas vezes a partir das disputas políticas entre os pretendentes ao poder, como forma de mobilização política e militar e recompensa aos vencedores das insurgências (LAGUERRE, 1993, p. 47-50).

Ao longo do seu empreendimento imperial no Haiti, os EUA transformaram as Forças Armadas do país de uma instituição fragmentada numa burocracia centralizada, e concentraram o poder político na capital, Porto Príncipe. A construção e melhoria de estradas, assim como a distribuição da gendarmeria nas regiões do interior, a imposição de obstáculos ao desenvolvimento de vínculos de solidariedade regional na força, o fortalecimento da unidade de policiamento rural (*police rurale*), o desarmamento do camponês, e a vitória

contra a guerrilha camponesa dos *cacos*, aumentaram a “difusão” do poder do Estado ao facilitar o exercício da força repressiva a partir de Porto Príncipe (LAGUERRE, 1993, p. 63; TROUILLOT, 1990, p. 105).

É importante, ainda, salientar as diferenças entre a nova força militar criada pelos EUA e o antigo exército haitiano, conforme assinala Trouillot (1990):

Com todas as suas falhas – e apesar do fato de que ele tenha matado tantos haitianos durante a segunda metade da sua história de 122 anos quanto franceses durante a guerra de independência – o primeiro exército haitiano via a si mesmo como o fruto da luta contra a escravidão e o colonialismo. Ele tinha primeiro tomado as armas contra as tropas francesas e os senhores de escravos, e, por muito tempo depois da independência ainda possuía veteranos das vitórias contra as forças francesas do general Rochambeau [...] Em suma, era fundamentalmente um exército que clamava pela luta contra estrangeiros e pela defesa da comunidade nacional. Por conta do seu papel declarado, suas origens, e por conta da posição do Haiti no mundo, o exército do século XIX acreditava que tinha sido atribuído a uma missão nacional, mesmo que a história provou-lhe errado.

Em forte contraste, a *Garde* haitiana foi criada especificamente para lutar contra outros haitianos. Ela recebeu seu batismo de fogo em combate contra seus conterrâneos. E a *Garde*, como o exército que iria tornar-se, nunca lutou contra ninguém a não ser haitianos. Sua campanha mais importante foi a sua participação, junto com os *marines*, na guerra contra os camponeses nacionalistas liderados por Charlemagne Peralte e Benoit Batraville, quando os *marines* e a *Garde*, juntos, mataram cerca de 6.000 camponeses. Outros 5.500 cultivadores morreram nos campos de trabalho forçados que a *Garde* administrou para os ocupantes (TROUILLOT, 1990, p. 105-6, destaque nosso, tradução nossa).

Tendo isto em vista, é significativo que Charlemagne Peralte, liderança mais expressiva dos *cacos* durante a resistência armada em 1918 e 1919 e nascido de uma família de longa tradição de militares, tenha sido um general de divisão (mais alto cargo do exército haitiano de então) que foi desmobilizado nos anos iniciais da ocupação pelo governo do presidente Dartiguenave, empossado pelos EUA (MICHEL, 1996, p. 16).

Em termos gerais, se, por um lado, os EUA transformaram a estrutura organizacional das forças armadas do Haiti, notadamente ao submetê-la de modo mais expressivo a um controle centralizado e ao estabelecê-la como instrumento fundamental da repressão interna, por outro, mantiveram e reforçaram alguns outros aspectos que marcaram a instituição ao longo do século XIX. Conforme interpretou Castor (1988, p. 77), a gendarmeria fortaleceu a velha tradição militarista e arbitrária do Haiti. Ou seja, com a ocupação e as ações

empreendidas pelos EUA, todas as práticas absolutistas pelas quais os generais haitianos eram criticados foram legitimadas pelas ações dos militares norte-americanos, reforçando a “[...] convicção das oligarquias nacionais de que o poder nasce do cano de uma arma – com a exceção de que, neste caso, a arma estava em mãos estrangeiras” (TROUILLOT, 1990, p. 104, tradução nossa).

Além disso, a fragmentação regional e os conflitos internos que caracterizaram o antigo exército ao longo do século XIX e que causavam parte significativa da instabilidade política do país deixaram de ter a prevalência que possuíam. A *Garde*, tendo como foco, neste novo momento, a repressão aos movimentos internos e à contenção de qualquer revolta que se sublevasse contra a ocupação, como o foi a insurgência dos *cacos*, constituiu-se, dessa forma, mais como uma polícia política e um exército de ocupação do que como um exército nacional – e o treinamento moderno e as armas que passou a possuir com o patrocínio norte-americano, tornaram-lhe a força mais eficaz da história do Haiti (CASTOR, 1988, p. 230).

Como podemos interpretar, esta centralização teve como um dos seus principais efeitos a remoção de mecanismos de contrapeso que estavam presentes na história política do Haiti do século XIX. A fragmentação territorial e as disputas entre regiões que caracterizaram o período dificultavam o estabelecimento de um domínio que se sobrepusesse, em nível nacional, às particularidades locais. Com o processo de concentração da força política em Porto Príncipe e de centralização burocrática do exército, realizou-se parte das condições necessárias para o estabelecimento de um regime totalitário, que posteriormente assumiria traços claros com a ascensão do duvalierismo e a chegada de François Duvalier ao poder em 1957.

4.3.1 Aspectos transnacionais

A gendarmeria do Haiti e, posteriormente, *Garde d’Haiti*, foi uma criação do esforço imperial dos EUA na tentativa de manter seu domínio sobre o Haiti no contexto da ocupação de 1915-34, em aliança com frações da elite nacional. As suas características, em termos de estrutura organizacional, doutrina operacional, conhecimentos táticos, uso de equipamentos e formação intelectual refletiram, por sua vez, o quadro geral das dinâmicas internacionais na qual ela estava inserida. Assim, para além de elementos das dinâmicas locais, estas características foram resultado das influências transnacionais que incidiram sobre a instituição.

Anteriormente à ocupação, o Haiti realizou programas de reformas militares em parceria com o Exército francês, em momentos pontuais do século XIX, como em 1860 e em 1887. Este último empreendimento, no contexto de intensificação das alianças internacionais das elites haitianas frente às disputas internas, a França enviou uma missão militar ao Haiti para o treinamento prático e teórico no que havia de mais avançado na ciência militar de então. Registra-se, também, o envio de militares haitianos para a França, os quais passaram a ocupar alguns cargos oficiais do Exército. Contudo, segundo Laguerre (1993), as constantes sublevações, golpes e revoluções que marcaram o país no final do século XIX levaram a uma perda de parte significativa destas transformações organizacionais.

Já durante a ocupação dos EUA, a experiência prévia que acompanhava os *marines* e outros reformadores civis norte-americanos foi fundamental na composição da nova força armada. Os responsáveis pela formação da gendarmeria carregavam conhecimentos e práticas a partir do engajamento dos EUA em contextos precedentes de ocupação internacional no Pacífico, Caribe e América do Sul, durante o processo de ascensão do país na condição de grande potência (LAGUERRE, 1993). Em particular, a experiência dos EUA nas Filipinas, teve maior expressão na formação da *Garde*, que também foi constituída a partir do modelo das polícias estaduais de Nova Jersey e Pennsylvania – as quais, por sua vez, também foram desenvolvidas por veteranos da campanha nas Filipinas e eram conhecidas pela repressão a greves e espancamento de imigrantes (KUZMAROV, 2012, p. 39).

[...] O Coronel Littleton W. T. Waller, comandante da Força Expedicionária dos Marines no Haiti em 1915, comandou o envio dos Marines em Cuba em 1906 e, antes disso, adquiriu notoriedade na sua relação com as atrocidades de Samar nas Filipinas. Muitos administradores civis americanos também foram ao Haiti com experiências coloniais prévias; três dos quatro conselheiros financeiros, os mais importantes oficiais civis, tiveram postos semelhantes em Peru, Pérsia e Libéria, e o chefe do serviço técnico-agrícola tinha ocupado posição semelhante na Indochina (SCHMIDT, 1995, p. 8, tradução nossa).

O primeiro comandante da gendarmeria do Haiti, Smedley D. Butler, carregava ampla experiência internacional nas ocupações norte-americana, e tinha previamente atuado em Filipinas, China, Honduras, Nicarágua, Panamá e México. Em 1916, Butler participou de missão em Cuba²³ para estudar a organização da polícia rural, com o intuito de desenvolver

²³ No caso da ocupação de Cuba, podemos observar que se a polícia nacional ficou a cargo dos *marines*, a polícia municipal e o sistema penitenciário de Havana também foram influenciados por ex-oficiais da polícia da cidade de Nova York e pela visita do diretor penitenciário cubano a duas prisões federais dos EUA (HUGGINS, 1998, p. 31).

instituição similar no Haiti (LAGUERRE, 1993, p. 74; SCHMIDT, 1995, p. 8). O sucessor de Butler no comando da gendarmeria, Alexander S. Williams, também tinha passado antes do seu engajamento no Haiti por Panamá, Cuba, México e Filipinas, servindo na polícia filipina criada pelos EUA. Dentre as mudanças operacionais com relação às práticas precedentes de policiamento empregadas pelo Exército haitiano, destaca-se a introdução de um sistema de pelotões policiais, a criação da polícia de trânsito e a formação de um sistema de arquivamento de fichas das pessoas que viessem a ser presas (KUZMAROV, 2012, p. 39-41).

Um acordo de 24 de agosto de 1916 entre o governo do Haiti e o governo dos EUA foi criado para especificar os detalhes da forma de administração e operacionalização da nova gendarmeria e, como avaliou Laguerre (1993, p. 69), indicou um movimento no sentido da profissionalização e da despolitização da força, entendida a partir dos seguintes critérios:

Para que isso acontecesse, o comandante-em-chefe, e não o presidente da república, deveria estar no comando das operações diárias da instituição, para todas as questões administrativas e de funcionários. As promoções, por exemplo, deveriam ser feitas na base da senioridade, competência e serviço público, mais do que ligações familiares e conexões políticas (LAGUERRE, 1993, p. 69, tradução nossa).

No entanto, podemos compreender, à luz do que apresentamos acima que, se do ponto de vista administrativo e operacional a criação e organização da gendarmeria significou uma alteração no sentido da centralização burocrática e da diminuição da interferência das forças políticas regionais na *Garde*, por outro, a influência política foi centralizada, em maior medida, durante a ocupação, nos *marines* e no governo dos Estados Unidos e, em menor medida, na classe política haitiana aliada que ora comandava o Estado e que se representava nos governos nacionais que perduraram durante o período de 1915 a 1934. Além disso, como pretendemos demonstrar abaixo, no momento posterior à ocupação, a *Garde* irá assumir uma presença cada vez maior na dinâmica política haitiana, atuando de modo crescentemente autônomo frente às elites nacionais, até o seu apogeu durante o governo do general Paul Magloire de 1950 a 1957.

Se a ocupação dos EUA criou as estruturas centralizadas de poder em Porto Príncipe e unificou o comando militar a partir da nova *Garde*, foi a resultante das disputas entre as diferentes reações à ocupação, primeiramente em termos de elaboração intelectual e posteriormente na forma de movimento político organizado, que lançaram as bases para a ascensão do Duvalierismo. Trouillot (1990, p. 150) nos ensina que nos momentos imediatos que antecedem à chegada de François Duvalier à presidência em 1957 as frações *noiristas* do Exército, sob comando de Léon Cantave e Antonio Kébreau, foram fundamentais ao permitir,

ou realizar, elas mesmas, diferentes atos de terror e de perseguição de lideranças do governo e de movimentos de oposição concorrentes.

4.3.2 A crise de 1929 e a disputa pela lealdade da *Garde*

O ano de 1929 no Haiti mostrou ter sido importante para as relações entre a resistência nacional e os EUA. Quem quer que estivesse no poder em 1936, data oficial de término da ocupação, teria a capacidade legal de renovar o tratado que buscava legitimá-la e, para isto, as eleições de 1930 seriam um momento significativo para definir as forças da luta anti-imperial no Haiti. Convocados por estudantes da escola agrícola de Damien, uma série de protestos e greves criaram dificuldades crescentes para os EUA no país, ao se expandirem pelo Haiti e tomarem proporções cada vez maiores, principalmente em Porto Príncipe e Cabo Haitiano. Neste contexto, a maior preocupação do governo dos EUA recaía sobre o grau de lealdade que a *Garde d'Haiti* iria manifestar e manter com relação à manutenção da ocupação sob comando norte-americano. Desta forma, foi um momento crítico para o governo dos EUA, manifestado pela grande quantidade de mensagens trocadas (quando comparado com os anos anteriores) entre o Alto Comissário Americano no Haiti, o major-general John H. Russell, e o secretário de Estado de Herbert Hoover, Henry L. Stimson, principalmente entre os finais de novembro e o início de dezembro.

Na troca de correspondência, analisada abaixo, Russell detalhou os pormenores dos acontecimentos, avaliou o equilíbrio de forças e indicou para Stimson as sugestões possíveis de encaminhamentos. No texto, o enviado norte-americano manifestou preocupação constante com a possibilidade da adesão da *garde* aos movimentos grevistas, almejada por parte da oposição no Haiti. Como respostas às greves e protestos, a coalizão entre o governo haitiano e dos EUA buscou reagir a partir do cálculo entre o mínimo esforço necessário para contê-los, evitando uma escalada, e a intensificação da resistência. Para isso, realizaram medidas de censura da imprensa, de repressão dos protestos e de prisão de lideranças do movimento. Nos momentos iniciais das greves, em meados de novembro, a percepção de Russell era a de que nenhuma conspiração de qualquer tamanho poderia ser formada na força armada sem que “os oficiais brancos da Garde tenham conhecimento” (RUSSELL, 1929b), a “tempo de poder tomar as ações apropriadas para reagir” (RUSSELL, 1929a). Apesar de tentar buscar soluções para a crise conflagrada, algumas passagens da correspondência de Russell manifestam um sentimento de decepção com o Haiti e de desencanto com o objetivo

da estabilização do país e da tentativa de “ensinar” os haitianos a adquirirem a “capacidade de auto-governo pleno”:

(...) rumores estão em constante circulação de que a greve irá se estender para todos os ramos do governo, não excluindo a Garde. Eu duvido muito que esta organização possa ser seriamente afetada enquanto estiver sob o controle de oficiais brancos, mas a situação presente claramente demonstra a impossibilidade do auto-governo no Haiti por muitos anos vindouros” (RUSSELL, 1929c, tradução nossa).

A suposição de Russell, reiterada nas correspondências, de que o controle da *garde* por oficiais “não-brancos” poderia afetar a lealdade da instituição com relação ao governo dos EUA e à ocupação, naquele momento, pode ser interpretada tendo em vista a ascensão do próprio movimento indigenista como uma forma de resistência intelectual e identitária dos aspectos sociais haitianos até então negligenciados, em termos gerais, notadamente as heranças culturais africanas. Ou seja, a possibilidade da solidariedade fundada em traços fenotípicos, como a cor da pele, foi tida por ele como uma espécie de risco para a manutenção da “independência” da *garde* – isto é, manutenção da independência e da cisão entre a *garde* e os grupos que se opunham à ocupação. Podemos também inferir que o enviado norte-americano tinha também plena lembrança de que a *garde* não reprimiu de forma efetiva a insurgência dos *cacos* no final dos anos 1910, responsabilidade que foi atribuída, ao cabo, aos próprios *marines*. Talvez tenha sido estas as razões, portanto, que fizeram com que Russell tomasse a atitude de, com a intensificação das greves naquele momento, expôr publicamente os *marines*, conforme manifestou ao DOS:

[...] mais do que foram no passado [...] agora, eles irão marchar pelas ruas e outros meios serão tomados [como expor as metralhadoras] para deixar as pessoas verem uma demonstração de força, com o objetivo de que tenha um efeito benéfico [para conter as greves] (RUSSELL, 1929d, tradução nossa).

O aprofundamento das greves, protestos e paralisações, e a difusão crescente das mobilizações nas cidades do Haiti, levou também a um aumento da preocupação de Russell com a possibilidade do envolvimento da *garde* ao lado dos opositores, tida como um ator crucial pelo enviado norte-americano. Conforme Russell manifestou em outra carta ao secretário de Estado dos EUA, se a *garde* não se envolvesse no movimento, ele iria “gradualmente diminuir e morrer”, caso contrário, “combustível seria jogado na fogueira, tornando-o mais sério” (RUSSELL, 1929e, tradução nossa). O tom do relatório de 3 de dezembro de 1929, mais alarmista do que os anteriores, indicou a percepção de Russell de que a situação poderia sair do controle do governo dos EUA:

Greves se espalharam por todo o país e todos os portos estão envolvidos. A situação se tornou séria e o progresso e os negócios do Haiti podem ser severamente afetados. Muitos políticos e homens de negócio haitianos estão se alinhando com o lado dos grevistas. Fortes esforços estão sendo realizados para induzir todos os departamentos relacionados ao tratado [haitiano-americano] à greve [...] *A lealdade da Garde é muito questionável* (RUSSELL, 1929f, tradução nossa, grifo nosso)

A possibilidade da *garde* alterar sua lealdade naquele momento da ocupação, deixando de apoiar o governo dos EUA para alinhar-se aos grevistas levou a que Russell se preocupasse também com a segurança dos cidadãos norte-americanos no Haiti, cuja proteção era realizada pela própria *garde*. Frente isso, no mesmo relatório do dia 3 de dezembro de 1929, Russell pediu ao DOS o envio de mais 500 marines, para permanecerem no país até a inauguração do novo presidente dos EUA (RUSSELL, 1929f). Contudo, a preocupação do governo dos EUA com as eleições presidenciais de 1930 levou a que o DOS negasse o pedido de Russell. Henry L. Stimson, secretário de Estado de Hoover, reagiu, num primeiro momento, em telegrama citando que o envio de mais *marines* para o Haiti poderia suscitar “relatórios sensacionalistas” na imprensa norte-americana, dando uma “interpretação infortuita [aos acontecimentos] em vistas das eleições que estavam próximas” (STIMSON, 1929a).

Apesar de Stimson tentar persuadir Russell a não colocar os *marines* nas ruas do Haiti para reprimir a população nem a emitir a declaração de lei marcial (STIMSON, 1929b; STIMSON 1929c), o tempo entre o envio e a chegada dos telegramas dificultou que se evitasse esta resposta, que foi de fato tomada pelo Alto Comissário dos EUA no Haiti, frente a emergência e a difusão dos protestos no país. Segundo a correspondência, Russell via o uso dos soldados norte-americanos durante o episódio como espécie de força complementar à *garde*, a qual era submetida na condição de regimento da própria brigada dos *marines*. A confiança do Major-General Russell na superioridade do projeto que colocava em prática no Haiti manifestou-se na sua visão de que a submissão da *garde* haitiana às forças armadas norte-americanas era um elemento que aumentava o moral da própria *garde* (RUSSELL, 1929g). O secretário Stimson avaliou que, naquele momento, a decisão de Russell de colocar as tropas norte-americanas nas ruas traria o risco de consequências negativas na política doméstica do governo norte-americano. Além disso, ainda mais significativo para nosso trabalho, é que Stimson também compartilhava do entendimento de Russell de que garantir a lealdade da *garde* constituía o ponto crucial da ocupação dos Estados Unidos no Haiti, e era uma ferramenta fundamental para lidar com os protestos no país:

Parece, a mim, que o nó da sua situação repousa na questão da lealdade da polícia nativa, e eu espero que você seja cuidadoso para não desencorajar esta lealdade ao aparentar desconfiança ou ao suplantá-la por forças brancas. Sob os oficiais brancos tais como os que você possui, a lealdade geral das tropas negras tem sido geralmente comprovada, mesmo contra a insatisfação ou motim locais (STIMSON, 1929d, tradução nossa).

Mesmo que Stimson tenha se posicionado contrário à declaração de lei marcial, Russell tomou a decisão de implementá-la e, com a censura à imprensa, a proibição de protestos, a prisão de suas lideranças e o envio de mais *marines* por parte dos EUA, conseguiu ser bem-sucedido em conter os protestos e estabilizar a sociedade no início de dezembro de 1929.

Foram realizados esforços para enfraquecer a lealdade da Garde d'Haiti [...] Empregados subordinados foram eventualmente persuadidos à greve na alfândega de Porto Príncipe, no escritório de controle aduaneiro e no Serviço Técnico [...] Os empregados de Obras Públicas, do Departamento de Saúde Pública, a Garde, e em todas as divisões e aduanas do recebedor geral, com exceção da citada, permaneceram leais. Com os estudantes e os escriturários aduaneiros da alfândega de Porto Príncipe indo às ruas, o elemento da turba [mob], sempre grande e perigoso em razão do analfabetismo generalizado e do baixo status econômico da população, começou a tomar parte. A lei marcial foi, portanto, feita efetiva em 4 de dezembro. Patrulhas foram às ruas em Porto Príncipe e Cabo Haitiano. Uma ordem de toque de recolher foi publicada [...] Quase imediatamente estas duas principais cidades tornaram-se calmas [...] Algumas prisões de lideranças e violadores do toque de recolher foram realizadas. Em algumas das cidades menores ao redor, onde não houve a imposição de patrulhas militares, os agitadores tentaram promover desordens por um curto período (Report of American High Commissioner, 1929, p. 7-8, *apud* MILLSPAUGH, 1931, p. 177, tradução nossa).

Os *marines* exerceram um papel de apoio à *garde* e de “segunda frente” de contenção contra as dinâmicas das revoltas, mantendo-se como força fundamental para reprimir os protestos que alcançavam certa proporção maior do que aquela capaz de ser contida pela força haitiana-americana, como quando na madrugada do dia 6 de dezembro impediram que cerca de 1.500 pessoas vindas da zona rural dos arredores de Aux Cayes ingressassem na cidade em apoio às greves, resultando em 5 mortos e 20 feridos. Russell também interpretou como um fato importante a difusão na sociedade haitiana da posição oficial de que o então presidente Louis Borno não iria concorrer às próximas eleições de 1930. Segundo Russell, a recepção a esta notícia “teve um excelente efeito em acalmar os políticos, os quais, eu espero brevemente, irão começar a lutar entre si ao invés de manterem-se unidos como estão no atual momento”, fato confirmado segundo informações recebidas pelo chefe de polícia de Porto

Príncipe e relatadas pelo Alto Comissário dos EUA no Haiti (RUSSELL, 1929h; RUSSELL, 1929i; RUSSELL, 1929j).

Quando os protestos se arrefeceram em quase todo o país e a situação se estabilizou, a *garde* voltou a ficar completamente responsável pelo comando do policiamento das grandes cidades, como Porto Príncipe e Cabo Haitiano (RUSSELL, 1929k). No dia 21 de dezembro, a *garde*, que durante toda a crise tinha operado como um regimento submetido à brigada dos *marines*, passou a atuar de modo independente da força armada norte-americana – mas mantendo a estrutura de comando submetida ao governo ocupante (RUSSELL, 1929l). Posteriormente, em janeiro de 1930, a avaliação do major-general John Russell era a de que “se uma força policial adequada, de longa experiência e tradição, tivesse sido estabelecida”, ou se as cortes tivessem sido completamente reorganizadas, a lei marcial e o apoio dos *marines* norte-americanos não teriam sido necessários para conter os protestos do final de 1929 e restabelecer a “paz social” sob contexto da ocupação (MILLSPAUGH, 1931, p. 179).

O comentário de Russell precisa ser interpretado tendo em vista que durante aquela crise, Henry Stimson esteve frequentemente preocupado com o equilíbrio entre o exercício da repressão no Haiti, tida como necessária para conter os protestos, e a forma com que esta ação impactaria a opinião pública norte-americana no contexto precedente às eleições de *midterm* de novembro de 1930. A avaliação da correspondência indica que Stimson se manteve frequentemente receoso dos possíveis impactos políticos internos aos EUA que poderiam causar o envio de mais *marines* ao Haiti, conforme foi por diversas vezes solicitado por Russell.

Mesmo que Russell e Stimson não tenham feito referência ao comunismo na sua troca de correspondência, a influência do comunismo no Haiti passou também a se constituir como uma importante preocupação de alguns atores dos EUA envolvidos na ocupação, como R.P. Williams, então comandante norte-americano da *garde*. Ao se deparar com os protestos estudantis de Damien em 1929, contrários à ocupação, Williams citou a infiltração comunista como uma de suas principais causas, mesmo que naquele momento o movimento, que se fortaleceria ao longo dos anos 1930 (mas que nunca chegaria a se transformar numa força que ameaçasse as estruturas políticas haitianas), ainda não tivesse expressão significativa na sociedade haitiana, com exceção de algumas poucas personalidades (SMITH, 2009, p. 15).

A revolta de 1929 foi contida pela atuação conjunta dos *marines* e da *Garde*, mas as mobilizações demonstraram os profundos problemas que a ocupação estava sujeita, e a

deterioração das condições de manutenção do domínio direto sobre o Haiti por parte dos Estados Unidos. Nos EUA, a incidência conjunta das pressões realizadas pelos movimentos negros contrários à ocupação e a inspiral de intensos problemas econômicos que começaram a surtir efeito no país com a crise de 1930 aceleraram o processo de retirada dos militares norte-americanos do país.

4.4 As Forças Armadas entre a ocupação e o regime Duvalier (1934-1957)

Desde o encerramento da ocupação dos EUA de 1915 a 1934 até uma nova intervenção norte-americana em 1994, nenhum governo haitiano foi capaz de estabelecer de modo bem sucedido uma polícia civil independente do Exército. As tentativas de fazê-lo levaram a frequentes derrubadas de presidentes e, até a sua dissolução em 1995, o Exército manteve-se como instituição de importância significativa da história política haitiana, entrando em cena em momentos decisivos e de modo cada vez mais incisivo. A ocupação dos EUA e o seu término não alterou o exercício da “função policial” (ROBINSON e SCAGLION, 1987) por parte do Exército, embora tenha alterado a forma com que esta função foi exercida, como procuramos demonstrar acima. O momento posterior à ocupação foi o período no qual as sucessivas Constituições indicaram o intuito da separação da força policial e do Exército, como indicado na Constituição de 1946²⁴, mas até 1995, quando o presidente Jean-Bertrand Aristide aboliu formalmente as FADH e criou uma força policial durante a intervenção da coalizão liderada pelos EUA o Exército não permitiu com que isso acontecesse (LAGUERRE, 1993, p. 84).

Criar esta força armada policial independente da instituição militar significaria reduzir numericamente a *garde*, a sua capacidade de depor ou manter o governo de turno, e o seu papel como instância de “veto” ou “chancela” de determinado candidato presidencial – diminuindo de modo marcado o seu poder na sociedade haitiana.

Neste contexto posterior à ocupação dos EUA, o Exército continuou sendo a única instituição do Estado haitiano ainda em pleno funcionamento, mesmo que tenha sido fundamentalmente transformada pelos EUA (TROUILLOT, 1990, p. 150-151). Na sua avaliação sobre a atuação do Exército do Haiti ao longo da sua história, Laguerre (1993, p. 63) pontua que, mesmo que o papel da *garde* tenha sido alterado na política haitiana com o

²⁴ “Art 134. – Les fonctions de police sont séparées de celles de l’Armée et confiées à des Agents spéciaux soumis à la responsabilité civile et pénale, dans les formes et conditions réglées par la Loi” (HAITI, 1946).

encerramento da ocupação dos EUA em 1934, ela se manteve como um dos atores mais relevantes. Foi a constante atuação do Exército fez pesar a balança em favor de determinado projeto político e candidato.

No período, ainda que o Exército tenha em alguns momentos precisado do apoio de frações da elite, principalmente das classes mercadoras, para alcançar posições de poder no Estado por meio de governos eleitos, uma vez alcançadas estas posições, ela passou a dispor de uma autonomia significativa frente aqueles setores da sociedade, atuando com relativa liberdade (LAGUERRE, 1993, p. 6; TROUILLOT, 1990, p. 150-152).

A “autonomia relativa” com que a *garde* crescentemente passou a atuar neste momento histórico frente sua relação com as elites nacionais é significativa e também pode nos ajudar a compreender a frequência das crises na sociedade haitiana. De acordo com Trouillot (1990), esta autonomia se encontra na incapacidade contínua destas elites nacionais estabelecerem sua hegemonia sobre a sociedade haitiana, avaliação que se aproxima com o aspecto dependente do capitalismo haitiano quando nos fundamentamos a partir das perspectivas dos autores marxistas haitianos expostos brevemente acima:

A dependência dos mercadores [haitianos] da Europa e dos Estados Unidos, a incidência da cultura camponesa, a força intelectual da classe média, e a atitude defensiva dos mulatos sempre previniu a burguesia local de estabelecer a sua hegemonia na cena política. Embora os mercadores exportadores-importadores tenham sido os maiores beneficiários do sistema, eles nunca buscaram ou foram capazes de controlar o Executivo diretamente. *Eles financiaram um ou outro senhor da guerra, mas eles tinham pouco controle sobre as decisões do Executivo uma vez que os generais da sua escolha estivessem no poder.* O Legislativo, tradicionalmente controlado pelos mulatos (que frequentemente estavam associados aos mercadores), permaneceu o maior braço institucional da burguesia na arena política, embora nem sempre eficaz (TROUILLOT, 1990, p. 146, destaque nosso, tradução nossa).

No período entre o encerramento da ocupação dos EUA, em 1934, e a chegada de François Duvalier (Papa Doc) ao poder, em 1957, a *Garde d’Haiti* teve papéis políticos importantes tanto em termos de ameaças de golpe ou a sua execução nos anos 1937, 1938, 1946, 1950 e 1956-7 (NICHOLLS, 1985: 205; NICHOLLS, 1986: 1247; SMITH, 2009: 35-6), funcionando, nos dizeres de Trouillot (1990), como uma instituição com uma espécie de “poder de veto” sobre os candidatos à presidência, destituindo o governo de turno ou impedindo uma candidatura, uma vez que perdesse ou não alcançasse apoio entre a elite militar. De acordo com Laguerre (1993), de 1934 a 1957, o Exército deixou de ter um papel

estritamente “dirigente”, como teve ao longo do século XIX, para aproximar-se mais de uma posição de crescente atuação, passando de “mediador”, para “guardião”, de 1946 a 1950, e por fim, “diretor”, entre 1956 e 1957.

Anteriormente à chegada de Duvalier à presidência em 1957, o Exército foi fundamental na construção das estruturas formais que seriam herdadas pela ditadura duvalierista, sendo executor ou elaborador na crescente lapidação das liberdades de imprensa e da submissão do poder judiciário haitiano à justiça militar (TROUILLOT, 1990, p. 150-51). Podemos destacar a atuação das Forças Armadas durante o regime Estimé, 1946-1950, na execução da perseguição inicial aos partidos comunistas e socialistas e, por fim, na repressão aos partidos mais liberais (SMITH, 2009).

Ao longo do seu governo ditatorial, François Duvalier conseguiu alterar a dinâmica de frequentes golpes realizados pelos militares na história política haitiana. François Duvalier conseguiu impor de modo bem sucedido a submissão das Forças Armadas, ao evitar a ascensão de lideranças militares que pudessem ameaçar a sua posição de poder e ao estabelecer um sistema de terror e de profunda violência contra qualquer tipo de oposição. Parte do sucesso de Duvalier em controlar a ação de militares golpistas esteve na velocidade e extensão das modificações que realizou nos quadros militares e na instrumentalização política das questões de cor e da religião vodu na sociedade haitiana. Talvez ainda mais importante para se sobrepôr ao Exército foi a atuação da milícia personalista dos *tonton macoute* ligada diretamente à sua figura, mimetizando uma prática realizada pelo antigo imperador haitiano Faustin Soulouque (1847-1849), que buscou se manter no poder com o apoio da milícia dos *zinglins* (NICHOLLS, 1985, p. 176).

Desde os anos 1940 e 1950, as condições socioeconômicas do Haiti se deterioraram crescentemente, com marcado aprofundamento da contínua desigualdade. Entre 1946 e 1956, mais de 80% da economia haitiana era agrária. O tamanho do setor agrícola continuou crescendo, mas sua produtividade diminuiu, regredindo a níveis do século XIX e com um crescimento populacional considerável. O PIB *per capita* declinou continuamente desde os anos 1940 e as exportações *per capita* de produtos agrícolas alcançaram níveis significativamente baixos. Em 1955, pior ano de safra do café no período pós-ocupação, o volume das exportações de café per capita eram cerca de $\frac{1}{4}$ daquele registrado em 1843. Parte da explicação para este quadro está no crescimento significativo da população camponesa, que aumentou em um terço entre 1930 e 1950 e a manutenção da baixa produtividade no campo. Esta alteração populacional, somada ao aprofundamento da degradação das condições

de vida e do endividamento camponeses, levaram a uma queda na idade média da população e a uma intensificação de movimentos migratórios em direção a Cuba, República Dominicana, e aos centros urbanos haitianos, principalmente a capital. Em meados dos anos 1950, cerca de metade dos residentes de Porto Príncipe tinham nascido fora da cidade (SMITH, 2009, p. 163-168; TROUILLOT, 1990, p. 141-2).

As respostas para o aprofundamento desta crise econômica foram de ordem significativamente repressiva e autoritária, e ajudaram a construir um contexto propício ao movimento de ascensão de François Duvalier e do fenômeno social do duvalierismo. Como destaca Trouillot (1990, p. 148), estas respostas autoritárias e violentas encontradas para as crises econômicas e sociais que o Haiti passou entre meados dos anos 1940 até 1956 foram iniciativas originadas fundamentalmente na *garde* que fora treinada pelos *marines* durante a ocupação, destacando a participação dos primeiros militares alunos da escola de cadetes criada em 1930 pelos EUA: Paul Magloire, Léon Cantave e Antonio Kébreau.

Já em 1937 e 1938, duas conspirações lideradas por oficiais do Exército próximos ao presidente Sténio Vincent e com a participação de oficiais subalternos negros foram contidas, e os conspiradores executados. Trataram-se de revoltas que surgiram a partir da insatisfação de setores militares frente forma com que o governo haitiano atuou após o massacre de mais de 15.000 haitianos e dominicanos na fronteira com a República Dominicana por parte das forças da ditadura Trujillo. A inação do governo haitiano e o reforço de tropas para garantir a segurança da capital e do Palácio Nacional, ao invés de enviá-las para a região de fronteira, foram vistos com profunda insatisfação por parte de militares e da oposição civil, liderada por políticos cassados em 1935 quando Vincent crescentemente tomou medidas mais autoritárias e centralizadoras, como a dissolução do Congresso. Após a contenção destas tentativas de golpe, Vincent realizou uma completa reorganização da hierarquia da *garde*, removendo potenciais inimigos e ocupando-a com aliados – um padrão recorrente no período analisado (SMITH, 2009, p. 29-37).

A declaração aberta de ter se tornado um regime ditatorial, conforme o próprio presidente Vincent, a crescente violência, censura, repressão e violação de direitos democráticos da oposição de esquerda e de direita por parte do governo, e a execução dos oficiais golpistas da *garde*, também tensionaram a política da “boa vizinhança” e de não-intervenção dos EUA no Haiti. Oficiais norte-americanos no Haiti passaram a ver com preocupação o cenário criado no contexto imediato à retirada dos *marines*: mesmo que Vincent fosse um aliado no Caribe na luta global contra o comunismo, o facismo e o

nazismo, a sua forma de atuação poderia trazer efeitos instabilizadores contraproducentes, e era preciso também pensar na sua transição. A elite política haitiana, ciosa da manutenção dos privilégios alcançados durante a ocupação norte-americana e o governo Vincent, 1931-1941, creditou a Élie Lescot o papel de garantidor da continuidade da estabilidade de suas posições, conspirando pela sua eleição com auxílio da embaixada dos EUA e da República Dominicana (SMITH, 2009, p. 37-39; TROUILLOT, 1990, p. 108).

O governo Lescot foi caracterizado pela continuidade da repressão aos movimentos comunistas e socialistas haitianos, pela aproximação dos laços econômicos e políticos do Haiti com os EUA, e pela radicalização do movimento *noirista* na sociedade, cuja ideologia passou a se expandir para setores mais amplos do que a elite urbana que orbitava ao redor dos *griots*. Este processo de radicalização e fragmentação das posições políticas também afetou a *garde* – em crescente politização desde o massacre de 1937 e a posição tomada pelo governo Vincent. Durante seu governo, Lescot nomeou-se comandante das Forças Armadas e reproduziu a iniciativa tomada por Vincent de reorganização dos altos oficiais da *garde*, de modo a manter seus aliados nas posições de poder. Lescot efetuou transformações na estrutura organizacional das Forças Armadas, como a integração dos bombeiros, guarda costeira e força aérea e aprofundou da centralização burocrática, além de aumentar o número de membros das Forças Armadas e expandir suas estruturas. No contexto da Segunda Guerra Mundial, Lescot declarou guerra ao Japão e à Alemanha e se alinhou com os Estados Unidos, que reforçaram o apoio a seu governo com a intensificação de acordos comerciais de compra de algodão e sisal, além da defesa militar da região. Com isso, Lescot também fortaleceu suas posições internas e favoreceu a elite aliada próxima, notadamente após o confisco de propriedades italianas e alemãs no país (ANDRADE, 2019, p. 167; SMITH, 2009).

A nomeação por Lescot de uma série de mulatos e pessoas de pele clara membros da elite haitiana para altos postos na administração, incluindo da própria *Garde*, e a intensificação das campanhas anti-vodu, antagonizou os setores negros e populares e os oficiais subalternos do Exército, durante um contexto de ascensão do nacionalismo negro haitiano. Este antagonismo e favorecimento levou a que em maio e outubro de 1944, sargentos da *garde* buscassem por duas vezes um golpe militar - tentativas frustradas que, uma vez descobertas, tiveram seus conspiradores executados ou aprisionados (SMITH, 2009, p. 53-57 e 67-69).

O papel mais decisivo exercido pela *garde* ocorreu em momentos posteriores ao governo Vincent, nas alterações de governo entre 1946 e 1956: durante as transições entre o

governo de Elie Lescot, 1941-1946, e Dumarsais Estimé, 1946-1950, entre o governo Estimé e do coronel Paul Magloire, 1950-1956, e entre o governo Magloire e a chegada de François Duvalier ao poder em 1957.

Como destaca Laguerre (1993, p. 91-95), a intervenção do Exército na política haitiana nestes momentos se deu a partir de uma compreensão difundida entre seus generais de que as instituições do Estado estariam ameaçadas a partir da constatação de impasses políticos. Dentre as razões publicamente declaradas pelo Exército no golpe de 1946, por exemplo, encontra-se a ideia de que o país estava passando por uma situação crítica, com a paralização do funcionamento das instituições, a difusão de greves e a inabilidade do governo de Elie Lescot formar um novo gabinete. Na percepção da elite militar, o Exército teria o dever de, frente uma situação de crise política, resguardar a institucionalidade e assegurar a ordem tidas como necessárias para garantir o desenlace da dinâmica política do país.

As intervenções não se davam à revelia da sociedade civil. Os golpes de 1946, 1950 e 1957 ocorreram a partir de uma aliança composta entre a liderança do Exército e políticos civis de oposição, e contou com o apoio de massas populares e diferentes setores da sociedade civil. Ainda com relação a 1946, o golpe foi precedido por cinco dias de greves e paralisações no país lideradas por estudantes com a participação de comerciantes urbanos. O governo de Elie Lescot, 1941-1946, aumentou o ressentimento de ampla parte da população negra, e trouxe escancaradamente a questão da diferença de cor como um elemento de mobilização política. Durante seu governo, Lescot rompeu com o que seria uma espécie de acordo social tácito que fazia referência ao ditames do final do século XIX do Partido Liberal, associado às frações mulatas, que buscavam se legitimar argumentando por uma aceitação dos mulatos, em associação com alguns negros, a partir da ideia da competência técnica e administrativa. Lescot ocupou os principais cargos de poder do país com figuras mulatas e despreparadas, desrespeitando a “tradição” da nomeação de mulatos a partir da competência técnica (TROUILLOT, 1990, p. 144-146).

A retirada forçada de Lescot foi percebida por camadas amplas da população haitiana como uma resposta aos privilégios econômicos de uma burguesia mulata que vinha fortalecendo suas posições desde a ocupação norte-americana, e concretizou uma ruptura da forte relação entre este seguimento mulato da população e o governo e os empresários dos EUA que atuavam no país (LAGUERRE, 1993, p. 93; 99). Esta a razão pela qual Smith (2009), assim como vários partidos haitianos daquele momento, caracterizaram os movimentos de 1946 como uma revolução, na qual se teria a primeira reação popular contra

um governo apoiado pelos EUA na América Latina e no Caribe no pós Segunda Guerra Mundial:

O triunfo do movimento não levou a criação de uma recuperação de longo prazo dos abusos do governo deposto, nem erradicou a corrupção política, e somente melhorou minimamente os benefícios materiais da maioria empobrecida do país. O movimento no entanto sinalizou uma quebra na legitimidade da supremacia da elite política; forçosamente afirmou a radicalidade ideológica como uma arma política; deu à classe média negra influência política sem precedentes; anunciou o papel fundamental do movimento trabalhista como uma força na política nacional; e fortaleceu o papel dos militares. A mais simbólica das grandes mudanças na cultura política foi a chegada ao poder do negro de origem camponesa Dumarsais Estimé em agosto. Daquele momento em diante, um membro da elite de peles claras não foi eleito ao mais alto assento do poder no país (SMITH, 2009, p. 72, tradução nossa).

Contudo, se a sublevação de 1946 seguiu as intensas mobilizações populares, alterou o quadro das elites que vinham se fortalecendo desde a ocupação dos EUA, e marcou o rompimento da aliança entre parte desta elite e o governo norte-americano, ela também não foi feita à revelia dos próprios Estados Unidos. Pelo contrário. Durante o processo, o comandante da *garde*, coronel Franck Lavaud, recusou a seguir a ordem de Lescot para reprimir as manifestações usando todos os meios necessários. Lavaud, o coronel Antoine Levelt, segundo no comando da *garde*, e o embaixador dos EUA Orme Wilson Jr. passaram a conspirar conjuntamente sobre o rumo a ser tomado. Junto com a embaixada, Levelt, Lavaud e o coronel Paul Magloire formaram um Conselho Executivo Militar, que demandou de modo bem sucedido a resignação de Lescot (CHENET, 2011, p. 214-215; SMITH, 2009, p. 80)

No caso de 1946, não apenas a garantia da institucionalidade, mas o quadro composto pela fragilidade do governo e pela percepção dos EUA da possibilidade da chegada de comunistas e socialistas ao poder também motivaram a intervenção das forças armadas haitianas na política, em aliança com a embaixada norte-americana. A força dos partidos de esquerda na sociedade haitiana naquele momento ensejou nas lideranças da *garde* a composição de um governo formado completamente por militares no momento posterior ao golpe, razão apresentada pelo major Antoine Levelt ao embaixador dos EUA no Haiti Orme Wilson Jr. Assim, no contexto de enfraquecimento da administração civil, os militares intervieram não somente para restaurar as operações de governo mas também para prevenir que um candidato da oposição de esquerda fosse eleito presidente da república (LAGUERRE, 1993, p. 91-93; SMITH, 2009, p. 72; 79-80).

Smith (2008, p. 90) indica a suspeita compartilhada pela embaixada dos EUA e pelos grupos de esquerda no Haiti de que o Ministério do Interior, comandado por Paul Magloire tenha interferido nas eleições, que foram significativamente vencidas por conservadores e *noiristas*. Estes dados, reconhecidos por Laguerre (1993), relativizam a sua própria interpretação do papel da *garde*. Isto porque, se, de acordo com Laguerre (1993) o Exército em 1946 exerceu um papel de mediador, ao ter organizado as eleições e retornado à caserna após a formação de um governo civil, ele o fez também com o objetivo de combater a ascensão dos grupos de esquerda no controle do Estado.

Apesar do apoio da embaixada norte-americana, temerosa da crescente influência dos movimentos marxistas haitianos, o reconhecimento do governo da junta militar por parte dos EUA não foi imediato. Ao longo dos quatro meses entre janeiro a abril de 1946, a junta tentou obter o reconhecimento diplomático do governo norte-americano em Washington, que só veio após a ação bem-sucedida do diplomata haitiano Dantès Bellegarde ao angariar apoio entre ativistas negros na capital dos EUA. Bellegarde argumentou que uma demora no reconhecimento poderia levar a uma derrubada do governo haitiano pelo governo dominicano de Trujillo ou por comunistas (SMITH, 2009, p. 82).

O período do governo Estimé trouxe grandes avanços no progresso da política haitiana. Tratou-se do momento do apogeu da conscientização dos aspectos ideológicos e culturais da cor na sociedade haitiana, e durante o qual os partidos de esquerda não foram perseguidos. Estimé possuía alta popularidade entre camponeses, trabalhadores urbanos e a classe média negra, grupos que passaram a possuir influência no governo e que, até então, eram tratados como cidadãos de segunda classe. Por outro lado, o final dos anos 1940 foram marcados pela frustração das altas expectativas criadas com a revolução de 1946 e com o início do governo Estimé, com o aprofundamento dos ressentimentos de cor e da polarização ideológica (SMITH, 2009, p. 104).

Em 1948, o Senado haitiano aprovou uma lei criminalizando os partidos comunistas no país, que com pouca adesão social tinham sido tolerados pelo governo Estimé. Tratou-se de uma tentativa do governo de fortalecer e reconstruir os laços econômicos e políticos com os EUA, que tinham sido fragilizados em 1946. Embora o Partido Comunista Haitiano não fosse uma ameaça real à estabilidade interna do país, os oficiais dos EUA em Washington e a grande imprensa norte-americana compreendiam o nacionalismo negro radical dos *noiristas* no governo Estimé como simpático aos comunistas e, mais ainda, aos socialistas. Embora distante destes grupos durante seu governo, Estimé invocou frequentemente a ameaça

interna das esquerdas haitianas para tentar favorecer uma aproximação na sua relação com os EUA, e a aprovação da lei anticomunista de 1948 foi um dos principais gestos neste sentido (SMITH, 2009, p. 129-131).

Apesar da popularidade de Estimé entre os pobres, os reais garantidores de seu poder não eram as classes populares, a burguesia enfraquecida, os oficiais do Estado ou os intelectuais noiristas, mas os oficiais da *garde*, nomeada como *Armée d'Haiti* em 1947, que garantiram e apoiaram a sua vitória. A partir do final daquele ano, seguindo conselhos de partidários na Assembleia Nacional, Estimé buscou afastar possíveis ameaças que poderiam surgir de dentro da estrutura do Estado, como Paul Magloire, ao nomeá-lo como embaixador no Chile. A tentativa mal sucedida foi antevista por Magloire, e levou a uma deterioração crescente da sua relação com Estimé, passando a compartilhar entre seus próximos o seu desejo de derrubar o governo e se lançar como presidente (SMITH, 2009: p. 136-137; TROUILLOT, 1990).

[Magloire] continuou a ter imensa popularidade entre os oficiais negros e de pele clara e se aproximou crescentemente da elite tradicional e dos representantes dos EUA no Haiti. Ele conseguiu muitos favores destes grupos ao se opor privadamente às políticas trabalhistas do governo, e à xenofobia e supremacia negra do gabinete. O exército haitiano, portanto, permaneceu dividido nas suas lealdades entre Estimé e Magloire (SMITH, 2009, p. 138, tradução nossa).

O golpe de 1950 não contou com tão amplas participações populares, como em 1946, mas foi uma disputa política interna entre os dois grupos dominantes da elite do poder no Haiti. Ele marcou uma posição ainda mais incisiva dos militares na política haitiana, com o retorno da junta militar que tinha liderado a transição em 1946, formada pelo general Franck Lavaud e os coroneis Antoine Levelt e Paul Magloire. As tentativas fracassadas de Estimé de alterar a Constituição no final dos anos 1940 para permitir uma reeleição e a resistência das oposições levaram a um processo de escalada de protestos na capital e no interior do país e repressões cada vez mais violentas por parte do governo, com a instauração de um estado de sítio, a adesão imediata à violência por parte da polícia militar e a perseguição a lideranças oposicionistas. No entanto, a posição de Estimé tornou-se crescentemente mais frágil, notadamente após o Senado recusar a proposta do governo de mudança da Constituição (CHENET, 2011, p. 150 e 215; SMITH, 2009, p. 150).

No processo, a ditadura de Rafael Trujillo teve importante participação. Desafetos haitianos de Estimé que tinham sido afastados de posições de poder e que estavam na

República Dominicana, como membros da elite mulata e o coronel Astrel Roland, conspiraram junto com o governo dominicano para a derrubada de Estimé e tentaram uma série de ataques armados a partir da fronteira com o Haiti. O apoio diplomático de Cuba e Venezuela a Estimé e a atenção internacional ajudaram a dirimir o envolvimento dominicano no golpe, e levaram Trujillo a expulsar do país os haitianos conspiradores (SMITH, 2009, p. 138-143).

O fracasso da campanha pela mudança da Constituição de forma a permitir a sua reeleição manifestou o enfraquecimento crescente de Estimé e o levou a tentativas desesperadas de minar o poder do alto comando das Forças Armadas. Estimé ofereceu dinheiro e relevante posição política ao major negro e chefe da polícia Marcaisse Prosper – cuja influência era crescente entre os oficiais subalternos – para incitar uma revolta dos sargentos contra Magloire. Prosper recusou a tomar parte na conspiração. Em abril de 1950, Estimé propôs ao embaixador norte-americano a criação de uma missão dos EUA para reorganizar as Forças Armadas. Ciente da falta de apoio nas Forças Armadas, Estimé utilizou uma milícia armada arregimentada por um rico empresário para reprimir uma greve anti-governo. A atuação do grupo armado foi além e invadiu o Senado durante uma sessão e a casa de uma liderança da oposição, até a chegada da polícia. Acreditando na sua força em razão da demonstração, no dia seguinte, Estimé emitiu uma ordem tentando dissolver o Senado, precipitando a sua queda (SMITH, 2009, p. 145-146).

A dissolução do senado no dia 8 de maio criou tensões imediatas dentro do alto comando do Exército. Lavaud e Levelt argumentaram que eles eram forçados pela sua posição em apoiar o presidente na sua decisão. Vários oficiais negros se alinharam a eles. Magloire, por outro lado, disse que iria renunciar seu posto para proteger os senadores. Lavaud, sob ordens do presidente, se preparava para prender Magloire. O influente chefe de polícia Prosper apoiou Magloire e ameaçou uma violenta retaliação contra seus colegas pro-Estimé se as ordens fossem levadas a cabo [...] Lavaud e Levelt capitularam [...] Estimé pediu ao embaixador por uma intervenção dos EUA para ‘salvar o Haiti’ [...] Quando o pedido foi recusado, ele buscou sem sucesso a intervenção da embaixada mexicana. Uma hora depois, com pouca esperança em salvar o seu regime, um vencido Dumarsais Estimé assinou a carta de resignação que Lavaud tinha preparado para ele e, em um lance, trouxe ao fim o regime mais noirista que a república jamais experimentou (SMITH, 2009, p. 147, tradução nossa).

Dentre as razões destacadas por Smith (2009, p. 148) para explicar o final do governo Estimé estão a incapacidade do regime em controlar as Forças Armadas e o rompimento da aliança que tinha levado à sua instalação em 1946. Com o golpe de 1950, as Forças Armadas perceberam de modo ainda mais incisivo o seu papel na condição de árbitros do poder. O

ressentimento da burguesia mulata perseguida por Estimé foi também um dos fatores de seu apoio a Magloire e à junta militar, buscando evitar o retorno de outro presidente noirista que pudesse tomar ações contrárias a sua posição de poder. A aliança do exército com parlamentares dissidentes e a oposição tornou o golpe possível (LAGUERRE, 1993, p. 94).

Diferentemente de 1946, em que as Forças Armadas se retiraram de cena quando um governante civil foi eleito após uma marcada mobilização social, em 1950 os militares tomaram proveito do apoio da burguesia mulata perseguida por Estimé e da constatação da sua significativa posição de poder para garantir a eleição do coronel Paul Magloire. Desde o início da ocupação dos EUA em 1915, nenhum militar tinha diretamente ocupado a presidência, mas o governo norte-americano compreendia naquele momento que Magloire era um importante bastião na defesa de seus interesses no Haiti e no combate ao comunismo na América Latina. Tal como os ditadores Trujillo na República Dominicana (em 1951, ambos os países assinaram um pacto de combate ao comunismo) e Fulgencio Batista em Cuba, Magloire, com o apoio do governo Eisenhower, utilizou indiscriminadamente da alcunha do comunismo para perseguir grupos políticos dissidentes (SMITH, 2009, p. 155).

Assim como em governos anteriores e posteriores, a reorganização dos cargos nas Forças Armadas, através da criação de novos títulos e classificações, foi também um importante meio utilizado para buscar garantir apoio dentro da instituição, com o afastamento, aposentadoria, exílio ou assassinato de desafetos pouco simpáticos ao golpe (como as frações estimistas de oficiais subalternos) e a ascensão de aliados. Com a ditadura Magloire, as Forças Armadas alcançaram seu maior momento de controle sobre o Estado haitiano no contexto posterior à ocupação dos EUA e marcou o aprofundamento da institucionalização da violência de Estado contra opositores (LAGUERRE, 1993, p. 95; SMITH, 2009, p. 160).

O governo Magloire foi marcado pelo aprofundamento da crise econômica que se desenrolava a partir de meados dos anos 1940 e pelo aumento da corrupção nos altos quadros da administração pública. A gravidade da crise fez com que ela alcançasse os setores médios da população e aumentasse rapidamente as oposições ao governo, com um desencantamento crescente por parte dos setores mais baixos na hierarquia da burocracia do Estado e entre os oficiais subalternos. A violência do contexto de crise da imprensa, do legislativo e do judiciário nos momentos finais do governo Magloire também foi acompanhada de um aumento da atuação do Exército na repressão da sociedade civil e na perseguição de opositores. Com a aproximação do encerramento do seu governo, Magloire tomou uma série

de medidas de aumento das restrições de liberdades civis e criminalização de oposições. Com o apoio do Coronel Marcaisse Prosper, chefe de polícia de Porto Príncipe entre 1945 e 1956, Magloire tomou medidas cada vez mais autoritárias, desde a prisão de jornalistas do *L'Alliance Démocratique* em 1954; o assassinato de membros da oposição e a repressão a partidos de esquerda que tinham sido tolerados por Estimé até 1948, quando o Senado haitiano passou uma versão modificada da lei anticomunista de 1936 (SMITH, 2009, p. 129-30). Por fim a lei marcial e a dissolução da câmara legislativa encerrou o ciclo de garantia de certa democracia formal, e o Exército manteve-se como ator fundamental e balizador das dinâmicas políticas, ao encerrar a liberdade de imprensa e submeter, através de uma série de mecanismos legais, o judiciário à justiça militar (TROUILLOT, 1990, p. 148-151).

Ao final de 1956, Magloire já sem a sustentação de praticamente todos os setores da sociedade haitiana buscou algum tipo de apoio no governo dos EUA. Contudo, o Departamento de Estado, temeroso de que a manutenção do seu governo poderia aprofundar a instabilidade no país e levar a uma situação de revoltas em que a URSS poderia tomar vantagem negou o apoio a Magloire na sua tentativa de estender seu mandato e decidiu que era momento do seu encerramento no governo (SMITH, 2009, p. 168, 172).

As lembranças idealizadas do governo Estimé (como um de ampla participação popular e promoção da democracia e da justiça) e o crescimento do personalismo – em detrimento das afinidades ideológicas – marcou também parte das visões de mundo predominantes entre as oposições a Magloire, principalmente a partir da arregimentação por parte de François Duvalier de frações do Exército descontentes com a atual administração (SMITH, 2009, p. 163).

O período entre dezembro de 1956 e setembro de 1957 foi marcado por uma forte instabilidade política e social, com uma série de governos provisórios efêmeros e o aprofundamento dos ressentimentos dos partidários do *noirismo* na sociedade haitiana, mobilizados contra a elite mulata. O crescimento da violência política atribuída aos grupos associados aos quatro principais candidatos na corrida presidencial (Fignolé, Déjoie, Duvalier e Jumelle) e a fragmentação em torno das figuras pessoais destas lideranças também atravessou as Forças Armadas:

O exército também foi condescendente às divisões entre os civis e viu suas clivagens internas se ampliar consideravelmente. Entre os oficiais subalternos havia uma forte lealdade a Fignolé. A maior parte dos superiores militares apoiou Duvalier, o qual eles viam como o mais maleável dos quatro. Uma minoria de oficiais mulatos apoiaram Déjoie (SMITH, 2009, p. 176, tradução nossa).

Em maio de 1957, soldados leais ao senador Louis Déjoie (um mulato conhecido através de suas empresas do setor agro-industrial) foram derrotados em um ataque mal sucedido feito contra as forças regulares lideradas por Léon Cantave, e ajudou a sedimentar a aproximação entre François Duvalier e as elites militares, como Cantave e o general Antonio Kébreau, comandante do Exército. Em junho de 1957, Daniel Fignolé, liderança de um efêmero governo provisório, também tentou, embora sem sucesso, garantir o seu domínio sobre o Exército através da transferência e promoção das frações leais a ele. Fignolé ordenou a demissão de policiais, a nomeação de trezentos civis que lhe eram partidários e o desarme da Guarda Palaciana, e prometeu a ascensão na carreira aos oficiais subalternos que lhe fossem simpáticos. Contudo, nos dias seguintes, Kébreau, simpático ao duvalierismo, realizou um golpe contra Fignolé apoiado pelo partido de Duvalier e pelo governo dos EUA, instituindo o comando do país a uma junta militar²⁵. No período que vai de junho à eleição de François Duvalier em setembro de 1957, a junta militar sob o comando de Kébreau realizou uma série de decretos de reorganização militar que tiveram como efeito fortalecer as frações duvalieristas dentro das Forças armadas, como o afastamento de oficiais mulatos e o aumento do pagamento de soldados de baixa patente. O período também foi marcado pelo crescimento da repressão, do autoritarismo e do estado de exceção, com decreto de proibição de greves e limitando a liberdade de expressão, massacre de apoiadores de Fignolé, declaração de estado de sítio, submissão da maioria dos procedimentos jurídicos à justiça militar, ataques a bombas em bairros civis e ataque ao escritório político feminino ligado a Déjoie (LAGUERRE, 1993, p. 96-7; SMITH, 2009, p. 180-181; TROUILLOT, 1990, p. 148-156).

As eleições de 1957 foram marcadas pelo retorno da “questão de cor”, que tinha perdido relevância ao longo do governo Estimé até ser suplantada pelo discurso de união nacional promovido por Magloire em 1950, principalmente por ter sido a primeira eleição direta em que as massas da população participariam. Não fosse a intimidação, perseguição e manipulação, as eleições de 1957 teriam sido as primeiras na história do Haiti que poderiam ter envolvido todo o país: as mulheres estavam votando pela primeira vez, os pré-requisitos técnicos para a realização das eleições em nível nacional já tinham sido alcançados e o presidente seria eleito diretamente pelo voto. Dentro da ideologia do *noirisme* do projeto

²⁵ Fignolé se refugiou em New York junto com outros haitianos exilados e tentou de lá, sem sucesso, o reconhecimento e apoio do governo dos EUA ao seu governo. Os protestos no Haiti contrários à sua retirada foram brutalmente reprimidos pelos soldados de Kébreau e, uma semana depois, o governo da junta militar foi oficialmente reconhecido pelos EUA.

duvalierista, seus membros mais vocais passaram a manifestar a visão de que o governo de Magloire tinha sido um de “negros sem cor”, a serviço da burguesia mulata. A declaração de candidatura presidencial de Louis Déjoie foi seguida do aprofundamento da polarização ideológica que colocava mulatos e negros em campos opostos. Dentro da *garde*, os duvalieristas obtiveram importante apoio crescente entre os oficiais de baixa patente, simpáticos ao ex-presidente Dumarsais Estimé e próximos ideologicamente do noirismo (TROUILLOT, 1990, p. 135-136; p. 145-151).

A violência saturou o clima político haitiano durante 1956-7, e não somente porque os militares assim o queriam. O exército se tornou o instrumento privilegiado daquela violência, a instituição que sistematicamente pensou e implementou a ordem totalitária. Que amável presente dos marines (TROUILLOT, 1990, p. 152, tradução nossa).

Até os momentos finais da campanha presidencial de 1957, os EUA mantiveram-se relutantes em apoiar Duvalier de modo enfático. Os oficiais norte-americanos frequentemente confundiam o nacionalismo negro representado por Duvalier e interpretavam o movimento como próximo ao comunismo, temendo um governo radical que pudesse colocar em cheque seus interesses no país e na disputa global contra a URSS. A princípio simpáticos ao candidato da burguesia mulata, Louis Déjoie, o governo dos EUA mudou de posição após uma carta do embaixador norte-americano no Haiti Gerald A. Drew ao Departamento de Estado, onde argumentava que uma eleição de Déjoie poderia ser significativamente frágil e com grande probabilidade de sofrer um golpe, antagonizando os militares no país que poderiam buscar apoio da URSS (SMITH, 2009, p. 183-184).

4.5 Os militares saem de cena: a ditadura Duvalier e os *tonton macoute*

Ao longo da ditadura Duvalier, de 1957 a 1987, a supremacia social e política e a “autonomia relativa” com que o Exército atuou nos momentos anteriores da história do Haiti foi sendo desafiada tanto pelo estabelecimento crescente do controle direto de François Duvalier sobre a instituição quanto pelo fortalecimento da milícia personalista ligada diretamente a ele e ao projeto do duvalierismo, os *tonton macoute*, institucionalizados em 1962 com o nome de Voluntários da Segurança Nacional. No campo, os *chefs de section* atuavam como “senhores da guerra”, dependentes ao mesmo tempo do apoio das FADH e dos *tonton macoutes*, mas também responsáveis pelo apoio à ditadura de Duvalier no contexto rural e de pequenas vilas e cidades.

Nos momentos que antecederam a chegada de Duvalier ao poder, o Exército, liderado pelos militares treinados pelos EUA, Léon Cantave e Antonio Kébreau teve um papel de cumplicidade violenta no apoio ao projeto duvalierista e à sua ascensão ao governo. Junto com as milícias *macoute*, perseguiram os partidos e grupos políticos de esquerda e liberais, ajudando a construir os fundamentos do “aparato militar” que posteriormente se desenvolveu e ajudou a fundamentar a ditadura (TROUILLOT, 1990). Como buscamos demonstrar acima, o momento posterior ao encerramento da ocupação dos EUA no Haiti em 1934 foi caracterizado pela atuação crescente do Exército haitiano na política, culminando com o governo do general Paul Magloire, que realizou uma transição conturbada ao regime Duvalier.

Compreender a ditadura duvalier e o fenômeno social do duvalierismo como movimento político, significa reconhecer momentos de planejamento, experimentações, recuos e dilemas na sua trajetória e na implementação de seu projeto político (TROUILLOT, 1990, p. 163). Do ponto de vista ideológico, o duvalierismo mobilizou um projeto nacionalista haitiano de afirmação do negro e das heranças africanas na sociedade haitiana, em oposição a tudo aquilo interpretado como relacionado à tradição branca e europeia. Em termos gerais, neste projeto de poder do *noirismo* do grupo associado a François Duvalier e a Lorimer Denis, lideranças do movimento dos *griots*, a elite burguesa mulata foi tida como uma das principais responsáveis pelos problemas do Haiti. Sendo uma visão radical que surge a partir do movimento indigenista e fundamentada num projeto político excludente, o *noirismo* dos *griots* mobilizou a ideia de uma oposição entre as massas negras e a elite burguesa mulata afrancesada, que não representaria autenticamente os verdadeiros valores e ideias da nação haitiana. Nesta perspectiva, esta elite teria se submetido aos valores que negavam a maioria da cultura e dos hábitos da maioria da população negra e pobre. O objetivo do projeto se fundamentou na retirada da burguesia mulata de toda posição de poder das estruturas sociais e das agências do Estado, como as Forças Armadas, e submetê-las à liderança personalista de Duvalier (NICHOLLS, 1986, p. 1248).

Na ideologia do projeto do duvalierismo, o problema fundamental do Haiti foi a assimilação da cultura e de valores franceses por parte da elite dirigente mulata. O argumento principal dos *griots* se baseava numa interpretação da história do país que resumia as causas dos seus problemas sociais à constante exploração da maioria negra por uma pequena e privilegiada elite mulata, herdeira das tradições culturais francesas e das estruturas de domínio que datavam do período colonial, e à ausência de uma transformação radical destas

estruturas e visões de mundo. A ideia de uma “autenticidade cultural” e um excepcionalismo haitianos tornaram-se o cerne do duvalierismo, que buscou realizar uma crítica profunda e a transformação de tudo aquilo tido como heranças francófilas, como seriam, também, as estruturas e formas de governo. Neste sentido, tanto ideologias como o liberalismo quanto o comunismo foram tidos como importações de ideias europeias, estrangeiras e inadequadas à realidade haitiana, assim como o marxismo também passou a ser descartado como uma espécie de “estrangeirismo”, cujos conceitos seriam profundamente inapropriados para a compreensão do país. Desta forma, a ideia da constituição e afirmação de uma originalidade violenta do povo haitiano tornou-se uma das principais temáticas do *noirisme*, que teve impacto importante no processo de ascensão de Duvalier ao governo do Haiti (SMITH, 2009, p. 23-27).

Nos seus primeiros sete anos de governo, até sua auto-declaração enquanto presidente vitalício em 1964, Duvalier formou hierarquias distintas, estabeleceu redes informais clientelistas dentro das instituições formais do Estado, aperfeiçoando o seu controle sobre as Forças Armadas. Ao longo do regime, a submissão do Exército a Duvalier foi quase total (CHENET, 2011, p. 107), conseguindo exercer de modo bem sucedido uma “neutralização” das Forças Armadas através do afastamento de lideranças que ameaçassem sua posição de poder, da promessa e da realização de ascensão hierárquica aos oficiais subalternos (em maioria negros de origem pobre) (TROUILLOT, 1990, p. 156-157).

Duvalier era conhecedor da história política do Haiti e do papel que as Forças Armadas exerceram ao longo da história do país nas frequentes retiradas de governantes e apoio a insurgências armadas e, ainda antes de chegar ao governo, esforçou-se a criar um grupo armado submetido diretamente à sua figura e à revolução duvalierista, com o objetivo de fundamentar seu poder frente a possibilidade destas insurreições. Após sua eleição em 1957, este grupo tornou-se rapidamente muito maior do que as próprias Forças Armadas e polícia haitianas (DUPUY, 2013, p. 53). Durante os primeiros anos de seu governo, François Duvalier criou uma rede clientelista crescente entre seus apoiadores e retirou as lideranças de diversas instituições da sociedade haitiana, além de expulsar os jesuítas em 1964. Também fechou a Academia Militar do país, bloqueando a renovação institucional da hierarquia das Forças Armadas, evitando que novos oficiais que não passassem diretamente pelo seu crivo alcançassem posições de poder dentro da instituição e, em 1959, os EUA passaram a treinar os militares leais ao seu regime (TROUILLOT, 1990, p. 160).

Os *tonton macoute* originaram-se ainda durante a sua campanha presidencial em 1956-57, como uma milícia armada. Conhecidos naquele momento como *cagoullards* (homens encapuzados), foram responsáveis por uma série de atos violentos contra apoiadores do governo civil e de outros candidatos de oposição em várias cidades, como, Jérémie, Grande Rivière du Nord, Gonaïves e Saint-Marc (TROUILLOT, 1990, p. 150-153). Após a vitória eleitoral de Duvalier, os *macoutes* aumentaram a sua atuação ao longo do território haitiano. Sob a liderança inicial de Clément Barbot, buscaram manter o controle em todo o território nacional, e passaram a funcionar tanto como instrumento de terror, para defender a revolução duvalierista de seus inimigos, quanto como meio de obtenção de apoio ao regime nas regiões rurais através de recrutamentos. Em 7 de novembro de 1962, Duvalier regularizou a milícia por meio de um decreto, passando a utilizar o nome oficial de *Volontaires de la Sécurité Nationale* (VSN) (NICHOLLS, 1985, p. 167). Para além da influência do duvalierismo dentro do Exército, o crescimento e poder relativo dos *macoutes* foi profundo. Estima-se que em 1971, os VSN tinham cerca do dobro de membros do que as forças regulares das Forças Armadas do Haiti, 10.000 e 5.000, respectivamente. Na queda do regime, em 1986, as forças *macoute* teriam algo em torno de 36.000 membros frente 7.700 a 14.000 militares, se considerarmos os *chefs de section* e seus assistentes (ÉTIENNE, 2007, p. 314; NICHOLLS, 1985, p. 184; QUINN e SUTTON, 2013).

A maior parte dos membros *macoutes* vinham de origens sociais distintas, como os trabalhadores pobres dos centros urbanos, grupos camponeses sem terra, *chefs de section* no interior e sacerdotes voduns das áreas rurais (DUPUY, 2013, p. 54). A figura do *chef de section* remonta ao Código Rural de 1826 e às tradições coloniais espanholas e francesas. Trata-se, em termos gerais, de uma autoridade política, uma espécie de “xerife”, que exercia forte domínio entre a população camponesa e centralizava um domínio quase absoluto através das funções normalmente associadas aos papéis de prefeito, legislador, juiz e polícia no contexto rural haitiano, recolhendo taxas, mediando disputas e fazendo registros civis, executando oponentes e garantindo emprego (ANDRADE, 2019, p. 263; COMHAIRE, 1955; ÉTIENNE, 2007, p. 313). Durante a ditadura Duvalier, os papéis de *chefs de section* eram usualmente transferidos aos homens filhos de outros *chefs*, recrutados entre famílias dos camponeses proprietários médios, e possuíam normalmente cerca de 5 a 15 assistentes uniformizados que serviam como auxiliares do bando e fonte de recursos para o líder, que eram conseguidos por meios violentos (SPRAGUE, 2012, p. 34). Abaixo dos assistentes do *chef de section*, situava-se os agente de polícia, que trabalhavam longas horas e normalmente

ficavam em estações policiais ou fazendo a guarda de pontos de fronteira. Estes agentes de polícia pagavam o *chef de section* através de diversas formas de extorsão que realizam. Abaixo dos agentes, ocupando o grau mais baixo da hierarquia do setor de segurança do regime e usualmente responsáveis pela execução direta da violência se encontravam os Choukèt Lawouze, normalmente camponeses miseráveis sem terra (SPRAGUE, 2012, p. 34).

Por outro lado, a utilização do vodu na instrumentalização do apoio ao regime também foi significativa. De todos os presidentes do Haiti ao longo da primeira metade do século XX, François e Jean-Claude Duvalier foram os únicos que abertamente apoiaram o vodu na busca da religião por reconhecimento nacional. Embora não tenha buscado transformar o vodu em religião do Estado, o regime Duvalier apropriou-se de símbolos da religião como símbolos da cultura nacional, atrelada ao projeto político do noirismo e do duvalierismo. Os templos vodu também funcionaram como espécie de intermediários para capilarizar as relações entre e François Duvalier, ele próprio também um *hougan* (sacerdote), e as dinâmicas políticas e sociais em nível local, principalmente nas pequenas cidades e vilas do interior do Haiti, servindo como importantes espaços de difusão da ideologia duvalierista. Além do *papa doc*, algumas lideranças *macoute* também eram importantes *hougans*, influentes nas suas comunidades (LAGUERRE, 1989).

Embora tivessem origens sociais distintas, os membros dos *tonton macoute* compartilhavam entre si a lealdade ao projeto da revolução duvalierista e o culto à personalidade de François Duvalier, mesmo que, do ponto de vista da sua organização, enquanto milícia, fossem relativamente independentes de instâncias reguladores, desfrutando de grande liberdade de atuação. No que diz respeito às lideranças *macoute*, além de ser composta por alguns *hougans*, muitas delas vieram das classes médias urbanas e das classes de donos de terras de tamanho considerado médio para a realidade haitiana do interior do país, e passaram a possuir controle significativo das dinâmicas políticas nas regiões mais próximas de seu entorno, de modo próximo aos *chefs de section*. Este aspecto indica uma semelhança entre estas lideranças *macoute* no interior e algumas características das revoltas que ocorreram no campo ao longo do século XIX. Tratou-se de meio social semelhante àquele que deu origem aos grupos dos camponeses de “classe média” que se associaram aos *piquets* e aos *cacos* nas revoltas camponesas daquele período (NICHOLLS, 1985, p. 222).

Apesar da base de apoio de Duvalier ter se localizado entre estes grupos, em boa parte no meio rural e nas pequenas cidade e regiões do interior como Saint-Marc, Gonaïves e Arcahaie, o deslocamento e a centralização do poder no Haiti causado pela ocupação dos

EUA de 1915 a 1934, além do desarmamento dos camponeses, amenizou a importância dos eventos que se desenrolavam fora da capital do país como decisivos para o processo da história política do Haiti, como o foram durante o século XIX, em que as forças fragmentadas do interior possuíam uma relevância significativa na dinâmica das disputas de poder. Isto significa que, tanto as lideranças *macoutes* quanto o próprio Duvalier precisavam de importantes conexões em Porto Príncipe e apoio nas classes sociais intermediárias ali residentes para que conseguissem, exercer influência significativa em nível nacional²⁶. O apoio urbano a Duvalier era significativo entre as classes médias da capital, formada por artesãos, pequenos lojistas e profissionais liberais – estes últimos formavam a elite social do duvalierismo. O discurso do movimento duvalierista teve aceitação maior nos estratos médios e negros da sociedade haitiana, mais do que nos muito pobres ou na própria elite (NICHOLLS, 1985).

Durante o regime Duvalier, 1957 a 1987, tanto o Exército, submetido ao personalismo duvalierista e agora renomeado como Forças Armadas do Haiti (FADH), quanto os *macoute*, oficialmente regularizados como VSN, exerceram importante papel atuando na perseguição e repressão brutal de movimentos trabalhistas e sindicais e de membros da oposição.

O regime não manteve nenhum registro daqueles que matou, torturou, estuprou, mutilou ou matou de fome. De acordo com Jean Tassy, um dos chefes de polícia de Duvalier, 2.053 indivíduos foram mortos entre 1957 e 1967 nos quartéis da polícia do país. Entretanto, esta estimativa, não somente de uma fonte questionável, é somente para uma das várias localidades onde as vítimas do regime foram brutalizadas, e representa somente uma década da dinastia que durou cerca de trinta anos. Estimativas comuns do total de pessoas mortas sob a dinastia Duvalier variam entre 30.000 a 50.000 (SPRAGUE, 2012, p. 34, tradução nossa).

Naquele contexto, o Haiti estava se inserindo crescentemente nas cadeias globais de produção industrial mobilizadas pelo capital transnacional, notadamente o estadunidense, e passava por um momento de estabelecimento de diferentes indústrias de montagem em seu território.

²⁶ O golpe de 2004 aparenta ter divergido deste padrão que se estabeleceu após a ocupação dos EUA e que se manteve ao longo do século XX, e apresentou algumas proximidades, no seu desenvolvimento espacial, com as dinâmicas das revoltas do século XIX. Mesmo que o apoio social na capital ainda se mantivessem como fundamentais, a insurgência armada que lhe deu sustentação teve início e se processou fundamentalmente nas regiões interioranas do nordeste do país, em proximidade com o território da República Dominicana.

A estabilidade política fundamentada no terror de Estado ajudou a pacificar e enfraquecer os trabalhadores e minar as possibilidades de realização de projetos políticos alternativos, fundamentos úteis para o capital e para que as indústrias se instalassem no país, com destaque para os setores de equipamentos esportivos, calçados, vestuário, materiais elétricos e eletrônicos. Além da estabilidade fundamentada na violência, a instalação das indústrias foi motivada em grande medida por outros fatores como um baixo custo de produção, cerca de 30% a 40% menor do que nos EUA, em razão da mão-de-obra barata; incentivos fiscais como isenções de impostos e de taxas alfandegárias; proximidade com o grande mercado norte-americano; e desorganização e repressão violenta dos movimentos sindicais e de trabalhadores em geral, promovida pelos macoutes e pelas Forças Armadas submetidos ao regime Duvalier (DUPUY, 2013, p. 56; LABELLE, 1987, p. 33).

O grau de inserção do capital norte-americano no país manteve-se significativo, dominando praticamente todas as áreas da economia industrial e submetendo boa parte da produção a uma profunda dependência dos EUA. Em 1971, 2/3 de todas as empresas pertenciam a haitianos subcontratados por empresas norte-americanos, e o restante tratavam-se de filiais norte-americanas. Nos anos seguintes, as joint ventures divididas com as mesmas quantias de capitais norte-americanos e haitianos aumentaram expressivamente, passando de 43, em 1971 para cerca de 200 em 1974 (LABELLE, 1987, p. 33).

Em 1962, os EUA sob Kennedy cortaram a ajuda internacional ao Haiti. No entanto, os conselheiros militares norte-americanos seguiram no país em contato próximo com as lideranças das FADH, e, a partir do governo Johnson, aumentaram ainda mais seu apoio (THE NEW YORK TIMES, 1962; TROUILLOT, 1990, p. 162). De fato, no que diz respeito à CIA, a posição da organização foi ambígua. Manteve o seu apoio durante todo o regime dos Duvalier, temerosa de que o comunismo que se consolidou a partir de 1959 em Cuba pudesse obter o controle da outra margem do canal de Barlavento no Caribe, mas também colaborou com grupos rebeldes que lideraram diversas tentativas de golpe contra o regime, em 1961, 1963, 1968 e 1984 (WEINER, 1993; WHITNEY, 1996, p. 315-316).

O período entre os anos 1960 e 1970, de intensificação da industrialização e ingresso do capital transnacional em larga escala no Haiti, foi fundamental para permitir o aprofundamento da organização e da mobilização da sociedade civil haitiana, que passou a influir cada vez mais no Estado (ROBINSON, 1996, p. 263). O momento coincide com a emergência e a difusão da Teologia da Libertação e com o fastídio causado pela extensão do regime duvalierista (CASIMIR, 2012):

Foi somente com o início da penetração do capital transnacional em larga escala nos anos 1960 e 1970 – em que as comunidades localizadas foram suficientemente transformadas e integradas numa formação nacional – que as massas começaram sua própria organização na sociedade civil para além do nível local. De fato, o Estado era o domínio impenetrável da elite, e a sociedade civil, das classes populares (ROBINSON, 1996, p. 263, tradução nossa).

O processo de ruína da ditadura de Jean-Claude Duvalier também vai ser fundamentar na desestabilização econômica que atravessou a América Latina nos anos 1980. A fragilidade do regime levou a uma maior dependência de Duvalier por parte dos EUA e também passou a ameaçar a garantia da preservação dos grandes capitais investidos no país, levando a um crescente descontentamento com Duvalier também por parte do governo francês. As crises econômicas e o crescimento da mobilização popular de meados dos anos 1980 e o descontentamento com o regime vai se encontrar com uma reorientação da política internacional dos EUA, que passou a se afastar crescentemente do governo haitiano, reprovando as intensas medidas repressivas tomadas em resposta por parte do regime duvalierista, e a considerar os incômodos do país a partir dos fluxos crescentes de imigrantes e da sua posição no tráfico internacional de drogas. As medidas tomadas por Duvalier, como a dissolução da polícia política em janeiro de 1986, que articulava os VSN, não surtiram efeito em conter os movimentos de protesto (ANDRADE, 2019; TROUILLOT, 1990, p. 217-221).

Com a queda de Jean-Claude Duvalier, no entanto, as estruturas políticas e econômicas se mantiveram, caracterizando aquilo que Trouillot (1990, p. 221) chamou de “duvalierismo depois duvalier”. No entanto, a supremacia que os *tonton macoute* tiveram em centralizar a repressão e o exercício da violência no Haiti passou a ser contestada pela retomada da cena política pelo protagonismo das Forças Armadas do Haiti.

5 OS EUA E A POLÍCIA NACIONAL HAITIANA (1987-2000)

Buscamos demonstrar acima que o Exército Haitiano foi o principal ator do cenário político do país ao longo do século XIX e por parte do século XX. Como buscamos demonstrar, esta atuação, no entanto, se encontrou com o estabelecimento da preponderância política norte-americana no Haiti nos momentos que antecedem a intervenção de 1915 – que veio como que para reforçá-la e que teve como um dos seus principais efeitos transformar o antigo Exército em uma força centralizada e com técnicas de policiamento e armamento mais sofisticados, mas sem incorrer em uma transformação na relevância e no papel que vinha efetuando de supremacia e domínio sobre os governos. A atuação das Forças Armadas haitianas determinou sua centralidade em termos de liderança, frequentemente determinante dos processos políticos nacionais, mas também enquanto ator com poder e capacidade de agência no que diz respeito à “função policial”. Em alguns casos auxiliado ou desafiado por atores armados não-estatais, o Exército foi responsável por formar ou retirar governos e, no campo, através dos *chef de section*, por exercer uma autoridade “quase total” sobre as dinâmicas do cotidiano do trabalhador rural e sua família.

Parte da explicação para a longa manutenção da ditadura Duvalier, ao longo de 30 anos a partir da segunda metade do século XX, tem sido compreendida, para além dos aspectos ideológicos e econômicos, na função que a sua milícia pessoal passou a ter tanto enquanto polícia mas também enquanto força de contra-peso aos militares, de modo a conter aquela histórica supremacia e domínio sobre os governos e frequentes alterações a partir da sua atuação.

Nesta seção, procuraremos demonstrar que, no período analisado, após um momento turbulento que marcou o retorno do Exército no domínio da cena política, a intervenção dos EUA e aliados criou um sistema de forças em que, a este aspecto estrutural da política haitiana no que diz respeito a atuação dos militares e dos grupos armados não-estatais, soma-se, além da força das tropas estrangeiras, o estabelecimento de um novo ator que complexifica a relação entre os jogos de poder e o exercício da violência no Haiti, considerando principalmente a influência dos aspectos transnacionais que atravessam esta correlação: a Polícia Nacional Haitiana.

5.1 Crise e intervenção: o retorno das Forças Armadas (1987-1994)

O final dos anos 1980 no Haiti foi marcado por um período de grandes e tumultuadas crises e transições políticas que podem ser apreendidas, em nossa perspectiva, pela recorrência das indefinições de lideranças e de rápidas alterações nos governos provisórios e efêmeros que se formam. A maior continuidade deste período, no entanto, foi o retorno das FADH enquanto principal ator da história política do país.

São muitas as avaliações e chaves interpretativas sobre os motivos que levaram à queda da ditadura de Jean-Claude Duvalier. De toda forma, aparenta-nos haver um relativo consenso sobre a importância significativa que o processo de crescente emergência da atuação de organizações da sociedade civil nacional por fora das estruturas criadas pelo duvalierismo teve neste contexto, e de ONGs nacionais e internacionais atuantes no país no campo da promoção ao desenvolvimento (CHENET, 2011; MAGUIRE²⁷, apud POULIGNY-MORGANT, 1998, p. 151, nota 37; ÉTIENNE, 2007; POLIGNY-MORGANT, 1998, p. 151-152; ROBINSON, 1996, p. 263; SMARTH, 1998).

Ao longo dos anos 1980 com a exasperação da ditadura de Jean-Claude Duvalier, as *Organisations Populaires* ascendem em importância como movimento de oposição. Trata-se de uma amálgama formado por grupos de camponeses empobrecidos, movimentos de comitês eclesiais de base ligados à teologia da libertação (*ti legliz*) e comitês urbanos de bairros (*baz*), notadamente nas favelas e regiões periféricas de Porto Príncipe. As *baz* eram formadas em maioria pelos jovens filhos de primeira geração de camponeses que passaram a habitar as cidades, principalmente a capital, ao longo do processo de intensa urbanização dos anos 1970²⁸, e possuem uma relação estreita com o que posteriormente será compreendido como “gangues” haitianas. Esta será, em termos gerais, a base política do movimento *Fanmi*

²⁷ MAGUIRE, Robert. Nouveaux acteurs et institutions établies: la mobilisation par les bas en Haïti. In.: DANIEL, Justin (dir.). Les îles Caraïbes – Modèles politiques et stratégies de développement. Paris: Karthala-CRPLC, 1996.

²⁸ Para compreender as dinâmicas políticas que ocorrem no Haiti a partir de meados dos anos 1980, principalmente os acontecimentos de 1987, 1991 e 2004, parece-nos ser necessário considerar a importante transformação demográfica que ocorre no período precedente. Ainda em 1967, a economia haitiana era 90% agrícola, 97% da população vivia diretamente ou indiretamente da agricultura, a indústria representava 12% do PIB e suas atividades ocupavam somente cerca de 7% da população economicamente ativa (PIERRE-CHARLES, 1967 Apud CADET, 2020, p. 195). Concomitantemente à acelerada urbanização há a emergência das *baz* e das “gangues” como importantes atores armados urbanos que se articulam às dinâmicas políticas precedentes. Trataremos deste tema ao final deste capítulo.

Lavalas, que lançará o então padre de uma igreja da favela de *Cité Soleil* Jean-Bertrand Aristide à presidência em 1990 (SMARTH, 1998).

Chenet (2011, p. 132), compara as mobilizações das favelas e regiões pobres de Porto Príncipe de 1986, que derrubaram Duvalier, com aquelas de 1956-1957, lideradas pelo presidente provisório Daniel Fignolé. Contudo, como destaca o autor, uma das diferenças mais significativas entre estes dois momentos conturbados de intensa efervescência política na história do país está no uso da violência. Em 1956, Fignolé, que possuía forte apoio nas regiões periféricas e entre as classes de trabalhadores pobres da capital, possuía também uma rede de simpatizantes dispostos a usar da violência caso demandasse, e os protestos convocados por ele foram violentamente reprimidos pelo Exército sob comando de Paul Magloire. Já em fevereiro de 1986, o Exército se eximiu de reprimir a revolta popular contrária ao regime, e o que se registrou foi uma série de atos de vingança cometidos contra os membros e apoiadores da ditadura de Jean-Claude Duvalier.

Durante o fenômeno que ficou conhecido como *dechoukaj* (arrancar pelas raízes), as massas populares revoltosas cometeram uma série de atos de violência contra diversos apoiadores e símbolos do antigo regime, como a destruição da sede dos *tonton macoute*, a casa de oficiais duvalieristas e o mausoléu da família Duvalier. A intensa agitação popular que aconteceu escapou à manipulação realizada pelas elites haitianas, e assumiu características de um movimento nacional, mesmo que difuso, mas que compartilhava reivindicações fundamentadas na garantia de direitos políticos e sociais e na busca por justiça. Estas mobilizações de massa foram marcadas por um “espontaneísmo” significativo, sem fazer referências a uma organização específica ou a um partido, levando a uma crise, mesmo que efêmera, das instituições tradicionais de controle da sociedade haitiana, como o Exército (CHENET, 2011, p. 196).

No entanto, ao considerarmos os momentos posteriores, a transição para um novo regime foi incompleta e as estruturas do Estado Haitiano e a composição da elite mantiveram-se pouco alteradas (NASH, 2013; ROBINSON, 1996). Com a queda de *baby doc* em 7 de fevereiro de 1986, mesmo que as FADH não tenham reprimido o *dechoukaj*, as Forças Armadas do Haiti fizeram o seu retorno na cena política do país, retomando o protagonismo e controle que havia perdido para os *tonton macoute* e a família Duvalier. A busca pelos privilégios do poder do Estado e a oportunidade proporcionada pelo encerramento da ditadura de 30 anos levou naquele contexto a uma competição profunda entre generais e coronéis em

ocupar as posições de poder que agora se abriam, envolvendo-se em golpes bem-sucedidos ou fracassados:

Foi este exército, depois de um longo período de penitência de 27 anos, profundamente enfraquecido e afetado em sua coesão interna pelos inícios de uma guerra civil em maio de 1957 e em abril de 1989 que estava no comando [...] de conduzir um processo de mudança política. Sua natureza fundamentalmente repressiva, devido, em parte, a seu lugar entre as forças duvalieristas, sua total dependência dos Estados Unidos e as ambições políticas desmedidas e cegas de seus dirigentes, foram uma das causas principais da falha do processo de democratização do Haiti (ÉTIENNE, 2007, p. 315, tradução nossa).

O general Henri Namphy, comandante das FADH, assumiu a liderança do governo provisório que se formou através do *Conseil National de Gouvernement* (CNG) e seguindo uma constante na história política do Haiti, uma nova Constituição foi elaborada pela junta militar e aprovada por referendo popular. Naquele momento de encerramento do regime Duvalier, o CNG dissolveu e desarmou oficialmente os VSN em 25 de fevereiro (ÉTIENNE, 2007, p. 313). No entanto, estes grupos continuaram exercendo função similar e muitos tornaram-se nos chamados *attachés*, uma espécie de milícia armada não-uniformizada que atuava em conjunto com as FADH (SPRAGUE, 2012, p. 15).

Naquele momento, os EUA ajudaram a criar, armar e financiar o Serviço de Inteligência Nacional (SIN), cujo objetivo declarado era combater o tráfico internacional de drogas, além de ter pagado parte da elite das FADH, até o golpe de 1991, em troca de informações políticas e militares. Ao menos um dos membros do CNG e próximo de Namphy, William Regala, foi treinado pela CIA. A unidade produziu pouca inteligência a respeito do tráfico de drogas, e alguns de seus membros foram responsáveis por atos de violência política e tortura contra apoiadores de Aristide, além de terem ameaçado de morte o chefe da *Drug Enforcement Administration* (DEA) no Haiti. Estima-se que o SIN tenha recebido de US\$ 500.000 a US\$ 1 milhão por ano em equipamentos, treinamento e apoio financeiro por parte de CIA, EUA e governo haitiano, até o golpe de 1991, e tenham sido responsáveis pela espionagem e morte de cerca de 5.000 pessoas que faziam parte de movimentos pró-democracia (WEINER, 1993; WHITNEY, 1996).

As eleições legislativas e presidenciais organizadas e controladas pelas FADH em fevereiro de 1988 foram boicotadas pela maioria dos partidos de oposição, que denunciaram

as manipulações do pleito, marcado pelo assassinato de eleitores²⁹, membros de partidos, lideranças políticas e candidatos por parte de soldados, milícias ou civis (EL PAÍS, 1988; TROUILLOT, 1990). As FADH, neste momento, voltaram à exercer seu histórico papel de “veto” frente os aspirantes políticos nacionais, garantindo a eleição de Leslie Manigat. O governo de Manigat, no entanto, foi breve. Após tentar um mal-sucedido controle constitucional sobre os militares, em junho, o general Henri Namphy, com a atuação do coronel Prosper Avril e outras lideranças das FADH, executaram um golpe de Estado e restabeleceram o governo militar (ANDRADE, 2019, p. 275).

Prosper Avril foi uma importante liderança da ditadura Duvalier. Tido com confiança e proximidade pela família, Avril foi chefe da guarda presidencial de François Duvalier e conselheiro de Jean-Claude. Em 1983 foi forçado à aposentadoria mas retornou como coronel das FADH no contexto de 1986. Naquele momento, compôs por um breve período a junta militar liderada por Namphy, mas se retirou em razão de protestos contrários a ele (CARIBBEAN ELECTIONS, 2021).

Em setembro de 1988, durante uma pregação de Jean-Bertrand Aristide, a Igreja de São João Bosco foi alvo de um ataque conjunto por parte de soldados e *macoutes*, com estimativas entre 18 a 50 mortos no massacre e incêndio da igreja. Seguindo a comoção do evento, Avril liderou um novo golpe, desta vez retirando o seu antigo aliado Henri Namphy e assumindo a liderança do governo. Durante o governo de Avril, 1988 a 1990, também registra-se o afastamento de lideranças militares que poderiam ameaçar seu governo, uma série de violações de direitos humanos e a manutenção da fragilidade e instabilidade políticas, com tentativa de golpe liderada por coronéis, motins de soldados, enfrentamento de tropas militares em Porto Príncipe em abril de 1989 e a dissolução do batalhão da caserna Dessalines e do corpo de elite dos Leopardos. Em 10 de março de 1990, Avril renuncia e o general Hérard Abraham assume o governo interinamente (ÉTIENNE, 2007, p. 315).

Com o apoio da embaixada dos EUA, do general Hérard Abraham, e do governo venezuelano, a juíza da corte suprema haitiana Ertha Pascal-Trouillot tornou-se presidente provisória no dia 13 de março de 1990, com a missão de realizar o mais breve possível uma eleição livre (ANDRADE, 2019).

²⁹ Tropas lideradas pelo Coronel Jean Claude Paul, um dos membros do SIN, foram responsáveis pela morte de 30 a 300 eleitores (WHITNEY, 1996, p. 319).

As eleições de 1990 e a vitória de Aristide, ganhando de Marc Bazin, um ex-funcionário do Banco Mundial apoiado pelo governo dos EUA, representaram um importante marco para a história política do Haiti. Primeiro presidente democraticamente eleito, Jean-Bertrand Aristide teve apoio de 67,5% de votos num pleito que reuniu 85% de eleitores, com a observação e aprovação de monitores internacionais da ONU, OEA, França e Canadá (BALLARD, 1998; JEFFERIES, 2001). Seus discursos públicos violentos em resposta aos atos de terror praticados pelas FADH e grupos armados duvalieristas indicavam uma profunda transformação frente a ditadura, com forte apelo ao enfrentamento da miséria, à defesa da democracia, do nacionalismo, e da distribuição de terras. Aristide, que teve um histórico de conflitos com a cúpula da igreja católica no Haiti e o Vaticano, era profundamente crítico da burguesia e da classe política tradicional, manifestava recorrentemente o intuito de reformar as Forças Armadas do Haiti (FADH), extendendo sua submissão ao controle civil e melhorando as condições de trabalho dos soldados não-oficiais, e defendia acabar com os *chefs de section* no interior do país (ÉTIENNE, 2007; JEFFERIES, 2001).

Os primeiros meses do governo Aristide foram marcados pela tentativa de instrumentalizar as instituições de justiça para perseguir pessoas tidas como próximas ao regime Duvalier. Foram feitas denúncias e prisões de líderes ligados ao regime que integravam as FADH, o sistema judiciário, as polícias e as milícias, assim como uma maior liberdade de atuação de ONGs nacionais e internacionais e de organizações multilaterais como OEA e ONU (SPRAGUE, 2012; ÉTIENNE, 2007, p. 323). Aristide também afastou todo o alto comando das FADH, começou a dividir a força entre Exército e Polícia e tentou abolir formalmente os *chefs de section* (MOBEKK, 2016). Aristide nomeou o tenente-general Raoul Cedras, que tinha participado da organização das eleições em 1990, como chefe do Estado-Maior das FADH e posteriormente como comandante do Exército. Contudo, a instabilidade política e a mobilização de militares não se arrefeceu com a sua chegada ao poder, como provou a sublevação de soldados em Pétionville e na Marinha e as tentativas de golpe de janeiro de 1991.

Liderado pelo comandante do Exército, Raoul Cedras, pelo comandante do Estado-Maior, Phillipe Biamby, e pelo chefe da Polícia Nacional, Michel François, um golpe removeu Aristide da presidência em setembro de 1991. O movimento contou com importante participação e apoio de membros das FADH, de milícias e de outros grupos ligados aos “postos de comando estratégicos da estrutura social” (MILLS, 2000) criada e mantida pela

elite duvalierista (JEFFERIES, 2001; SPRAGUE, 2012; TROUILLOT, 1990). Muitos dos *chefs de section* se uniram aos militares golpistas de 1990, e tornaram-se uma força importante de resistência contra Aristide. Ao longo do golpe, informantes da CIA, como o próprio Cedras, e membros da Agência de Defesa Haitiana e do Serviço de Inteligência Nacional, criado pelos EUA, tiveram um relevante papel, assumindo depois posições de destaque no governo da junta militar que se formou (WEINER, 1993).

As condenações internacionais ao golpe foram significativas, com extensa ausência de reconhecimento, que tiveram como efeito um relativo isolamento do governo militar. A instabilidade política também permaneceu. Em 1992, a junta militar colocou no governo Marc Bazin, as eleições legislativas no Haiti em 1993 foram amplamente boicotadas e os governos que se formaram naquele momento não conseguiram chegar ao término de seus mandatos. No contexto entre 1991 e 1994, grupos militares, paramilitares e civis armados passaram a efetuar crescentes e sistemáticas violações de direitos humanos. Com a anuência ou apoio direto das FADH, grupos paramilitares, cujo mais significativo foi o *Front pour l'Avancement et le Progrès Haitien* (FRAPH), passaram a atuar com o intuito de eliminar fisicamente opositores e ativistas de movimentos populares. As vastas ações de estupros e massacres contra os oponentes do regime e os apoiadores de Aristide, foram amplamente difundidas na imprensa norte-americana (INTERNATIONAL JOURNAL OF REFUGEE LAW, 1992; RASPBERRY, 1992; SPRAGUE, 2012). A casa de Aristide, por exemplo, foi metralhada e seus apoiadores e membros do movimento *Fanmi Lavalas* foram perseguidos nos bairros periféricos e nas favelas, principalmente em Cité Soleil e Carrefour. O aprofundamento da violência levou a uma intensificação do já crescente fluxo de refugiados haitianos que deixavam o país desde o final dos anos 1980, notadamente para os Estados Unidos (GIRARD, 2004).

Se, como procuramos demonstrar, ao longo da história da atuação dos militares na política do Haiti, os golpes ou manipulações eleitorais que realizaram durante todo o contexto posterior à ocupação que se encerra em 1934 foram inicialmente negociados com a embaixada dos EUA no Haiti e garantiram o reconhecimento, mesmo que tardio (como no caso de 1946), do governo golpista, em 1991, no entanto, o reconhecimento de Washington não veio, e a junta militar rapidamente passou a sofrer diversas sanções tanto unilaterais quanto multilaterais, mobilizadas a partir da OEA e da ONU. Com a retirada de Aristide, os militares norte-americanos logo iniciaram uma série de planejamentos para intervir no Haiti,

mesmo que unilateralmente, visando, também, a possibilidade da resistência armada e o conflito com as FADH (BALLARD, 1998).

No nível diplomático, os EUA atuaram no sentido de articular uma coalizão multilateral para a intervenção, com autorização de organizações como OEA e ONU. Ainda durante o governo George H. W. Bush, o secretário de Estado James Baker já havia começado a avançar a agenda dos EUA nestas organizações internacionais (KREPS, 2007), que se tornaram, posteriormente durante o governo Clinton, o espaço fundamental para se buscar legitimar as intervenções internacionais.

Os EUA também passaram a implementar uma série de embargos internacionais, mas o bloqueio rapidamente se deteriorou. Uma ordem executiva dos EUA em 29 de outubro de 1991 permitiu uma exceção para alguns produtos das indústrias de montagem norte-americanas no Haiti. Em fevereiro de 1992, o governo dos EUA anunciou unilateralmente a exceção a estas indústrias. Logo, o embargo passou a ser rompido várias vezes por ao menos mais 12 países (MALONE, 1997). Ao mesmo tempo, estima-se que entre 1991 e 1994 os EUA tenham enviado de 5.000 a 10.000 armas para o Haiti (MUGGAH, 2004; WHITNEY, 1996).

Considerando o comando operacional, as ações foram quase exclusivamente um produto dos esforços do governo norte-americano, que buscou construir o apoio internacional tido como necessário para legitimar a intervenção a partir da perspectiva de ter sido uma ação multilateral apoiada por diversos países e negociada em âmbito da OEA e da ONU (KREPS, 2007). Aristide, que entre 1992 e 1994 se encontrava nos EUA, realizou uma intensa campanha de articulação com grupos no governo norte-americano e na ONU para que pudessem de alguma forma auxiliar na sua recondução ao Haiti na condição de presidente, especialmente após a vitória presidencial de Bill Clinton sobre George H. W. Bush em 1992.

Aristide mudou-se para Washington DC no início de 1992 e aumentou o contato com a ONU e com o governo dos EUA (...) Ele se tornou mais palatável ao retirar a palavra socialismo do seu vocabulário e pregar pela reconciliação nacional. Ele pediu por embargos cada vez mais estritos, assinou os Acordos da Ilha do Governador de 1994, fez um lobby incansável enquanto foi atacado pela imprensa e por muitos de seus inimigos em Washington e, eventualmente, pressionado pelo tempo, foi à beira da traição ao promover uma invasão militar do seu país materno (GIRARD, 2004, p. 79, tradução nossa).

Além disso, a crise de refugiados que se deslocavam à costa dos EUA fugindo da violência e da miséria no Haiti também teve uma importância significativa para a posição dos

EUA em tentar solucionar a crise pela qual passava o país. A política de repatriação forçada do governo H. W. Bush frente ao crescente número de pessoas que deixavam o Haiti foi mantida pelo governo Clinton, e teve grande relevância no aumento das mobilizações sociais internas aos EUA para lidar com o Haiti, principalmente pela participação de grupos organizados da diáspora haitiana nos EUA e do *Black Caucus* no Congresso. As mobilizações levaram a que a política do governo norte-americano fosse questionada na Suprema Corte dos EUA, que decidiu favoravelmente pela sua manutenção e gerou, além de protestos internos de grupos de defesa dos direitos humanos, amplas condenações internacionais de diversos atores, como do Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (MALONE, 1997; GIARD, 2004). Como reconheceu o então diretor da CIA James Woosley durante reunião na sala oval em abril de 1994 com os conselheiros de Clinton: “Uma das coisas mais claras no Haiti é que o fluxo de migrantes depende quase completamente da nossa política” (UNITED STATES, 1994b, tradução nossa).

A análise das atas e resoluções das reuniões sobre o Haiti na OEA e na ONU durante o período de pressões internacionais crescentes contra a junta militar que vai de setembro de 1991 até a intervenção da coalizão liderada pelos EUA em 1994 nos indica ser este um momento de importante inflexão em que o treinamento da polícia e das FADH passa a integrar a agenda da chamada “comunidade internacional” de modo multilateral, adquirindo relevância central para os planejamentos das ações a serem executadas no Haiti. Além disso, também nos dá indícios de que provavelmente Aristide também não planejava, naquele momento, de fato acabar formalmente com as FADH, como o fez em 1995.

Apesar das negociações sob auspícios da OEA em 22 de novembro de 1991, em Cartagena, entre Aristide e lideranças parlamentares, terem falhado em alcançar um acordo sobre o retorno de Aristide e a suspensão dos embargos internacionais, as partes expressaram o intuito de realizar uma “modernização” das FADH e a formação de uma polícia nacional independente das Forças Armadas, embora ainda não houvesse indicação sobre o papel que seria exercido pela “comunidade internacional” (YARBO, 1991).

Outra menção ao projeto de “modernização” e “profissionalização” das FADH se encontra no Protocolo de Acordo entre o Presidente Jean-Bertrand Aristide e o Primeiro-Ministro-Designado René Théodore, sob os auspícios da OEA no dia 25 de fevereiro de 1992. Nos seus itens 10 e 11, o documento indica que:

10. As partes comprometem-se a dar atenção particular aos militares, com o objetivo de profissionalizá-los e estabelecer melhores condições,

materialmente e com respeito ao moral, que irá permiti-los a participar do processo democrático e exercer sua tarefa constitucional

11. As partes reconhecem a necessidade de aproximar-se dos países-membros da Organização dos Estados Americanos e das Nações Unidas, das organizações internacionais e da comunidade internacional em geral, para que obtenha a assistência emergencial necessária para a reconstrução da economia do Haiti e os meios técnicos e financeiros necessários para fortalecer suas instituições (ORGANIZATION OF AMERICAN STATES, 1992, tradução nossa).

Uma comparação entre as resoluções sobre o Haiti das reuniões da Assembleia Geral da ONU de 24 de novembro de 1992 e de 20 de abril de 1993 também indica uma transformação, que nos parece importante, no item que versa sobre a ajuda da “comunidade internacional”. Segundo o documento de novembro de 1992, a Assembleia Geral:

9. Enfatiza que um aumento na cooperação técnica, econômica e financeira, quando a ordem constitucional for restaurada no Haiti, será necessário para apoiar os seus esforços de desenvolvimento econômico e social para fortalecer as suas instituições democráticas (UNITED NATIONS, 1992, tradução nossa).

Já em abril de 1993, lê-se:

8. Reafirma mais uma vez o compromisso da comunidade internacional a um aumento da cooperação técnica, econômica e financeira quando a ordem constitucional for restaurada no Haiti, como um apoio aos seus esforços de desenvolvimento econômico e social e para fortalecer as instituições responsáveis por exercer justiça e garantir a democracia, a estabilidade política e o desenvolvimento econômico (UNITED NATIONS, 1993a, tradução nossa).

A mudança já reflete o papel assumido pela *Mission Civile Internationale en Haiti* (MICIVIH), primeira missão formada para lidar com a crise, criada conjuntamente por ONU e OEA em fevereiro de 1993 para monitorar a garantia dos direitos humanos e fortalecer as instituições judiciárias, policiais e prisionais no Haiti³⁰. Para esta missão, os EUA já planejavam o envio de monitores policiais internacionais para o treinamento das forças de segurança haitianas, formados por membros das polícias canadenses, francesas e de militares do *US Special Operations Command* (Ballard 1998). Posteriormente, em 16 de junho, o Conselho de Segurança toma sua primeira decisão sobre o Haiti fundamentada no Capítulo VII, com o objetivo declarado de aumentar o embargo internacional e fazer valer o mandato da MICIVIH (UNITED NATIONS, 1993b).

³⁰ Não conseguimos ter acesso às atas e resoluções relativas a decisão sobre a criação desta missão.

Logo no início de seu governo em janeiro de 1993, o presidente dos EUA Bill Clinton tinha pedido ao *International Criminal Investigative Assistance Program* do DOJ (ICITAP) que desenvolvesse um programa de treinamento da polícia para o Haiti. O ICITAP trabalhou em proximidade com o então ministro da justiça haitiano Guy Malary no rascunho de uma nova lei sobre a polícia haitiana, até o seu assassinato em outubro daquele ano (NEILD, 1996).

Respondendo às pressões internacionais, em julho de 1993, Raoul Cedras sinalizou que iria realizar uma transição pacífica para o governo de Aristide, ao assinar com ele os Acordos da Ilha do Governador, mediados pelos EUA, prevendo o retorno de Aristide em 30 de outubro de 1993. No texto, chama a atenção o fato de que ambas as partes tenham concordado em atribuir um papel claro à ONU no processo de “modernização” das FADH e treinamento de uma nova polícia, e que a decisão sobre este processo estivesse submetida à cooperação internacional:

5. Implementar, após os acordos com o Governo constitucional, a cooperação internacional:
 - a) assistência técnica e financeira ao desenvolvimento;
 - b) assistência para a reforma administrativa e judiciária;
 - c) assistência para a modernização das Forças Armadas do Haiti e criação de uma nova polícia com a presença de funcionários da ONU neste domínio (UNITED NATIONS, 1993c, p. 2, tradução nossa).

Confirmando a ideia do auxílio internacional para o treinamento das FADH e da polícia, no dia 26 de julho Aristide enviou carta ao Secretário-Geral da ONU, na qual constava, em termos objetivos, o papel esperado que a “comunidade internacional” deveria ter no projeto de criação de uma nova força policial e “profissionalização” das FADH. Aristide também destaca a importância da reforma judicial e da ajuda ao desenvolvimento, tidos como recursos necessários para evitar as consequências negativas da prevista redução numérica das FADH (UNITED NATIONS, 1993d).

Tendo como base a implementação dos Acordos da Ilha do Governador e o retorno de Aristide em 30 de outubro, o Conselho de Segurança aprovou em 23 de setembro de 1993 uma segunda missão, a *United Nations Mission in Haiti*, UNMIH. Em seu item 3, a resolução determinava que, durante um período inicial de seis meses, renováveis a partir de avaliação de progresso feita pelo Secretário Geral da ONU, os monitores policiais da ONU deveriam “prover orientação e treinamento a todos os níveis da polícia haitiana e monitorar o modo pelo qual as operações são implementadas” (UNITED NATIONS, 1993e, tradução nossa).

A resistência mobilizada pelas FADH e seus *attachés* em não permitir³¹ um desembarque pacífico de tropas dos EUA do USS Harlan County em 14 de outubro de 1993 postergou e modificou os esforços planejados pelos EUA, ONU e OEA. O episódio ocorreu uma semana depois da ampla difusão das imagens dos soldados norte-americanos mortos na Somália, e o governo dos EUA decidiu recuar para evitar o aprofundamento do desgaste político que uma eventual batalha pudesse acarretar.

O planejamento posterior passou a ser articulado ao redor da ideia de uma intervenção militar unilateral por parte dos EUA para pacificar seguida da passagem do comando das operações para uma força de continuidade (*follow-on*) robusta e preparada para realizar ações civis, conforme fala do general Shalikashvili durante reunião de 15 de abril de 1994 entre os conselheiros de política externa para o Haiti. Durante a reunião, a embaixadora dos EUA na ONU, Madeleine Albright manifestou que as expectativas de uma aprovação para uma missão daquela natureza (*follow-on*) por parte da organização eram baixas, segundo ela, devido à resistência dos países latino-americanos. Havia, também, o problemas das resistências internas aos EUA e o risco de que as ações suscitasse algum crescimento de medidas unilaterais da Rússia na Geórgia e no Azerbaijão, seguindo o “modelo” da intervenção no Haiti. Ao final, o conselheiro de segurança nacional Anthony Lake³² sintetizou a situação na qual os EUA se encontravam, uma vez que deveriam decidir se o uso da força unilateral era uma opção caso as sanções não surtissem efeito em derrubar o governo militar no Haiti: “Nós devemos decidir logo se nós queremos uma política sustentável de longo prazo – e então desenvolvê-la – ou resolver a situação” (UNITED STATES, 1994b, p. 67, tradução nossa). Na conclusão da reunião, o presidente Clinton pediu ao secretário de Estado Warren Christopher que desenvolvesse uma nova estratégia para a o Haiti, fundamentada nas sanções, no aumento do monitoramento dos direitos humanos e da assistência humanitária (UNITED STATES, 1994e).

Talvez o plano mais significativo tenha sido o sugerido por Anthony Lake³³, conselheiro de Segurança Nacional de Clinton. Os embargos e sanções internacionais ao

³¹ Aparentemente, o desembarque era favorável, mas agentes da CIA erroneamente alertaram o governo Clinton de que os grupos armados no porto iriam tentar atacar as tropas (GIRARD, 2004, p. 45).

³² Posteriormente, Lake foi enviado dos EUA ao Haiti entre 1998 e 2000.

³³ Embora a autoria, através da análise dos documentos, não seja clara, podendo ser atribuída também aos auxiliares de Lake, Richard E. Feinberg, Lawrence G. Rossin ou Morton Halperin. Rossin posteriormente serviu no Kosovo em 2004 e em 2006 foi nomeado pelo secretário-geral da ONU Kofi Annan como representante da ONU no Haiti.

Haiti desde o golpe de 1991, mesmo que violados, foram crescentes, e passaram a incluir além de armas e petróleo, uma vasta cesta de produtos, com algumas exceções como alimentos, remédios e combustível para cozinha. Um estudo de 1993 de Harvard indicou que um dos impactos dos embargos internacionais ao Haiti teria sido a criação de cerca de 100.000 novos casos de desnutrição moderada a severa e o aumento em cerca de 1.000 crianças mortas por mês em razão de desnutrição e doenças, muito menos do que as vítimas da repressão política por parte do regime (FRENCH, 1993; GIRARD, 2004, p. 47). Mesmo assim, o planejamento para alcançar o apoio político internacional e interno aos EUA para a intervenção armada no Haiti em 1994 deveria se fundamentar, segundo o plano do governo Clinton, no uso do

[...] potencial destrutivo das sanções para criar uma racionalidade que seja atraente para o uso da força – para apoiar um chamado na ONU para que a força multilateral participe da intervenção ou, caso isto falhe, que apoie uma ação unilateral dos EUA com uma força da ONU então substituindo nossas tropas de combate. Nosso texto propõe que nós busquemos uma missão da ONU aumentada na mesma resolução para sanções mais duras [...] o período subsequente pode então ser usado para condicionar a ONU e os participantes da força para um eventual chamado para o uso da força – da ONU ou nossa – para encerrar a catástrofe humanitária que estas sanções e a intransigência militar estarão criando (UNITED STATES, 1994a, n.p. [p. 39-40-], tradução nossa)

Em outro documento, de 29 de abril, aparentemente anterior ao supracitado, e de autoria dos auxiliares de Lake, Richard E. Feinberg, Lawrence G. Rossin e Morton Halperin, lê-se a seguinte passagem:

[...] um ponto onde o impacto deletério das sanções sobre os haitianos comuns contrastado com o seu mínimo efeito nos autores do golpe construa uma justificação auto-evidente para a ameaça e se necessário uso da força [...]

Sequência de eventos:

1. Impor sanções compreensíveis como planejado
2. [...]
3. Construir em cima da aprovação de Aristide, das expectativas difundidas que as sanções irão levar o Haiti à ruína, da instalação militarmente forçada de um governo ilegítimo e dos abusos contínuos para conquistar a aprovação da ONU para uma UNMIH substancialmente aumentada para ser deslocada uma vez que os militares estejam fora e conseguir recrutar participantes multinacionais (UNITED STATES, 1994f, tradução nossa).

Ou seja, a utilização das sanções contra o Haiti seria não um meio para que se enfraquecesse diretamente o regime militar de Raoul Cedras, levando a uma possível

derrocada (*regime change*). O aumento das sanções, reconhecidamente falhas pelo governo dos EUA em derrubar o governo haitiano, teriam a função, na estratégia elaborada pelos conselheiros de Clinton, de ser um meio para angariar apoio multilateral para uma intervenção armada liderada pelos EUA. Com o aumento das sanções, haveria o reconhecimento internacional da sua inocuidade, o qual, por sua vez, levaria a que os países reconhecessem que somente uma intervenção armada liderada pelos EUA poderia retirar a junta militar do poder e reconduzir o Haiti de volta à rota da democracia sob o governo de Jean-Bertrand Aristide.

A busca pela participação de outros Estados tornou-se pública quando em maio de 1994 o governo Clinton emitiu a Decisão Diretiva Presidencial 25, para a “Reforma de Operações de Paz Multilaterais” (UNITED STATES, 1994d). Com ela, Clinton destacava a vantagem estratégica de uma atuação nas operações com o apoio multilateral de outros Estados, de forma a diluir a responsabilidade unilateral, possivelmente atribuível aos EUA, entre outros Estados e agências internacionais, como ONU e OEA. Com a diretiva, o governo Clinton também sinalizava para a necessidade dos EUA exercerem influência nas operações de paz multilaterais, persuadindo outros Estados a também participarem de operações que servissem aos interesses norte-americanos. Em setembro de 1994, Clinton e o vice-presidente Al Gore buscaram o apoio de outros Estados na intervenção pedindo que participassem com o envio de monitores policiais internacionais para o a supervisão da nova força policial haitiana interina que seria formada (SCHMITT E GORDON, 1994).

Publicamente, o governo de Bill Clinton passou a conciliar a ideia de defender seus interesses a partir da promoção da ajuda internacional e do livre mercado e com a demonstração de um cometimento com a democracia e o abandono do apoio a regimes militares. Segundo artigo de Anthony Lake publicado no New York Times em Setembro de 1994:

As democracias criam livres mercados que oferecem oportunidades econômicas (...) diplomacias efetivas dependem não somente da habilidade dos nossos diplomatas, mas também de poder. Nada demonstra melhor esta proposição do que nossa abordagem do Haiti (...) como resultado, nós estamos realizando um objetivo que esta administração – e sua predecessora – buscou por três anos: a restauração do governo democrático. E nós estamos fazendo isso pacificamente, com menos risco a nossas tropas (LAKE, 1994, tradução nossa).

No entanto, os próprios membros do Conselho de Segurança Nacional de Clinton, o qual Lake fazia parte, eram céticos quanto ao potencial do receituário do neoliberalismo e da

intervenção internacional no Haiti no sentido de garantir a sua estabilidade e a resolução dos problemas sociais, econômicos e políticos haitianos. Por mais de uma vez nas reuniões do Conselho de Segurança Nacional durante as discussões que precederam a intervenção de 1994, mencionou-se a possibilidade do Haiti retornar ao cenário de instabilidade e violência política que caracteriza a sua história (UNITED STATES, 1994a; UNITED STATES, 1994c). Em memorando ao presidente Clinton de abril de 1994, Lake relatou que a intervenção dos EUA não iria garantir que, no longo prazo, o Haiti escapasse da sua trágica história. Mas, buscou tranquilizar o presidente, “é provável que qualquer reincidência ocorra gradualmente e bem depois de nossa saída” (UNITED STATES, 1994a, tradução nossa).

Mesmo assim, este reconhecimento não impediu que em agosto de 1994 fossem acordadas as medidas de contrapartida para o retorno de Aristide, em conjunto com diplomatas e representantes financeiros norte-americanos e europeus, e de instituições financeiras internacionais credoras do Haiti, como FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano para o Desenvolvimento, além do próprio Aristide. As medidas estipuladas no que ficou conhecido como o Plano de Paris (ou Acordo do Clube de Paris) diziam respeito a um “programa de ajustamento estrutural”, que significava colocar em prática o receituário neoliberal, com a venda de nove empresas estatais haitianas, o corte de empregos ligados ao Estado, a diminuição de tarifas de importação e uma promessa de manter um baixo salário mínimo (DEIBERT, 2005, p. 42).

5.1.1 A intervenção internacional de 1994

Do aspecto do comando de operações militares, foi somente entre os meses de junho a julho que o Comando do Atlântico passou a incluir no seu planejamento a criação de uma força multinacional e a coordenação com a ONU e outras organizações para a utilização da UNMIH como uma força de continuação (*follow-on*) da intervenção. Até então os planejamentos militares se fundamentavam em uma ação unilateral dos EUA e mesmo se as lideranças militares haitianas saíssem do poder voluntariamente (BALLARD, 1998).

No dia 15 de julho de 1994, após os EUA conseguirem o apoio de uma coalizão internacional para a formação de uma força multinacional de intervenção, conforme manifestado pela embaixadora dos EUA na ONU, Madeline Albright, o Secretário-Geral da ONU admitiu que a organização não conseguiria montar e ter recursos o suficiente para a formação desta força, pedindo, oficialmente, que os EUA a liderassem (BALLARD, 1998).

No mesmo dia, em relatório apresentado ao CSONU, o Secretário-Geral também reconheceu que a ONU estava “experimentando dificuldades em recrutar o nível necessário de policiais civis” para o treinamento das polícias haitianas (UNITED NATIONS, 1994). De fato, nos planejamentos de abril de 1994 para a UNMIH, conforme os documentos analisados, o governo dos EUA já considerava a utilização de *contractors* para a realização de algumas tarefas logísticas e a segurança de prédios e locais importantes, além de funcionários internacionais e oficiais do governo haitiano, embora o treinamento policial tenha sido considerado, em primeiro momento, como uma tarefa dos treinadores policiais internacionais submetidos ao ICITAP (UNITED STATES, 1994c).

No dia 31 de julho, o CSONU autorizou a criação da força multinacional para intervir no Haiti sob a liderança dos EUA, a qual poderia “usar todos os meios necessários” para facilitar a partida da junta militar e o retorno do governo do presidente Aristide, e para “estabelecer e manter um ambiente seguro e estável que permitirá a implementação dos Acordos da Ilha do Governador” (UNITED NATIONS, 1994b, item 4, tradução nossa). Até os momentos finais, a expectativa era de que haveria confrontos com as FADH. Mas um acordo mediado por Jimmy Carter conseguiu garantir uma intervenção acordada com a junta militar haitiana e, em 14 de setembro de 1994, os EUA davam início à operação Uphold Democracy, com 20.000 soldados norte-americanos e outros 5.000 de 24 diferentes países.

A intervenção da ONU no Haiti em 1994 foi a única na história que teve o objetivo declarado de realizar uma mudança de regime, restaurar a democracia e reconduzir o presidente deposto. Os soldados norte-americanos foram recebidos por milhares de haitianos que comemoravam nas ruas. A ação representava para estas pessoas a “libertação” do país e a esperança de retomada dos processos políticos que foram rompidos com o golpe de 1991 (ROBINSON, 1996).

Para o Haiti, a intervenção de 1994 e os esforços posteriores de reconstrução inauguraram um novo capítulo da sua história política, com a tentativa de abolição da sua instituição mais relevante, que atravessou os séculos XIX e XX comandando ou sendo coadjuvante – mas sempre presente – nas dinâmicas de violência do país, e a criação de um novo e importante ator armado: uma nova força submetida tanto ao Estado haitiano quanto à “comunidade internacional”, liderada pelos Estados Unidos: a Polícia Nacional Haitiana.

5.2 Os EUA e a Reforma do Setor de Segurança do Haiti

Como vimos acima, durante as primeiras décadas do século XX, havia uma compreensão difundida entre as lideranças políticas e empresariais dos EUA da ideia de que a garantia da estabilidade e da paz social internas aos países seriam fundamentais para a expansão comercial e para a realização dos seus interesses econômicos. A instabilidade política, os protestos sociais, as greves e a desordem criminosa ou subversiva eram vistos como empecilhos para a manutenção da ordem e a administração dos negócios, fatores que ameaçariam os investimentos internacionais e, no limite, as altas posições ocupadas pelas elites nacionais (HUGGINS, 1998; MARTINS, 2014).

Nos períodos posteriores, apesar de mudanças sociais e políticas significativas, esta compreensão aparentemente se manteve entre as elites norte-americanas. Mesmo que as experiências anteriores da expansão imperial norte-americana tenham sido fundamentais, foi durante os governos Eisenhower e, principalmente, Kennedy, que a ajuda policial internacional adquiriu importância cada vez maior e de modo cada vez mais objetivo para o governo dos EUA. A contenção de motins no Japão em 1952 por parte da polícia treinada pelos EUA foi tida por membros do governo norte-americano como exemplo importante para a elaboração da suposição de que a polícia nos países em desenvolvimento poderia ser treinada para conter o comunismo internacional. A ideia de que apenas a força militar seria suficiente ou a melhor forma de lidar com os problemas de segurança internacional dos EUA passou a ser crescentemente desafiada entre os formuladores de política norte-americanos e, a atuação da polícia e o policiamento passaram paulatinamente a ter cada vez mais aceitação nas táticas e estratégias de atuação internacional norte-americana. As iniciativas de ajuda a polícia estrangeira de Eisenhower fundamentaram-se na ideia de que serviria como “prevenção de incêndios”, detectando e eliminando o comunismo antes que ele pudesse ficar fora de controle (HUGGINS, 1998, p. 94).

A partir de 1954, os EUA passaram a criar mecanismos e escritórios formalizados para centralizar os esforços de ajuda e treinamento policial internacional. Até então, a ajuda policial internacional dos EUA era fragmentada entre diversas agências, e decidida de forma relativamente ad hoc. Estes esforços levaram inicialmente à criação do *Special Group (Counter Insurgency)* e culminaram com a criação do *Office of Public Security (OPS)* da USAID pelo governo Kennedy em 1962. O OPS serviu como o principal espaço de concentração dos projetos de assistência às polícias estrangeiras por parte do governo norte-americano, e exerceu um papel de “ponte” entre as transformações que ocorriam nas polícias e no policiamento exercido internamente ao território dos EUA e suas iniciativas estrangeiras

ao redor do globo. A compreensão de que a polícia seria a “primeira linha de defesa” frente a desordem social fundamentou-se, neste período de Guerra Fria, na percepção de que as instabilidades poderiam ser utilizadas pelo comunismo internacional para se estabelecer nas sociedades, principalmente aquelas que passavam por intensos processos de transformação a partir de uma urbanização ou industrialização aceleradas, como no caso dos países periféricos em desenvolvimento e dos que passavam por processos de descolonização. Neste contexto, a ajuda policial internacional passou a ser vista pelo aparato de segurança nacional dos EUA como parte de uma grande estratégia na disputa entre as grandes potências por influência e controle sobre a periferia, como a melhor forma de conter a insurgência revolucionária no estrangeiro – particularmente pela proximidade que o agente policial tem das dinâmicas do dia-a-dia de uma comunidade e suas redes locais –, e como um laboratório para testar e aperfeiçoar as reações do Estado a protestos e revoltas internas aos EUA (SCHRADER, 2019).

Em 1974, o OPS foi fechado pelo Congresso dos EUA seguindo a uma série de pressões e denúncias por parte de movimentos transnacionais da sociedade civil denunciando as cumplicidade do governo norte-americano no uso dos programas para o financiamento de regimes repressivos e as graves violações de direitos humanos cometidas pelos policiais treinados pelos EUA nos países receptores da ajuda. Contudo, o fechamento do OPS em 1974 pelo Congresso dos EUA não significou o término da política norte-americana de ajuda policial internacional. O que se observa, desde então é um processo de multiplicação e fragmentação crescente de atores que exerceram o papel que anteriormente tinha sido concentrado pela OPS, resultando em uma miríade de agências dos EUA e atores privados responsáveis pela ajuda policial internacional no contexto contemporâneo (SCHRADER, 2020).

Desde o fechamento do OPS, a partir de exceções legais crescentes e do uso de outros recursos e agências que não a USAID, como DOJ, o FBI ou até mesmo o Departamento de Transportes, os EUA continuaram com a assistência internacional às polícias (UNITED STATES, 1992). No Caribe, no momento posterior à dissolução do OPS, a ajuda para o treinamento policial internacional foi feita, na sua maioria, pelo FBI, conforme memorando interno do governo Reagan (UNITED STATES, 1983). No caso da criação da Polícia Nacional Haitiana em 1994-1995, como detalharemos abaixo, em termos de agências do governo norte-americano que foram fundamentais para a sua formação destacam-se o *Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs* (INL) do Departamento de Estado e

o *International Criminal Investigative Training Assistance Program* (ICITAP) do Departamento de Justiça.

Em meados dos anos 1980, a CIA criou um serviço de inteligência no Haiti, chamado Serviço de Inteligência Nacional (SIN), sob a justificativa do combate ao tráfico de drogas, e ao menos até o golpe que retirou Aristide do poder em 1994, pagou membros da alta cúpula das FADH em troca de informações políticas e militares (WEINER, 1993). Por outro lado, o engajamento dos EUA no Haiti a partir de 1994 na forma da criação e treinamento da PNH deu início a um tipo de atuação pautado no envio de policiais norte-americanos para operações de paz da ONU, vista pelo próprio DOS como uma “ferramenta vital para a política exterior dos EUA” (UNITED STATES, 2005).

A criação do INL pelo DOS ocorreu em 1978. Trata-se de um escritório para lidar com questões internacionais relativas a narcóticos e aplicação da lei. Em 1994, o INL deu início ao seu programa de assistência à polícia civil (CIVPOL), ao liderar a Missão Policial Internacional que auxiliou no treinamento da PNH no contexto que se seguiu à intervenção daquele ano, participando das ações no país até 2000. Desde então o escritório realizou e/ou realiza ações em diversos contextos de reconstrução pós-conflito, intervenções internacionais e Reforma do Setor de Segurança, como Bósnia (1996-2000); Croácia (1996-2003); Cisjordânia (2002-); Serra Leoa (2003-2004); Timor Leste (1999-2007); Sérvia/Montenegro (2001-2004); Macedônia (2002-2004); Afeganistão (2002-); Iraque (2003-); Sudão (2005-); Libéria (2003-).

O ICITAP é um escritório da Divisão Criminal do DOJ criado em 1986 com o objetivo declarado de melhorar as habilidades de investigação das polícias na América Latina e Caribe, sob orientação política inicial do DOS (UNITED STATES, 1992). Inicialmente funcionando com recursos provenientes totalmente do DOS, através do *Administration of Justice Program*, e com funcionários do FBI, USAID e DOJ, o ICITAP nos dias de hoje atua com recursos do DOS, DOD, DHS e USAID (YOCHELSON, 1993; UNITED STATES, 2021). De acordo com Roger Yochelson, ex-gerente de formulação de projetos do ICITAP que atuou pela USAID no Panamá em 1993, já naquela época o programa também empregava agentes da DEA e da CIA. O agente do FBI David Kriskovich tornou-se o primeiro diretor do ICITAP em 1986, junto com outro oficial desconhecido que serviu internacionalmente na USAID. Kriskovich esteve no exército entre 1961 e 1969, e participou de programas de treinamento das forças sul-vietnamitas durante a Guerra do Vietnã. Desde 1967, serviu no FBI, sendo um dos formuladores da unidade SWAT-FBI. Após dirigir o

ICITAP, Kriskovich tornou-se em 1994 consultor de segurança para o setor privado e, em 1997 foi morto em acidente de helicóptero durante a intervenção na Bósnia, onde servia em missão como treinador da polícia (MOLOTSKY, 1997). Segundo o memorando do governo Reagan supracitado (UNITED STATES, 1983), que discutiu os acordos sobre impostos de importação e exportação e treinamento da polícia em Barbados, naquele momento (1983), Kriskovich já é citado como um agente que possuía as propostas dos programas de treinamento das polícias no Caribe.

Segundo as informações disponíveis no *site* do ICITAP, desde a sua formação, o programa participou ou participa de operações de treinamento de forças de segurança em ao menos 62 países, seja em contextos de intervenção militar com deslocamento de tropas (como Panamá, 1990; Somália, 1993, Haiti, 1994; Bósnia, 1996) ou não (como Colômbia, 1989, El Salvador, 1993). Ao longo do ano fiscal de 2020, o programa treinou ao menos 7700 pessoas ao redor do mundo, entre polícias, entidades de investigação criminal e anti-corrupção, forças de segurança marítima e de fronteiras, agências forenses, cibernéticas e prisional (UNITED STATES, 2021).

Durante uma sessão do Senado norte-americano de 5 de março de 1992 que discutiu a ajuda policial internacional, o senador democrata da Califórnia Alan Cranston, advogou pela intensificação deste tipo de atuação por parte dos EUA, defendendo o ICITAP e situando a política da ajuda policial internacional como uma resposta ao crescimento da atuação de grupos de segurança privada no leste europeu, que operavam “fora do controle ou direção dos formuladores de política norte-americanos” (UNITED STATES, 1992, tradução nossa). Cranston destacou que:

A falha do *sistema de law enforcement* dos países hospedeiros [da ajuda policial dos EUA] desencorajava investimentos necessários, uma vez que as corporações estrangeiras enfrentam preocupações relativas à segurança física e à habilidade de cumprir os contratos [...] Os governos democráticos são os aliados naturais dos EUA e o sistema de livre mercado não pode existir ao menos que existam autoridades judiciais que o enforcem (UNITED STATES, 1992, tradução nossa).

A responsabilidade para esta perda de controle dos EUA, segundo o senador, restaria sobre a falência do governo dos EUA em ter um programa coordenado de assistência policial internacional. Com a crise pela qual passava o Haiti, o aspecto do treinamento policial passou a tomar proporções significativamente maiores, mesmo que, em primeiro momento, não se aventasse nem no governo Clinto nem no governo Aristide, como procuraremos demonstrar,

a ideia de que somente as forças policiais tornariam-se na principal instituição armada de Estado.

O engajamento no Haiti em 1994 marcou o primeiro envolvimento dos EUA no treinamento policial em conjunto com a ONU. No contexto da crise do governo da junta militar no Haiti entre 1991 e 1994, o ICITAP já tinha se estabelecido como escritório relevante para se manter como o principal responsável para o treinamento das polícias em contextos de atuação internacional dos Estados Unidos. Em memorando para Anthony Lake, conselheiro de Segurança Nacional do governo Clinton, em janeiro de 1993, Marc Grossman, secretário executivo e assistente do DOS, indicou em sua estratégia diplomática para o Haiti o ICITAP como a organização chave para lidar com a polícia no Haiti – assim como o Conselho de Defesa Inter-Americano como instância para lidar com os militares haitianos (UNITED STATES, 1993). Em outro documento, sobre as funções e parâmetros da UNMIH, o ICITAP é mencionado no contexto de uma exclusividade do treinamento da polícia por uma força paralela à UNMIH, composta por treinadores policiais civis internacionais, “notadamente uma equipe EUA ICITAP” (UNITED STATES, [1994?], p. 1, tradução nossa).

Dessa forma, a decisão de 1995 de Aristide para a desmobilização das FADH, que, como pretendemos demonstrar abaixo, surpreendeu o governo dos EUA, aumentou significativamente a importância do ICITAP para atuar no Haiti.

Os exemplos mencionados acima e no Capítulo 1 deste trabalho podem indicar que os esforços de treinamento policial internacional se referem somente à continuação de um longo padrão que os Estados Unidos estabeleceram nas suas relações internacionais, sem elementos que possam caracterizar uma mudança significativa, perpassando contextos marcadamente distintos da política internacional. No entanto, é necessário considerar que o momento da virada dos anos 1990, marcado pela dissolução da URSS, preponderância dos EUA e pela afirmação do projeto da “paz liberal” na sociedade internacional, passou a se alicerçar em modelos de construção da paz fundamentados na fórmula do *statebuilding*, em que a reconstrução das Sociedades e dos Estados afetados pelas guerras era entendido como condição fundamental para a paz, e as intervenções internacionais multilaterais tornaram-se os principais instrumentos com que as grandes potências passaram a se lançar, com o auxílio de outros Estados, nos contextos de conflitos armados (DUFFIELD, 2001; HIRST, 2014; PUREZA, 2012).

O projeto da “paz liberal” não se alicerçou apenas na importante atuação das grandes potências, mas se encontrava distribuído através de redes complexas e estratificadas que constituíam a governança global, composta também por organizações internacionais (como ONU, OEA, OCDE, FMI e Banco Mundial), corporações, forças de segurança, *think tanks*, agências de ajuda humanitária e ajuda ao desenvolvimento, e ONGs (DUFFIELD, 2001).

Neste contexto, paralelamente à ocorrência de conflitos armados regionais e internos e à emergência de “situações de violência”, frequentemente com índices de mortes superiores às guerras, também observamos o acompanhamento de um substantivo ativismo de Estados, organizações internacionais e de atores não-estatais visando declaradamente resolver, conter ou gerenciar estas situações de violência, passando-se a atribuir uma marcada importância às instituições normalmente associadas à garantia da lei, da ordem e da segurança pública internas a um Estado (SEDRA, 2014). Esta importância e proeminência pode ser observada no fato de que entre 1995 e 2001 o número de policiais destacados pelos Estados para compor as operações de paz internacionais da ONU aumentou em oito vezes (HANSEN, 2011).

Portanto, acreditamos que a RSS se diferencia de outros empreendimentos similares passados de ajuda internacional às polícias por ser formulada e executada através destas redes, que também compartilham entre si a suposição da aquisição e aperfeiçoamento de saberes relacionados ao controle e à pacificação sociais, os quais poderiam ser adaptados e executados em contextos tidos como similares.

O termo Reforma do Setor de Segurança só foi elaborado em 1998, pelo *Department for International Development* do Reino Unido frente a sua atuação em Serra Leoa (CIGI, 2010; JACKSON, 2018). Mesmo assim, as práticas presentes nas operações de paz da ONU, a partir do início dos anos 1990, de esforços de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) de grupos armados, de treinamento de polícias e de reestruturação do sistema carcerário e penal dos países sob intervenção, como o Haiti, foram entendidas por especialistas como medidas de RSS, mesmo que naquele momento ainda não tenham sido enquadrados com estes termos na doutrina (MOBEKK, 2016, p. 4). A existência de amplo consenso entre as grandes potências sobre a importância explicitamente reconhecida da RSS para os processos de *statebuilding* pode ser localizada de modo expreso desde ao menos julho de 2005, quando o presidente do CSONU Adamantios Vassilakis fez uma declaração enfatizando a RSS como “um elemento essencial de qualquer processo de estabilização em ambientes pós-conflito” (UNITED NATIONS, 2005, tradução nossa).

Segundo o manual do *Development Assistance Committee* da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma das principais referências para os formuladores da RSS, o objetivo da RSS é fazer com que o setor de segurança funcione de um modo “consistente com normas democráticas e bons princípios de governança e Estado de direito” (OECD, 2007, p. 21, tradução nossa). Estes princípios normalmente se traduzem no DDR de ex-combatentes, ao mesmo tempo em que se investe no armamento, equipamento e treinamento de forças de segurança, como as polícias; na formação de promotores, advogados e juízes; na transformação de leis e processos penais; e na construção de delegacias e prisões (BRZOSKA, 2003; KOHL, 2014; SEDRA, 2010). Em suma, a RSS envolve amplas ações que têm como consequência a reconfiguração das relações políticas e econômicas entre Estado e Sociedade (DONAIS, 2018; JACKSON, 2011).

Quando as questões relativas à RSS passaram a ter cada vez mais relevância para o Banco Mundial ao longo dos anos 1990, podemos observar, ao analisar os relatórios publicados pela organização ao final dos anos 1990, que a posição do Banco Mundial sobre a polícia e o policiamento passou a se fundamentar a partir de pressupostos similares àqueles compartilhados pelos estrategistas norte-americanos no que diz respeito à sua função social e política. De acordo com o *World Development Report* de 1997, o estabelecimento do *rule of law* seria um meio fundamental para a manutenção da estabilidade social e política, tidas como necessárias para a garantia da propriedade privada, para a existência de um mercado e para a continuidade dos investimentos econômicos (WORLD BANK, 1997). Ainda segundo a organização, controlar o mercado ilegal de armas, desmilitarizar as forças policiais e reestruturar os exércitos seriam iniciativas importantes enquanto fatores de estabilização de países que estivessem passando por um período de transição entre contextos de guerra e conflito para os de paz. O desarmamento evitaria uma intensificação do conflito e a RSS seria elemento de alívio de preocupações de investidores internacionais – tidos como necessários para o processo de reconstrução econômica dos países que passavam por conflitos (WORLD BANK, 1999, p. 8).

A continuidade desta perspectiva na organização também pode ser encontrada ao considerarmos a realização, em julho de 2001, da conferência do Banco Mundial em São Petesburgo, na Rússia, com o título “*Empowerment, Security And Opportunity Through Law and Justice*”. Em seu discurso de abertura, o presidente do Banco Mundial James D. Wolfensohn realçou que encontro tinha como um de seus objetivos debater a ajuda internacional para o desenvolvimento das instituições de justiça, com a finalidade declarada

de estabelecer o *rule of law* necessário para a proteção da propriedade privada e superação da pobreza e violência. Durante o evento, o Haiti, que já passava por um processo de recorrência de instabilidade e violência políticas, indicando as limitações da intervenção de 1994, dos esforços de RSS e da criação da PNH, figurou como um dos diversos casos de “lições aprendidas” (BENOMAR, 2001; WORLD BANK, 2001).

Latham (2011, p. 30) nos lembra que desde sua criação em 1944, o Banco Mundial teve um papel fundamental dentro do quadro de combate à influência do comunismo, visto pelos formuladores de política dos EUA como uma ideologia que prosperava na miséria e na pobreza. Os especialistas funcionários do Banco Mundial também viam que ao se instituir os fundamentos para a ajuda financeira e econômica internacional e estimular os investimentos privados, seria possível enfrentar a pobreza, promover um desenvolvimento social no sentido da democracia liberal e reduzir os riscos de mudanças revolucionárias em regiões mais pobres do globo (LATHAM, 2011, p. 30). Neste sentido, compreendemos que, nos anos 1990, quando o Banco Mundial passou a articular a RSS como elemento para a garantia da ordem social e da defesa dos investimentos privados, em nosso entendimento, a organizações fundamentou-se numa perspectiva que tem como pressuposto aquilo que Reiner (2000) chamou de “fetichismo da polícia”: a ideia de que as sociedades contemporâneas devem necessariamente possuir uma polícia eficiente para a manutenção da ordem social.

Esta perspectiva não se limitou ao governo dos EUA ou ao Banco Mundial. Ao longo dos anos 1990, a RSS veio a se estabelecer como um corolário doutrinário fundamental do projeto mais amplo de construção de Estados, presente crescentemente nos manuais de intervenções internacionais (SEDRA, 2010). Na ONU, a “Doutrina Capstone”, que passou a nortear as operações de paz a partir de 2008, fundamentou-se explicitamente na ideia de que a RSS seria um componente essencial para fortalecer o *rule of law* e garantir o sucesso das missões de paz, uma vez que, segundo a doutrina, garantiria as condições para a retirada das tropas e o “bom” funcionamento das instituições de segurança nacional, como Forças Armadas e polícias (UNITED NATIONS, 2008, p. 27). Estas orientações serviram para que os atores envolvidos ou que buscavam influir nas intervenções ou em processos de RSS justificassem suas ações através da ideia de tratar-se de esforços para reconstruir ou reestruturar as forças de segurança de um país visando garantir a plena vigência dos direitos humanos, das normas da democracia liberal e os ditames das “boas práticas” e “boa governança” (JACKSON, 2018; SEDRA, 2018).

A cooperação policial internacional ao longo da segunda metade do século XX também ocorreu paralelamente ao processo de consolidação da “profissionalização” das polícias dos EUA, em que suas lealdades com as “maquinações políticas” locais passaram a ter cada vez menos relevância e detrimento de uma identificação de si própria enquanto um ator auto-interessado, disputando recursos do governo federal e influência política na sociedade norte-americana (SCHRADER, 2019).

Atualmente, a noção de que a RSS seria crucial para a reconstrução de Estados e sociedades em contextos de conflito armado ou de graves violações de direitos humanos exercidas, principalmente, por atores estatais, como Polícia e Forças Armadas, tornou-se um pressuposto inquestionável entre doadores internacionais, compondo um procedimento padrão de ação internacional (SEDRA, 2018), cujo financiamento passa, atualmente, por Estados, organizações multilaterais, empresas privadas de consultoria e ONGs, em detrimento da cooperação bilateral (DCAF, 2017).

Na literatura entusiasta sobre a RSS, há uma infundável discussão sobre como aperfeiçoar a doutrina de ação, de modo a alcançar os objetivos publicamente almejados pela RSS: garantir a condição do auto-governo pleno dentro de um quadro de respeito às garantias de direitos fundamentais, mesmo que se tenha um relativo reconhecimento da ausência de evidências de que a RSS tenha, de fato, contribuído para alcançá-los de modo bem-sucedido (BURT, 2016; DONAIS, 2018; SEDRA, 2018). Estes estudos entusiastas, que acompanharam o estabelecimento da RSS como uma importante política (*policy*) internacional, foram acompanhado de uma profusão inicial, notadamente ao longo dos anos 1990, de uma perspectiva que passou a enquadrar os esforços de RSS como um espécie de administração de um “negócio rotineiro de Estado” (SCHÄFFE Apud MANHEIM, 1976, p. 138). Ou seja, fundamentados em uma perspectiva analítica que oculta os problemas relativos a visões de mundo distintas e de disputa de poder presentes nos contextos de violência e de execução da RSS, e que aceita os postulados que limitam e criam as possibilidades de atuação a partir das próprias instituições e leis previamente formuladas, sem se preocupar com as origens e possibilidades de transformação dos fundamentos das relações sociais e de poder que criam e mantêm estas mesmas instituições³⁴ (COX, 1981). Trata-se de

³⁴ De modo semelhante, Bourne (2007) argumenta que o desenvolvimento de concepções analíticas na emergência do debate sobre as armas leves ao longo dos anos 1990 e 2000 foi prejudicado pela existência de um “senso de urgência”, inspirado pelo progresso das campanhas para o banimento das minas terrestres, para o desenvolvimento de políticas (*policy*), o que teria levado a conclusões teoricamente inadequadas sobre as especificidades do comércio de armas leves.

uma lógica que pode ser resumida na afirmação de que, “na vida rotineira de um funcionário, as ocupações correntes são resolvidas de acordo com as regras e regulamentos existentes” (MANHEIM, 1976, p. 138). Em outros termos:

A tentativa de ocultar os problemas da política sob a cobertura da administração pode ser explicada pelo fato de que a esfera de atividade do funcionário dá-se apenas nos limites de leis já formuladas. Portanto, a gênese e a evolução da lei se situam fora do âmbito de sua atividade (MANHEIM, 1976, p. 144).

Em termos gerais, o pressuposto mais significativo compartilhado pela doutrina de RSS e por boa parte dos seus entusiastas é a necessidade de se estabelecer uma “autonomia da política”, ou “despolitização” dos atores e organizações do setor de segurança, entendida como uma desvinculação completa de ideia e veículos sociais formais e informais destes atores e organizações com aqueles tidos como “naturalmente” envolvidos de modo mais “direto” com as disputas políticas, como os partidos políticos e as organizações militantes. Neste sentido, a ideia seria restringir a Polícia e as Forças Armadas ao papel e à função de cumpridores restritos de seus deveres legais e constitucionais associados à categoria profissional. Em outros termos, isto significa levar a cabo uma ideia de “isolamento total” destas instituições do restante da sociedade, medido em termos de eficiência técnica no cumprimento de objetivos definidos profissionalmente, de instrumentalização estrita no controle do crime e dos distúrbios sociais, e de independência e autonomização frente as dinâmicas políticas.

Entre julho de 1993 e 15 de março de 2000, todas as missões do CSONU sobre o Haiti tiveram como objetivo declarado a RSS, e foram recorrentemente renovadas³⁵. No caso específico dos programas de RSS colocados em prática no Haiti, a fragmentação das iniciativas e execuções do treinamento policial em diversas agências governamentais, como no caso dos EUA, e de organizações internacionais, além da sobreposição de atuação e

³⁵ A UNMIH, inicialmente prevista para ter uma duração de 6 meses, foi estendida até 28 de junho de 1996, quando é substituída pela UNSMIH. Por sua vez, a UNSMIH, prevista por 5 meses, é estendida até 30 de julho de 1997, quando é substituída pela UNTMIH, que dura até 28 de novembro de 1997, quando se cria a MIPONUH. Finalmente, o término da MIPONUH, previsto para o dia 30 de novembro de 1998 é postergado até 15 de março de 2000. Neste momento, a missão é substituída pela MICAH, criada pela assembleia geral da ONU em 18 de fevereiro de 2000, durando até 6 de fevereiro de 2001, com o objetivo de “fortalecer o sistema de justiça haitiano, incluindo suas instituições penais”, e “apoiar os esforços do Governo do Haiti em profissionalizar a Polícia Nacional Haitiana por meio de um programa especial de treinamento e assistência técnica e ajudar o Governo a coordenar ajuda bilateral e multilateral nesta área” (UNITED NATIONS, 2000, p. 2, tradução nossa).

terceirização das funções a atores privados, como empresas privadas de segurança, têm colocado um desafio particular na pesquisa, sistematização e análise dos diferentes esforços de RSS que são colocados em prática. Reconhecemos, portanto, uma fragmentação e pluralização de atores internacionais estatais e não-estatais nos processos de RSS do Haiti desde ao menos o início dos anos 1990. Esta dificuldade se manifesta no Haiti nas últimas décadas pela sobreposição de programas, em uma realidade de contínuas intervenções internacionais e adaptações de políticas de segurança, que tem por vezes expressado os fragmentados e nem sempre coesos e homogêneos interesses e agendas destes diversos atores nacionais e internacionais de segurança e desenvolvimento (MOBEKK, 2016).

Mesmo assim, não podemos menosprezar o significativo papel exercido pelos EUA, liderando os esforços, mesmo que fragmentados, da RSS no Haiti, notadamente a criação, armamento e treinamento da PNH. Para os EUA, a importância do Haiti para esta forma de atuação, de treinamento policial e Reforma do Setor de Segurança, pode ser observada no fato de que, de 1993 até 1998, o Haiti foi o principal destino global da ajuda internacional dos EUA para a promoção do *rule of law* e concentrou 40% das verbas enviadas para esse tipo de assistência na região da América Latina e Caribe, durante contexto em que os recursos norte-americanos para a ajuda ao desenvolvimento alcançavam seu menor nível histórico (com exceção da enviada a Egito e Israel), com cortes, em termos gerais, da ordem de 25% do seu orçamento (UNITED STATES, 1999; MATEO, 2019, p.138).

O engajamento dos EUA no Haiti foi um importante marco de aproximação entre a empresa militar de segurança privada DynCorp e o DOS. Tratou-se do primeiro momento em que ela passou a atuar na realização de programas internacionais de RSS. Até então, a DynCorp era responsável por programas de aviação para o combate ao narcotráfico, com contrato de US\$ 30 milhões com o INL (BRODER e ROHDE, 2007).

5.3 A desmobilização das FADH e a criação da PNH

A “herança histórica” com a qual os reformadores do setor de segurança tiveram que lidar nas cidades haitianas dizia respeito a três atores de segurança presentes naquele momento dos anos 1990, mas que carregavam em si, como procuramos demonstrar, longos aspectos estruturais da sua relação com a política e as dinâmicas sociais no país: as FADH – até então formalmente responsáveis pela segurança pública e pela “função policial” e que possuíam um profundo histórico de proximidade de relações com os EUA –; as milícias dos

attachés, na qual se transformaram os antigos VSN – criados como um esforço inicial de Duvalier se manter no poder frente o longo histórico de golpes e intervenções por parte das FADH –; e as “ganges” urbanas – grupo armados que, como buscaremos mostrar abaixo, possuem uma importante relação de proximidade com as dinâmicas sociais dos bairros e que se articulam em nível político nacional.

Em termos gerais, o processo de RSS do Haiti naquele momento sobrepôs a desmobilização das FADH, a criação de uma força interina de segurança pública e o treinamento da nova PNH. Da perspectiva militar dos EUA, manifestada pelo Comandante-em-Chefe do Comando do Atlântico, o Almirante Michael H. Miller e pelo General Hugh Shelton, havia a compreensão de que o sucesso da operação seria medido em termos da longevidade do governo de Aristide e por uma ideia de “funcionalidade” da democracia haitiana, mesmo que, conforme indicamos acima, o governo dos EUA fosse cético com relação a estes objetivos. Para os militares norte-americanos, a conquista daqueles objetivos era baseada no retorno do processo legislativo, na reforma judicial e policial e na redução das ameaças à segurança (BALARD, 1998, p. 118).

Apesar da colaboração de outros Estados, como França e Canadá, o processo de reforma de RSS do Haiti de 1994 a 2000 foi dirigido e executado fundamentalmente pelos EUA e, mesmo que seja difícil encontrar claramente os limites e responsabilidades específicas de cada agência do governo norte-americano, destaca-se a atuação do ICITAP do DOJ (FINAZZI e NASSER, 2021). Para o embaixador dos EUA no Haiti, William L. Swing, as experiências desenvolvidas no país naquele contexto, assim como as intervenções de Granada em 1983 e Panamá em 1989, seriam vistas pelo Comando do Atlântico e pelo governo dos EUA, como um importante laboratório de resolução de crises internacionais, cuja experiência poderia ser refinada e disponível em contextos posteriores (GOTO, 2016). De fato, a estratégia dos EUA para a RSS do Haiti daquele momento aparenta ter sido construída em cima dos problemas apresentados pela RSS do Panamá (em que a polícia foi inteiramente formada por ex-militares) e de El Salvador (formada 20% por militares e 20% de membros da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional) (NEILD, 1996).

O relato que o jornalista Ralph Pezzullo, filho do diplomata Lawrence Pezzullo, enviado especial dos EUA ao Haiti, fez da chegada das lideranças da missão da ONU ao Haiti em 1994 é significativo e nos ajuda trás um aspecto da relação que se estabeleceu entre as FADH e os EUA. Quando foram ao quartel-general do Estado-maior das FADH durante a

intervenção, Pezzullo e Dante Capute, diplomata argentino enviado especial da ONU e da OEA, surpreenderam-se com as imagens que estavam nas paredes do prédio:

Alto na parede, ao longo do cumprimento da mesa, estava uma série de fotografias de comandantes prévios das FADH. Os rostos na fileira de cima eram todos brancos! Aqueles eram os *marines* dos EUA que comandaram as FADH durante a ocupação dos EUA no Haiti de 1919 a 1935. “O que diabos eles estão fazendo ali?” Pezzullo perguntou a si mesmo [...] Aquilo dizia volumes sobre como os militares haitianos viam a sua relação com os Estados Unidos. “Eu não acho que exista um exército no mundo que colocaria as fotos do exército ocupante no quartel-general de seu Estado-Maior”, Dante Caputo disse mais tarde (PEZZULLO, 2006, p. 23 apud CASIMIR, 2012, p. 18 nota 45)³⁶.

Uma das questões que foram discutidas pelo governo dos EUA nos preparativos para a intervenção de 1994 e a posterior sustentação do governo Aristide era sobre como lidar com as possíveis reações e revanchismos entre os partidários de Aristide, que foram perseguidos e violentados durante o governo da junta militar, e os próprios soldados de baixa patente apoiadores do antigo governo: os chamados *ti soldats*. Ao analisarmos o memorando de reunião com os conselheiros de política externa para o Haiti no dia 15 de abril de 1994 na Sala Oval (UNITED STATES, 1994b), observamos a preocupação expressa pelo General Shalikashvili, de que estes oficiais subalternos (como os sargentos) e praças das FADH poderiam se mobilizar como focos de resistência com a remoção das lideranças militares, considerando o papel que tiveram nos golpes ao menos a partir de 1987, a ameaça que eles viam no retorno de Aristide e o aumento da possibilidade de atos de revanchismo e vingança, uma vez que já tinham sido eles próprios também vítimas de ações violentas por parte de grupos apoiadores do Lavalas em 1991. Na reunião, Shalikashvili apontou que estes setores seriam os mais resistentes frente a volta de Aristide, vocalizados notadamente pelo Tenente Coronel Joseph-Michel François, então chefe da polícia do governo da junta militar liderada por Cedras. Conforme avaliou Shaliskashvili:

(...) alguns sargentos podem muito bem tentar mobilizar resistência às nossas forças, ou liderar uma conspiração conforme o tempo passa; entretanto, o histórico dos seus últimos vários golpes demonstra que os ‘ti soldats’ são incapazes de sustentar operações por conta própria. O mais provável é que eles irão retirar seus uniformes e buscar desaparecer entre a população civil (...) A chave será persuadir os ‘ti soldats’, cujos interesses sempre foram separados daqueles dos oficiais, que seu futuro está conosco e eventualmente com o novo governo e os militares reformados que estamos apoiando (UNITED STATES, 1994a, p. 41, tradução nossa, grifo nosso).

³⁶ PEZZULLO, Ralph. *Plunging into Haiti: Clinton, Aristide and the defeat of diplomacy*. Jackson: University Press of Mississippi, 2006.

A histórica desigualdade social no Haiti expressava-se também nas Forças Armadas, conforme reconhecia o governo Clinton. São os *ti soldat* que, com a desmobilização das FADH decretada por Aristide em 1995, passaram a se articular em grupos organizados para defender a manutenção da existência das Armas, como o *Rassemblement des Militaires Démobilisés* e o *Rassemblement des Militaires Révoqués Sans Motif*. A visão predominante entre estes soldados era a de que foram abandonados pelos oficiais superiores, que se exilaram durante o processo, tidos por eles como co-responsáveis pela decisão do governo Aristide de desmobilização (MOBEKK, 2016). Por outro lado, o histórico de graves violências por parte de militares partidários dos governos de Raoul Cedras e dos Duvalier teria sido um dos principais elementos que motivaram, naquele momento, várias mobilizações populares e apelos de ONGs e de grupos de representação de classe haitianos favoráveis à dissolução completa das FADH (MOBEKK, 2001).

Como o general norte-americano Shalikashvili corretamente avaliou em 1994, a despeito da desmobilização formal, parte dos *ti soldat* mantiveram posteriormente seus laços sociais e de lealdade entre si, principalmente após o Senado haitiano adotar a resolução de abolição das FADH em 1996. Conforme sentenciou Mobekk (2016): “Foi somente a instituição pública das Forças Armadas que foi dissolvida, não as suas redes” (MOBEKK, 2016, p. 65, tradução nossa). No caso da PNH, parcialmente composta pela inclusão de ex-militares, como foi o caso de Guy Philippe, a natureza própria do trabalho policial, como nos lembra Frederic (2008, p. 74), de proximidade com as dinâmicas do cotidiano e com os outros atores sociais, colocou-os em contato com as “gangues” urbanas e com a organização de protestos de massas (MOBEKK, 2016, p. 47).

Na sua compreensão, a avaliação que o próprio Jean-Bertrand Aristide fez do período conturbado do final dos anos 1980 é que, apesar da renúncia de Jean-Claude Duvalier, a estrutura social e política do duvalierismo se manteve: os antigos comandantes militares tornaram-se, agora, uma “força mercenária”, e os escalões mais baixos, especialmente a polícia rural e os *chefs de section* se beneficiaram do “sistema”, continuando com extorsões e atos que aterrorizavam a população (DUPUY, 2013, p. 58).

Em livro publicado em Paris no mesmo momento em que Aristide inicia sua campanha de 1992 nos EUA pelo seu retorno ao Haiti, ele irá refletir sobre o tema. A citação é longa mas importante, pois nos ajuda a avaliar a maneira com que Aristide compreendia, nesse momento, a polícia e as Forças Armadas no Haiti e as ações que se dispunha a realizar:

Minha primeira tarefa após o 7 de fevereiro? Limitar o Exército ao seu papel de protetor do país e suprimir as últimas milícias, os homens ligados à máfia. Decidi começar pela cúpula. Sabia-se do papel desempenhado pelo Estado-Maior, sabia-se menos até que ponto a instituição estava gangrenada pelo contrabando, em particular pelo tráfico de cocaína (...) A democratização do Exército, em marchas forçadas, passava por uma margem de desconhecido (...) E um elemento de certeza: o povo mostrou ao Exército seu caminho por ocasião do golpe de Estado de Lafontant. Aliás, precisávamos sobretudo de uma polícia. A estrutura do Exército, a despeito dos indivíduos, sempre teve a mesma vocação: insurgir-se contra o povo e aproveitar-se da corrupção ambiente. As primeiras medidas tomadas caminham nesse sentido.

Mas o estabelecimento de uma colaboração população-polícia se faria lentamente, tamanho é o peso do passado. Ela já manifestava sua utilidade e eficácia ao se desembaraçar da sociedade dos terroristas, dos zenglends³⁷, esses gangsteres mais ou menos ligados à máfia, apoiando-se na vigilância dos comitês de bairros. Após a liberdade, a segunda conquista era a segurança. Progressiva, frágil ainda, porém indispensável.

Quanto ao Exército, era-nos necessário profissionalizá-lo, permitir-lhe que prestasse serviço. Isto é, até que ponto ele devia romper com seus hábitos? (...) Ele se reconciliaria com a nação. Os jovens oficiais deveriam frequentar a universidade. Encontrariam assim possibilidades de integração na sociedade (...) O respeito à lei, estribado numa moralidade transparente, já permitia limitar o campo da corrupção tanto no Exército como na nação.

E os *macoutes*? As forças da morte estavam sempre lá. Com seus capangas, seus provocadores, seus arsenais. No país ou no exterior.” (ARISTIDE, 1995, p. 136, grifo no original).

A desmobilização das Forças Armadas do Haiti, portanto, ao que nos indica, não estava presente nos planejamentos de Aristide naquele momento de 1992 e, ao se considerar as negociações que ocorreram nos anos posteriores comentadas acima, também não era prevista em 1994. Nos EUA, a posição do governo Clinton, manifestada, durante reunião interna, pelo General Shalikashvili e reproduzida por Anthony Lake, mostra que, ao menos até abril de 1994, data do documento analisado, também não se aventava, no governo dos EUA, a ideia de desmobilização das FADH: apesar do governo dos EUA suspeitar da fidelidade de Aristide aos acordos firmados, o plano do governo norte-americano para as FADH fundamentava-se na sua “profissionalização”, conforme previamente estabelecido pelos Acordos da Ilha do Governador, e contemplava a nomeação de um novo primeiro-

³⁷ A palavra, que remete ao folclore Vodú, foi usada no Haiti daquele momento histórico para descrever os diferentes grupos armados e as violências (políticas ou criminais) cometidas por eles, e remete a uma ideia de traição (KOVATS-BERNAT, 2006).

ministro e de um novo comandante das FADH (UNITED STATES, 1994c). Além disso, ainda antes da assinatura dos Acordos da Ilha do Governador em 3 de julho de 1993, Aristide enviou uma carta aos secretários-gerais da ONU e da OEA, no dia 8 de janeiro, em que reconheceu as organizações como o “melhor lugar para recorrer” para poder voltar ao Haiti, e na qual pediu o envio de uma missão civil internacional conjunta de ambas organizações para que, dentre outras providências, promovesse e supervisionasse um processo de diálogo com as partes haitianas, para assegurar:

[...] iii. compromissos de reforma das instituições do país, incluindo [...] reforma do sistema judiciário, profissionalização das forças armadas e separação da polícia das forças armadas.

iv. assistência técnica internacional para levar a cabo esta reforma institucional o mais rápido possível (UNITED NATIONS, 1993, p. 9, tradução nossa).

Anthony Lake, em orientação prévia ao presidente Clinton de encontro que iria ter com Aristide em março de 1993, indicou que a carta de 8 de janeiro foi apresentada para que Aristide a assinasse após um processo de “[...] negociações indiretas entre os militares haitianos, interesses empresariais, e Aristide, intermediadas pelo Departamento de Estado e auxiliares de Clinton” (UNITED STATES, 1993b, tradução nossa).

Foi, portanto, ao que nos parece, de modo surpreendente para o governo dos EUA, e contrariando a sua estratégia inicial, que Aristide emitiu as duas decisões de desmobilização das FADH em 1995. Diferentemente do que estipulara os Acordo da Ilha do Governador – que serviu de base para o mandato da UNMIH – as FADH passaram a ser desmobilizadas no início de 1995, quando Aristide emitiu um decreto primeiro em 6 de janeiro, reduzindo a força para 1.500 membros e incorporando-a à polícia interina e depois em 25 de abril, consolidando a sua desmobilização completa (Mendelson-Forman 2006). Durante o período, os soldados se organizaram em diversos grupos para defender a manutenção da existência das Forças Armadas, como o *Rassemblement des Militaires Révoqués Sans Motif* e o *Rassemblement des Militaires Démobilisés*, e consideraram os oficiais superiores que se exilaram durante o processo como traidores, responsáveis pela tomada de decisão do governo Aristide pela desmobilização (MOBEKK, 2001).

Podemos entender a decisão de Aristide a partir das várias mobilizações de massas e apelos de ONGs e grupos de representação de classe haitianos pedindo a dissolução completa das FADH. Em nossa perspectiva, a decisão tem que ser compreendida considerando não somente o histórico de brutalidades e diversas violações de direitos fundamentais por parte

dos militares partidários dos governos Cedras e Duvalier (MOBEKK, 2016), como também o frequente protagonismo nos golpes de Estado e na condução de governantes, além da provável percepção de segurança criada com o contexto da presença de tropas da coalizão liderada pelos EUA e o apoio do governo norte-americano a Aristide.

A dissolução das FADH foi recebida inicialmente com insatisfação pelo governo dos EUA o qual tomou posição, embora derrotada, pela manutenção de ao menos metade da força militar (MENDIBURU e MEEK, 1996, p. 23; SPRAGUE, 2012, p. 81):

Com a saída do General Cédras e do Tenente-Coronel François, e o retorno do Presidente Aristide, as Forças Armadas do Haiti rapidamente colapsaram (...) Em janeiro de 1995, o Presidente Aristide demitiu 43 oficiais seniores, e outros foram enviados a postos diplomáticos no exterior, enquanto a maioria das tropas derreteram. Há uma estimativa de 1.500 tropas das FADH atualmente, mas não há virtualmente nenhum corpo oficial, tornando o Exército incapaz de operar em qualquer forma que não seja muito rudimentar (MENDIBURU e MEEK, 1996, p. 23, tradução nossa).

O programa de desmobilização do governo haitiano foi apoiado pela Organização Internacional da Migração, com o objetivo de integrar os ex-militares na sociedade haitiana através de programa vocacionais e ferramentas de trabalho. O principal problema da iniciativa passava pela percepção generalizada entre haitianos de que os autores das repressões recebiam recompensas e vantagens que os haitianos comuns não recebiam. Diversos militares viram o programa como uma humilhação, retirando prestígio e, mais ainda poder e riqueza, aprofundando os ressentimentos tanto dos grupos armados quanto da população civil. Além disso, com a desmobilização das FADH, somente 1.500 dos seus 7.000 ex-membros vieram a compor a nova força policial. (MOBEKK, 2001). A maioria passou a recorrer a diversas outras formas de aquisição de recursos: alguns criaram, mantiveram ou aprofundaram redes de extorsão, de tráfico de armas e de drogas e de segurança privadas; associara-se com as “gangles” armadas nos bairros urbanos; e muitos também se recusaram a reconhecer a abolição das Forças Armadas, mantendo-se organizados de forma paramilitar, inclusive com membros da nova PNH (COCKAYNE, 2009; MOBEKK, 2001; MUGGAH, 2005; SPRAGUE, 2012).

De fato, a tentativa de dissolução das FADH foi um fracasso. Seu único sucesso teria sido se considerarmos a função que teve em auxiliar na proteção das forças dos EUA no país nos primeiros anos da intervenção, mesmo que, conforme buscamos demonstrar, não tenha sido inicialmente planejada pelo governo dos EUA (MOBEKK, 2001). Ela lançou ao desemprego uma grande quantidade de trabalhadores ex-militares ressentidos e em busca de

meios para oferecer os serviços para os quais foram treinados, em grande parte pelos EUA. (HALLWARD, 2010, p. 121). Os grupos que se recusaram a reconhecer a abolição das FADH, junto com os antigos *chef de section* do interior do país mantiveram seus contatos sociais e parte de suas formas de organização, e foram os atores armados fundamentais no golpe de 2004 – organizados no *Front pour la Libération et la Reconstruction Nationales* – e nas suas tentativas precedentes em 1996, 2000 e 2001 (SPRAGUE, 2012). Em suma, os esforços foram contraproducentes no sentido da pacificação da sociedade e contenção da violência, e aprofundaram ainda mais alguns elementos de desintegração e de crise da sociedade e do Estado haitiano³⁸.

O processo de desmobilização das FADH foi liderado e supervisionado de modo significativo por parte do ICITAP, com a participação de outras agências e escritórios internacionais durante o processo, como o *Office for Transition Initiatives* da USAID³⁹ e a Organização Internacional para a Migração (BAILEY *et al.* 2002; GIRARD, 2004).

A nova PNH incluiu parte dos ex-membros das FADH e começou a ser treinada em fevereiro de 1995, parte nos EUA e parte na Academia haitiana formada com assistência do DOJ. Os monitores provinham do governo dos EUA, de corporações contratadas, como a DynCorp, da Real Polícia Montada Canadense e da polícia francesa, e frequentemente dispensavam aqueles candidatos vistos como muito simpáticos a Aristide e ao movimento Lavalas⁴⁰ (BAILEY ET AL., 2002; GIRARD, 2004; MOBEKK, 2001; SPRAGUE, 2012, p. 85). As armas e os equipamentos também vieram em sua maioria dos EUA, que foram de modo contínuo os maiores exportadores ao país ao menos desde os anos 1980, incluindo durante o período de governo da junta militar, quando o Haiti estava sob sanções e embargos bilaterais e multilaterais (MUGGAH, 2005; WHITNEY, 1996). Parte do treinamento da polícia haitiana consistiu na realização e acompanhamento de rondas ostensivas e prisões em conjunto com os policiais civis da ONU e as tropas militares, e na supervisão diária dos

³⁸ Os programas com objetivos similares que foram colocados em prática no momento posterior a 2004, no contexto da Minustah, também passaram por problemas semelhantes, com participantes sendo intimidados ou mortos pela PNH ou por grupos “vigilantes” da população local (MOBEKK, 2016).

³⁹ Atualmente, a USAID trabalha com uma série de indicadores de sucesso para mensurar a eficiência dos projetos de RSS financiados ou implementados pela agência. O manual para a sua utilização foi produzido pela empresa privada de consultoria em desenvolvimento internacional Chemonics (USAID, 2021).

⁴⁰ Sprague (2012, p. 85) aponta indícios de que a CIA teria usado o processo de treinamento da PNH para recrutar agentes e informantes na polícia nacional, uma prática que teria continuado também ao menos até 1999, quando o diretor do ICITAP no Haiti, Jan Stromsem, renunciou ao cargo.

trabalhos das delegacias de Porto Príncipe. Cerca de metade dos recrutas policiais que se formaram em 1996 foram treinados em Fort Leonard Wood, no Missouri. O ministro da Justiça haitiano, Léon Jeune, renunciou ao cargo em 1995 após permitir o treinamento das forças policiais nos EUA, e Aristide conseguiu um acordo para que a parte final do treinamento acontecesse no Haiti (BAILEY *et al.* 2002; GIRARD, 2004, p. 125).

No contexto imediatamente posterior à chegada das tropas da coalizão liderada pelos EUA e ainda antes da formação da PNH e da desmobilização das FADH, em outubro de 1994, foi criada uma força interina de segurança pública. Sob a direção do ex-comissário de polícia da cidade de New York Raymond Kelly⁴¹, os monitores policiais internacionais (responsáveis pela supervisão do treinamento de polícias durante as operações de paz), em sua maioria norte-americanos, realizaram um processo de supervisão, triagem e veto de candidatos, em que parte dos membros foram identificados e selecionados a partir de voluntários que compunham as FADH, permitindo a inclusão de muitos daqueles envolvidos com o golpe de 1991 e com violações de direitos humanos e barrando, inclusive, sugestões do governo haitiano⁴² (BALLARD 1998; BAILEY *et al.*, 2002; MENDELSON-FORMAN, 2006, p. 18). Esta força, que também contou com o treinamento de refugiados que estavam na base de Guantánamo, serviu como uma espécie de arranjo *ad hoc* até que se concretizasse o treinamento da PNH, que foi concluído em julho de 1995, quando seus primeiros membros passam a ir às ruas e a força interina, que em dezembro de 1994 contava com 3.000 homens, foi desfeita – e parte dos seus membros reabsorvida na PNH (UNITED NATIONS, 1995; NEILD, 1996).

A guarda presidencial haitiana também foi treinada pelos EUA. Em 1994, o secretário norte-americano de Defesa William J. Perry declarou que o governo dos EUA estava treinando a guarda presidencial haitiana, que veio a fazer a segurança pessoal de Jean-Bertrand Aristide (BALLARD, 1998) e, por meio de contrato com a USAID, a empresa privada de segurança MVM Inc. forneceu agentes para compor a guarda pessoal do presidente durante um período de três meses (GIRARD, 2004). Posteriormente, em 1998, o governo do Haiti firmou um contrato com a empresa privada de segurança norte-americana Steele Foundation, formada em sua maioria por ex-soldados das forças especiais dos EUA e

⁴¹ As forças militares dos EUA sob comando do general Shelton também realizaram ações de correspondência dos *International Police Monitors* e as polícias militares com as jurisdições locais (BALLARD, 1998, p. 118).

⁴² Neild (1996) destaca que estes ex-militares incorporados na força interina não continuaram com seus hábitos repressivos, mas estavam aterrorizados pela perspectiva de vinganças populacionais.

oficiais de inteligência. A empresa, que ficou a cargo da Unidade de Proteção Presidencial, também realizou os treinamentos desta unidade (DEMOCRACY NOW, 2004b).

Embora os recursos dos EUA tenham priorizado a desmobilização das FADH e a criação da PNH, o DOS, o DOJ e a USAID também realizaram uma série de medidas relativas à reforma do setor de justiça do Haiti, como a promoção de cursos, treinamentos, assistência e monitoria a juízes e promotores, o acompanhamento da execução de procedimentos administrativos e a sugestão e escrita de leis e regulamentos jurídicos por parte de monitores internacionais (MOBEKK, 2001; BAILEY *et al.* 2002; BENOMAR, 2001). Em 1995, por exemplo, o Comando do Atlântico e o comando de Operações Psicológicas e Relações Civas do Exército, junto com a USAID e empresas privadas contratadas instituíram os programas *Judicial Mentor Program* e *Administration of Justice Project*, com o objetivo declarado de dar formação jurídica, catalogar os magistrados e registrar o que entendiam ser as necessidades locais (BAILEY *et al.* 2002, p. 122).

Apesar de 1996 marcar o encerramento da operação *Uphold Democracy* por parte dos EUA, o engajamento nas ações de reforma do setor de segurança continuaram. Durante o treinamento da PNH, os oficiais norte-americanos realizaram concomitantemente o treinamento daqueles futuros treinadores do Haiti e de outros países que, a partir de 1998, tornaram-se responsáveis pela continuidade do treinamento da PNH (NEILD, 1998). Entre 1996 e 2000, o ICITAP do DOJ continuou fornecendo as diretrizes que os monitores policiais da ONU teriam para treinar a PNH, comandando o planejamento do treinamento de unidades de elite sob a justificativa da assistência ao combate ao tráfico de drogas e o controle de multidões, fornecendo os equipamentos e veículos à PNH, e participando de acordos na construção de suas instalações (KELLER, 2010). Estima-se que em 1999, por volta de 50% dos comissários de polícia haitianos que ocupavam postos de comando tinham sido membros das FADH (SPRAGUE, 2012, p. 87).

Julgamos que a trajetória de Guy Philippe aparenta-nos ser indicativa das relações e dos jogos de alianças que os EUA estabeleceram com o setor de segurança do Haiti. Nascido em 1968 em uma família de camponeses, na cidade de Pestel, em Grand'Anse, Philippe ingressou nas FADH ainda no contexto da vigência do governo de Cedras, em 1993. Estudou na *Escuela Superior de Policía* de Quito⁴³, onde ficou até 1995 e onde teria sido treinado

⁴³ Philippe e outros atores importantes da PNH que anteriormente faziam parte das FADH, como Bernard Elie, Gilberton Dragon e Jackie Nau foram treinados pelos EUA no Equador durante o regime Cedras, daí serem conhecidos como os “*Ecuadorians*” Sprague (2012, p. 88).

pelas forças especiais dos EUA. Com a intervenção de 1994 e a criação da PNH, Philippe tornou-se o primeiro comandante da força policial, onde ficou até 2000, passando por postos em Ouanaminthe (95-97), na região de Delmas em Porto Príncipe (97-99), e em Cabo Haitiano (2000) (HALLWARD, 2007). Apesar de negado por Philippe em entrevista, pesquisas diversas indicaram que ele possuía relações com tráfico de drogas, com a execução de suspeitos tidos como membros de gangues e com outras violações de direitos humanos no Haiti (HUMAN RIGHTS WATCH, 2004; SPRAGUE, 2012; THE JAMAICA OBSERVER, 2004).

Em outubro de 2000, após ser acusado de articular um golpe contra Aristide em conjunto com outros chefes de polícia, Philippe foi para o Equador e depois para a República Dominicana, de onde planejou e iniciou um ataque ao palácio nacional em 2001 e a insurgência armada que levou à retirada de Jean-Bertrand Aristide da presidência em fevereiro de 2004 (THE JAMAICA OBSERVER, 2004). Philippe foi preso na República Dominicana em 2003, junto com o ex-embaixador do Haiti no país, Paul Arcelin, mas ambos foram logo soltos após a intervenção de lideranças militares e políticas dominicanas (SPRAGUE, 2012, p. 181). Em fevereiro de 2004, em meio ao auge das mobilizações que depuseram o presidente Aristide, Philippe declarou em entrevista que não visava instaurar uma ditadura militar no país, mas restabelecer o Exército, que tinha sido desmobilizado (CBS, 2004). Em 2005, Philippe foi secretamente acusado em nível federal nos EUA de tráfico de drogas vindas da Colômbia e lavagem de dinheiro (ROBLES, 2017).

Philippe, principal liderança do movimento armado, passou a enxergar nos gestos feitos por Aristide em ao longo dos anos 1990 uma posição de traição nacional. A ida aos EUA em 1991 para articular a intervenção norte-americana de 1994, a adoção das medidas de austeridade econômica acordadas no Acordo de Paris após ser reconduzido ao cargo com a intervenção, e a desmobilização das FADH foram vistas com insatisfação por Philippe, e tidas como indicativo de traição à pátria. Em entrevista de março de 2007 a Peter Hallward, Philippe comentou que:

(...) foi Aristide quem naquele momento deu o país de bandeja aos americanos – a Teleco [estatal de comunicações], o Minotérie [moinho estatal], a Polícia Nacional, a USP [Unidade de Segurança Presidencial], USGPN [Unidade de Segurança Geral do Palácio Nacional], nosso orgulho nacional como povo, nossa soberania, tudo (...) os americanos sempre protegeram Aristide, desde 1994. Sua própria segurança pessoal foi garantida por soldados americanos. Aristide privatizou todas as grandes companhias públicas para satisfazer os gringos e o FMI (HALLWARD, 2007, tradução nossa).

Na mesma entrevista de março de 2007, Philippe também disse ter sido traído pela burguesia haitiana e o grupo G184 (que reunia as principais lideranças civis opostas a Aristide), uma vez que elas optaram pela concordância com a intervenção internacional de 2004 (HALLWARD, 2007). Em outra entrevista em maio de 2007 à rádio Signal FM, Philippe nomeou as lideranças empresariais e políticas que, segundo ele, teriam apoiado a insurgência armada contra Aristide com o envio de armas, munições e apoio logístico. Alguns dias depois, em 16 de julho de 2007, agentes da DEA, em conjunto com a PNH tentaram efetuar sua prisão no Haiti, mas, Philippe conseguiu fugir. Em 2010, Philippe estava publicamente apoiando o candidato a presidência Michel Martelly, pela razão, segundo ele, de que Martelly planejava restituir o exército nacional (SPRAGUE, 2012, p. 272).

Em janeiro de 2017, após ter sido eleito para o Senado haitiano enquanto ainda era procurado pela DEA, Philippe, que fez campanha para Jovenel Moïse foi preso no Haiti e deportado para os EUA com base em acordo de cooperação para o combate ao tráfico de drogas realizado em 1997 pelo governo René Préval (ROBLES, 2017).

5.4 A questão das “ganges”

Para compreender a relação entre os grupos armados formalmente reconhecidos (polícias, forças armadas, seguranças privados) e a política haitiana, consideramos que é preciso levar em consideração a importância fundamental daquilo que Trouillot (1990, p. 88) chamou, em seu exame das dinâmicas sociais e políticas do país, de “primazia do executivo”. Trata-se, segundo o autor, de um princípio de sociabilidade e de poder que se resume na seguinte afirmação: “um funcionário do Estado é um servo político do Estado, o qual o provê com o pão diário”. Ou seja, conforme definido pelo autor, trata-se de um princípio de sociabilidade fundado na submissão e em uma forma de clientelismo que atravessa os diversos níveis da administração do Estado, desde as mais altas hierarquias até o funcionário mais elementar. Esta relação estabelece uma ligação de “cumpadrio” que o mantém o funcionário submetido e dependente do regime no poder pela duração do seu emprego, uma vez que o Estado se constituiu no Haiti como a “única arena viável de reprodução da classe média” (TROUILLOT, 1990, p. 143). Nas palavras de Trouillot (1990):

De 1843 até o presente, toda decisão relativa a nomeação, promoção, ou demissão de um servidor público envolveu fatores políticos, porque mesmo nos degraus mais baixos estes indivíduos estão sob o apadrinhamento

[*patronage*] de figuras no alto da hierarquia, que servem diretamente, ou são eles próprio, próximos do chefe do executivo (TROUILLOT, 1990, p. 90)

Tendo isto em vista, se consideramos o conceito da “autonomia relativa” da polícia como uma perspectiva analítica importante, ele passa a ser tensionado a partir da constatação deste aspecto fundamental da relação entre as elites do governo haitiano e os indivíduos que compõem a força policial. Mais do que isso, não devemos nos esquecer de que, como exposto acima, a formação da PNH foi o produto de um esforço conjunto entre o governo haitiano, a coalizão internacional liderada pelos EUA e a pluralidade de agências, organizações internacionais e atores privados que compuseram a constelação de RSS no Haiti. Assim, é preciso considerar a interação transnacional que coloca em contato estes diferentes atores sociais e uma elite haitiana que tornou-se a partir dos anos 1990, muito qualificada e experiente em tirar proveito das intervenções internacionais, de modo a favorecer os seus próprios interesses e negócios e garantir que a manutenção da intervenção pudesse ser favorável à manutenção da sua situação econômica e da realização da sua busca por riquezas (ROCHA, 2010, p. 219). Nesse sentido, a ambiguidade do símbolo da intervenção e do nacionalismo também são elementos importantes de mobilização social nas estratégias das elites:

Se durante o período pós-golpe de Estado [1991] a multiplicação de visitas de delegações internacionais de todo tipo (incluindo de organizações não-governamentais) ocorrendo no Haiti contribuiu com a acentuação da importância do internacional como única abertura possível [de atuação política] quando o espaço interno estava bloqueado, ela pôde igualmente retardar toda evolução interna ao dirigir as energias disponíveis em direção ao exterior e à gestão internacional, mesmo confuso, às custas da busca por soluções locais (...) é necessário não esquecer que, como toda estratégia deste tipo, a busca de legitimação pode igualmente se exercer, de modo alternativo (inclusive pelos mesmos atores), ao se opor ao interventor” (POULIGNY-MORGANT, 1998, p. 157, tradução nossa).

Além disso, julgamos que uma variável importante para se compreender as dinâmicas políticas que ocorreram no Haiti a partir de meados dos anos 1980, principalmente os acontecimentos de 1987, 1991 e 2004, é a transformação demográfica que ocorre no Haiti ao longo do período precedente. O acelerado processo de urbanização e êxodo rural que caracteriza o Haiti a partir do final de meados dos anos 1970⁴⁴ vai “urbanizar” a violência

⁴⁴ Até 1967, a economia haitiana era 90% agrícola, e 97% da população vivia diretamente ou indiretamente da agricultura; a indústria haitiana representava 12% do PIB e ocupava somente cerca de 7% da população economicamente ativa (PIERRE-CHARLES, 1967 Apud CADET, 2020, p. 195).

política e a articulação que os grupos armados locais possuíam com as elites políticas e militares. Durante a ditadura Duvalier, o processo de industrialização através da formação de indústrias de montagem pelo capital estrangeiro para abastecer o mercado externo, assim como a deterioração das condições de vida no campo irá aprofundar significativamente a migração para os centros urbanos, notadamente Porto Príncipe (TOBIN, 2013). A ausência de um setor industrial suficientemente amplo que pudesse absorver a vasta quantidade de pessoas levou a que elas passassem a se instalar em bairros periféricos e favelas. As lideranças que surgem nestes espaços são aquelas que conseguem dirigir a violência que marcou a transição do final do regime Duvalier e o retorno das FADH em cena, até a crise de 1991 (GILLES, 2012, p. 4).

A própria figura dos *tonton macoute* e, mais ainda, dos *attaches*, corrobora e reforça a hipótese do processo de centralização política e social que acontece em direção aos centros urbanos, notadamente em Porto Príncipe a partir da ocupação dos EUA, como expusemos acima. Como buscamos expor ao analisar brevemente a atuação do Exército haitiano ao longo do século XIX e XX, frequentemente as lideranças político-militares arregimentavam bandos armados de camponeses durante os processos de insurgência, com o objetivo de retirar determinado governante de turno. As revoltas dos *piquets* e dos *cacos*, ao longo do século XIX, que se iniciaram no contexto rural, foram formados em seu *rank-and-file* por camponeses empobrecidos submetidos a liderança de um membro do Exército que normalmente fazia parte de uma ou mais das famílias notórias da elite haitiana⁴⁵ (LAGUERRE, 1993; NICHOLLS, 1985).

Frequentemente na história haitiana os governos se compuseram com uma força armada auxiliar que buscava servir como uma espécie de contrapeso à força do Exército, ator fundamental para a manutenção ou retirada de determinado governo de turno, mesmo que não tivessem tomado a relevância e proporção que tomaram os *tonton macoute* durante o regime Duvalier. São vários os exemplos destes grupos, mas que, apesar da sua função como força auxiliar de protesto, mobilização e apoio, exerceram graus e formas distintas de violência e com posicionamentos e aspirações políticas distintas. Além dos *macoute*, podemos citar os *zenglends* de Faustin Souluque; os *wuoulo*, de Daniel Fignolé; as FRAPH de Cedras e os

⁴⁵ Julgamos que a resistência dos *cacos* liderados por Charlemagne Peralte, contrários à ocupação dos EUA entre 1915 e 1922, também pode ser tida como um importante caso da relação entre as lideranças políticas e os grupos armados no contexto rural haitiano.

chimères de Aristide. Apesar destes grupos se manterem como força auxiliar de protesto, mobilização, apoio e violência, o grau e a forma com que fizeram uso da força é diferente entre si (LAGUERRE, 1993; NICHOLLS, 1975; SMITH, 2009; TROUILLOT, 1990)

Quando o Haiti passou de uma sociedade fundamentalmente rural em direção a uma rápida urbanização, observamos a emergência das *baz* e das “gangles” como importantes atores armados, que passam a se articular com as dinâmicas políticas precedentes.

De forma geral, as *baz* são atores sociais que possuem um alto grau de organização e articulação com a vida cotidiana dos bairros pobres, principalmente de Porto Príncipe, apresentando “setores” responsáveis pela gestão de conflitos, militância, atividades culturais e uso da violência (KIVLAND, 2020). Trata-se de grupos que possuem uma estrutura armada e são legitimamente reconhecidos, em alguns casos, como representantes da comunidade. Relacionam-se proximamente com as disputas partidárias do Haiti em vários níveis de governo, seja a partir de alianças, seja de bases de militantes ou forças de auto-defesa, com formas de atuação que variam ao longo do tempo e a partir da conjuntura política e econômica. Trata-se em muitos casos de grupos que se constituíram ao redor de redes do narcotráfico internacional, que executam ações violentas de extorsão, sequestro e homicídio em convivência ou oposição com lideranças situadas em grupos armados regulares, como PNH ou nas FADH, ou irregulares como outras “gangles” e *baz*, antigos chefes macoutes ou outras associações armadas (KOLBE, 2013; KOVATS-BERNAT, 2006). A pluralidade de gangles associadas ao nível do bairro é significativa. Entre estes grupos, o que a literatura citada acima nos indicou é que os seus laços de solidariedade estão circunscritos a sua realidade imediata, dada pela convivência cotidiana próxima e submetida de modo personalista a certos líderes. Em certo sentido, a fragmentação partidária também irá se sobrepor à fragmentação das “gangles”, cuja lealdade com os “outros” se dá na medida do interesse econômico, mas cuja lealdade e fronteiras espaciais “internas” se identificam, de certa forma, com as fronteiras definidas pela referência espacial do bairro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À primeira vista, o estudioso que se propor a analisar o Haiti poderá se deparar com uma aparente contradição: por que um país que ocupa uma posição de pouca significância na disputa de poder global que ocorre entre as grandes potências tem recebido, por sucessivos momentos ao longo das últimas décadas, tanta atenção de governos, agências e outros atores públicos e privados? No entanto, pode-se dizer que a formulação da pergunta induz ao erro. A importância atribuída a determinado tema não deve ser dissociada da visão de mundo e dos interesses particulares dos atores sociais. No caso do Haiti, desde ao menos 1888 o país passou a ter importância fundamental para os estrategistas norte-americanos na defesa das rotas marítimas que passavam, e passam, pela costa leste dos Estados Unidos em direção à Ásia, atravessando o Caribe e o Canal do istmo da América Central.

A expansão do capital norte-americano no Caribe configurou a forma de inserção do Haiti na esfera de influência dos EUA na primeira década do século XX, desbancando – mas não removendo – as potências europeias, notadamente a França, que mantinha, mesmo após a Revolução Haitiana, significativa influência cultural e poder econômico sobre o país. Aos interesses geoestratégicos e econômicos, somaram-se o racismo, fundamentado na ideia da incapacidade do negro de se auto-governar plenamente, e a percepção de que os EUA precisariam resguardar o seu domínio sobre o território, seus recursos e sua população frente incursões de outras potências estrangeiras – como, além da França, a Alemanha. São estes os fundamentos que balizaram a intervenção e ocupação dos EUA no Haiti de 1915 a 1934.

Os planos dos magnatas norte-americanos Roger L. Farnham e James P. McDonald basearam a estratégia dos EUA no Haiti, que se articulou na transformação do Exército haitiano, tido como a principal causa da instabilidade política do país e do “atraso” da sociedade. Para resolver o problema da instabilidade – ruim para os negócios e para a preservação do domínio nore-americano frente seus rivais estrangeiros – era preciso, segundo estes artífices, atuar simultaneamente tanto na promoção de uma nova “forma de vida” à população haitiana, que deveria ser educada sobre os ditames do capitalismo e das modernas técnicas produtivas, quanto no treinamento de novas forças policiais “apolíticas”, em lugar dos militares haitianos, contaminados pela “doença revolucionária”.

A intervenção norte-americana transformou parcialmente as dinâmicas políticas haitianas. De uma sociedade fragmentada em diversas cidades costeiras e que não apresentava a centralização excessiva em uma localidade, com a ocupação, a capital, Porto

Príncipe, passou a concentrar as dinâmicas governamentais, econômicas e políticas que ocorriam em nível nacional. A ocupação afetou fortemente o Exército haitiano. Ao longo do século XIX e início do XX, os militares haitianos compunham uma instituição dividida regionalmente entre vários senhores locais que arregimentavam camponeses e marchavam em direção à capital para alterar o governo de turno, cultivando a memória da independência, da abolição e da Revolução. Durante a ocupação o novo Exército, criado pelos *marines*, a *garde*, foi montada especificamente para lutar contra outros haitianos, auxiliando os EUA na guerra contra a resistência camponesa e no desarmamento dos senhores locais. Este processo também se somou ao deslocar o centro espacial das disputas internas entre os militares haitianos para Porto Príncipe. Esta centralização, contudo, não acabou inteiramente com a figura dos *chefs de section* nas regiões interioranas, que mantiveram-se como lideranças importantes no contexto rural responsáveis pelas funções normalmente associadas a prefeitos, juízes, delegados e polícias.

Com a retirada das tropas norte-americanas, o Exército passou ao longo das décadas seguintes com um papel cada vez mais importante na política haitiana, com a convivência ou o suporte ativo dos EUA, as Forças Armadas intervieram de modo crescente em momentos chave da história nacional, consolidando o seu apogeu com o governo militar de Paul Magloire em 1950. Paralelamente, o nacionalismo haitiano assumiu faces cada vez mais autoritárias e totalitárias com a atuação dos *griots*, e o movimento do noirismo. O fundamento ideológico do noirismo irá dar parte da sustentação ideológica do regime de François Duvalier – cuja importância para sua relação com os atores armados, tanto FADH quanto VSN, precisa ser melhor analisada.

A chegada de François Duvalier ao poder em 1957 trouxe com ela um novo ator armado que superou o Exército em termos de importância nas relações diárias com a população e a manutenção do controle social e do policiamento político através do terror. Neste contexto do grande quadro da Guerra Fria e, principalmente, após a consolidação da Revolução Cubana, a Passagem de Barlavento, ocupada nas suas margens por Haiti e Cuba levou a que se tornasse de grande relevância para os cálculos geopolíticos norte-americanos a manutenção do controle de ao menos uma margem do estreito e o afastamento das influências comunistas, fato utilizado pela ditadura Duvalier para manter-se no poder.

O contexto de crise do regime Duvalier levou a um breve e conturbado retorno das FADH à cena política, entre 1987 e 1994. A brutal ditadura Cedras, que se estabelece em 1991, intensifica os fluxos de refugiados que se dirigiram aos EUA. A este fato, soma-se o

contexto de ampliação da busca por garantia de direitos no cenário internacional, a defesa internacional da promoção da democracia liberal, o posicionamento dos Estados americanos na OEA e das grandes potências ONU, e, por fim à campanha levada a cabo pelo governo Aristide nos EUA. Estes elementos exigiram do governo Clinton uma atuação que, em primeiro momento, se fundamentou no uso das sanções internacionais mas que, em 1994, transformou-se na intervenção armada da operação *Uphold Democracy*.

As visões neoliberais que se fizeram dominantes dentro dos organismos internacionais ao longo dos anos 1990 e 2000 enquadraram a instabilidade política do Haiti reproduzindo tanto um antigo projeto norte-americano, já manifestado nas primeiras décadas do século XX, quanto aquilo que Reiner (2000) chamou de “fetichismo da polícia”: a ideia de que as sociedades contemporâneas devem possuir, necessariamente, para a manutenção da ordem social, uma polícia eficiente. Contudo, diferentemente dos esforços passados, as intervenções contemporâneas se distinguem das antigas pelos meios que são empregados e pelo léxico usado para justificá-las. As respostas mobilizadas por atores como EUA, Banco Mundial e ONU para a violência política que ascendia no Haiti nos anos 1990 e 2000 estiveram fundamentadas na assunção de que aquele cenário poderia ser solucionados a partir de uma atuação mais incisiva de uma “boa polícia”, de um “bom setor de segurança”, de forma geral, entendido como um corolário do projeto de reconstrução internacional de Estados. À questão “o que fazer com os grupos armados?” respondeu-se por um apelo à “profissionalização” e desmilitarização, que passaram a ser vistas como um elemento fundamental para se concretizar a transformação das sociedades que estavam em contextos de transição pós-autoritária, como na América Latina no final dos anos 1980 e o leste europeu após a queda da URSS, ou para a resolução de conflitos armados internos.

Contudo, os esforços internacionais de intervenção e reconstrução foram limitados, potencializados ou transformados pelas dinâmicas e processos nacionais, que se fundamentaram dentro de uma longa trajetória histórica, que procuramos demonstrar, de interação e estruturação de relações políticas, econômicas e sociais entre os atores domésticos e na sua relação com os atores internacionais. Em 1995, a desmobilização das Forças Armadas do Haiti não foi planejada, ao que a pesquisa indicou, pelos EUA – e aparentemente nem pelo governo haitiano no exílio. Pelo contrário, a medida foi tomada à revelia dos interesses norte-americanos no Haiti e potencializaram, a nosso ver, a importância significativa que a polícia e o policiamento vieram a ter na realidade nacional a partir de então. Mesmo que as FADH não tenham se retirado completamente de cena a partir dos anos

1990, mantendo-se parcialmente organizada na condição paramilitar, a criação de uma nova força armada, a Polícia Nacional Haitiana, teve um impacto significativo para a história política do Haiti, e ajudou a fundamentar as resistências dos anos 2000 contrárias a Jean-Bertrand Aristide e a René Préval. É esta a dinâmica que nos ajuda a compreender o golpe de 2004.

Na análise do processo haitiano mais recente, quais os impactos políticos nacionais e internacionais do recente retorno das FADH na sua condição de força regular, feita pelo presidente Jovenel Moïse em 2017? De que forma a análise das correspondências entre a embaixada dos EUA no Haiti e o governo em Washington durante momentos chave⁴⁶ da história política haitiana contemporânea apresentada neste trabalho pode nos ajudar a interpretar a relação entre uma grande potência, como os EUA, e as Forças Armadas, Polícia e atores da elite nacional haitiana? De que forma estas elites transnacionalizadas se articulam com estes outros atores sociais e como se encontram, neste quadro, as relações e intersecções com os outros grupos armados, como as *baz* e “gangles” urbanas?

Podemos interpretar a recente busca pela sindicalização da PNH e o conflito armado com as tropas do Exército haitiano em fevereiro de 2020 como indicativos de uma busca por autonomia da polícia frente aquelas outras dinâmicas políticas, que buscamos expor ao longo deste trabalho, e frente outros atores sociais, como as próprias FADH e as “gangles”, que disputam entre si o a realização de seus interesses? Se a resposta for positiva, ela significa também um rompimento com as FADH? Podemos compreender este processo como “profissionalização”, tendo em vista o que expusemos no capítulo 2, compartilhando aspectos gerais com o processo norte-americano (SCHRADER, 2019)? Ou, pelo contrário, se considerarmos a “autonomia relativa” como um processo não-teleológico, como uma dentre várias outras forças que incidem sobre a polícia, como nos apresentou Frederic (2008), a falência do processo de sindicalização proposto por lideranças da PNH seria representativo de que esta força se dissipou? De que forma esta busca pela “autonomia” se encontra com outras forças que caminham no sentido da manutenção da dependência econômica – notadamente de equipamentos e tecnologia – que submetem a PNH frente não a outros atores da sociedade haitiana, mas a seus financiadores e treinadores – como o governo dos EUA? A doutrina de atuação policial na qual os agentes são treinados e fazem a sua iniciação, através do uso de determinados equipamentos e instalações, reforçaria esta dependência? Pode, esta condição ser usada como instrumento de dominação, ao se aventar com a manipulação ou criação de

⁴⁶ 1946, 1950, 1957, 1987, 1991, 1994, 2004.

insatisfações da força armada com relação a salários e condições gerais de exercício do ofício? São amplas perguntas que, certamente, poderão balizar novas pesquisas.

Com este trabalho, pretendemos demonstrar a importância e as contribuições e intercâmbios que o estudo da polícia e do policiamento podem ter para as Relações Internacionais, e como, em sentido inverso, a consideração das suas várias dimensões internacionais pode auxiliar no estudo, pesquisa e compreensão de aspectos específicos das dinâmicas nacionais e locais que atravessam a polícia e o policiamento em geral.

REFERÊNCIAS

AGNEW, John. The Territorial Trap: The Geographical Assumptions of International Relations Theory. **Review of International Political Economy**, v. 1, issue 1, p. 53-80, 1994.

ALBORNOZ, Martín e GALEANO, Diego. Anarquistas y policías en el atlántico sudamericano: una red transnacional, 1890-1910. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana**, nº 47, 2017.

ALBORNOZ, Martín e GALEANO, Diego. **Los agitadores móviles**: trayectorias anarquistas y vigilancias portuarias en el atlántico sudamericano, 1894-1908. *Almanack*, nº 21, p. 310-357, 2019.

ALEXANDER, Lewis. Indices of National Interest in the Oceans. **Ocean Development and International Law**, 1:1, 1973.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Malcolm. Interpol and the developing system of international police cooperation. In: MCDONALD, William (ed.) **Crime and law enforcement in the global village**. Cincinnati: Routledge, 1997.

ANDRADE, Everaldo. **Haiti**: dois séculos de história. São Paulo: Alameda Editorial, 2019.

ANDREAS, Peter e NADELMANN, Ethan. **Policing the Globe**: Criminalization and Crime Control in International Relations. Oxford: Oxford University Press, 2006.

ANDREAS, Peter e PRICE, R. From War Fighting to Crime Fighting: Transforming the American National Security State. **International Studies Review**, vol. 3, nº 2, pp. 31-52, 2001.

ANNAN, Kofi. **Haiti**: This time we must get it right. United Nations: Secretary-General. Via Wall Street Journal. 16 mar. 2004. Disponível em:
<<https://www.un.org/sg/en/content/sg/articles/2004-03-16/haiti-time-we-must-get-it-right>>.
Acesso em: 2 fev. 2020.

ARON, Raymond. **Estudos Políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. São Paulo: WMF Martins Fontes/Ed. Universidade de Brasília, 2018.

BACHMAN, Jan; BELL, Colleen; HOLMQVIST, Caroline (eds.). **War, Police and Assemblages of Intervention**. London: Routledge. 2014.

BALCH, Emily. **Occupied Haiti**. New York: The Writers Publishing Company, 1927.

BALLARD, John. **Upholding Democracy**: The United States Military Campaign in Haiti, 1994-1997. Westport: Praeger Publishers, 1998.

BARRIE, David. Patrick Colquhoun, the Scottish Enlightenment and Police Reform in Glasgow in the Late Eighteenth Century. **Crime, History & Societies**, vol. 12, n. 2, 2008.

BENOMAR, Jamal. Rule of Law Technical Assistance in Haiti: Lessons Learned. **A World Bank Conference: Co-Hosted by the Government of Russia**. Session VI, Tavrichesky Place, Saint Petersburg, Russia, 8-12 jul. 2001.

BEVANS, Charles. **Treaties and Other International Agreements of the United States of America**, 1776-1949. Washington DC: Department of State, volume 8, 1971.

BOURNE, Mike. **Arming Conflict: The Proliferation of Small Arms**. New York: Palgrave MacMillian, 2007.

BRETAS, Marcos L. e ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Revista Topoi**, vol. 14, nº 26, pp. 162-173, 2013.

BURT, Geoff. Haiti's Army, Stabilization and Security Sector Governance. **Stability: International Journal of Security & Development**, 5(1): 14-35, 2016.

BUZAN, Barry e HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. São Paulo. Editora Unesp, 2009.

BRODER, John M. e ROHDE, David. State Department Use of Contractors Leaps in 4 Years. **The New York Times**, 24 out. 2007.

BROGDEN, Mike. The emergence of the police – the colonial dimension. **The British Journal of Criminology**, vol. 27, no. 1, 1987.

BRZOSKA, Michael. Development Donors and the Concept of Security Sector Reform. **Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces (DCAF)**, Occasional Paper no. 4, 2003. Disponível em: <http://www.iskran.ru/cd_data/disk2/rr/001.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2019.

CADET, Jean-Jacques. **Le Marxisme Haïtien: Marxisme et anticolonialisme en Haïti (1946-1986)**. Paris: Éditions Delga, 2020.

CARIBBEAN ELECTIONS. **Biography: Prosper Avril**. Disponível em: <http://www.caribbeanelections.com/knowledge/biography/bios/avril_prosper.asp>. 2021. Acesso em: 22 mar. 2021.

CARR, Edward H. **Vinte Anos de Crise, 1919-1939**. Uma introdução ao estudo das relações internacionais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981

CARRERA NETO, Sérgio e SOUSA, Davis. A tropa de elite da Polícia Nacional do Haiti. **Boletim Tempo Presente (UFRJ)**, v. 15, 2010.

CASIMIR, Jean. O Haiti e suas elites: o interminável diálogo de surdos. **Universitas Relações Internacionais**, v. 10, n. 2, 2012.

CASTOR, Suzy. **L'Occupation Américaine d'Haiti**. Port-au-Prince: CRESFED (Centre de recherche et de formation économique et sociale pour le développement), 1988.

CAYGILL, Howard. Perpetual Police? Kosovo and the Elision of Police and Military Violence. **European Journal of Social Theory**, vol. 4, nº 1, pp. 73-80, 2001.

CBS. **Haiti's Aristide Warns of Killings**. 24 fev. 2004. Disponível em: <<https://www.cbsnews.com/news/haitis-aristide-warns-of-killings/>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

CEPIK, Marco e BORBA, Pedro. Crime organizado, estado e segurança internacional. **Contexto Internacional**, vol. 33, nº 2, 2011.

CHENET, Jean-Baptiste. **Mouvements populaires et Partis politiques (1986-1996): La restructuration manquée de l'ordre politique agonisant**. Orientador: Georges Couffignal. 2011. 403f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Sorbonne Nouvelle – Paris 3, Paris, 2011.

CIGI. Center for International Governance Innovation. **Security Sector Reform 101: Understanding the Concept, Charting Trends and Identifying Challenges**. 2010. Disponível em: <https://www.cigionline.org/sites/default/files/ssr_101_final_april_27.pdf>.

COMAROFF, J. Prefácio. In.: GARRIOTT, W. (Org.). **Policimento e Governança Contemporânea: A Antropologia da Polícia na Prática**. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

COMHAIRE, Jean. The Haitian 'Chef de Section'. **American Anthropologist**, vol. 57, no. 3, 1955.

COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millenium: Journal of International Studies**, vol. 10, no. 2, 1981.

CUYA, Esteban. La "Operación Condor": el terrorismo de Estado e alcance transnacional. **Memoria**, nº 5, 1993.

DANIELS, Douglas H. Translator's Introduction. In.: MICHEL, Georges. **Charlemagne Péralte and the First American Occupation of Haiti**. Dubuque: Kendall/Hunt Publishing Company, 1996

DASH, J. Michael. **Haiti and the United States: National Stereotypes and the Literary Imagination**. London: Palgrave Macmillan, 1988.

DAVIS, Norman H. Wanted: a Consistent Latin American Policy. **Foreign Affairs**, jul. 1931.

DCAF. Center for the Democratic Control of Armed Forces. **Report: The contribution and role of SSR in the prevention of violent conflict**. 2017. Disponível em: <https://issat.dcaf.ch/download/115130/2101437/SSR%20contribution%20to%20Preventing%20Violent%20Conflict%202017_Final.pdf>.

DEFLEM, Mathieu. **Policing World Society: Historical Foundations of International Police Cooperation**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

DEFLEM, Mathieu. Police. In.: IRIYE, Akira e SAUNIER, Pierre-Yves (Eds.). **The Palgrave Dictionary of Transnational History**. London: Palgrave Macmillan, 2009.

DEIBERT, Michael. **Notes from the Last Testament: the struggle for Haiti**. New York: Seven Stories Press, 2005.

DEMOCRACY NOW. **Aristide appeals to intl'l support as attack on capital looms**. 25 fev. 2004. Disponível em: <https://www.democracynow.org/2004/2/25/headlines/kerry_wins_in_utah_idaho_and_hawaii/load_more>.

DEMOCRACY NOW. **Head of U.S. security firm that guarded Aristide speaks out**. 2 mar. 2004. Disponível em: <https://www.democracynow.org/2004/3/2/head_of_u_s_security_firm>.

DÉUS, Frantz. The Construction of identity in haitian indigenism and the post-colonial debate. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, vol. 17, 2020.

DONAIS, Timothy. Security sector reform and the challenge of vertical integration. **Journal of Intervention and Statebuilding** 12(1): 31-47. 2018.

DUBOIS, Laurent; GAFFIELD, Julia e ACACIA, Michel (Eds.), SCHNEIDER, Matthias. **Documents constitutionnels d'Haiti 1790-1860**. Berlin: De Gruyter, 2013.

DUFFIELD, Mark. **Global Governance and the New Wars: The Merging of Development and Security**. Londres: Zed Books, 2001.

DUPUY, Alex. From François Duvalier to Jean-Bertrand Aristide: the Declining Significance of Color Politics in Haiti. In.: QUINN, Kate e SUTTON, Paul (Eds.). **Politics and Power in Haiti**. New York: Palgrave Macmillan. 2013.

DUVALIER, François e DENIS, Lorimer. **Le problème des classes sociales à travers l'histoire d'Haiti**. Port-au-Prince: Les Éditions Fardin, 1965 [2012].

EL PAÍS. **Leslie Manigat, elegido presidente de Haití**. 25 jan. 1988. Disponível em: <https://elpais.com/diario/1988/01/25/internacional/570063610_850215.html>.

EMSLEY, Clive. Policing the empire / Policing the metropole: Some thoughts on models and types. **Crime, Histoire & Sociétés**, Vol. 18, no. 2, 2014.

EMSLEY, Clive. **Policing and its Context 1750-1870**. London: The Macmillan Press, 1983.

ETIENNE, Sauveur P. **L'énigme haïtienne: échec d l'État moderne en Haïti**. Montreal: Mémoire d'encrier et Les Presses de l'Université de Montréal, 2007.

FARMER, Paul. **The Uses of Haiti**. Monroe: Common Courage Press, 1994.

FATTON, Robert Jr. **The Guise of Exceptionalism: Unmasking the National Narratives of Haiti and the United States**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2021.

FERRARI, Mercedes e GALEANO, Diego. Polícia, antropometria e datiloscopia: história transnacional dos sistemas de identificação, do rio da Prata ao Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 23, p. 171-194, 2016.

FERRARI, Mercedes. Dissemination of the Argentine Dactyloscopy System in the Early Twentieth Century: Local, Regional and International Dimensions. In: ABOUT, Ilse; BROWN, James; LONERGAN, Gayle (Eds.) **Identification and Registration Practices in Transnational Perspective: People, Papers and Practices**. London: Palgrave Macmillan, 2013.

FERREIRA, Oliveiros. **Nossa América: Indoamérica**. São Paulo: Biblioteca Pioneira, 1971.

FERRERO, Mario. Accidental socialism: a natural experiment in Haiti 1796-1820. **Journal of Institutional Economics**, 17, 2021.

FINAZZI, João F., NASSER, Reginaldo M. O papel dos EUA na Reforma do Setor de Segurança do Haiti (1994-2000). **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, 2021.

FONSECA, Melody. Construcción del Otro haitiano: Apuntes sobre la ocupación estadounidense de Haití 1915-1934. **V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política**. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires. 2010.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREDERIC, Sabina. **Los usos de la fuerza pública**: Debates sobre militares y policías en las ciencias sociales de la democracia. Los Polvorines: Ed. Universidade Nacional de General Sarmiento, 2008.

FRENCH, Howard H. Study Says Haiti Sanctions Kill Up to 1,000 Children a Month. **The New York Times**, 9 nov. 1993. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1993/11/09/world/study-says-haiti-sanctions-kill-up-to-1000-children-a-month.html>>.

GALEANO, Diego. **Criminosos viajantes**: circulações transnacionais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, 1890-1930. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016a.

GALEANO, Diego. Traveling Criminals and Transnational Police Cooperation in South America, 1890-1920. In: HUERTAS, Luz; LUCERO, Bonnie e SWEDBERG, Gregory (eds.) **Voices of Crime: Constructing and Contesting Social Control in Modern Latin America**. Phoenix: University of Arizona Press, 2016b.

GARRIOTT, W. Polícia na prática: O policiamento e o projeto de governança contemporânea. In: GARRIOTT, W. (Org.). **Policiamento e Governança Contemporânea: A Antropologia da Polícia na Prática**. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

GAUDICHAUD, Frank. L'ombre du Condor. **Amnis: Revue d'études des sociétés et cultures contemporaines Europe-Amérique**, nº 3, 2003.

GERLUS, Jean-Claude. Revolution and Nation-State Formation: The Economic Origins of the Haitian Military. **Caribbean Studies**, vol. 29, no. 2, pp. 238-252, 1996.

GIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a Violência**. São Paulo: EDUSP, 2001.

GILL, Lesley. **The School of the Americas**: Military training and political violence in the Americas. Duke: Duke University Press, 2004.

GILLES, Alain. Lien Social, conflit et violence en Haïti: Une étude dans la région du Sud. **Peace Research Institute Oslo (PRIO)**, Centre d'Études et de Recherche sur le Développement des Cultures et des Sociétés, 2012.

GIRARD, Philippe. **Clinton in Haiti**: The 1994 U.S. Invasion of Haiti. New York: Palgrave Macmillan. 2004.

GO, Julian. The Imperial Origins of American Policing: Militarization and Imperial Feedback in the Early 20th Century. **American Journal of Sociology**, Vol. 125, No. 5, 2020.

GOTO, Stephen. **Ministerial Advisory Team – Haiti**. Youtube video, 21:07 min. Upload em 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZggPJotjPog>>.

GRANDIN, Greg. **Empire's Workshop**: Latin America, the United States and the Rise of the New Imperialism. New York: Owl Books, 2007.

GREENER, Beth K. **The New International Policing**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

GUYAT, Nicholas. Tocqueville's Prophecy: The United States and the Caribbean, 1850-1871. In.: NAGLER, Jörg; DOYLE, Don e GRÄSER, Marcus. **The Transnational Significance of the American Civil War**. London: Palgrave Macmillan, 2016.

HABERFELD, Maria e MCDONALD, William. International Cooperation in Policing. In: REICHEL, Philip. **Handbook of Transnational Crime & Justice**. London: SAGE Publications, 2005.

HAITI. **Constitution de la Republique d'Haïti**. Port-au-Prince: Imprimerie de l'Etat, 1946. Disponível em: <<https://www.dloc.com/AA00000614/00001>>.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

HALLWARD, Peter. Insurgency and Betrayal: An Interview with Guy Philippe. **Haiti Analysis**, 14 mar. 2007. Disponível em: <<http://haitianalysis.com/2007/03/14/insurgency-and-betrayal-interview-wi/>>.

HALLWARD, Peter. **Damming the Flood**: Haiti and the Politics of Containment. London: Verso Books. 2010.

HANSEN, Anikka. Policing the Peace: The Rise of United Nations Formed Police Units. **Center for International Peace Operations**: Policy Briefing, Berlim, mai. 2011.

HIRST, Mônica. O Brasil Emergente e os Desafios da Governança Global: a Paz Liberal em Questão. **IPEA**: Texto para discussão 1986, 2014.

HÖNKE, Jana e MÜLLER, Markus-Michael. **The Global Making of Policing**: Postcolonial Perspectives. New York: Routledge, 2016.

HUDSON, Peter J. **Bankers and Empire**: How Wall Street Colonized the Caribbean. Chicago: The University of Chicago Press, 2017.

HUDSON, Peter J. The National City Bank of New York and Haiti. **Radical History Review**, issue 115, 2013.

HUGGINS, Martha. **Polícia e Política**: Relações Estados Unidos América Latina. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Haiti: Recycled Soldiers and Paramilitaries on the March**. 27 fev. 2004. Disponível em: <<https://www.hrw.org/report/2004/02/27/haiti-recycled-soldiers-and-paramilitaries-march>>.

INTERNATIONAL JOURNAL OF REFUGEE LAW. Haiti: The Impact of the September 1991 Coup (June 1992). **International Journal of Refugee Law**, 4(2), 1992.

IRIYE, Akira e SAUNIER, Pierre-Yves. **The Palgrave dictionary of transnational history**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

JACKSON, Paul. Security Sector Reform and State Building. **Third World Quarterly** 32(10): 1803-1822, 2011.

JACKSON, Paul. Introduction: Second-Generation Security Sector Reform. **Journal of Intervention and Statebuilding** 12(1): 1-10, 2018.

JACOBSON, Matthew F. **Barbarian Virtues**: The US encounters foreign peoples at home and abroad, 1876-1917. New York: Hill and Wang, 2000.

JAMES, Cyril L. R. **Os Jacobinos Negros**: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2010.

JEFFERIES, Judson. The United States and Haiti: an exercise in intervention. **Caribbean Quarterly** 47(4): 71-94, 2001.

JOHNSON, Bruce C. Taking Care of Labor: The Police in American Politics. **Theory and Society**, vol. 3, no. 1, 1976.

JOHNSON, Ronald A. Natural Rights: Haitian-American Diplomacy in the Age of Atlantic Revolutions. In.: DIETRICH, Christopher (Ed.). **A Companion to U.S. Foreign Relations**: Colonial Era to the Present. Hoboken: Wiley Blackwell, 2020.

KAWAGUTI, Luis. **EUA pediram cabeça de general brasileiro**. Folha de S. Paulo. 14 jan. 2011. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1401201106.htm>>.

KIVLAND, Chelsey L. **Street Sovereigns: Young Men and the Makeshift State in Urban Haiti**. Ithaca: Cornell University Press, 2020.

KLOSEK, Jacqueline. The development of international police cooperation within the EU and between the EU and third party States: a discussion of the legal bases of such cooperation and the problems and promises resulting thereof. *American University International Law Review* 14, n° 3, p. 599-656, 1999.

KOENIG, Daniel e DAS, Dilip. **International Police Cooperation**. Lanham: Lexington Books, 2001.

KOHL, Christoph. Os Desafios da Reforma do Setor de Segurança na República da Guiné-Bissau. In. AGUIILLAR, Sergio (Org.). **Reforma do Setor de Segurança: Teoria, Prática, Crítica**. São Paulo: Porto de Idéias, 2014.

KREPS, Sarah. The 1994 Haiti intervention: A unilateral operation in multilateral clothes. **Journal of Strategic Studies**, 30:3, 2007.

KUZMAROV, Jeremy. Modernizing Repression: Police Training, Political Violence, and Nation-Building in the “American Century”. **Diplomatic History**, vol. 33, issue 2, pp. 191-221, 2009.

KUZMAROV, Jeremy. **Modernizing Repression: Police Training and Nation Building in the American Century**. Boston: University of Massachusetts Press, 2012.

LABELLE, Micheline. **Idéologie de Couleur et Classes Sociales en Haïti**. Montréal: Les Presses de L’Université de Montréal, 1987.

LAGUERRE, Michel S. **Voodoo and Politics in Haiti**. London: Palgrave Macmillan, 1989.

LAGUERRE, Michel S. **The Military and Society in Haiti**. London: Palgrave Macmillan, 1993.

LAKE, Anthony. Tying Power to Democracy. **The New York Times**. Opinion. Sept. 23, 1994.

LATHAM, Michael E. **The Right Kind of Revolution: modernization, development and U.S. foreign policy from the cold war to the present**. London: Cornell University Press, 2011.

LAWLESS, Robert. **Haiti’s Bad Press**. Rochester: Schenkman Books, 1992.

LÉGER, Jacques N. **Haiti: Her History and Her Detractors**. New York and Washington: The Neale Publishing Company, 1907. Disponível em: <https://en.wikisource.org/wiki/Haiti:_Her_History_and_Her_Detractors>.

LEPORE, Jill. The Invention of the Police. **The New Yorker**. 13 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.newyorker.com/magazine/2020/07/20/the-invention-of-the-police>>.

LEYBURN, James. **The Haitian People**. New Haven: Yale University Press, 1941.

LIANG, Hsi-Huey. **The Rise of Modern Police and the European State System** from Metternich to the Second World War. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

LINK, Arthur S. **The Papers of Woodrow Wilsons Digital Edition**. Charlottesville: University of Virginia Press, Rotunda, 2017. Disponível em: <<https://rotunda.upress.virginia.edu/founders/WILS-01-34-02-0084-0002>>.

LOGAN, Rayford. **The Diplomatic Relations of the United States with Haiti**, 1776-1891. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1941.

LOGAN, Rayford. The United States Occupation of Haiti, 1915-1934. By Hans Schmidt (New Brunswick: Rutgers University Press, 1971). **Journal of American History**, vol. 59, issue 1, 1972.

LUNDAHL, Mats. **Politics or Markets?** Essays on Haitian Underdevelopment. London: Routledge, 1992.

LUNDAHL, Mats. **Poverty in Haiti**: Essays on Underdevelopment and Post Disaster Prospects. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

MACCORKLE, William A. **The Monroe Doctrine in Its Relation to the Republic of Haiti**. New York: The Neale Publishing Company, 1915. Disponível em: <<https://ufdc.ufl.edu/AA00008960/00001/images/4>>.

MALONE, David. Haiti and the International Community: a case study. **Survival: Global Politics and Strategy** 39(2), 1997.

MANHEIM, K. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

MANIGAT, Leslie. La Substitution de la prépondérance américaine a la prépondérance française en Haïti au début du XXe siècle: la conjoncture de 1910-1911. **Revue d'histoire moderne et contemporaine** XIV (out-dez), 1967.

MARENIN, Otwin. **Parking tickets and class repression**: the concept of policing in critical theories of criminal justice. *Contemporary Crises* 6, 1982.

MARENIN, Otwin. Building a Global Police Studies Community. **Police Quarterly**, vol. 8, nº 1, pp. 99-136, 2005.

MARMONTEL, Leonardo. Operação Condor: A internacionalização do terror. **Estudios Avanzados** nº 21, jun, p. 111-136, 2014.

MARTINS, Marcelo T. **A civilização do delegado**: Modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889-1930. São Paulo: Alameda. 2014.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MATEO, Luiza R. Segurança e desenvolvimento: as dinâmicas históricas da ajuda externa dos Estados Unidos. **Revista Carta Internacional**, v. 14, n. 2, 2019.

MATIJASCIC, Vanessa. **Haiti**: uma história de instabilidade política. Cenário Internacional, São Paulo, julho de 2009.

MATTHEWSON, Tim. Jefferson and the Nonrecognition of Haiti. **Proceedings of the American Philosophical Society**, vol. 140, no. 1, 1996.

MCCOY, Alfred e SCARANO, Francisco. **Colonial Crucible**: Empire in the Making of the Modern American State. Madison: University of Wisconsin Press, 2009.

MCSHERRY, Patrice. **Predatory States**: Operation Condor and covert war in Latin America. Plymouth: Rowman & Littlefield, 2005.

MENDIBURU, Marcos.; MEEK, Sara. **Managing Arms in Peace Processes**: Haiti. Geneva: United Nations Institute for Disarmament Research. 1996.

MENJÍVAR, Cecilia e RODRÍGUEZ, Néstor. **When States Kill**: Latin America, the U.S., and Technologies of Terror. Austin: University of Texas Press, 2005.

MICHEL, Georges. **Charlemagne Peralte and the First American Occupation of Haiti**. Dubuque: Kendall/Hunt Publishing Company, 1996.

MICHEL, Georges. Haiti's Railroads. 2009. **Haiti: An Island Luminous**. Disponível em: <<http://islandluminous.fiu.edu/>>.

MILLS, Charles W. **A Elite do Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MILLSPAUGH, Arthur C. **Haiti Under American Control**: 1915-1930. Boston: World Peace Foundation, 1931.

MOBEKK, Eirin. International Involvement in Restructuring and Creating Security Forces: The Case of Haiti. **Small Wars & Insurgencies**, 12(3), 2001.

MOBEKK, Eirin. **UN Peace Operations**: Lessons from Haiti, 1994-2016. New York: Routledge. 2016.

MOLOTSKY, Irvin. **David Kriskovich, 56**; Devised SWAT Teams for the F.B.I. The New York Times. 26 set. 1997. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1997/09/26/us/david-kriskovich-56-devised-swat-teams-for-the-fbi.html>>.

MONKKONEN, E. **Police in Urban America**, 1860-1920. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MORISON, Samuel E. e COMMAGER, Henry S.. **História dos Estados Unidos da América**, Tomo III. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1950.

MORRIS, Michael. The politics of Caribbean Straits. **Ocean Development and International Law**, 18:4, 1987.

NADELMANN, Ethan. **Cops Across Borders: The Internationalization of U.S. Criminal Law Enforcement**. Pennsylvania State University, 1993.

NASH, J. Michael. True Dechoukaj: Uprooting Bovarysme in Post-Duvalier Haiti. In.: QUINN, Kate e SUTTON, Paul (Eds.). **Politics and Power in Haiti**. New York: Palgrave Macmillan. 2013.

NEILD, Rachel M. Police Reform in Haiti: The Challenge of Demilitarizing Public Order and Establishing the Rule of Law. **Washington Office on Latin America**, Governance in Haiti: Strengthening the State and Democratic Development. Disponível em: <<https://www.wola.org>>.

NEOCLEOUS, Mark. **The Fabrication of Social Order: A Critical Theory of Police Power**. London: Pluto Press, 2000.

NEOCLEOUS, Mark. **War Power, Police Power**. Edinburgh: Edinburgh University Press. 2014a.

NEOCLEOUS, Mark. Air Power as Police Power. In: BACHMANN, Jan; BELL, Colleen e HOLMQVIST, Caroline. (eds.) **War, Police and Assemblages of Intervention**. London: Routledge, 2014b.

NICHOLLS, David. **Haiti in Caribbean Context: Ethnicity, Economy and Revolt**. London: Palgrave Macmillan, 1985.

NICHOLLS, David. Haiti: The Rise and Fall of Duvalierism. *Third World Quarterly*, vol. 8, no. 4, 1986.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à Razão Dualista / O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OFPPRA. Rapport de mission en République d'Haïti. **Office Français de Protection des Réfugiés et Apatrides**. Cour Nationale du Droit d'Asile. République Française. 2017. Disponível em: <https://ofpra.gouv.fr/sites/default/files/atoms/files/rapport_mission_hti_2017.pdf>.

OECD. **The OECD DAC Handbook on Security System Reform (SSR): Supporting Security and Justice**. 2007. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/development/the-oecd-dac-handbook-on-security-system-reform_9789264027862-en>.

ORFORD, Anne. Foreword. In: BACHMAN, Jan; BELL, Colleen; HOLMQVIST, Caroline (eds.). **War, Police and Assemblages of Intervention**. London: Routledge, 2014.

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. **Protocol of Agreement between President Jean-Bertrand Aristide and Prime Minister-Designate René Théodore under the Auspices of the Organization of American States (OAS)**. Washington D.C. 25 fev. 1992. Disponível em: <https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/HT_920225_ProtocolPresidentPrimeMinister.pdf>.

PAMPHILE, Leon. **Contrary Destinies: A Century of America's Occupation, Deoccupation, and Reoccupation of Haiti**. Miami: University Press of Florida, 2015.

PEREIRA, Paulo e VILLELA, Priscila. Militarização do policiamento: abordagens críticas em perspectiva. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, nº 90, setembro, p. 1-20, 2019.

PITRE, Merline. Frederick Douglass and American Diplomacy in the Caribbean. **Journal of Black Studies**, vol. 13, no. 4, 1983.

PLUMMER, Brenda. The Metropolitan Connection: Foreign and Semiforeign Elites in Haiti, 1900-1915. **Latin American Research Review**, Vol. 19, No. 2, 1984.

PLUMMER, Brenda. The Afro-American Response to the Occupation of Haiti, 1915-1934. **Phylon (1960-)**, Vol. 43, no. 2, 1982.

POLYNÉ, Millery. Expansion Now!: Haiti, "Santo Domingo", and Frederick Douglass at the intersection of U.S. and Caribbean Pan-Americanism. **Caribbean Studies**, vol. 34, num. 2, 2006.

POPPER, Karl. **Em busca de um mundo melhor**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

POULIGNY-MORGANT, Béatrice. L'intervention de l'ONU dans l'histoire politique récent d'Haïti: Les effets paradoxaux d'une interaction. **Pouvoirs dans la Caraïbe**, Revue du CRPLC, 10, 1998.

PRATT, Julius. The 'Large Policy' of 1898. **The Mississippi Valley Historical Review**, Vol. 19, No. 2, 1932.

PRICE-MARS, Jean. Classe ou caste? Étude sur The Haitian People de James G. Leyburn. **Revue de la Société haïtienne d'histoire et géographie**, 13, 46, 1942.

PUREZA, José. As ambiguidades da responsabilidade de proteger: o caso da Líbia. **Carta Internacional**, vol. 7, n. 1, p. 3-19, 2012.

RASPBERRY, William. Nightmare in Haiti. **The Washington Post**, 04 Set. 1992.

REINER, Robert. **A Política da Polícia**. São Paulo: Edusp, 2004.

REINER, Robert.. Political Economy and Policing: A Tale of Two Freudian Slips. In: MITSILEGAS, Valsamis; ALLDRIDGE, Peter e CHELIOTIS, Leonidas (Eds.). **Globalisation, Criminal Law and Criminal Justice: Theoretical, Comparative and Transnational Perspectives**. Oxford: Hart Publishing, 2015.

RENDA, Mary. **Taking Haiti: Military Occupation and the Culture of U.S. Imperialism, 1915-1940**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2001.

RILEY, Shannon. **Performing Race and Erasure: Cuba, Haiti and US Culture**. London: Palgrave Macmillan, 2016.

ROBINSON, Cyril.; SCAGLION, Richard. The Origin and Evolution of the Police Function in Society: Notes toward a Theory. **Law & Society Review**, Vol. 21, no. 1, 1987.

ROBINSON, William I. **Promoting Polyarchy**: Globalization US Intervention and Hegemony. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

ROBLES, Frances. Rebel. Drug. Fugitive. Hero? Haiti Erupts Over an Arrest. **The New York Times**, 12 jan. 2017. Disponível em: <<https://nyti.ms/2jBWf1Z>>.

ROCHA, Antonio J. R. Instituições e cultura política importam: realpolitik, fragilidade estatal e processos políticos no Haiti. In: CEPIK, Marco (Ed.). **Segurança Internacional**: práticas, tendências e conceitos. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

RODA VIVA. **Chico de Oliveira – 02/07/2012**. Youtube video, 1h23:43 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IC_ArYeOiFQ>.

RODRIGUEZ, Julia. South Atlantic Crossings: Fingerprints, Science and the State in Turn-of-the-Century Argentina. **The American Historical Review** 109(2), p. 387-416, 2004.

RUSSELL, John H. **The High Comissioner in Haiti (Russell) to the Secretary of State**. Port-au-Prince, November 12, 1929 [Received November 19]. 838.42/72. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1929v03/d177>>. 1929a.

RUSSELL, John H. **The High Comissioner in Haiti (Russell) to the Secretary of State**. Port-au-Prince, November 29, 1929 [Received December 2]. 838.42/74. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1929v03/d181>>. 1929b.

RUSSELL, John H. **The High Comissioner in Haiti (Russell) to the Secretary of State**. Port-au-Prince, November 30, 1929 [Received December 5]. 838.42/79. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1929v03/d182>>. 1929c.

RUSSELL, John H. **The High Comissioner in Haiti (Russell) to the Secretary of State**. Port-au-Prince, December 2, 1929 [Received December 5]. 838.42/80. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1929v03/d183>>. 1929d.

RUSSELL, John H. **The High Comissioner in Haiti (Russell) to the Secretary of State**. Port-au-Prince, December 3, 1929 [Received December 7]. 838.42/81. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1929v03/d184>>. 1929e.

RUSSELL, John H. **The High Comissioner in Haiti (Russell) to the Secretary of State**. Port-au-Prince, December 3, 1929 – 8 p. m. [Received December 4 – 12:15 a.m.] 838.5045/1: Telegram. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1929v03/d185>>. 1929f.

RUSSELL, John H. **The High Comissioner in Haiti (Russell) to the Secretary of State**, Port-au-Prince, December 5, 1929 – noon. [Received 10:00 p.m.] 838.00/2618: Telegram. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1929v03/d191>>. 1929g.

RUSSELL, John H. **The High Comissioner in Haiti (Russell) to the Secretary of State**, Port-au-Prince, December 6, 1929 – 8 p.m. [Received December 7(?) – 1:45 p.m.]

838.5045/10: Telegram. Disponível em: <
<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1929v03/d198>>. 1929h.

RUSSELL, John H. **The High Comissioner in Haiti (Russell) to the Secretary of State**, Port-au-Prince, December 6, 1929 – midnight [Received December 7 – 2:27 a.m.]

838.5045/6: Telegram. Disponível em: <
<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1929v03/d199>>. 1929i.

RUSSELL, John H. **The High Comissioner in Haiti (Russell) to the Secretary of State**, Port-au-Prince, December 16, 1929 – 1 p.m. [Received 11:55 p.m.] 838.5045/27: Telegram. Disponível em: < <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1929v03/d214>>. 1929k.

RUSSELL, John H. **The High Comissioner in Haiti (Russell) to the Secretary of State**, Port-au-Prince, December 21, 1929 – noon. [Received 4:35 p.m.] 838.5045/35: Telegram. Disponível em: < <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1929v03/d216>>. 1929l.

RYAN, Barry. Reasonable force: the emergence of global policing power. **Review of International Studies**, vol. 39, nº 2, pp. 435-457, 2013.

SANTOS, Ynaê L. Victoria Montou entrou para a história como uma das heroínas da Revolução do Haiti (1781-1804). Rio de Janeiro, 12 jun. 2022. **Facebook**: usuário Facebook. Disponível em:
 <https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=5950065021675251&id=100000154350688>. Acesso em: 13 jun. 2022.

SAMSÓNOV, Dmitri P. **Transdominação no Haiti (1791-1826)**: Uma leitura libertária da primeira revolução social vitoriosa nas Américas. São Paulo: Editora Entremares, 2020.

SEDRA, Mark (Ed.): **The Future of Security Sector Reform**. Waterloo: The Centre for International Governance Innovation, 2010.

SEDRA, Mark. Reforma do Setor de Segurança em países afetados por conflitos: a necessidade de uma abordagem de segunda geração. In.: AGUILLAR, Sérgio (Org.). **Reforma do Setor de Segurança: Teoria, Prática, Crítica**. São Paulo: Porto de Idéias, 2014.

SEDRA, Mark. Adapting security sector reform to ground-level realities: The transition to a second-generation model. **Journal of Intervention and Statebuilding** 12(1): 48-63, 2018.

SEIGEL, Micol. Objects of Police History. **The Journal of American History**, June 2015.

SCHMIDT, Hans. **The United States Occupation of Haiti: 1915-1934**. New Brunswick: Rutgers, 1995.

SCHMITT, Carl. **O conceito do Político / Teoria do partisan**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

SCHMITT, Eric e GORDON, Michael R. Looking Beyond an Invasion. U.S. Plans Haiti Police Force. **The New York Times**, 11 set. 1994. Disponível em:

<<https://www.nytimes.com/1994/09/11/world/looking-beyond-an-invasion-us-plans-haiti-police-force.html>>. Acesso em: 2 maio 2020.

SCHRADER, Stuart. **Badges without borders: how global counterinsurgency transformed american policing**. Oakland: University of California Press, 2019.

SCHRADER, Stuart. Defund the Global Policemen. **n+1 Magazine**, 38, fall. 2020. Disponível em: <<https://www.nplusonemag.com/issue-38/politics/defund-the-global-policeman/>>.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo, Democracia**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SEARS, Louis M. Frederick Douglass and the Mission to Haiti, 1889-1891. The **Hispanic American Historical Review**, vol. 21, 1941.

SHANNON, Magdaline. **Jean-Price Mars, the Haitian Elite and the American Occupation, 1915-35**. New York: St. Martin's Press, 1996.

SMITH, Matthew. **Red and Black in Haiti - Radicalism, Conflict and Political Change: 1934-1957**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2009.

SOMMERS, Jeffrey W. The US Power Elite and the Political Economy of Haiti's Occupation: Investment, Race, and World Order. **Journal of Haitian Studies**, vol. 21, n. 2, 2015.

SPECTOR, Robert M. W. Cameron Forbes in Haiti: Additional Light on the Genesis of the 'Good Neighbor' Policy. **Caribbean Studies**, vol. 6, no. 2, 1966.

SPRAGUE, Jeb. **Paramilitarism and the Assault on Democracy in Haiti**. New York: Monthly Review Press, 2012.

STIMSON, Henry. **The Secretary of State to the High Comissioner in Haiti (Russell)**. Washington, December 4, 1929 – 5 p.m. 838.00/2615a: Telegram. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1929v03/d189>>. 1929a.

STIMSON, Henry. **The Secretary of State to the High Comissioner in Haiti (Russell)**, Washington, December 4, 1929 – 8 p.m. 838.5045/4: Telegram. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1929v03/d190>>. 1929b.

STIMSON, Henry. **The Secretary of State to the High Comissioner in Haiti (Russell)**, Washington, December 5, 1929 – 3 p.m. 838.00/2613: Telegram. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1929v03/d193>>. 1929c.

STIMSON, Henry. **The Secretary of State to the High Comissioner in Haiti (Russell)**, Washington, December 5, 1929 – 6 p.m. 838.000/2613: Telegram. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1929v03/d194>>. 1929d.

STREIT, Clarence. Haiti: Intervention in Operation. **Foreign Affairs**, vol. 6, no. 4, 1928.

THE JAMAICA OBSERVER. **Guy Philippe: the flip-flopping rebel who admires Pinochet and Bush**. 7 mar. 2004. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20050406085540/http://www.jamaicaobserver.com/news/html/20040307T040000-0500_56739_OBS_GUY_PHILIPPE.asp>. Acesso em: 5 maio 2019.

THE NEW YORK TIMES. **Most aid to Haiti suspended by U.S.** 31 jul. 1962. Disponível em: <<https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1962/08/01/83498910.html?pageNumber=11>>. Acesso em: 10 fev. 2020

THE NEW YORK TIMES. **Annan Urges End to U.N. Mission in Haiti**. 29 nov. 2000. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2000/11/29/world/annan-urges-end-to-un-mission-in-haiti.html>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

TOBIN, Kathleen A. Population Density and Housing in Port-au-Prince: Historical Construction of Vulnerability. **Journal of Urban History** 39(6), 2013.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Haiti: State Against Nation**. The Origins and Legacy of Duvalierism. New York: Monthly Review Press, 1990.

TROUILLOT, Michel-Rolph. O estranho e o ordinário: o Haiti, o Caribe e o mundo. **Vibrant, Virtual Brazilian Anthropology** 17, 2020.

UNITED NATIONS. General Assembly. **The Situation of Democracy and Human Rights in Haiti**. 71st Plenary Meeting. A/RES/47/20. 24 nov. 1992.

UNITED NATIONS. General Assembly. **The Situation of Democracy and Human Rights in Haiti**. Regular Sessions. 47th (1993). A/47/908. 24 mar. 1993.

UNITED NATIONS. General Assembly. 100th Plenary Meeting. **The Situation of Democracy and Human Rights in Haiti**. A/RES/47/20 B. 20 abr. 1993a.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 841 (1993)**. S/RES/841. 16 jun. 1993b.

UNITED NATIONS. **Accord de Governors Island**. 1993c. Disponível em: <https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/HT_930703_Accord%20de%20Governors%20Island.pdf>.

UNITED NATIONS. Security Council. **Lettre datee du 26 juillet, adresse au president du conseil de securité par le secretaire general**. S/26180. 27 jul. 1993d.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 867 (1993)**. Adopted by the Security Council at its 3282nd meeting. S/RES/867. 23 set. 1993e.

UNITED NATIONS. Security Council. **Report of the Secretary-General on the United Nations Mission in Haiti**. S/1994/828. 15 jul. 1994.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 940 (1994)**. Adopted by the Security Council at its 3413th meeting. S/RES/940. 31 jul. 1994b.

UNITED NATIONS. Security Council. **Report of the Secretary-General on the Question Concerning Haiti**. S/1995/46. 17 jan. 1995.

UNITED NATIONS. General Assembly. **Resolution adopted by the General Assembly**. A/RES/54/193. 18 fev. 2000.

UNITED NATIONS. Security Council. **Statement by the President of the Security Council**. 5225th meeting of the Security Council. S/PRST/2005/30. 12 jul. 2005.

UNITED NATIONS. **United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines**. 2008. Disponível em: <https://www.un.org/ruleoflaw/files/Capstone_Doctrine_ENG.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2019.

UNITED STATES. **Inquiry Into Occupation and Administration of Haiti and the Dominican Republic**. 67th Congress, 2nd Session, Senate Report No. 794.1. April 20 (calendar day, June 26). 1922.

UNITED STATES. Memo, **Henry Berliner and Bruce Zagaris to Fred Fielding**, Nov. 2 1983, folder “JGR/Barbados”, box 5, Ronald Reagan Presidential Library. 1983.

UNITED STATES. **U.S. Security** (Senate – March 05, 1992). General Accounting Office. Federation of American Scientists, Intelligence Resource Program. 1992. Disponível em: <<https://irp.fas.org/gao/920300-train.htm>>. Acesso em: 2 fev. 2021.

UNITED STATES. **Memorandum for Anthony Lake, The White House. Response to Deputies Committee Decision on Haiti, Marc Grossman**. 24 nov. 1993. Original OA/ID Number: 139. Document ID: 9300219. OA/Box Number: 139. 1993. Document no. 002. Memo. NSC Records Management, Clinton Presidential Records. Disponível em: <<https://clinton.presidentiallibraries.us/items/show/101184>>. p. 43.

UNITED STATES. **The Role of the UN and the OAS**. Original OA/ID Number: 143. Document ID: 9301469. Document no. 001x. Report. NSC Records Management [Aristide], Clinton Presidential Records. 1993b. Disponível em: <<https://clinton.presidentiallibraries.us/items/show/101184>>.

UNITED STATES. **Memorandum for the President, from: Anthony Lake, Subject: Haiti: Refining the Option Involving Possible Use of Force**. Original OA/ID Number: 1392. Document ID: Haiti-Options, April, 1994 [1]: 9402938. National Security Council, Clinton Presidential Library. 1994a. Disponível em: <<https://clinton.presidentiallibraries.us/items/show/101184>>.

UNITED STATES. **Memorandum of conversation, Meeting With Foreign Policy Advisers on Haiti, 15 abr. 1994, 9:30-10:45 a.m., Oval Office**. Original OA/ID Number: 1392. Document ID: Haiti-Options, April 1994 [1]: 9402957. National Security Council, Clinton Presidential Library. 1994b. Disponível em: <<https://clinton.presidentiallibraries.us/items/show/101184>>.

UNITED STATES. **Haiti: option involving possible use of force**. Original OA/ID Number: 1392. Document ID: Haiti-Options, April, 1994 [1]: 9402732. National Security Council,

Clinton Presidential Library. 1994c. Disponível em:
<<https://clinton.presidentiallibraries.us/items/show/101184>>.

UNITED STATES. **Presidential Decision Directive/NSC-25**. The White House, Washington, 3 maio 1994. Disponível em Federation of American Scientists, Intelligence Resource Program. 1994d.

UNITED STATES. **Memorandum**. Discussion paper for Meeting on Haiti, Wednesday, April 20, 12:15 p.m. Anthony Lake. ORIGINAL OA/ID Number: 507. Document ID: Ref. Staff Drawer Files, Haiti 1993/1994 [2]: 9403022. National Security Council, Clinton Presidential Library. 1994e.

UNITED STATES. **Memorandum for Anthony Lake. Subject: Haiti: Forcible Introduction of UNMIH**. 29 april, 1994. Original OA/ID Number: 1392. Document ID: Haiti-Options, April 1994 [2]: 9403333. National Security Council, Clinton Presidential Library. 1994f. Disponível em: <<https://clinton.presidentiallibraries.us/items/show/101184>>.

UNITED STATES. **Functions and Parameters of UNMIH**. Original OA/ID Number: 507. Document ID: Ref. Staff Drawer Files, Haiti 1993/1994 [1]: 9404022. Document no. 001d. Paper. Ntional Security Council, Clinton Presidential Library. [1994?]. Disponível em: <<https://clinton.presidentiallibraries.us/items/show/101184>>.

UNITED STATES. **Foreign Assistance**: Rule of Law Funding Worldwide for Fiscal Years 1993-98. 1999. United States General Accounting Office. Report to Congressional Requesters. GAO/NSIAD-99-158. Jun. 1999.

UNITED STATES. **Fact Sheet, Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs**. Washington, DC. 18 mai. 2005. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/p/inl/rls/fs/47799.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

UNITED STATES. Department of Justice, Criminal Division, **About ICITAP**, 2021. Disponível em: <<https://www.justice.gov/criminal-icitap/about-icitap>>.

USAID. **Security Sector Governance and Justice Indicators Guide**. 2021. Disponível em: <https://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/ROL_SSG_Indicators-Guide.pdf>.

WALKER, David. **Walker's Appeal, in Four Articles**; Together with a Preamble, to the Coloured Citizens of the World, but in Particular and Very Expressly, to Those of the United States of America. Boston: Revised and Published by David Walker, 1829. Disponível em: <<https://docsouth.unc.edu/nc/walker/walker.html>>.

WEBER, M. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2010.

WEINER, Tim. C.I.A. Formed Haitian Unite Later Tied to Narcotics Trade. **The New York Times**, 14 nov. 1993.

WESLEY, Charles H. The Struggle for the Recognition of Haiti and Liberia as Independent Republics. **The Journal of African American History**, vol. 2, n. 4, 1917.

WHITNEY, Kathleen M. SIN, FRAPH, and the CIA: U.S. covert action in Haiti. **Southwestern Journal of Law and Trade in the Americas**, vol. III, no. 2, 1996.

WIKILEAKS. **INL visitantes get first-hand overview of NAS programs.**

08PORTAUPRINCE1643_a. 28 nov., 2008a. Disponível em:

<https://wikileaks.org/plusd/cables/08PORTAUPRINCE1643_a.html>. Acesso em: 13 abr. 2020.

WIKILEAKS. **Why we need continuing Minustah presence in Haiti**

08PORTAUPRINCE1381_a. 1 out. 2008b. Disponível em:

<https://wikileaks.org/plusd/cables/08PORTAUPRINCE1381_a.html>. Acesso em: 13 abr. 2020.

WIMMER, Andreas e SCHILLER, Nina. Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences. **Global Networks**, vol. 2, issue 4, pp. 301-334, 2002.

WORLD BANK. **World Development Report 1997: The State in a Changing World.** 1997. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10986/5980>>.

WORLD BANK. **Security, Poverty Reduction and Sustainable Development: Challenges for the New Millenium.** Disponível em: <<http://www.wds.worldbank.org/>>.

WORLD BANK. **Empowerment, Security & Opportunity Through Law and Justice.** By James D. Wolfensohn. President. The World Bank Group. St. Petesburg, Russia, 9 jul. 2001. Disponível em:

<<https://documents1.worldbank.org/curated/en/178911467997282667/pdf/101456-WP-Box393210B-PUBLIC-2001-07-09-JDW-Empowerment-Security-Opportunity-Through-Law-and-Justice.pdf>>.

YARBO, Stan. Talks Fail to Resolve Haiti's Political Crisis: Diplomacy: Issues of Aristide's return, lifting of sanctions and block accord. **Los Angeles Times**. 25 nov. 1991. Disponível em: <<https://www.latimes.com/archives/la-xpm-1991-11-25-mn-140-story.html>>. Acesso em: 13 out. 2019.

YOCHELSON, R. The International Criminal Investigative Training Assistance Program. **FBI: The Law Enforcement Bulletin**, vol. 62, n. 4, 1993.